

**UFRRJ**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E**  
**SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**Impactos do Turismo Cultural sobre comunidades urbanas tradicionais: o  
caso da Região Portuária do Rio de Janeiro**

**Sirley da Conceição Ferreira**

**2020**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E  
SOCIEDADE**

**IMPACTOS DO TURISMO CULTURAL SOBRE COMUNIDADES  
URBANAS TRADICIONAIS: O CASO DA REGIÃO PORTUÁRIA DO  
RIO DE JANEIRO**

**SIRLEY DA CONCEIÇÃO FERREIRA**

*Sob a Orientação do Professor*

**Claudio Antonio Santos Lima Carlos**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Nova Iguaçu, RJ  
2020

363.6909815

3

F383

Ferreira, Sirley da Conceição, 1992-

Impactos do turismo cultural sobre comunidades urbanas tradicionais : o caso da Região Portuária do Rio de Janeiro / Sirley da Conceição Ferreira. - 2020.

203 f. : il.

Orientador: Claudio Antonio Santos Lima Carlos. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação Patrimônio, Cultura e Sociedade.

Bibliografia: f. 188-202.

1. Patrimônio cultural. 2. Turismo cultural. 3. Áreas portuárias - Rio de Janeiro (RJ). I. Carlos, Claudio Antonio Santos Lima. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade. III. Título.

“O presente trabalho foi realizado como apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001”.

“This study was financed in part by Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Brasil (CAPES) – Finance Code – 001”.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO, CULTURA E  
SOCIEDADE



ATA N° 2346/2020 - PPGPACS (12.28.01.00.00.00.22)

N° do Protocolo: 23083.046046/2020-50

Seropédica-RJ, 14 de setembro de 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURA E SOCIEDADE

**Sirley da Conceição Ferreira**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS), no Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, como requisito parcial à obtenção do título de **Mestre em Patrimônio, Cultura e Sociedade**. Área de concentração Patrimônio Cultural: Memória, Identidades e Sociedade.

Dissertação *defendida e aprovada* pela Comissão Examinadora em 14/09/2020.

**Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020**, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas.

*(Assinado digitalmente em 14/09/2020 14:32)*  
CLAUDIO ANTONIO SANTOS LIMA CARLOS  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptAU (12.28.01.00.00.00.43)  
Matricula: 1520543

*(Assinado digitalmente em 14/09/2020 12:52)*  
JULIO CESAR RIBEIRO SAMPAIO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptAU (12.28.01.00.00.00.43)  
Matricula: 1461577

*(Assinado digitalmente em 14/09/2020 17:01)*  
INÊS EL-JAICK ANDRADE  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 081.869.737-70

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **2346**, ano: **2020**, tipo: **ATA**, data de emissão: **14/09/2020** e o código de verificação: **c28f25c039**



*À família Conceição e Ferreira!*

## AGRADECIMENTOS

Tudo o que você faz na vida depende de outras pessoas para alcançar os sonhos. Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Cláudio Antonio Santos Lima Carlos, pelos puxões de orelha, pela paciência na orientação e incentivo durante estes dois anos do curso e por acreditar no potencial deste trabalho acadêmico.

Aos professores do Programa de Pós Graduação em Patrimônio, Cultura e Sociedade (PPGPACS) da UFRRJ, pelos textos e reflexões sobre este campo interdisciplinar que é o patrimônio cultural e que, com isso, me ajudaram a relacionar e aprofundar os estudos no campo do turismo, patrimônio e memória. Deste programa, ao Professor Dr. Julio Cesar Ribeiro Sampaio, pelas fantásticas aulas sobre as Cartas Patrimoniais e suas implicações no cotidiano e por aceitar contribuir na construção deste trabalho. Ao Professor Dr. Otair Fernandes de Oliveira, pelas aulas sobre Cultura Negra e Afro-brasileira, sob a perspectiva do patrimônio cultural e os desafios nas políticas públicas e nas instituições.

À Professora Dr. Inês El-Jaick Andrade, do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), pelas dicas e críticas importantes na qualificação, junto aos demais docentes, que me fizeram (re) analisar todo o trabalho e avançar nos amadurecimentos dos conceitos e ideias.

Ao meu amigo e irmão, João Alípio, pelas dicas acadêmicas, Janaína Nery, pelos desafios da escrita acadêmica, ao cunhado, professor Mauricio Oliveira, pelo incentivo, e aos demais amigos que participaram direta e indiretamente durante a caminhada deste curso.

Aos meus pais, Carlindo Morindo Ferreira e Marilza da Conceição, e minha irmã especial, Luciana Ferreira, por sempre incentivarem meus estudos.

**Todo trabalho de vida é uma construção coletiva.  
Obrigado a todos vocês!**

## RESUMO

FERREIRA, Sirley Conceição. **Impactos do Turismo Cultural sobre comunidades urbanas tradicionais**: o caso da Região Portuária do Rio de Janeiro. 2020. 203p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio, Cultura e Sociedade). Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2020.

O objetivo principal desta pesquisa é avaliar os impactos do fenômeno da turistificação em populações tradicionais, tendo como estudo de caso a região portuária do Rio de Janeiro e seus bairros (Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro). De início, a região foi historicamente marcada por abrigar a população afro-brasileira, bem como por atividades econômicas ambientalmente impactantes (comércio de escravos, atividades portuárias e industriais, etc.). Também é caracterizada por concentrar grande número de população social e historicamente marginalizada, que, a partir de 2009, passou a conviver com outra problemática urbana: o incremento da atividade turística. A turistificação é o processo de transformação de um local em território turístico, do uso dos espaços da cidade na promoção dos lugares para atender aos anseios de determinados grupos sociais do setor público e privado (agentes de mercado). Ocorre que esse processo está vinculado à prática do turismo cultural, que pode ou não trazer benefícios para as comunidades locais, dependendo de como é gerido. Observa-se, com base na literatura especializada, que essa atividade pode impactar socialmente a qualidade de vida dos grupos sociais existentes e descaracterizar seus bens culturais, colocando em risco as referências dos diferentes grupos identitários.

Diante desse quadro, o estudo se justifica pelo fato de os citados bairros apresentarem um contexto contrastante, composto, de um lado, por uma trajetória histórica de segregação social, combinada com um vasto patrimônio cultural reconhecido nacional e internacionalmente e, de outro, pelos impactos e riscos decorrentes do turismo cultural, tais como o agravamento dos problemas sociais existentes e o enfraquecimento das práticas culturais tradicionais e de seus elementos identitários, por meio da inserção de novos equipamentos culturais urbanos, como atrações turísticas. Dentre os objetivos específicos, pretendem-se: refletir sobre o fenômeno do turismo nas comunidades urbanas tradicionais e sua relação sociocultural; descrever brevemente marcos na população local, em termos cultural, político e histórico; abordar as principais transformações locais decorrentes do novo modelo de gestão da cidade na região portuária (Projeto Porto Maravilha) e constatar as perdas e ganhos dos bairros e seus aspectos culturais.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo partiu de fundamentação teórica e metodológica por meio de análise bibliográfica e observação *in loco* das mudanças provenientes das intervenções urbanas e produção das localidades para o incremento da atividade turística. Em face disso, o presente trabalho se estrutura em quatro capítulos. Inicialmente, são abordados o fenômeno do turismo e seus impactos na escala local, com destaque para o Rio de Janeiro. No segundo momento, são identificados os marcos das intervenções nos bairros, refletindo os estigmas de segregação e memória social da região. No terceiro capítulo, são abordados como estudo de caso o projeto Porto Maravilha e seus desdobramentos no contexto atual da cidade. Por fim, são avaliados os notáveis impactos do turismo cultural nessas localidades, após a implantação do projeto Porto Maravilha, bem como os possíveis cenários futuros.

**Palavras-chave:** Turismo; Cultura; Comunidades urbanas.

## ABSTRACT

FERREIRA, Sirley Conceição. **Impacts of Cultural Tourism on Traditional Urban Communities**: The Case of the Port Region of Rio de Janeiro. 2020. 203p. Dissertation (Master in Heritage, Culture and Society). Multidisciplinary Institute, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, RJ, 2020.

The main objective of this research is to evaluate the impacts of the phenomenon of touristification in traditional populations, taking the port region of Rio de Janeiro and its neighborhoods (Saúde, Gamboa, Santo Cristo and part of Downtown) as a case study. At first, the region was historically marked by housing the Afro-Brazilian population, as well as by environmentally impacting economic activities (slave trade, port and industrial activities, etc.). It is also characterized by concentrating a large amount of social and historically marginalized populations which, from 2009 onwards, started to coexist with another urban problem: the increase in tourist activity. Touristification is the process of transforming a place into a tourist territory, using city spaces to promote places to meet the desires of certain social groups from the public and private sectors (market makers). It turns out that this process is linked to the practice of cultural tourism, which may or may not bring benefits to local communities, depending on how it is managed. It is observed, based on specialized literature, that this activity can socially impact on the quality of life of existing social groups and mischaracterize their cultural assets, putting at risk the references of different identity groups.

Given this scenario, this study is justified by the fact that the aforementioned neighborhoods present a contrasting context, composed, on the one hand, by a historical trajectory of social segregation, combined with a vast cultural heritage recognized nationally and internationally and, on the other, by the impacts and risks arising from cultural tourism, such as the worsening of existing social problems and the weakening of traditional cultural practices and their identity elements, through the insertion of new urban cultural facilities, such as tourist attractions. Among the specific objectives, we intend to: reflect on the phenomenon of tourism in traditional urban communities and their socio-cultural relationship; briefly describe milestones in the local population, in cultural, political and historical terms; address the main local transformations resulting from the new city management model in the port region (Porto Maravilha Project) and verify the losses and gains of the neighborhoods and their cultural aspects.

In order to achieve the proposed objectives, this research started from a theoretical and methodological basis, through bibliographic analysis and *in loco* observation of changes arising from urban interventions and production of localities, for the increase of the tourist activity. In light of this, the present study is divided into four chapters. Initially, the phenomenon of tourism and its impacts on the local scale are addressed, with emphasis on the city of Rio de Janeiro. In the second moment, the milestones of interventions in the neighborhoods are identified, reflecting the stigma of segregation and social memory in the region. In the third chapter, the Porto Maravilha Project and its developments in the current context of the city are discussed as a case study. Finally, the significant impacts on these locations are evaluated after the implementation of Porto Maravilha Project, as well as the possible future scenarios.

**Keywords:** Tourism; Culture; Urban communities.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b>	Representação da Região Portuária e os bairros tradicionais e seus morros limítrofes ao centro da cidade .....	78
<b>Figura 2</b>	Bairros tradicionais e cinturão de isolamento pelas avenidas de acesso à região portuária.....	94
<b>Figura 3</b>	Representação da região portuária e formação de núcleos urbanos revitalizados e funcionais .....	105
<b>Figura 4</b>	Localização estratégica com relação à mobilidade urbana e fluxo de pessoas para as áreas revitalizadas e turistificadas .....	109
<b>Figura 5</b>	Marketing estratégico do editorial da empresa Cdurp de divulgação da revitalização da Região Portuária .....	112
<b>Figura 6</b>	Novas arquiteturas urbanas e culturais no entorno da Praça Mauá: a, b, c e d .....	114
<b>Figura 7</b>	Entrada da Rua Sacadura Cabral em direção ao bairro da Saúde..	118
<b>Figura 8</b>	Iniciativa futura da Parceria Público-Privada da criação do Complexo empresarial Trump Torre Rio .....	120
<b>Figura 9</b>	Representação do cenário do Cais da Imperatriz 1843, antes conhecido como Cais do Valongo .....	144
<b>Figura 10</b>	Retrato do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz na década de 1989 .....	145
<b>Figura 11</b>	Representação do Cais do Valongo após sua ‘(re) descoberta’ durante as obras do programa de Revitalização Porto Maravilha em 2011 .....	146
<b>Figura 12</b>	Prédio antiga Docas Pedro II (ao fundo, na primeira imagem) .....	148
<b>Figura 13</b>	Jardim Suspenso do Valongo e Morro da Conceição .....	149
<b>Figura 14</b>	Área da (re)descoberta do Cemitério Pretos Novos Bairro Gamboa em 1996 e pesquisa arqueológica em camadas mais profundas do terreno em 2017 .....	151
<b>Figura 15</b>	Área interna do memorial e vestígio arqueológico .....	152
<b>Figura 16</b>	Monumento histórico da Pedra do Sal, no bairro da Saúde .....	156
<b>Figura 17</b>	Extensão da Avenida Marechal Floriano (Rio de Janeiro) .....	165

<b>Figura 18</b>	Protesto de mobilização em prol da valorização do Instituto .....	165
<b>Figura 19</b>	Largo de São Francisco da Prainha, localizado no bairro da Saúde (Rio de Janeiro) .....	177
<b>Figura 20</b>	Prédios Listados como preservados na Rua Sacadura Cabral, no sopé do Morro da Conceição .....	178

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO SOBRE COMUNIDADES URBANAS TRADICIONAIS RESIDENTES.....</b>	<b>19</b>
1.1. Reflexões acerca do fenômeno do turismo .....	19
1.2. Cultura: reflexões e conceitos .....	28
1.3. Turismo Cultural .....	38
1.4. Impactos do turismo cultural nas comunidades urbanas tradicionais .....	50
1.5. Marcos da política de turismo no Brasil e no Rio de Janeiro .....	61
1.6. Reflexões sobre as diretrizes turísticas do Rio de Janeiro previstas no Plano Diretor 2011 .....	73
<b>2. MEMÓRIA SOCIAL E URBANA DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO .....</b>	<b>79</b>
2.1. Atividades econômicas e apropriações de espaço características da Região Portuária até o século XIX .....	82
2.2. A Reforma Passos, seus reflexos na região e o estigma da segregação social .....	91
<b>3. O PROJETO PORTO MARAVILHA SOB O ATUAL CONTEXTO SOCIAL .....</b>	<b>100</b>
3.1. Antecedentes históricos e considerações preliminares .....	100
3.2. O Projeto Porto Maravilha e a construção de uma nova imagem para a região .....	105
3.3. O marketing turístico e as novas atividades relacionadas à região .....	113
3.4. Ganhos e perdas socioculturais da Região Portuária perante as estratégias de marketing turístico .....	119
3.5. Perspectivas futuras da região e seus aspectos socioculturais .....	127
<b>4. TURISMO CULTURAL E OS BAIRROS PORTUÁRIOS: REFLEXO NA COMUNIDADE URBANA TRADICIONAL .....</b>	<b>139</b>
4.1. Marcos sociais e históricos da Região Portuária .....	140
4.2. Cais do Valongo .....	145
4.3. Museu Pretos Novos .....	152
4.4. Pedra do Sal e a comunidade quilombola do entorno .....	155
4.5. Notáveis e possíveis impactos socioculturais e econômicos dos bairros tradicionais portuários e a atividade do turismo.....	165
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>188</b>



## INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objetivo principal avaliar os impactos da turistificação nas comunidades históricas urbanas residentes, tendo como estudo de caso a região portuária do Rio de Janeiro e seus bairros (Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro).

A turistificação é a transformação de espaços da cidade em território turístico, visando à promoção de lugares para o atendimento de anseios de determinados grupos sociais e demais agentes (setor público, agentes de mercado, promotores, planejadores, etc.) na produção do capital. Conforme Vasconcelos (2005, p. 49) ressalta, esse processo “consiste no (re)ordenamento ou na (re)adequação espacial em função do interesse turístico. É uma interação entre fixos (territórios, paisagens, etc.) e fluxos (capital, pessoas, padrões e valores culturais)” que influencia as diferentes esferas da organização socioespacial.

A análise de Knafou (1996, *apud* FRATUCCI, 2007, p. 2) considera três fontes possíveis de turistificação dos lugares e dos espaços: os turistas, o mercado e os planejadores. O primeiro agente se caracteriza pelas práticas sociais de deslocamentos temporários e contato com diferentes pessoas e grupos identitários que fazem surgir localidades turísticas. O segundo é o principal agente na criação de novos destinos ou produtos turísticos que são colocados à venda para o consumidor, consistindo em uma relação estritamente econômica. Por fim, o terceiro agente que, em sua maioria, é externo aos lugares que turistifica e muitas vezes não reconhece as características culturais locais.

Nessa linha de argumentação, esse processo também está relacionado com o modo pelo qual os espaços são geridos culturalmente, ou seja, quais bens culturais são selecionados ou são produzidos para o turismo e quais grupos sociais serão demandados para usufruir da atividade. Em vista disso, tal processo é importante de ser estudado pelo fato de envolver um conjunto de consequências no território, que vão desde a inserção de novos equipamentos e a (re)funcionalização do antigo, até a alteração da dinâmica do local e do uso dos espaços aparentemente públicos, como aponta Leite (2008).

A transformação do lugar e a produção do imaginário das localidades em áreas turísticas são um dos principais impactos sociais observados, afetando, inclusive, o caráter essencialmente social do patrimônio, ao mesmo tempo em que se distancia da realidade social local – o que se faz presente em grande parte do discurso de produtores do turismo

(SIQUEIRA, 2014). Há, dentre outros aspectos, o risco iminente de diminuição da qualidade de vida das comunidades urbanas tradicionais residentes, da descaracterização do patrimônio cultural em prol da atividade turística, e até mesmo de um possível processo de *gentrificação*. Logo, observa-se que os impactos sociais provenientes da turistificação podem ser significativos.

As comunidades urbanas tradicionais são grupos que possuem uma identidade e marca no território onde suas práticas se vinculam à natureza, sendo esse caracterizado por certa autonomia, autoctonia, memória de lutas passadas e histórias atuais de resistências e por partilharem a experiência do viver em territórios cercados e ameaçados (BRANDÃO e BORGES, 2014). Segundo Cruz (2007, *apud* ARGUEDAS, 2017, p. 72), o termo “tradicional” evoca uma maneira de fortalecer os laços comunitários e manter um modo de vida em um determinado lugar.

No entanto, a emergência das comunidades quilombolas como sujeitos coletivos e grupos étnicos nas últimas décadas está relacionada ao processo de luta pelo acesso à terra e ao território. Portanto, a comunidade urbana tradicional é uma organização social que ocupa o território e seus recursos naturais e culturais, por meio da transmissão de viveres e experiências, sendo culturalmente diferenciados das demais formas de organização da sociedade (GRZEBIELVKA, 2012, p. 118).

Diante desse quadro, os bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e parte do Centro, escolhidos como estudo de caso da pesquisa, são identificados historicamente como espaços de memória da africanidade brasileira e que, por muito tempo, foram considerados como localização de população socialmente excluída do centro da cidade. A partir da implantação do projeto Porto Maravilha em 2009, ocorreu um processo urbano inverso devido aos planos estratégicos de revitalização da região como porta de entrada do turismo na cidade e preparação para os Jogos Olímpicos.

Processos similares podem ser observados no caso do bairro histórico do Pelourinho, em Salvador, Bahia, onde a população tradicional foi transferida para outra localidade e também ocorreu a descaracterização e a perda da autenticidade do patrimônio urbanístico e arquitetônico local. Em Recife, Pernambuco, a revitalização dos bairros históricos e a intensificação da especulação imobiliária resultaram da significativa atuação do setor privado e ação pública, que se concentrou na melhoria da infraestrutura e na qualificação dos espaços

públicos, partindo do uso das construções já existentes e aumentando, assim, a segregação socioespacial (ZANCHETTI, 2003, p. 120).

Atualmente, as cidades históricas brasileiras têm se tornado grandes balcões de negócios. Os planos estratégicos urbanos têm direcionado os vetores de crescimento para a expansão imobiliária e a venda dos espaços públicos, tornando-as “cidade-mercadoria e objeto de luxo” (VAINER, 2002, p. 2). O projeto Porto Maravilha é considerado pela prefeitura como projeto urbano estratégico e rentável para o Rio de Janeiro, apesar de gerar sucessivas mudanças sociais e culturais, e ameaça à permanência das populações locais e suas manifestações culturais tradicionais, conforme destaca Silva (2012, p. 61).

Considerando os elementos apresentados, o objetivo deste estudo se justifica pelo fato de os bairros apresentarem uma trajetória histórica de segregação social das comunidades residentes nessas localidades, principalmente aquelas afro-brasileiras, cujas referências culturais reconhecidas como patrimônio cultural estão sendo impactadas pela atividade turística decorrente do processo de revitalização da região portuária. Percebe-se, na Região Portuária, além da verticalização das novas tipologias previstas para a antiga retroárea do Cais do Porto, que estima gabaritos de 30 a 50 pavimentos, a construção de equipamentos culturais que atrairão novos grupos sociais, caracterizando assim um processo de turistificação dos espaços da região visando promover o turismo cultural.

Entre os antecedentes históricos relacionados à problemática citada, destaca-se o fato de os bairros portuários terem sido historicamente marcados por abrigar grandes contingentes de população socialmente marginalizada, principalmente a população afrodescendente, bem como estivadores e operários atuantes em impactantes atividades econômicas e ambientais (como atividades portuárias e industriais, etc.).

No século XX, a Reforma Pereira Passos projetou para a região o novo porto da cidade, o que resultou na reconfiguração do espaço urbano de seu litoral, bem como na consolidação das funções sociais e econômicas anteriores. No tocante aos aspectos sociais, a região que já era estigmatizada pela presença de população afrodescendente e de operários, teve reforçado seu papel de repositório de mão de obra barata, enfatizando seu estigma de segregação espacial e social no contexto da cidade.

No século XXI, o projeto Porto Maravilha, combinado ao papel assumido pelo Rio de Janeiro de cidade-sede das Olimpíadas, sugeriu a revitalização da região, combatida economicamente pela decadência das atividades portuárias e pelo isolamento viário no

contexto da cidade, propondo, dentre outros, a sua inserção no mapa turístico carioca. Cabe observar que os bairros acumulam um grande acervo de patrimônios culturais edificados que contam em muito a sua trajetória no contexto social, cultural e urbano da cidade.

As localidades tradicionais da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e parte do Centro apresentam diversas características que fazem parte da formação social, cultural, histórica e urbana do Rio de Janeiro, como: o Cais do Valongo (importante patrimônio da memória da “diáspora africana”); a Pedra do Sal (localizado no Bairro da Saúde) e o Samba; o Cemitério e Museu Pretos Novos (Gamboa); os registros sobre comércio e a tortura de escravos, que marcaram a história do Bairro do Santo Cristo. Essas, entre outras narrativas e práticas sociais, hoje fazem parte do Circuito de Herança Africana, criado com o propósito de resgate da cultura afro-brasileira.

Desde então, refletir sobre o contexto urbano e social dessa região e de seus lugares é sempre um desafio. Mediante as intenções reveladas pelo projeto Porto Maravilha, cabe perguntar: Para quem ele está sendo organizado? Quais grupos sociais estão sendo inseridos e beneficiados nesses espaços? Até que ponto o turismo cultural tende a contribuir para salvaguardar o patrimônio cultural local?

A escolha do estudo de caso parte da ideia de que esse novo modelo de revitalização cria uma nova área de centralidade e oportunidade de valorização do patrimônio e oferta cultural, por meio dos novos empreendimentos culturais edificados como o Museu do Amanhã, o AquaRio e a recente inauguração da Roda Gigante Rio Star (2019), todos localizados próximos à Praça Mauá.

Em face do objetivo principal e das justificativas apresentadas, a partir da investigação de caráter fundamentalmente teórico-metodológico e de análise qualitativa, o presente trabalho se vale de fontes bibliográficas (livros, artigos científicos, artigos publicados em revistas, jornais, etc.), assim como levantamentos de dados (fotos, tipos de ocupação e população residentes nos bairros), com observação *in loco* dos lugares modificados pela ação do turismo. São utilizados ainda dados quantitativos e qualitativos dos órgãos institucionais (IBGE, TURISRIO, IPN, IPHAN, ICOMOS e outros), com objetivo de reforçar o entendimento das questões sociais, culturais, urbanas e turísticas apresentadas.

Dentre os objetivos específicos, pretende-se: refletir sobre o fenômeno do turismo nas comunidades urbanas tradicionais e sua relação sociocultural; descrever brevemente marcos sociais, culturais, políticos e históricos da região; abordar as principais transformações

socioculturais decorrentes do novo modelo de gestão urbana da região portuária (tendo como estudo de caso o projeto Porto Maravilha); e constatar as perdas e ganhos nos bairros e nas comunidades tradicionais.

Essas considerações preliminares cumprem apresentar a estrutura do presente trabalho, que é composto por quatro capítulos. O primeiro capítulo tem o objetivo de propor uma reflexão sobre os autores que tratam do fenômeno do turismo, seus impactos nas localidades receptoras e sua relação com o patrimônio, ressaltado por meio de sua relação sociocultural com o espaço, a partir da qual o Turismo Cultural se apresenta como fator de desenvolvimento na escala local.

O segundo capítulo se refere mais especificamente à memória social e urbana da Região Portuária em termos de mudanças sociais, políticas e culturais, trazidas por notícias, literatura e pelas elites locais. Apresentar-se-á a Europa como paradigma, e, ao mesmo tempo, modelo de aspiração para a intervenção urbana e social de outras cidades; além de abordar sucintamente marcos temporais que resultaram na marginalização social das comunidades tradicionais dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, com ênfase na comunidade afro-brasileira.

No terceiro capítulo, temos como estudo de caso o projeto Porto Maravilha, em uma análise de seus objetivos, ações, diretrizes e atividades implementadas na região. Serão apontadas suas principais ações com relação ao turismo, especialmente os investimentos na produção do turismo cultural, refletindo a noção do marketing turístico frente aos bens culturais existentes. Serão salientados, ainda, os impactos nas comunidades receptoras, considerando, de forma geral, as perdas e os ganhos dessa gestão em termos sociais, culturais, econômicos e turísticos.

Por fim, o quarto capítulo, dando continuidade ao estudo de caso, irá refletir sobre os bairros tradicionais como espaço de memória coletiva e representação da cultura negra. Refletir-se-á, ainda, por meio dos indicadores apresentados, sobre os impactos que já estão ocorrendo e aqueles possíveis de ocorrerem devido ao turismo cultural no que tange à comunidade local no âmbito socioeconômico. Com relação ao patrimônio cultural, o capítulo refletirá sobre as perspectivas futuras da região.

## CAPÍTULO I

### REFLEXÕES SOBRE OS IMPACTOS DO TURISMO SOBRE COMUNIDADES URBANAS TRADICIONAIS RESIDENTES

Neste primeiro capítulo, serão apresentadas reflexões sobre o turismo e o motivo pelo qual essa atividade é considerada atualmente como um fenômeno que ainda merece grandes estudos no campo das Ciências Sociais, no sentido de compreendermos como ele influencia outras áreas do conhecimento.

O turismo exerce uma dinâmica socioespacial, sendo um desses fatores o processo de turistificação observável nas localidades a serem mencionadas no decorrer dos capítulos. Além disso, procuramos analisar a complexidade dessa atividade, seus processos históricos e suas formas de apropriação dos efeitos multiplicadores da atividade no território e nas comunidades receptoras. Esses têm, em última instância, provocado a implementação de políticas, programas e projetos de desenvolvimento que não contemplam todas as dimensões e variáveis nele implicadas nos últimos tempos. Serão abordadas, ainda, as diferentes temáticas que envolvem a produção desta atividade, – no caso, o turismo cultural.

Estruturalmente, este estudo se inicia com as teorizações e reflexões sobre o turismo, dos antecedentes do surgimento desta atividade na Europa, e sua consolidação como turismo de massa, agregando novas práticas e modalidades e se caracterizando como fenômeno contemporâneo.

#### 1.1. Reflexões acerca do fenômeno do turismo

Molina (2003, *apud* TOMÉ MACHADO, 2013, p. 108) propõe uma sintetização do processo evolutivo do fenômeno do turismo em três grandes fases: a primeira seria o **Pré-Turismo**, com destaque para o *Grand Tour*, sendo esse um fenômeno social típico da cultura europeia (aristocrática) do século XVIII. O segundo momento seria o **Turismo Industrial**, e a terceira e última fase é o **Pós-Turismo**, que surge na década de 1990 e se estende pelo século XXI, sendo essa a que presenciamos na atualidade.

Historicamente, essa atividade teve início na Roma Imperial, caracterizada pelas viagens que iam desde as muralhas de Adriano até o rio Eufrates na busca de lazer. Entre os

séculos XV e XVII, eram feitas viagens organizadas de cunho cultural e religioso, que iam de Veneza à chamada Terra Santa, como afirmam Mendonça et. al (2003, p. 2). Nesse período, as peregrinações marcam e formam, juntamente com os destinos balneários, os primórdios do turismo (SANTOS, 2000, p. 39).

No final do século XVII e início do século XVIII, surge o *Grand Tour* clássico. O período coincide com o surgimento do capitalismo e, conseqüentemente, com o crescimento industrial e fomento das inovações tecnológicas – fatores esses que contribuíram para a dinamização e crescimento da atividade turística na Europa (MENDONÇA, 2003). Além disso, outros elementos contribuíram para a intensificação desta atividade, como o desenvolvimento dos meios de transporte graças aos avanços tecnológicos nesse setor, gerados pela Revolução Industrial.

Os primeiros momentos da atividade turística estavam relacionados aos aspectos técnicos, culturais e lazer. Com o surgimento do *Grand Tour*, considerado parte do fenômeno social denominado viagens aristocráticas, típico da cultura europeia do século XVIII, o período é marcado pela efervescência da atividade turística, mesmo que ainda restrita a uma determinada camada social para quem as viagens se mostravam como elemento de status social (MENDONÇA, 2003).

Conforme aponta Salgueiro (2002, p. 5), aqueles que o faziam eram chamados de “Grand Tourist”. Além do aspecto social, os viajantes também tinham como objetivo conhecer outras culturas antigas e seus monumentos, ampliar o conhecimento sobre a história e a arte dos antigos e a contemplação da paisagem. A viagem se constitui, assim, como um hábito aristocrático, principalmente entre os filhos de aristocratas das classes alta e média da época.

Destaca-se que nesse mesmo momento iniciam-se os estudos sistemáticos do que viria a se consolidar como a Arqueologia, além de surgirem também os primeiros estudos e teorizações modernas sobre a conservação e preservação de monumentos históricos (SALGUEIRO, 2002, p. 28). Desse modo, as influências culturais dessa atividade propiciaram práticas e conhecimentos ao longo do tempo como modas, preferências, fantasias projetadas sobre o monumento, a arquitetura e a paisagem que se refletem ainda hoje no cenário do turismo (SALGUEIRO, 2002).

A segunda fase do turismo é marcada pela Revolução Industrial (1780-1900), período este reconhecido pelas revoluções burguesas, pela democratização do tempo livre e pela

garantia das leis trabalhistas. O maior tempo livre das pessoas resultou no crescimento da indústria de viagens, com conseqüente ampliação na infraestrutura de acomodações e dos meios de transporte, possibilitando a expansão desse movimento até a América do Norte (MENDONÇA, 2002), e o crescimento do turismo de massa por toda a Europa e outros continentes (MILHEIRO e MELO, 2005, p. 116).

O momento histórico é também marcado pela revolução técnico-científica nos campos da eletricidade, do aço, do petróleo e do motor de explosão, e dos meios de transporte (nomeadamente, dos trens e navios a vapor) – os avanços nesse último setor impulsionaram, por exemplo, a construção de ferrovias que passaram a ser vistas como oportunidade para viagens (MILHEIRO e MELO, 2005). É nesse ponto que surgem as primeiras excursões turísticas organizadas pela Europa; Barbosa (2002) e Lima (2013) destacam a primeira delas, ocorrida em 1841, e planejada por Thomas Cook, empresário inglês conhecido como o primeiro agente de viagem.

Considerando o contexto social, há maior democratização no acesso aos balneários, os quais trabalhadores abastados começam a frequentar para realização de atividades turísticas, como recreação e lazer. Esses fatores de mudança “propiciaram alterações estruturais no modo de vida das sociedades, operando-se a passagem do tradicional para o moderno, além de uma nova postura de comportamento nos indivíduos que passaram a viver nas cidades”, como afirma Simmel (1976, *apud* LIMA, 2013, p. 67).

Até então não havia preocupação com proteção ambiental. Todavia, o crescimento e a intensificação da atividade turística estimularam as construções e o *boom* imobiliário, impulsionando construções que atualmente caracterizam os centros mais antigos da Europa. Essas são também resultado da chamada *Belle Époque*<sup>1</sup>, período de grandes transformações vividas no continente europeu, principalmente em Paris (RUSCHMANN, 2012, p. 20).

De modo geral, dois momentos históricos marcam o crescimento da atividade do turismo no século XX. O primeiro deles é a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), durante a qual o crescimento dos serviços de transporte foi interrompido, mas que impulsionou a expansão de rodovias e os investimentos em aviações, além do incremento das indústrias automobilísticas. Essa configuração acabou gerando resultados positivos, na prestação de serviços e na utilização dos meios de transporte, contribuindo assim para o surgimento do

---

<sup>1</sup> Processo histórico de urbanização e “higienização” ocorrido na área central de Paris entre 1853-1882. Chefiado pelo então prefeito Georges Eugène Haussmann, o processo de intervenção urbanística seguiu a lógica da burguesia, classe que se tornara dominante e que condicionou o urbanismo no início da Terceira República (ANDRADE et. al., 2018).

turismo social - uma nova modalidade de turismo pós-moderno na qual os turistas focam em viagens além do continente europeu e de seus países (MENDONÇA *et al*, 2003, p. 3).

O segundo momento é marcado pela Depressão de 1930<sup>2</sup> e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), sendo esse considerado a época do ápice dos balneários (atividade tradicional envolvendo sol e praia), e também caracterizado pela ampliação dos serviços relacionados ao turismo, como hotéis, operadoras de transportes, agências de viagem, além das novidades tecnológicas nos transportes (LIMA, 2013). Esse período de *boom* do turismo refletiu também nos meios de comunicação.

Esses passaram a promover a divulgação dos atrativos turísticos, especialmente por meio da televisão, o que impulsionou e aumentou o desejo das pessoas em viajar. Ao mesmo tempo, a mídia proporcionou aos possíveis turistas imagens dos locais para onde eles poderiam ir, permitindo que avaliassem os potenciais locais e a possibilidade de viagem até esses. É nessa época que surgem novas modalidades de turismo, como o desportivo, o cultural e os *campings*, resultando no crescimento da segmentação do mercado turístico (MENDONÇA, 2003, p. 3).

Conforme indicam Fortuna e Ferreira (1996, p. 4, *apud* BERNARDO, 2013, p. 4), “com a mobilidade e consumo mais acessíveis, o turismo apresenta-se como uma atividade específica da modernidade com capacidade de gerar diferenciação social”. Da mesma forma,

(...) com o “fim” do capitalismo organizado presente até há algumas décadas, esta fase é substituída por uma outra de desorganização onde o turismo perde a particularidade da mobilidade, pois o acesso aos bens, serviços e produtos culturais de outras sociedades podem ser acedidos de outras formas. Desse modo, o turismo perde a capacidade de diferenciar os sujeitos, graças à crescente segmentação dos mercados e das clientelas, que acabam por permitir uma nova revalorização do turismo, sublinhando a valorização da cultura visual e estimulando reflexivamente os turistas. Este “pós-turista” vive da *desdiferenciação* social (BERNARDO, 2013, p. 4).

A partir da década de 1950, o crescimento de atividades industriais e a emissão de poluentes leva, conseqüentemente, a um aumento dos impactos ambientais. É nesse período que emergem diversos questionamentos a respeito dos efeitos das atividades humanas – dentre elas, o crescente turismo de massa – sobre o meio ambiente (TOMÉ MACHADO,

---

<sup>2</sup> Crise nos Estados Unidos que afetou países do mundo inteiro. O Reino Unido, a Alemanha e outros países sofreram com a perda de empréstimos estadunidenses e com o fim das trocas comerciais com os Estados Unidos. Disponível em: <<https://escola.britannica.com.br/artigo/Grande-Depress%C3%A3o/481409>>. Acesso em: 21 Ago. 2020.

2013). O pico do crescimento desse tipo de atividade turística ocorre entre os anos 50 e 70, quando há uma “massificação da atividade; quando os voos *charters* e os ‘pacotes turísticos’ conduziram milhares de pessoas às partes mais remotas do planeta, além de conduzi-las a localidades nos próprios países emissores (turismo interno)”, segundo Ruschmann (2012, p. 15).

A década de 1980 é marcada pela prosperidade dos países desenvolvidos. Aqueles que tinham maior poder de compra, além de buscarem por localidades exóticas, por conhecer culturas tradicionais e autênticas, tiveram acesso às viagens turísticas empreendidas de maneira individual ou em grupo (RUSCHMAN, 2012, p. 15). Diante disso, o acesso ao turismo passa a ser entendido como “direito ao lazer”. No entanto, vale notar que a massificação das atividades turísticas nas localidades gera questionamento sobre os impactos negativos ao meio ambiente e às características culturais das comunidades receptoras (RUSCHMAN, 2012, p. 16).

Tal postura resultou na sensibilização e na criação de normas que passaram a restringir o direito dos turistas ao consumo exacerbado sobre os valores culturais e dos recursos naturais das comunidades visitadas. Ao mesmo tempo, o turismo de massa como atividade moderna passa a ser alvo de críticas da sociedade pós-moderna. Além disso, a segmentação de mercado e o surgimento de novas modalidades e práticas desta atividade possibilitaram pensar em iniciativas mais sustentáveis (LIMA, 2013). Desde então, o turismo moderno é assim definido, quando a atividade deixa de ser apenas uma atividade social vinculada ao lazer e passa a ser uma atividade institucionalizada, ou seja, organizada por empresas e instituições de forma lucrativa e rentável (LIMA, 2013).

Conforme indica Molina (2013), a transição do turismo industrial para o pós-industrial, que se inicia na década de 1980, é marcada pela busca do turista pelo imaginário autêntico, por elementos do passado e pela (re)criação desse passado por meio de experiências únicas. O desejo por um conhecimento mais profundo das regiões visitadas promove uma renovação do turismo (RUSCHMANN, 2012). Nesse sentido, os agentes de mercado trabalham a noção de um turismo autêntico – “baseada na ideia da história como mercadoria vendida, uma autenticidade encenada e alimentada pelo desejo de experienciar culturas anteriores e culturas pré-modernas” (BERNARDO, 2013, p. 10).

Em contrapartida, no final da década de 1980, há uma desaceleração da prática do turismo de massa tradicional para um turismo cultural. Nesse sentido, a demanda por serviços

turísticos torna-se mais exigente, requisitando cada vez mais qualidade e a combinação adequada entre cultura e meio ambiente, na procura de conhecer “verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio intercultural de uma parte e a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados em outro lugar” (ZAOUAL, 2008, p. 3).

O Pós-Turismo é associado à noção de “mercadorização do lugar”, relacionada à venda de seus aspectos naturais e culturais. É relevante notar algumas questões levantadas nessa última fase do turismo, como: os efeitos desta atividade sobre a cultura das regiões visitadas; a intensificação de visitação nos locais, devido ao turismo de massa; a ausência de comprometimento dos atores públicos locais com a autenticidade desses; e, por fim, o risco de perda da identidade local, da espontaneidade das manifestações culturais (RUSCHMANN, 2012, p. 51-53).

Portanto, a estruturação dos lugares, o conhecimento e a conservação das características históricas e sociais, as trocas culturais, o avanço das tecnologias e a modernização das cidades são fatores que ilustram a mundialização dos lugares (SANTOS, [1996] 2009, p. 332). Nesse contexto, a cultura se torna elemento central do processo de globalização – esse tendo sua concretização auxiliada pelo turismo. O turismo cultural, assim, se mostra “alicerçado na interdependência da difusão e conservação da identidade dos povos e que estará cada vez mais voltado para compreensão dos aspectos etnológicos, religiosos e a maneira de viver das pessoas” (PIRES, 2004, p. 26).

A partir de uma visão pós-moderna dessa atividade, percebe-se que, desde a década de 1950, o turismo vem se consolidando como atividade de grande rentabilidade econômica, influenciando muitos países, estados e municípios a estabelecerem políticas públicas para ordenar e potencializar os benefícios advindos do setor em função do uso dos recursos de seus territórios (PIRES, 2004). No entanto, a forma como as ações para o desenvolvimento da atividade têm sido fomentadas nem sempre gera resultados positivos; do mesmo modo, a falta de uma visão apurada sobre as dimensões abrangidas por esse fenômeno causa impacto na implementação de políticas, programas e projetos que não contemplam todas essas (FRATUCCI, 2014, p. 40).

Segundo a Organização Mundial de Turismo (UNWTO, no acrônimo em inglês), o turismo se configura como fenômeno social e econômico, cujo crescimento e diversificação de atividades fizeram com que esse se tornasse um dos maiores setores econômicos mundiais

nas últimas décadas. A organização também o considera como peça-chave, importante para o progresso socioeconômico, entendendo que a contribuição do setor para o bem-estar econômico depende da qualidade e das receitas da oferta turística, incentivando como principal estratégia a busca de práticas sustentáveis dos mercados nacionais e internacionais por meio do turismo sustentável (UNWTO)<sup>3</sup>.

O turismo contemporâneo apresenta-se sob as mais variadas formas; o ambiente mundial sinaliza novos enfoques sociais, culturais, ecológicos, econômicos, tecnológicos e institucionais para a atividade. Esses surgem como consequência de fatores como as pressões ambientais, as mudanças nas preferências dos turistas e os impactos do turismo nas comunidades receptoras e seus efeitos na vida das pessoas e outros. Assim, percebe-se que a atividade turística tem papel importante nos processos de globalização econômica e de mundialização territorial, despontando como fenômeno responsável pela construção de novos espaços regionais e locais, resultando em impactos nas sociedades e em seus territórios no final do século XX (VERA *et al.*, 1997, *apud* FRATUCCI, 2014, p. 45).

Com base no exposto, pode-se afirmar que o turismo é um fenômeno socioespacial. O primeiro aspecto relaciona-se com os deslocamentos das pessoas em busca de conhecer novos lugares e vivenciar experiências turísticas culturais e autênticas. O segundo, por sua vez, considera os efeitos dos agentes sociais da atividade e suas tentativas de apropriação sobre o território. Geograficamente, “não é possível falarmos do nem atuarmos no e para o turismo, sem incluirmos a dimensão espacial nas nossas discussões e ações” (FRATUCCI, 2014, p. 40). Em vista disso, o turismo é uma atividade dinâmica e complexa e resultado da ação dos diversos grupos e agentes sociais que se apropriam e produzem a diferenciação dos lugares.

A turistificação é um desses fatores de apropriação dos ambientes pelos agentes do turismo que provocam modificações gradativas nas características sociais, culturais, ambientais e espaciais, criando territórios e fixando novas territorialidades, espaços de transição e fluxo de pessoas (SANGUIN, 1977; RAFFESTIN, 1980; SOJA, 1971, *apud* SANTOS, 2009, p. 317). Esse processo tende a criar novos lugares voltados para atividade de lazer e entretenimento em determinada parte da cidade. Ademais, pode ampliar seu raio de atuação consolidando como destinos turísticos espaços duráveis e outros mais efêmeros e, assim, de acordo com Fratucci (2014, p. 43), incidindo sobre o ciclo de vida das destinações turísticas.

---

<sup>3</sup> Disponível em: [www.org/why-tourism](http://www.org/why-tourism). Acesso em: 08 abr. 2020.

Como produtores deste setor, destacam-se os agentes do capital ou de mercado, conhecido como *trade turístico*. O Estado atua como mediador e interventor das ações públicas e as populações receptoras englobam os trabalhadores dos setores público ou privado e a população em geral, formando um grupo bastante heterogêneo – em especial, quando envolve as comunidades tradicionais –, compreendendo, assim, um complexo jogo de territorialização (FRATUCCI, 2014). O segundo elemento relacionado a esse fenômeno é o “lugar turístico”. A ideia de lugar no contexto da geografia humana, de acordo com Santos ([1996] 2009), refere-se ao espaço que não se reduz e reúne logicamente o ser humano, as empresas, as formas sociais, jurídicas e geográficas, que, unidas, formam a vida cotidiana.

O lugar é também a base da vida comum, suscetível à criação de normas locais que influenciam a escala regional e se refletem no cenário nacional e global. Neste caso, o lugar é espontaneamente “(...) a sede da resistência, às vezes involuntária, da sociedade civil” (SANTOS, 2009, p. 259), onde todos estão envolvidos. Além disso, o autor indica que o território “é a arena da oposição entre o mercado que singulariza com técnicas da produção, a organização da produção, a ‘geografia da produção’ e a sociedade civil que generaliza e desse modo envolve, sem distinção, todas as pessoas” (SANTOS, 2009, p. 260). Por fim, ele é parte da dimensão física do espaço apropriado tecnicamente pelas pessoas ou grupos distintos.

Diante desse quadro teórico, entende-se o “lugar turístico” como espaço dos encontros e das trocas de experiências culturais, turistificado para atender determinado(s) público(s) – ou seja, é o lugar reestruturado para as experiências turísticas e onde ocorreram as interações e interrelações temporárias entre o anfitrião e o turista (FRATUCCI, 2014, p. 46). Esses são também caracterizados pelos atrativos turísticos, equipamentos e serviços voltados para o setor (agentes de viagens, meios de hospedagem, guias de turismo, espaços culturais, instalações para entretenimentos etc.) e infraestrutura de apoio, como serviços de comunicação, transportes, segurança etc. (FRATUCCI, 2014).

Castro e Freire-Medeiros (2007, p. 4) vão caracterizar a “natureza turística” de um lugar como sendo uma construção histórica e cultural que envolve a criação de um sistema integrado de significados através dos quais a realidade turística é estabelecida, mantida e negociada. Essa ideia tem como ponto crítico as narrativas a respeito da cidade como destinação turística, que se modificam com o tempo em alguma medida de maneira a antecipar o tipo de experiência que o turista deve ter e cujas modificações necessariamente

envolvem seleções. Assim, enquanto certos atrativos são apresentados para os turistas, outros permanecem ocultos na paisagem urbana (CASTRO e FREIRE-MEDEIROS, 2007).

É relevante observar que o espaço do turista – ou seja, o lugar por ele apropriado – é menor do que o espaço do turismo, que engloba uma dimensão mais ampla do território. Nesse sentido, o turista pode se apropriar de diferentes lugares turísticos dentro de um determinado território, território-rede ou região turística, tornando-se essa uma dimensão espacial complexa, como salienta Fratucci (2014, p. 45). O espaço pode, então, ser visto de duas formas: como espaço-natureza e como espaço-patrimônio.

O primeiro pode ser caracterizado por elementos como praias, montanhas e parques naturais, em sua maioria, ocupados por populações de pescadores artesanais. Já a segunda dimensão é constituída de monumentos históricos, além da residência de povos considerados tradicionais em torno de bens culturais como museus, sítios arqueológicos, rotas históricas e outros, que servem como base à atividade turística, e que não se diferem em termos de conservação, conforme aponta Rodrigues (2015, p. 84).

Nessa atividade, devem-se considerar todas as variáveis: sociais, culturais, econômicas, políticas, além das estratégias e técnicas, constituindo, dessa forma, um sistema integrado no seu desenvolvimento e no próprio planejamento participativo, não deixando de considerar a centralidade da comunidade local nesse processo (BENI, 1999, p. 4). Partindo de uma análise epistemológica do turismo, nota-se que o cerne deste setor é de caráter humano, pois são “os turistas que se deslocam e não as mercadorias” e o consumidor-turista determina a escolha do lugar turístico, refletindo na segmentação de mercado e no seu público (BENI e MOESCH, 2016, p. 3).

De modo geral, essa atividade muda toda a dinâmica da cidade e a estrutura dos ambientes urbanos, resultando em novos usos e públicos. As mudanças locais (re)significam a ambiência cultural e se refletem diretamente na comunidade receptora, resultando em impactos socioculturais e ambientais, tendo inúmeros efeitos sobre o espaço onde será produzida. Conclui-se, portanto, que o desafio é harmonizar a atividade do turismo com os diferentes aspectos ou atributos do lugar. Outros dilemas são encontrados em meio às discussões, em especial, os efeitos sobre as comunidades receptoras e suas vidas, as práticas econômicas (os usos econômicos e culturais do patrimônio), e a adoção de uma perspectiva de sustentabilidade sobre a atividade frente aos desafios da globalização.

Globalização, por sua vez, que adiciona problemáticas ao debate, como sua tendência à universalização, fragmentação e marginalização de território, a criação de novas escalas de poder e ação e a recriação de localidades como escalas de regulação, ação e política. O processo está associado, ainda, a uma redução na relação espaço-tempo e alteração da geometria do poder, bem como à geração de competição, ampliação de conflitos e contradições em diferentes âmbitos, e a (re)significação de culturas em um processo de aculturação. A globalização, assim como o turismo, pode ser considerada como um fenômeno contemporâneo (DINIZ, 2006).

## 1.2. Cultura: reflexões e conceitos

(...) a natureza humana é comum a todas as pessoas, está nos genes e representa o nível universal do software mental. Seria como o sistema operacional que determina as funções físicas e psicológicas, como a capacidade de sentir alegria, tristeza, raiva, necessidade de associação com outras pessoas, dentre outras. Entretanto, o que cada um faz com esses sentimentos é modificado pela cultura (PAIVA, 2010, p. 40).

A relação entre a natureza e o ser humano adquire caráter histórico desde sua aparição no pensamento científico. Do mesmo modo, o conceito de cultura se forma no decorrer das diferentes etapas do desenvolvimento social; atualmente, há uma compreensão sobre o que é visto como o conhecimento acerca da relação entre as pessoas e sua atuação no meio onde estão inseridos (ASCANIO, 2003, p. 34). O termo cultura é inerente à reflexão da Antropologia, no que diz respeito aos estudos sobre a evolução humana em diferentes contextos, e à reflexão das Ciências Sociais, apresentando-se como base de seus estudos sobre os modos de comportamento do ser humano e sua relação com o outro.

Nesse sentido, a relação entre as pessoas e seus comportamentos “fornece a resposta mais satisfatória às diferenças entre os povos” (CUCHE, 1999, p. 9), e o que conhecemos hoje por cultura parte da ideia de que “o cultural não pode ser estudado independentemente do social”, como aponta Bastide (1960, p. 317, *apud* CUCHE, 1999, p. 125). Considerando os antecedentes históricos do conceito de cultura, observa-se que, no século XVIII, o termo *Kultur* era utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade; já a palavra francesa *civilisation* (civilização) referia-se às realizações materiais de um povo (LARAIA, 1986, p. 25).

Conforme indica Laraia (1986), a primeira definição desse conceito tal qual é utilizada atualmente foi feita pelo antropólogo Edward Taylor, que formaliza em seus estudos uma noção que já vinha crescendo na mente humana, definindo em 1871 que a cultura “é o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética”. Esses comportamentos englobam, ainda, as tecnologias e modos de organização econômica, organização política, agrupamento social, crenças e práticas religiosas, tradições e outros (LARAIA, 1986, p. 28).

Por outro lado, demais autores contribuíram para a consolidação da definição desta concepção, além de apontarem que o homem criou o seu próprio processo evolutivo, se adaptando às mais diferentes condições do ambiente. Neste caso, o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado, herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que se antecederam e por aquelas que ainda estão em processo de desenvolvimento (ALFRED KROEBER, 1960, *apud* LARAIA, 1986, p. 41).

Segundo Cuche (1999, p. 23), essa visão sobre a cultura remete ao modo de vida e de pensamento do ser humano associados à ideia de “civilização”, aludindo a uma concepção que envolve progresso e coletividade, definida como sendo um processo de melhoria das instituições, da legislação e da educação. O uso dos termos “cultura” e “civilização” marca o aparecimento de uma nova concepção no percurso histórico. Para Lévi-Strauss (1934, *apud* LARAIA, 1986, p. 61), a cultura se define como sendo “um sistema simbólico que é uma criação acumulativa da mente humana”.

Para o antropólogo Clifford Geertz (1989, p. 4-8), cultura são “teias de significados” que o próprio homem tece ao longo de sua vida, podendo ser vista também como uma “ciência interpretativa, à procura do significado, e não uma ciência experimental em busca de leis”. Ademais, a “cultura é pública porque o significado o é”. Dessa maneira, a cultura para Geertz (1989) é a condição de existência dos seres humanos e produto de suas ações, além da maneira pela qual os indivíduos dão sentido a elas.

Geertz (1989) ainda nos propõe pensar esse conceito por meio da *semiótica* – o estudo das representações, que leva em conta os signos sob todas as formas e manifestações que assumem, sejam linguísticas ou não –, no sentido de entendermos as questões estruturais da sociedade nas diferentes épocas e contextos históricos, assim como cada sociedade se

comporta diante da outra. Tal abordagem pode levar à reflexão sobre as diferenças e transformações que vêm ocorrendo na pós-modernidade.

O antropólogo americano Marvin Harris (1969, *apud* LARAIA, 2009, p. 26), baseando-se nas implicações de John Locke, ressalta que “nenhuma ordem social é baseada em verdades inatas, uma mudança no ambiente resulta numa mudança no comportamento”, constituindo-se, assim, como um processo dinâmico. Pode-se dizer, portanto, que o conceito de cultura é criado em um dado momento no tempo e espaço, como parte de uma memória coletiva de uma sociedade e que remonta aos padrões de comportamento apreendidos ao longo do tempo e transmitidos socialmente, assim como seus produtos (objetos, organizações, tecnologias, etc.) (GLENN, 2004).

Nessa lógica, a cultura é também “parte do ambiente, determinada socialmente, pela interação de mais de uma pessoa agindo conjuntamente, quanto produto dos processos em questão, com suas práticas, artefatos e costumes”, como afirma Leugi (2012, *apud* FERNANDES *et al.*, 2017, p. 267). O “poder simbólico” é representado pelos sistemas simbólicos (como arte, religião, língua, instituições etc.) como estruturas estruturantes. Esses sistemas também “são instrumentos de conhecimento e de comunicação, [e] só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados” (BOURDIEU, 1989, p. 9).

É um poder de construção da realidade que estabelece uma ordem social ou sua reprodução. Nesse contexto, as produções simbólicas são estabelecidas como instrumento de dominação que envolve as “funções políticas” na organização dos espaços, estando intimamente relacionado aos interesses da classe dominante (BOURDIEU, 1989, p. 10). A cultura dominante cria uma suposta ideia de “integração real” entre as classes que não se aplica à realidade, ao assegurar uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes.

A cultura dominante, portanto, dissimula a função de divisão dos seus elementos: a comunicação, a cultura, o trabalho e a renda, provocando uma separação entre as classes e a legitimação da subordinação de uma cultura a outra (BOURDIEU, 1989, p. 12). Nesse contexto, a dominação de uma classe sobre a outra se caracteriza como uma “violência simbólica”; ao mesmo tempo, observam-se diferentes classes e frações envolvidas em uma luta simbólica de (re)conhecimento do que é ignorado da realidade social (BOURDIEU, 1989, p. 12).

O poder simbólico da classe dominante se assenta no capital econômico. Seu poder é marcado também por uma luta pela hierarquia dentro do sistema simbólico, a qual é produzida pelos atores e as instituições que disputam o monopólio da produção ideológica e econômica legítima (BOURDIEU, 1989). De modo geral, a representação é um processo cultural, englobando práticas de significação. Já os sistemas simbólicos são os meios pelos quais os significados são (re)produzidos pelos sujeitos. Em vista disso, segundo Hall *et al.* (2000, p. 17), é por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido àquilo que somos ou que chamamos de cultura.

Dessa maneira, Bourdieu (1989, p. 14) afirma que “o poder simbólico não reside nos sistemas simbólicos”, mas se define a partir de uma determinada relação entre os que exercem poder e os que lhe estão sujeitos e segregados diante das dimensões simbólicas, como a social, a cultural e a econômica. Segundo Hall *et al.* (2000), nossa identidade cultural marca o encontro de nosso passado com as relações sociais, culturais e econômicas que vivemos no cotidiano; da mesma forma, ela é a interseção entre os indivíduos com as relações econômicas e políticas de subordinação e dominação.

Dentro desse sistema simbólico, percebe-se a natureza social do comportamento – onde os símbolos são decodificados a partir de um código comum a um grupo. Assim, “um dos métodos de identificação das fronteiras de uma cultura particular é o exame da capacidade ou não de um dado símbolo ser decodificado identicamente por dois grupos” (VELHO e CASTRO, 1978, p. 5). A produção de significados associados às relações de poder, incluindo aquele usado para definir quem é incluído e quem é excluído do processo, oferece a possibilidade de interpretação sobre as novas formas e experiências, como as divisões e desigualdades sociais se estabelecem e como alguns grupos identitários são excluídos e estigmatizados (RUTHERFORD, 1990, *apud* HALL *et al.* 2000, p. 19).

O campo político, espaço onde se concentram as forças e as lutas, também passa a ser descrito a partir da lógica da oferta e da demanda e da desigual distribuição dos aparatos de produção. Esse é, sobretudo, o lugar do discurso, da concorrência entre os agentes, dos projetos e dos programas (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, as identidades em conflito estão localizadas no interior das relações e das mudanças sociais nas estruturas políticas, econômicas e culturais (HALL *et al.*, 2000). As condições que colocam os cidadãos de forma desfavorecida são econômicas e culturais (BOURDIEU, 1989, p. 163-164).

Logo, a cultura e a identidade são conceitos que remetem a uma mesma realidade vista a partir de dois ângulos diferentes. A última, como aponta Cucche (1999), somente pode ser analisada e compreendida ao se estudar suas relações com grupos vizinhos. Essa relação pode gerar efeitos culturais e levar à construção de ideias preconcebidas sobre outra propriedade cultural ou à apropriação das tradições e hábitos culturais alheios. O processo de aculturação, assim, não aparece como um fenômeno apenas ocasional, mas como modalidade habitual da evolução cultural de cada sociedade e do seu contato constante com outros grupos (CUCHE, 1999, p. 14-15).

Por aculturação compreende-se o contato de qualquer duração entre duas sociedades diferentes, que se caracteriza como uma espécie de “simbiose cultural” (presente em qualquer relação entre indivíduos em contato direto), ocorrendo uma “assimilação” em relação a outra(s) identidade(s). Esse processo pode resultar ou não na “substituição de um conjunto de traços culturais por outro” (BURNS, 2002, p. 128-129, *apud* SANTOS e BARRETO, 2006, p. 249). Segundo Santos e Barreto (2006), podem-se tomar como exemplo os efeitos desse processo sobre uma comunidade receptora no que tange à preparação do espaço para o turismo e realização de atividades turísticas locais. Esse resulta, em longo prazo, em mudanças na estrutura da comunidade, ou seja, nas normas, nos padrões, nos valores e símbolos e na cultura material que vão de forma gradativa emergindo na relação social comunitária.

Ao mesmo tempo, pode haver um equilíbrio no qual “as pessoas reelaboram elementos da cultura local, negociando-os com elementos da cultura global trazida pelos turistas, sem se fechar dentro da tradição, mas também sem se deixar seduzir totalmente pela globalização” (GIDDENS, 1991, *apud* SANTOS e BARRETO, 2006, p. 257). Contudo, a aculturação é um fenômeno que gera mudanças nos padrões de diferentes culturas e indivíduos em contato. É importante salientar que esse se difere da noção de “mudança cultural”, sendo essa mudança apenas em nível de um grupo, “um aspecto do constructo cultural, assim como assimilação e difusão, que são fases da aculturação” (PAIVA, 2010, p. 50).

No campo político, Geertz (1989, p. 135) menciona que “uma das coisas que quase todo mundo conhece, mas não sabe muito bem como demonstrar é que a política de um país reflete o modelo de sua cultura”. Isso nos faz refletir, em especial, acerca do caso brasileiro de criação de políticas, planos e órgãos de preservação do patrimônio cultural, como o Iphan. Para o autor, cultura “(...) não são cultos e costumes, mas as estruturas de significado através

das quais os homens dão forma à sua experiência, e a política não são golpes e constituições, mas uma das principais arenas na qual tais estruturas se desenrolam publicamente” (GEERTZ, 1989, p. 135).

Forma-se, assim, o que o autor denomina de “política do significado”: “Nesse sentido, pode ser interpretado como conjunto de mecanismos de controle para governar o comportamento, como planejamentos, prescrições, regras e instruções” (GEERTZ, 1989, p. 135). Por outro lado, esses fatores se manifestam por meio da história, da religião e da educação, sendo relevantes para definir e modelar as características intrínsecas de uma nação ou sociedade, conforme afirmam Hofstede e Bond (1984, p. 11). Essas também são interpretadas em diferentes níveis de profundidade, por meio dos valores, rituais, heróis, símbolos, práticas, identidade, e instituições, refletindo na diferenciação entre países e grupos (PAIVA, 2010).

Sobre a identidade, Castells (1999, p. 56-61) enumera três tipos: legitimadora, de resistência e de projeto. A primeira é introduzida pelas instituições sociais dominantes, no intuito de expandir e racionalizar sua dominação; a de resistência, por sua vez, representa grupos que se encontram em posições de subordinação; a de projeto, por fim, se caracteriza pela ação de atores que utilizam qualquer tipo de material cultural ao seu alcance para reconstrução de uma nova identidade capaz de definir sua posição na sociedade, trabalhando com a lógica local-global que recai sobre a identidade territorial.

De modo geral, essa dimensão simbólica da cultura é representada por meio dos padrões implícitos e explícitos do comportamento, transmitidos por símbolos, através do patrimônio de grupos humanos, da materialização em artefatos, dos significados, da seleção histórica, das ideias históricas, entre outros (SINGER, 1968, p. 52). Segundo Cansolo (2009, p. 17) ela é também uma expressão da memória, da herança dos antepassados, da consciência e o desígnio dos objetos e tecnologias presentes na vida cotidiana.

Sobre a memória, Nora (1981) entende essa como um elo vivido no eterno presente, prosaica, associada à história e relacionada ao sagrado e à natureza, sendo múltipla, coletiva, plural e individualizada. Nora (1981) ressalta que os lugares de memória são a união do material, do simbólico e do funcional; é o lugar onde a memória se cristaliza, ligada a um momento particular da história e como parte de um sentimento de continuidade.

A memória, nesse sentido, pode existir em qualquer meio ou ambiente construído (PESAVENTO, 2012). Ela está associada aos acontecimentos e fatos históricos, aos

elementos físicos da cidade, aos monumentos, às celebrações cívicas e religiosas; a memória se apoia, de determinada maneira, na materialidade, nas vivências, nas sensibilidades do vivido, e até mesmo em formas de resgate da memória coletiva de um grupo (PESAVENTO, 2012). A memória é, finalmente, a vida, sendo mantida por grupos vivos e em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, estando, ao mesmo tempo, vulnerável a diversos usos e manipulações.

Logo, a História é a reconstrução problemática e incompleta do que não existe e existe de forma equivocada (NORA, 1981). No campo do patrimônio, ela pode ser útil para entender comparativamente as experiências da modernidade e da atualidade. Em vista disso, o patrimônio é usado para “simbolizar, representar ou comunicar”, apresentando-se como categoria do pensamento humano (GONÇALVES, 2009, p. 25). Assim, o patrimônio é, em parte, fruto das práticas culturais humanas, sendo mais complexo do que sugerem os debates político-ideológicos sobre o tema.

O patrimônio é “tudo o que criamos, valorizamos e queremos preservar: são os monumentos e obras de arte, e as festas, músicas e danças, os folguedos e as comidas, os saberes, fazeres e falares. Tudo enfim que produzimos com as mãos, as ideias e a fantasia” (LONDRES, 2001, p. 12). No sentido simbólico da cultura, o patrimônio representa o valor cultural do bem, é uma forma de comunicação social, e funciona como repertório de símbolos e significados imbricados na materialidade do bem. Visto como objeto de uma política pública, ele é uma forma de produzir cultura, cabendo ao Estado o papel de garantir as condições para que esse direito possa ser exercido por todos os cidadãos (LONDRES, 2005).

Diante do exposto, é possível compreender que cultura e patrimônio formam uma relação indissociável. O patrimônio cultural tem matrizes no universo dos sentidos, da percepção e da cognição, dos valores, da memória e das identidades, das ideologias, e das expectativas, onde “sem as práticas sociais, não há significados sociais, e não há significados sociais sem vetores materiais” (MENESES, 2006 p. 37). A cultura como fenômeno coletivo de compartilhamento de ideias e experiências pode ser percebida na prática do turismo cultural. Em vista disso, o turismo e a cultura também são indissociáveis, sendo essa uma das mais importantes motivações das viagens turísticas ao despertar o desejo de conhecer os modos de vida de demais comunidades tradicionais (RUSCHMANN, 2012, p. 49). A consideração dos documentos oficiais que tratam do Patrimônio Cultural auxilia a análise do turismo cultural.

Nesse sentido, a Declaração do México (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SITIOS, 1985) traz uma abordagem importante e que respalda o argumento de que “todas as culturas fazem parte do patrimônio comum da humanidade”, além da necessidade de respeito às culturas consideradas minorias. A declaração destaca que a cultura se origina da comunidade como um todo, não podendo ser privilégio das elites sua produção e nem seus benefícios. Desse modo, “qualquer povo tem direito e o dever de defender e preservar o patrimônio cultural, já que as sociedades se reconhecem a si mesmas através dos valores que encontram fontes de inspiração criadora” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SITIOS, 1985, p. 4).

No entanto, a negligência e os processos de urbanização, industrialização e a inserção de tecnologias são impactos que estão gerando conflitos, além de “imposições de valores exógenos” que resultam no rompimento do vínculo e da memória dos povos em relação a seu passado (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SITIOS, 1985, p. 4). Por fim, com os avanços tecnológicos e sua inserção nos espaços, “o lugar” tem se tornado um meio de expansão das indústrias culturais; no entanto, muitas vezes essa não considera os valores tradicionais e as novas aspirações não correspondem às necessidades efetivas do seu desenvolvimento (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SITIOS, 1985, p. 6).

Outra consideração a ser feita é sobre a função de conservação do patrimônio cultural exercida pelos museus, além de seu papel na investigação, recolhimento, conservação e exibição desses para fins educativos e de lazer. Ressalta-se, no entanto, que o museu enquanto instituição tradicional e produto cultural europeu comumente entende o patrimônio cultural como um produto exótico, extraordinário e exclusivo do ser humano (KERRIOU, 1992, p. 86). Uma crítica a ser levantada é que o museu como espaço coletivo deve ser um benefício acessível a todos; ou seja, ele deve ser aberto ao público, sem fins lucrativos, estando a serviço da sociedade como um bem cultural disponível a contemplação de todos tal qual um espaço público aberto (KERRIOU, 1992, p. 89).

Nota-se, portanto, que a cultura se tornou um produto de consumo por meio da exploração do turismo nos diferentes espaços públicos da cidade, museus e lugares de memória, consistindo na intensificação dos usos econômicos dos bens patrimoniais nas cidades e a participação deliberativa de novos atores nos processos decisórios às políticas públicas e de cultura, promovendo novos usos rentáveis para o lugar turístico e cultural

(STARLING, 2012). Como indica Lefebvre (1969, p. 42), o contexto da cidade é uma “projeção da sociedade sobre um dado território”.

Nesse, o espaço urbano pode ser imaginado de forma empírica como uma “página em branco” na qual se inscreve a ação dos personagens sociais e das instituições, que, no decorrer desse processo, podem, por exemplo, encontrar obstáculos das gerações anteriores. Para o autor, essa ideia corresponde à concepção da natureza como totalmente moldada pela cultura, visto que toda a problemática social e urbana tem origem na comunhão desses dois termos por meio de um processo dialético dentro do contexto de classes sociais, onde o ser humano é o ator principal no processo de apropriação e modificação (LEFEBVRE, 1969).

A industrialização foi o principal motor do desenvolvimento do século XIX, mas se mostra insuficiente para entender a origem das cidades e muito menos o surgimento da densidade demográfica junto às modificações no processo de trabalho. Dessa forma, a cidade tem se tornado ao longo da história o campo das lutas sociais, sendo o espaço urbano entendido como qualquer materialização de formação da sociedade e de sua organização na produção capitalista (GARBOSSA e SILVA, 2016, p. 35).

Autores como Corrêa (1989) e Carlos (1994), citados por Garbossa e Silva (2016), analisam a cidade como a concretização do urbano – abrangendo aglomerações populacionais e suas expressões, como conjunto de casas, prédios, áreas de lazer, tradições populares e culturais, conjunto de símbolos e campo de lutas. Essas ações, materializadas nas formas espaciais, também são os somatórios de iniciativas que se realizaram tanto no passado quanto no presente e que deixam suas marcas impressas na espacialidade contemporânea, além do modo de produzir, consumir, repensar e sentir concretizados como o modo de vida urbano.

Os diferentes usos do território e suas diferentes paisagens urbanas constituem uma dimensão fragmentada, um “mosaico urbano”, formado por um núcleo central, uma zona periférica do centro, áreas industriais (chamadas de subcentros), as habitações distintas, como as favelas e os condomínios, e, por fim, as áreas submetidas à especulação imobiliária e constante expansão (CORRÊA, 1989). A cidade é, sobretudo, modelada por diferentes agentes sociais que se apropriam e se reapropriam dos meios de produção industriais, como os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos (CORRÊA, 1989, p. 11).

Os grupos sociais marginalizados são formados por indivíduos e grupos de pessoas excluídos da produção da cidade; são aqueles que não possuem renda para pagar o aluguel de

uma habitação ou muito menos comprar um imóvel, restando a essas pessoas, moradias como cortiços, sistemas de autoconstrução, conjuntos habitacionais oferecidos pelo agente estatal e as favelas, sendo desprivilegiados de suas histórias, tradições e práticas culturais (GARBOSSA e SILVA, 2016).

Assim, as grandes metrópoles convivem com certa “negligência urbanística” dos espaços urbanos. Por negligência, implicam-se noções de desatenção, desleixo, descuido, insensibilidade, indiferença e segregação, enquanto que no âmbito jurídico, remete à ideia de responsabilidade, como indica Barandier (2016, p. 26-27). Segundo Garbossa e Silva (2016), o espaço intraurbano é estruturado por relações sociais e de propriedade capitalista e pela divisão de trabalho, sendo essa a estrutura-padrão de definição dos bairros. Soma-se a essa um conjunto de problemas e predicados que moldam suas agendas políticas e de planejamento.

Nesse ângulo, percebe-se a existência de diversas formas de produção, cada uma com seus modos específicos de produzir, distribuir e consumir. O mercado é o responsável por reunir e organizar os diversos segmentos existentes no território e nos lugares com base em uma lógica urbana unitária. Têm-se como exemplo os espaços produzidos e destinados ao lazer e entretenimento passíveis de serem visitados, como festas, desfiles e museus, constituindo então um espaço-território voltado a um modelo de consumo específico – o turismo (GARBOSSA e SILVA, 2016). O artesanato, as tradições, a gastronomia, a arquitetura (antiga ou moderna) e as atividades de lazer têm um poder de atração maior em relação aos demais equipamentos turísticos.

Contudo, segundo Ruschmann (2012, p. 49), a atividade turística tende a espetacularizar, falsear e colocar os bens culturais locais em risco de perda de sua autenticidade. Os projetos de alta civilização, cultura e ciência convergentes e unificadores nas intenções são, na prática, totalmente contraditórios e tendem a provocar um interesse passageiro, colocando todas as características locais em risco (BAUMAN, 2003, p. 70). O patrimônio cultural passa a se apresentar como elemento de atratividade das nações, cidades e regiões dentro de um mesmo país.

Ao se tornarem atrativos, motivam os turistas a visitar determinadas localidades de acordo com seus interesses pelas artes, idiomas, tradições e história regional (RUSCHMANN, 2012). De modo geral, a cidade evolui e se expande, mas mantém o núcleo urbano como lugar essencial de sua imagem e conceito. No entanto, Ruschmann (2012) afirma que o contato intercultural nem sempre vem acompanhado do devido respeito à cultura alheia e da devida

consciência do valor, do legítimo interesse por parte dos visitantes, e até mesmo da preocupação de alguns atores do turismo com relação às ambiências e particularidades da comunidade receptora.

### **1.3. Turismo Cultural**

O turismo é um dos muitos fenômenos que interage significativamente com a cultura e o patrimônio, pois os elementos como memória, identidade, pertencimento, continuidade e autenticidade são categorias articuladas na produção das destinações turísticas (AMIROU, 2000; GUILLET, 2011; BLETON-RUGET, 2011, *apud* SIQUEIRA, 2014, p. 6). Considerando que todas as atividades de turismo envolvem algum elemento de cultura; os símbolos, as representações dos diferentes grupos identitários, os elementos edificados e o próprio patrimônio cultural e as práticas tradicionais são aspectos indissociáveis desta atividade.

Segundo Ascanio (2003, p. 33), o turismo sempre esteve relacionado a práticas culturais. Seus antecedentes históricos apontam para seu surgimento em peregrinações religiosas, consideradas por estudiosos como o embrião da atividade turística. As definições baseadas na demanda apresentam o turismo cultural sob o foco das motivações de viagens e percepções de experiências turísticas (KOHLENER e DURAND, 2007). As origens desta atividade e sua prática no mundo ocidental começam de fato no século XVII, com o *Grand Tour*, que obedecia a um duplo objetivo: educação e lazer.

Essa prática permaneceu restrita a uma pequena parcela da sociedade até os anos 70 e após a década de 1980 passa a ser um segmento de mercado turístico no cenário mundial (KOHLENER e DURAND, 2007). É a partir dos anos 70 que se nota a promulgação de documentos oficiais relevantes para o setor. Eles avaliam a crescente globalização, os interesses privados e a comercialização e massificação dos lugares comprovados pela atividade, em especial o turismo cultural, colocando em risco os bens culturais das comunidades receptoras, ao promover uma homogeneização da cultura e a perda de traços característicos locais (KOHLENER, 2019, p. 139).

Conforme Balcar e Pearce (1996) apontam, a partir do final dos anos 80, o turismo cultural se torna elemento de análise. Isso se deu devido a alguns fatores, como o fluxo de pessoas e a capacidade de carga, a percepção da comunidade frente às mudanças provocadas

pela atividade e as discussões sobre a autenticidade e espetacularização dos lugares. Esse período marca a transição do setor da atividade turística no mundo para a pós-modernidade. Essa transição é percebida no crescimento do mercado refletindo a expansão da oferta de atrações culturais, mudanças sociais e econômicas da população “e a necessidade de diferenciação cultural por parte de determinados grupos sociais” (KOHLENER e DURAND, 2007, p. 190).

Desde então, os lugares se tornam meros espaços de espetáculo nas experiências turísticas. No entanto, a falta de originalidade e de senso de lugar, de sensibilidade na preparação do lugar turístico, põe a própria definição de autenticidade no campo do turismo aberto a discussão, como apontam Kohler e Durand (2007).

A Carta de Atena (1933) é o documento precursor das demais cartas que surgiram no decorrer dos anos. O documento nos propõe (re)pensar de forma geral sobre a conservação e proteção do monumento histórico. Da mesma forma, chama atenção para os “interesses privados” como empecilho no desenvolvimento da cidade e para os riscos de possível impacto ou destruição desse bem. As primeiras discussões sobre a dimensão do turismo e sua relação com o patrimônio cultural emergem nos anos 60.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem empreendido esforços para reconhecimento do setor como indutor para o desenvolvimento social e econômico. Com isso, a relação entre turismo e patrimônio é repetidamente vislumbrada como benéfica para todos os atores envolvidos, como os países, estados e municípios, agentes de mercado e, em especial, as comunidades residentes nas mediações de bens patrimonializados (STEINKE *et al.*, 2018).

O primeiro Congresso sobre Turismo Internacional realizado em Roma em 1963, recomendado pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, tem o objetivo de chamar atenção para a dimensão do impacto da atividade nas localidades e suas possíveis consequências. O encontro resultou mais tarde na elaboração das Normas de Quito, em 1967 (PEREIRA, 2012, p. 30). Nesse mesmo ano, a Conferência das Nações Unidas sobre Viagens Internacionais e Turismo recomendou alta prioridade aos investimentos no setor turístico na elaboração de planos nacionais que levassem em conta o patrimônio cultural, histórico e natural substancialmente importante das nações, e a urgência de ações adequadas visando assegurar a conservação e proteção desse bem cultural (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1967, p. 7).

Em vista disso, na tônica das discussões sobre o patrimônio cultural e as preocupações das autoridades sobre os destinos turísticos, o ano de 1967 foi considerado como o “Ano do Turismo Internacional”. Esse reconhecimento contribuiu para que a Assembleia Geral das Nações Unidas e as agências especializadas dessem parecer favorável às solicitações de assistência técnica e financeira dos países desenvolvidos, a fim de acelerar a melhoria dos seus recursos turísticos (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 1967, p. 7).

As Normas de Quito (1967) tratam especificamente da conservação e utilização dos monumentos e sítios de interesse arqueológico, histórico e artístico, e apontam que esses elementos constituem valores econômicos da mesma forma que as riquezas naturais. Com relação ao turismo, o documento ainda menciona que:

(...) os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. Um monumento restaurado adequadamente, um conjunto urbano valorizado, constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional. No mais amplo marco das relações internacionais, esses testemunhos do passado estimulam os sentimentos de compreensão, harmonia e comunhão espiritual mesmo entre povos que mantêm rivalidade política (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1967, p. 6).

Diferente da Carta de Atenas, esse documento considera o setor privado como parceiro na tarefa de utilizar economicamente e de forma adequada os monumentos e locais de interesse arqueológico, histórico e artístico, garantindo ao mesmo tempo proteção de outras propriedades, móveis e objetos valiosos, como principais elementos de atração de visitantes (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1967). A partir desse momento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) passou a financiar e oferecer assistência técnica para o turismo cultural.

É interessante notar que a Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967) são documentos relevantes para o tema, tendo em vista que o primeiro documento defende a conservação e a valorização do patrimônio e a sua importância em ter uma função útil de caráter social, ou seja, destinada à sociedade. Já o segundo, considera relevante a assistência técnica para o turismo atentando para seu papel em relação ao desenvolvimento econômico; o documento considera o patrimônio cultural, histórico e natural como recurso turístico.

A Resolução de São Domingos (1974) considera o turismo como meio de preservação dos monumentos, entendendo que os “planos de desenvolvimento turístico devem constituir

uma via mediante a qual com a utilização de alto nível técnico, cumpre objetivos importantes na proteção e preservação do patrimônio cultural” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1974, p. 3). Nesse contexto, a Carta de Turismo Cultural (1976), fruto das discussões ocorridas no Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, apresentada pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) ressalta que o “turismo é um feito social, humano, econômico e cultural irreversível. Sua influência no campo dos monumentos e sítios é particularmente importante e só pode aumentar, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1976, p. 1).

Acrescenta-se que o documento define o turismo cultural como:

(...) aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios sócio-culturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (I CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1976, p. 2).

Até o momento, dentre os documentos apresentados com relação ao turismo, a Carta de Turismo Cultural apresenta as primeiras definições sobre o que aparenta ser essa atividade, além dos possíveis benefícios que a atividade pode proporcionar, por meio da conservação dos monumentos e sítios histórico-artísticos como recurso turístico e resultado positivo para a população receptora. Com relação à dimensão da atividade turística, a Recomendação Europa (1995) faz menção à conservação integrada das áreas de paisagens culturais como parte das políticas paisagísticas; sobre as recomendações relacionadas ao turismo, divergem da Carta ao entender que esse tem o “efeito de modificar a paisagem e ameaçam a existência de áreas da paisagem cultural” (CONSELHO DA EUROPA, 1995, p. 2).

No caso da paisagem cultural, o documento menciona que “a proteção e o realce das áreas de paisagem cultural e a assistência às paisagens para preservar a memória do povo e a identidade cultural das comunidades humanas são fatores de aperfeiçoamento do seu meio ambiente”. No entanto, a modificação da paisagem e dos elementos culturais e apropriação pelo turismo tende a gerar efeitos positivos e negativos, imediatos ou em longo prazo, sobre as comunidades humanas (CONSELHO DA EUROPA, 1995, p. 2).

No caso brasileiro, o II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil resultou no Compromisso de Salvador (1971). Esse encontro, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura, tem como destaque o compromisso firmado para a defesa do patrimônio cultural em suas diferentes perspectivas, além de também atentar que os órgãos responsáveis pelo planejamento da atividade turística devem voltar suas atenções para os problemas por ela gerados e para questões de utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural, em especial aqueles protegidos por lei (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO, HISTÓRICO, ARTÍSTICO E NACIONAL, 1971, p. 2).

A Declaração de Sofia (1996) apresenta como desafio do patrimônio cultural as práticas das atividades econômicas. Mais uma vez, o turismo cultural é o protagonista desse processo. Dentre os aspectos apontados está a “supervalorização” da atividade e seus efeitos, e a ameaça à “integridade da substância do patrimônio cultural”, em especial, a relação entre patrimônio e a comunidade que o herda (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1996, p. 1).

A Carta Internacional sobre o Turismo Cultural apresentada pelo mesmo Conselho da UNESCO, na Cidade do México, em 1999, aponta que o turismo nacional e internacional foi e continua a ser um dos principais “veículos do intercâmbio cultural”. Além disso, a atividade pode aproveitar as vantagens econômicas do patrimônio e utilizá-las para a conservação deste (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1999, p. 3). O turismo cultural é percebido como meta de desenvolvimento, incentivando assim ações na planificação dos recursos em diferentes esferas (estados, regiões e municípios) e a formação profissional para o setor, segundo aponta o ICOMOS (1999).

Os princípios apresentados na Carta trazem possíveis caminhos e benefícios para o desenvolvimento local por meio do setor turístico, dentre eles:

(...) **Princípio 1:** o turismo nacional e internacional é um dos principais veículos do intercâmbio cultural. A proteção do patrimônio cultural deve oferecer oportunidades responsáveis e bem geridas aos membros das comunidades de acolhimento e aos visitantes, para fruição e compreensão do patrimônio e da cultura das diversas comunidades; **Princípio 2:** A relação entre os conjuntos patrimoniais e o turismo é dinâmica e deve ultrapassar os conflitos de valores que atravessam os dois conceitos. Essa relação deve ser gerida, numa óptica duradoura, em benefício das gerações atuais e futuras; **Princípio 3:** As ações de valorização dos conjuntos patrimoniais devem assegurar aos visitantes uma experiência enriquecedora e agradável; **Princípio 4:** As comunidades de acolhimento e as populações locais devem participar em programas de valorização turística dos sítios patrimoniais. **Princípio 5:** As atividades de turismo e a proteção do patrimônio cultural devem beneficiar as comunidades de acolhimento; **Princípio 6:** Os programas de promoção

turística devem proteger e valorizar as características do patrimônio cultural e natural (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1999, p. 3-6).

Os princípios apresentados no documento servem como orientação política para que os agentes do turismo (setores público e privado, planejadores urbanos e promotores, produtores do turismo cultural e a própria comunidade local) articulem ações positivas para uma gestão sustentável dos bens culturais e da própria atividade do turismo cultural. Por outro lado, apesar de a Carta apresentar o turismo como elemento positivo para o desenvolvimento de cidades e países, ela não está isenta de gerar conflitos quando se trata das orientações emanadas de órgãos internacionais – como a UNESCO e o ICOMOS.

Vale salientar que as cidades pouco seguem (quando o fazem) suas orientações para a formulação de um plano estratégico de políticas públicas. No que tange à conservação do patrimônio diante da organização da cidade e produção de novas atividades econômicas, a Recomendação de Nairóbi (1976) afirma que os conjuntos históricos ou tradicionais fazem parte do contexto cotidiano das pessoas em qualquer lugar, da mesma forma que constituem “a presença viva do passado que lhe deu forma”, logo, adquirindo valor e dimensão humana suplementar (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1976, p. 1). Esses conjuntos se

constituem através das idades os testemunhos mais tangíveis da riqueza e da diversidade das criações culturais, religiosas e sociais da humanidade e que sua salvaguarda e integração na vida contemporânea são elementos fundamentais na planificação das áreas urbanas e do planejamento físico-territorial (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1976, p. 1).

Nesse sentido, os testemunhos vivos de épocas anteriores são essenciais, visto que representam a expressão de sua cultura e um dos fundamentos de sua identidade. A destruição do patrimônio imobiliário provoca perturbações sociais, mesmo não resultando em perdas econômicas. A revitalização dos conjuntos históricos e tradicionais e ambiência devem fazer parte do planejamento nacional, regional e local, sendo esses patrimônios universais insubstituíveis e que, portanto, devem ser protegidas de quaisquer deteriorações (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1976, p. 2-3).

Sua ambiência deve ser protegida ativamente contra quaisquer impactos, como utilização imprópria e acréscimos supérfluos, e transformação abusiva ou desprovida de sensibilidade que atentam contra sua autenticidade. Por fim, “nenhum Estado-membro deveria tomar qualquer medida para demolir ou alterar as características dos bairros, cidades e sítios históricos situados nos territórios ocupados por esse Estado” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1976, p.14).

A Carta de Washington (1987) menciona que as cidades, grandes e pequenas, os centros ou bairros históricos são ambientes constituídos de bens naturais ou edificados, vistos como documento histórico, que expressam os valores próprios das civilizações urbanas tradicionais (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1987, p. 1). Ao mesmo tempo, esses estão ameaçados pelo urbanismo e seus modelos de intervenção originados na industrialização e que atingem todas as sociedades, provocando perdas irreversíveis de caráter cultural, social e econômico, e acabando com a harmonia da vida individual e social (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1987, p. 2).

O documento considera que uma política urbana coerente deve pautar-se na integração de elementos sociais, culturais e econômicos, com a participação e o envolvimento dos habitantes da cidade, sendo esses imprescindíveis nas ações de salvaguarda. Essa integração deve ser procurada e favorecida em todo o processo, principalmente na conscientização de todas as gerações. Nesse sentido, o Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (1987, p. 4) acrescenta que “a melhoria das habitações deve constituir um dos objetivos fundamentais da salvaguarda, desde então, a introdução de elementos de caráter contemporâneo, desde que não perturbem a harmonia do conjunto, pode contribuir para o seu enriquecimento”, sendo essas melhorias precedidas de estudos pluridisciplinares.

Sendo assim, a conservação das cidades e bairros históricos deve acontecer de forma permanente e “as novas funções e as redes de infraestruturas exigidas pela vida contemporânea devem adaptar-se às especificidades das cidades históricas” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1987, p. 3). Desse modo, diante dos debates e propostas, o incremento do turismo cultural a partir dos anos 80 faz com que muitas cidades da Europa e dos Estados Unidos considerem seu papel no desenvolvimento econômico e o apliquem como justificativa para processos de revitalização de espaços

urbanos, usando-o como base para investimentos públicos e privados e mencionem o turismo em políticas públicas de planejamento (KOHLENER, 2007).

Segundo Kohler (2007), os benefícios da atividade resultam em conflitos de interesses ao colocarem a cultura local em risco de descaracterização visando à produção e comercialização dos atributos culturais locais, além de enfrentarem resistências por parte da população local. Ao mesmo tempo, aumentam os investimentos da iniciativa pública e privada, para criação de novas atrações do segmento do turismo cultural e a competição entre os destinos. As políticas culturais passam a ser inseridas em planos e estratégias de desenvolvimento econômico, inclusive na revitalização urbana, e na teatralização de imagens de cidades, regiões e países (WAIT, 2000; BIANCHINI, 1999; VOLKERLING, 1996, *apud* KOHLER, 2007, p. 190).

De forma geral, a produção desta atividade nos últimos tempos tem a intenção de ofertar um “turismo de qualidade” na busca por recursos culturais disponíveis para apoiar a cultura e como atrativo para atender às expectativas do visitante, fazendo com que alcance uma área de maior crescimento global de desenvolvimento dos destinos turísticos (RICHARDS, 2009, p. 1). O interesse dos países desenvolvidos em solicitar proteção para os monumentos e sítios históricos aos órgãos internacionais, em especial à UNESCO, para que seus bens culturais (muitos deles de grande excepcionalidade) sejam reconhecidos pelo órgão como patrimônio mundial mostra que esse é o elemento fundamental e valioso para o desenvolvimento do setor do turismo (STEINKE *et al.*, 2018).

Tais iniciativas visam ampliar e/ou fortalecer suas possibilidades de ganhos econômicos em torno do bem, podendo ser identificado outro dilema visto em diferentes sociedades contemporâneas, onde o turismo e o patrimônio estão intrinsecamente conectados (PEIXOTO, 2002, *apud* STEINKE *et al.* 2018, p. 117). Nesse sentido, as indústrias turísticas, das quais se salienta a indústria do turismo cultural, evoluíram em todas as nações e regiões da Europa, também em função dos financiamentos por instituições locais, nacionais e até internacionais em estímulo ao consumo dos lugares e da própria cultura (FERREIRA *et al.*, 2012).

Por outro lado, há um processo inverso onde “a produção induzia ao consumo, para uma nova era onde passa a ser a sociedade de consumo que induz à produção”. Neste caso, a própria demanda de turistas na comunidade receptora pode determinar o perfil cultural da localidade apropriada pela atividade (FERREIRA *et al.*, 2012, p. 111). Em vista disso, os

destinos culturais atraem cada vez mais turistas, estimulam a produção e, conseqüentemente, provocam o surgimento e crescimento de novas empresas e setores de apoio ao serviço turístico, como hotelaria, restauração, lojas, itinerários, entre outros (RICHARDS, 2005, *apud* FERREIRA *et al.*, 2012, p. 111).

Posto isso, o turismo cultural classificado como segmento de mercado pode ter dois sentidos a ele atribuídos: “o primeiro define turismo cultural a partir da demanda (motivos, percepções e experiências de viagem)”, enquanto o segundo “foca aspectos da oferta (consumo de atrações provenientes classificadas como cultural)”, como indicam Kohler e Durand (2007, p. 187). Vale notar que as atrações voltadas para questões de oferta também se baseiam nos equipamentos e atrações classificadas como culturais, como festivais, sítios e centros históricos, gastronomia local, mercados tradicionais, centros de interpretação patrimonial e outros (KOHLENER e DURAND, 2007).

Contudo, essas atrações continuam a responder à lógica da oferta e demanda, fazendo com que a cultura e o patrimônio sejam transformados em produtos culturais a serem ofertados – logo, estando indissociáveis dessa dinâmica. Percebe-se que essa se baseia “nas experiências intangíveis, a partir dos benefícios, fantasias e interpretações que as atrações possibilitaram ao turista” com e na comunidade receptora (BEEHO; PRENTICE, 1997, *apud* KOHLER; DURAND, 2007, p. 186). De acordo com Silberberg (1995, p. 361), o setor de turismo apoiado no marketing estimula a “visitação por pessoas de fora da comunidade receptora motivada no todo ou em parte por interesse em aspectos históricos, artísticos, científicos ou de estilo de vida e de herança oferecidos por uma comunidade, região, grupo ou instituição”, usando elementos culturais como principal atrativo.

Todos esses fatores incrementam o processo de turistificação e aceleram o processo de urbanização das cidades. No entanto, esses nem sempre são compatíveis com a realidade local. É um processo que tende a criar novos padrões de valor, homogeneizar a cultura e pode descaracterizar ou produzir estereótipos da cultura local, tornando o turismo cultural um “diferenciador social entre gêneros, gerações e grupos de status” (PÉREZ, 2009, p. 88). Em sua obra *Turismo Cultural: Uma visão antropológica*, Pérez (2009) apresenta um possível caminho que nos permite compreender por outra ótica o contexto do turismo cultural. Para ele,

(...) turismo não pode ser reduzido a uma simples atividade comercial regida pelos critérios de mercado. As políticas nacionais de turismo devem promover a

investigação científica, que deve ser concebida por equipes interdisciplinares de economistas, geógrafos, arqueólogos, antropólogos, historiadores, sociólogos. Além do mais, educar o visitante é um dever dos setores públicos e privados ligados ao turismo. Praticar turismo cultural ético implica praticar um turismo que respeite os habitantes do país de acolhimento (O 'Grady, 1987, p. 211-2012), que escute, pergunte, e observe os locais, com o fim de compreender as diferenças no uso e significado do tempo, do espaço e da memória (PERÉZ, 2009, p. 133).

Para o autor, o turista que busca a prática do turismo cultural tem a intenção de conhecer os sítios arqueológicos, artes e festivais culturais, museus e seus diferentes tipos, arte de rua, com o objetivo principal de vivenciar novas experiências culturais. Essas atividades se baseiam, portanto, no “turismo experimental”, por meio do qual os turistas têm contato com produções culturais (PÉREZ, 2009).

Conforme Ascanio (2003), essa atividade hoje tem mais relevância para a comunidade receptora e a comunidade de visitante. Essa relação vai muito além de um contato, podendo produzir uma “sinergia” e agregar valor a esta atividade. Por outro lado, é difícil discernir entre as mudanças que o turismo pode produzir e as resultantes de outros processos de modernização. Em vista disso, o autor ressalta que,

(...) en turismo cultural es la bifurcación de identidades culturales de distinto orden en lo que se concreta la unidad y la diversidad, lo cual tiene por base la relación entre lo que proviene de otros entornos con lo local y las nuevas formas híbridas que puedan surgir y que son parte del desarrollo social. En este sentido, es importante reconocer que el turismo como fenómeno constituye una reestructuración cultural, modificaciones que afectan a todos los componentes del sistema turístico o sea factores; económicos, sociales, políticos y tecnológicos. Así pues, pueden surgir auto creaciones que conduzcan al fortalecimiento plural de las diferentes regiones turísticas, lo cual sería incompatible con las formas culturales importadas (ASCANIO, 2003, p. 34).

Em face disso, o impacto social desta atividade ocorre de forma imediata, afetando a qualidade de vida, as relações sociais e a adaptação nas comunidades de destino ao turismo. Já o impacto cultural “categoriza mudanças mais graduais e processuais que vão ocorrendo à medida que o turismo se desenvolve, como a aculturação turística e as mudanças nas normas culturais, na cultura material e nos padrões culturais” (PÉREZ, 2009, p. 87).

O marketing é um fator determinante, por meio do qual os agentes de mercado (as agências de viagens e operadoras turísticas) tentam conquistar as chamadas “quotas” de mercado, capturando uma clientela específica através da criação de expectativas diferenciadas e adicionando novos produtos em vista daquelas que se encontram no cenário turístico

(TALAVERA, 2003, p. 35). Ele também faz com que os agentes do Estado e demais setores apoiem a possibilidade de aumentar sua atratividade, adicionando e modificando os espaços, adaptando-os natural e estrategicamente às condições e exigências de sua potencial clientela, além de atrair possíveis investimentos e interesses específicos das empresas (TALAVERA, 2003).

Diante disso, desde a década de 1980 emergiram novos tipos de turismo, condicionados ao conjunto de novas condições e exigências do mercado com base na competitividade dos destinos, na flexibilidade e na segmentação. Conforme Talavera (2003) aponta

*(...) su desarrollo se lleva a cabo, preferiblemente, en áreas no congestionadas poblacionalmente (parajes deshabitados o con muy bajo nivel de ocupación humana, entornos rurales no urbanos o pequeñas poblaciones concentradas), pero pueden incluirse tour monumentales-arquitectónicos o museísticos por ciudades. Sobre la pléyade de denominaciones comerciales, destacan sobre manera las conocidas como ecoturismo, turismo étnico y turismo rural, aunque en los últimos años se impone también una 'variante' (de aplicación más amplia) que refieren como turismo cultural (TALAVERA, 2003, p. 34).*

O surgimento de novos segmentos do turismo gera novos hábitos de consumo, diferentes interpretações sobre a comunidade receptora no entorno do patrimônio e instalação de novos equipamentos culturais e urbanos, provocando, assim, uma “reestruturação das localidades” que altera todos os componentes do sistema turístico (ASCANIO, 2003, p. 34). Diante dos apontamentos de Talavera (2003) e Ascanio (2003), nota-se que também os meios de comunicação em massa (cinema, televisão, vídeo e cartões-postais) difundem os símbolos artísticos (atuais e do passado) das metrópoles; ao mesmo tempo, sofisticados aparatos tecnológicos e projetos de inserção de novas infraestruturas do primeiro mundo destroem cidades inteiras (SEGRE, 1992, p. 102). Ao encontro dessa análise, Meneses (1992) argumenta que

*(...) a cultura que, por capilaridade, deveria irrigar todos os territórios essenciais do humano, fica seccionada de dois deles precisamente os de maior importância: o cotidiano e o universo do trabalho. Da mesma forma, a existência de equipamentos culturais, como museus, teatros, bibliotecas, arquivos etc., é, obviamente, legítima e insubstituível. O caráter institucional e a especialização são indispensáveis para assegurar a necessária ampliação do acesso, no tempo e no espaço, aos bens culturais. No entanto, é inquietante que se concentre apenas nestes focos de excepcionalidade a possibilidade de qualificação cultural (MENESES, 1992, p. 192).*

Em face disso, a inserção de novas infraestruturas deve se adequar às características locais e históricas já existentes e que demandem atenção no âmbito das políticas públicas.

Sendo assim, o caráter institucional é indispensável para assegurar a necessária ampliação e modificação do ambiente e garantir a sustentabilidade do ambiente cultural. Segundo a Carta de Lisboa sobre Reabilitação Urbana Integrada (1995), a reabilitação integrada deve consistir no contributo inovador para a preservação e vivência do patrimônio cultural das cidades, tanto do bem edificado como do tecido social, que o habita e assegura a identidade (CARTA DE LISBOA, 1995, p. 1)<sup>4</sup>. Em seu Artigo 2º, a carta aponta que:

Sendo a preservação da identidade dos Núcleos Históricos, expressa pelo seu patrimônio edificado, cultural e social, é indispensável que as operações de reabilitação urbana sejam apoiadas pelas pesquisas histórica e sociológica, perspectivadas numa dialética de integração (CARTA DE LISBOA, 1995, p. 2).

O documento também afirma que a reabilitação deve utilizar “a conservação e preservação do edificado como instrumento desse objetivo”, no sentido de “manter as populações residenciais enraizadas nos seus bairros”, enfim consistindo na valoração dos bairros históricos residenciais degradados (CARTA DE LISBOA, 1995, p. 3).

De modo geral, o turismo cultural pode trazer resultados positivos para a comunidade local, mas depende de como é gerido e produzido nas localidades receptoras. Caso contrário, o mau planejamento das ações de organização desta atividade pode gerar conflitos sociais e, até mesmo, o agravamento de problemas sociais e culturais já existentes. Em função disso, ainda é um campo que precisa de mais estudos interdisciplinares para compreender sua dinâmica sobre os lugares, sua relação com o patrimônio cultural e os efeitos na experiência turística.

Posto isso, considera-se que a revitalização e a conservação dos lugares onde se encontram determinados bens ou conjuntos históricos e culturais tendem a torná-los espaços a serem valorizados pelo turismo. Essas iniciativas envolvem recursos financeiros muito significativos, que, por sua vez, concorrem com as demandas de recursos destinados à saúde, à educação e à segurança e, por isso, são ações que nem sempre são fáceis de serem mantidas (BENI, 1998).

---

41º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana (1995) - **Carta de Lisboa sobre a reabilitação urbana integrada**. Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

#### **1.4. Impactos do turismo cultural nas comunidades urbanas tradicionais**

A turistificação é a mudança promovida por diferentes atores sociais e de mercado na construção do cenário turístico das localidades, muitas das vezes já existentes. Esse subcapítulo é dedicado a refletir sobre os possíveis ou notáveis impactos no lugar de interesse do turismo cultural e seus efeitos nas comunidades urbanas tradicionais. Para tal, serão apresentados alguns indicadores socioculturais e espaciais sobre a área de estudo delimitada pelo trabalho, entendendo que essa pode estar sendo impactada pela atividade turística.

No caso do bairro da Saúde, no entorno da Pedra do Sal, destacam-se as celebrações religiosas como rituais ao sagrado da umbanda e do candomblé, característicos da comunidade quilombola remanescente que marca a cultura desse território, além das famosas rodas de samba. Verifica-se na região que o Circuito de Herança Africana ofertado pelo Instituto Pretos Novos, localizado no bairro da Gamboa, promove atividades culturais de educação patrimonial durante o guiamento pelas rotas e espaços simbólicos de cultura negra com o objetivo de apresentar os locais históricos e de memória, constituindo-se, assim, como um importante centro de difusão cultural.

Diante do cenário do projeto Porto Maravilha e a implementação de novos equipamentos urbanos e culturais, os investimentos para a manutenção em espaços culturais são importantes dados a serem considerados no estudo. Na sequência, o terceiro indicador é o Cais do Valongo, local de referência histórica para a população negra e demais grupos do entorno. Marcado pela história traumática do processo de diáspora, esse se mostra como o principal marco da região. Nos últimos anos, o lugar ganhou certo grau de exotismo; diversos grupos, como o movimento negro, Afoxé Filhos de Gandhi, mães de santo e outros, se apropriam dele para a prática de suas tradições e religiosidades.

Esses são alguns dos indicadores da região que se encontram na rota do processo de turistificação promovido pelo atual projeto Porto Maravilha. Outros aspectos, como recursos financeiros e investimentos nos espaços culturais, assim como dados sobre o acesso à cultura e a participação da comunidade em atividades culturais, serão considerados. O objetivo, portanto, é refletir sobre os reais impactos do turismo cultural sobre esses lugares de memória, no sentido de classificar situações culturais de acordo com os tipos que ocorrem e suas variáveis nesse processo.

Como mencionado, o turismo pode beneficiar, mas também pode trazer consequências para a comunidade local. O contato entre o turista e o anfitrião é um dos principais efeitos gerados pelo turismo cultural, sendo a experiência turística (positiva ou negativa) composta pelos lugares físicos e simbólicos. O turismo dito cultural pode, às vezes, ser apresentado como ferramenta de sustentação da autenticidade de uma prática, em outras vezes, como fator folclorizante (BORTOLOTTI, 1994, p. 26), como, por exemplo, o carnaval e os blocos tradicionais da cidade, usados como meros produtos de comercialização da cultura carioca do Rio.

A princípio, a autenticidade é mobilizada pelos “detentores” do patrimônio para afirmar uma ligação com o território. Essa noção também pode ser analisada e percebida do ponto de vista geográfico, social e cultural (MIZZAU e MONTANARI, 2008, p. 652, *apud* BORTOLOTTI, 1994, p. 30). No entanto, a criação de áreas culturais pela exploração de elementos culturais locais tende a colocar em risco os atributos do patrimônio cultural – sua forma, seu design, materiais, substância, uso e função –, além de tradições técnicas, sentimentos e até mesmo a identificação e representação da comunidade tradicional local.

A respeito da autenticidade na conservação urbana, a Carta de Veneza (1964) a ressalta como inerente ao patrimônio, imprescindível e que deve ser preservada para que continue a transmitir seu valor. A Conferência de Nara (1994) amplia o entendimento desse conceito complexo, em vista das forças da globalização e da homogeneização e a busca da identidade cultural das minorias que resistem a essas pressões exógenas. O documento aponta que “a principal contribuição do valor de autenticidade na prática da conservação é clarificar e iluminar a memória coletiva da humanidade” – sendo assim, ela se relaciona aos valores, no contexto que o patrimônio se encontra, expressa e representa (UNESCO; ICCROM e ICOMOS, 1994, p. 1).

Conforme Zanchetti et al. (2008, p. 2) apontam, a autenticidade aparece como um substrato do que é autêntico, legítimo, genuíno, como a evidência verdadeira de algo, do pertencer à uma criação humana. Segundo Jokilehto (2006), a chave para a verdade está na relação do tempo e espaço. Outro importante documento sobre o tema é a Declaração de San Antonio (1996). Segundo esse, a autenticidade de sítios patrimoniais está intrinsecamente ligada à sua base física e aos valores atribuídos pelas comunidades, assim como ao bem cultural. Sobretudo no que tange ao valor social, os sítios podem “comportar mensagens

espirituais profundas que sustentam a vida comunitária” (CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS, 1996, p. 4).

Nesse sentido, o marketing turístico é considerado útil para a manutenção da autenticidade de elementos relacionados aos saberes artesanais, como a tecelagem e a fabricação de instrumentos musicais (BORTOLOTTI, 1994). No entanto, a questão é a forma como essa manutenção é gerida nos espaços culturais e se permite que a comunidade reivindique direitos de propriedade intelectual e ganhos de monopólio sobre práticas culturais específicas do local.

A Recomendação sobre a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular conhecida como Recomendação Paris (1989) é um importante documento para se pensar a situação dos grupos sociais minoritários e as comunidades urbanas tradicionais no contexto das cidades. Esse documento se configurou como uma espécie de discurso fundador desse campo. Dentre suas considerações, destaca-se a cultura tradicional e popular como parte integrante do patrimônio cultural e da cultura viva, reconhecendo a extrema fragilidade de certas formas de cultura tradicional, assim como de seus aspectos de tradição oral, e chamando atenção para o perigo a que está sujeito, sendo o governo responsável na salvaguarda dessa cultura (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1989).

Nesse contexto, esses elementos constituem a “expressão cultural” do lugar. A salvaguarda como, ferramenta de política pública e gestão, deve proteger as tradições vinculadas à comunidade tradicional e seus portadores. No entanto, a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa se mostra como um possível impacto sobre essa população e a perda de suas tradições (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1989, p.4). Entende-se a cultura tradicional e popular como:

o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1989, p. 2).

Logo, cada povo tem direitos sobre sua cultura e “pode perder o vigor sob a influência da cultura industrializada difundida pelos meios de comunicação de massa” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1989, p.4). As comunidades tradicionais têm a “construção funcional do território como abrigo e base de recursos com um sentimento de territorialidade que provê referências simbólicas fundamentais à manutenção de suas culturas” (GIANNELLA, 2009, p. 9). Neste caso, sua base é o território e seus recursos estão presentes e (re) produzidos no local. A territorialidade identifica-se por meio das relações de poder com os quais o grupo se manifesta e convive.

Para Grzebielvka (2012, p. 118), a comunidade tradicional é uma organização social que ocupa e usa o território e seus recursos naturais e culturais na produção e transmissão para futuras gerações, diferenciando-se culturalmente das demais formas de organização social (GRZEBIELVKA, 2012, p. 118). Exemplos dessas comunidades são as caiçaras, os quilombolas, os ribeirinhos, os seringueiros e os castanheiros, as quebradeiras de coco, as populações de fundo de pasto, os ciganos e outros que tradicionalmente exercem suas práticas culturais no território e são detentores do próprio patrimônio.

O autor ainda ressalta que os critérios, definições e categorização das comunidades tradicionais ainda são passíveis de uma série de questionamentos, além das questões trazidas pela inclusão e exclusão nos planos e projetos políticos e os benefícios garantidos por lei. Outro desafio é o reconhecimento de suas tradições, modos de vida, práticas culturais e patrimônios por parte da sociedade. Segundo Giannella (2009), as comunidades tradicionais (re) existem frente a uma lógica de “uniformização funcional dos territórios” presente na dinâmica capitalista e ocidental que vivemos, gerando efeitos como apropriação do território por grupos externos, homogeneização dos espaços e a descaracterização e a teatralização da cultural local.

Na análise de Pinto (2007, p. 16), essas comunidades consideradas tradicionais se caracterizam como uma organização econômica e social com pouca ou nenhuma acumulação de capital, com baixo padrão de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico, combinando várias atividades econômicas dentro de um complexo calendário. Em conjunto com demais autores, ele afirma que aqueles que fazem parte dessas comunidades se pautam no uso dos recursos renováveis, além do conhecimento sobre o meio vivido. Tal conhecimento perpetuado é importante instrumento para a

conservação da cultura local e o “respeito” a outros membros da comunidade (DIEGUES, 1994, p. 78-79, *apud* PINTO, 2007, p. 18).

A Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) apresenta em seu Artigo 3º a seguinte ideia sobre a definição de comunidade tradicional e sua relação com o território:

**I-Povos e Comunidades Tradicionais** – grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. **II- Territórios Tradicionais:** os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporais, observando no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas<sup>5</sup>

Neste contexto, os povos e comunidades tradicionais têm como base o uso da terra – essa sendo vista como o lugar apropriado para a produção, para o uso dos recursos naturais e para as práticas culturais. Atualmente, estão presentes na luta pela terra e garantia da cidadania – entendida como o direito ao lugar, à cidade e à cultura. A Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, localizada no bairro da Saúde, no Rio de Janeiro, por exemplo, é formada por herdeiros de uma importante tradição na memória da cidade, de uma história de luta e resistências (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2010, p. 5); outros bairros, como Gamboa e Santo Cristo, também apresentam populações negras e cultura viva de tradições passadas.

A região portuária concentra importantes monumentos históricos edificados, além de diferentes espaços de memória da cultura afro-brasileira como a Pedra do Sal e o Cais do Valongo (Saúde); o sítio histórico e arqueológico Cemitério dos Pretos Novos (Gamboa); e o bairro do Santo Cristo, historicamente marcado pelo comércio e a tortura de escravos, entre outras referências culturais. Considerando toda essa dimensão simbólica, as comunidades tradicionais afro-brasileiras que residem nesses bairros são fruto de um projeto histórico de Diáspora Atlântica Africana – processo esse que viabilizou economicamente as transformações da cidade do Rio de Janeiro, a serem discutidas no próximo capítulo.

Destaca-se, nesse sentido, a trajetória das comunidades remanescentes de quilombo. As discussões raciais sobre essas emergem na década de 1980, especialmente após a

---

<sup>5</sup>DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

aprovação da Constituição Federal de 1988 que determina o direito à propriedade definitiva das terras que estivessem ocupando por meio da emissão de títulos de reconhecimento étnico pelo Estado (ARRUTI, 2006, *apud* GUIMARÃES, 2016, p. 333). Desde então, há significativo debate sobre o reconhecimento de espaços e comunidades tradicionais – uma problemática histórica, que entra em choque com o interesse dos agentes de mercado no uso desses espaços como ambientes turísticos autênticos.

Tal dilema é notável em relação aos bairros tradicionais da Região Portuária, área onde se encontra a Comunidade Quilombola da Pedra do Sal. Os bairros citados são considerados tradicionais do ponto de vista histórico, sendo referência à cultura afro-brasileira, os espaços de memória, e os bens culturais patrimonializados e tombados. Eles se inserem em um valioso Sítio Urbano Histórico, sendo composto por ambientes sensíveis, como o Cais do Valongo, o Cemitério e Museu Pretos Novos, e o monumento da Pedra do Sal, e por práticas culturais locais, como o samba, a capoeira, a culinária das baianas, as homenagens simbólicas, as religiões de matrizes africanas e as narrativas da população tradicional local sobre a história da região.

Diante do apontado anteriormente, o monitoramento desses lugares e atividades devem consistir em iniciativas como: a observação dos locais, a captação de dados quantitativos (principalmente de população negra que vive nos bairros), a análise dos conflitos fundiários na região e suas futuras consequências, a promoção de investimentos nos espaços culturais, o incentivo à participação constante da comunidade local, o levantamento dos produtos culturais ofertados pela população local, etc. Essas são, portanto, algumas formas de monitoramento diante dos impactos do turismo cultural, tendo como enfoque o processo de turistificação.

Conforme Araujo e Vargas (2013) sinalizam, o turismo coopta o espaço para seu consumo, apropriando-se dos sistemas de objetos existentes e criando objetos para o seu uso. Em seu exercício, “(...) o turista é o ponto principal para que se inicie um processo de turistificação” (KNAFOU, 2001, *apud* ARAUJO e VARGAS, 2013, p. 28). A turistificação é um processo complexo de interação entre pessoas, turistas, comunidades, setores público e privado, planejadores e promotores territoriais e os meios receptores. Resulta disso o fato de que os impactos não ocorrem apenas em ocasiões pontuais, mas têm origem em um processo de mudança a partir de uma causa específica (RUSCHMANN, 2012).

Neste caso, o primeiro ponto é quando os turistas ou grupos de visitantes buscam pelo objeto de consumo (lugar, cidade etc.); essa demanda perceptível faz com que o mercado e o Estado, juntos com os grandes promotores das localidades ou território turístico, planejem o espaço. Essas mudanças acontecem de forma gradual, alterando aos poucos a dinâmica do local e agregando valor aos bens culturais das comunidades. Esse processo torna os ambientes em lugares funcionais, únicos na experiência do turista. Por fim, dependendo do tipo de atividade, monopoliza e estabelece a divisão de trabalho entre as classes apropriadas para o consumo e dos trabalhadores para os serviços.

Considera-se como principal impacto do turismo cultural o contato entre turistas e comunidade local, sendo o segundo deles a “apropriação” dos espaços pelos agentes do turismo, inclusive dos setores público e privado. Outro impacto é a adição de valores e “incorporação do imaginário social aos modos de vida dos sujeitos nesse espaço”, tornando os espaços ambientes de espetáculo para o consumo cultural no território turístico (SOBRINHO e FORTUNA, 2018). Esses lugares se tornam áreas funcionais para esse tipo de atividade, com novos residentes, mudança do estilo de vida local – gerando novas formas de territorialização (apropriação e dominação) sobre os aspectos culturais materiais e simbólicos ao transformá-los em produto turístico (SOBRINHO e FORTUNA, 2018, p. 62).

Segundo Ruschmann (2012, p. 50), o turismo sobre a cultura apresenta-se com maior intensidade nos locais onde o fluxo de turistas é muito grande (turismo de massa). Ao mesmo tempo, seus efeitos tendem a ser um “revelador de cultura” que estavam em extinção. A “museificação – banalização das cidades” (GONÇALVES, 2007, p. 7) diz respeito ao patrimônio visto como mero cenário preparado para consumo turístico e adoção de modelos estereotipados de renovação urbana (operações de clonagem somadas à monofuncionalização de alguns setores urbanos).

Um segundo efeito é a “contaminação arquitetônica” com a construção de infraestruturas turísticas, integrando-as àquelas já estabelecidas (em particular das características do meio natural) e gerando uma urbanização sem respeito pelas áreas naturais ou históricas (GONÇALVES, 2007). Fomentam-se ainda processos de “competição pelo espaço/desertificação do centro histórico/terciarização e gentrificação” com a expulsão dos antigos moradores e o aumento acentuado dos preços dos terrenos e imóveis; há concentração de atividade comercial da região e uma reconquista da área por classes sociais mais elevadas (GONÇALVES, 2007).

Observa-se também uma “perda de autenticidade/*commodification*” por meio da aculturação (comercialização da cultura; alterações na cultura receptora e na identidade local pela assimilação da cultura do turista), associada aos interesses econômicos que levam a uma manipulação de tradições e costumes para entretenimento – o lazer pago e comercializável. Finalmente, o “patrimônio e identidade” passam a ser vistos como produto e oferta cultural, podendo a “descoberta” de um patrimônio significar a morte de uma identidade com a patrimonialização e as mutações por ela geradas (GONÇALVES, 2007).

Essa reflexão nos conduz a pensar no medo de que a cultura local assimile as influências da cultura dos turistas, que é mais preponderante sobre as tradições, valores e costumes nas chamadas sociedades tradicionais. Diante desses impactos, o autor menciona a relevância das instituições e setores que, por conta do desenvolvimento do turismo, são responsáveis por fornecer aos turistas as comodidades a que estão habituados nos seus países de origem e apresentar as imagens e as narrativas associadas ao patrimônio, e não incluem nas suas narrativas todo o patrimônio do território, sobretudo aquele dos grupos étnicos minoritários (GONÇALVES, 2007).

Sendo assim, de modo geral, na questão da sustentabilidade do turismo cultural deve-se levar em conta a capacidade de carga dos destinos. Caso contrário, o superpovoamento de locais históricos e tradicionais leva à deterioração física dos monumentos e maximização da utilização e congestionamento dos usos. A ideia de “espetacularização da cultura” está relacionada ao enobrecimento do lugar e tem sido utilizada para designar os efeitos dos processos urbanos em suas diferentes tipologias, como “readequação”, “(re)ordenamento”, “revitalização”, conforme indica Leite (2001, p. 74).

Para o autor, o enobrecimento do lugar está relacionado a dois aspectos: a “formação de sócioespacialidades e a construção de um espaço público fragmentado”. A confluência desses espaços, quando reincidente, pode contribuir para fazer desses lugares apropriados espaços de disputas, práticas culturais, simbólicas e econômicas, além de poder resultar no esvaziamento das práticas interativas e tradicionais, bem como desertificar os ambientes antes enobrecidos (LEITE, 2001, p. 75). Assim, a espetacularização da cultura local tende a expor as celebrações, os modos de vida local e as particularidades culturais da população. Até mesmo os agentes do turismo negociam com a comunidade local para exposição de seus produtos e práticas culturais (PIRES, 2004, p. 22-23).

Já Gonçalves (2008, p. 12-13) afirma que o marketing territorial influencia na “estetização das paisagens”, refletindo sobre as culturas vivas dos espaços simbólicos no sentido de construir uma nova imagem e adequar e enobrecer o lugar para as necessidades da demanda turística; conseqüentemente, tende a marginalizar ou até mesmo apagar as peculiaridades dos ambientes históricos. Existe, portanto, uma tensão evidente entre os usos econômicos e culturais do patrimônio, onde ninguém mais do que o próprio turismo parece ter investido na ideia da autenticidade como parte de um discurso de produção da “*exoticidade* do turismo”, como afirma Siqueira (2016, p. 4).

Em sua análise, ele aponta que os efeitos do turismo tendem a produzir uma exotividade sobre a comunidade local e que a ideia de patrimônio pode evocar uma noção de “selo” – no sentido comercial de marca coletiva depositada sobre o lugar. Logo, os saberes-fazer ditos tradicionais, devido à forma como são comercializados, podem nos dar uma suposta noção de autêntico que talvez não seja (SIQUEIRA, 2016).

Segundo Pires (2004, p.5-6) a “folclorização da cultura local” é vista como um dos riscos iminentes, a partir da qual os recursos tradicionais da comunidade são recriados e transformados em ícones de espetáculo, remetendo uma ideia de cultura exótica. Esse processo dinâmico apropria e altera as tradições locais e oferta melhor imagem ao público consumidor. Por fim, nesse sentido, a ideia principal é oferecer o produto cultural com mais eficiência, seguindo uma lógica de produção em massa (IGNARRA, 2000, p. 122, *apud* PIRES, 2004, p. 38).

Segundo Pires (2004), a noção de mercantilização da cultura pode levar à promoção de uma “falsa cultura” sobre as comunidades tradicionais e desvios dos benefícios econômicos dos grupos tradicionais para os envolvidos na produção da atividade e na prestação de serviços. De modo geral, o turismo de massa tem contribuído para “agressões culturais nas comunidades receptoras e para origem de danos às vezes irreversíveis, nos recursos naturais”. Soma-se a isso a falta de “cultura turística” dos visitantes diante da comunidade receptora, não demonstrando responsabilidade na preservação do meio ambiente e da originalidade das destinações (PIRES, 2004, p. 22-23).

Na análise de Ascanio (2003, p. 36), há uma série de fatores que a comunidade não está disposta a negociar, mesmo quando se trata de aspectos particulares culturais. Esses interesses podem ser divergentes, levando a um consenso parcial em relação ao desenvolvimento de políticas pra o setor e a população receptora. É relevante observar que a

maioria das decisões sobre os projetos e ações que podem vir afetar a comunidade é tomada pelo setor privado, que executa suas ações estratégicas de rentabilidade de produção econômica da atividade; nesse contexto, muitas são as empresas estrangeiras envolvidas.

La Rosa (2003) nos propõe refletir que o turismo comporta uma nova forma de colonialismo sobre essas comunidades e agrava as diferenças econômicas. Em vista disso,

*(...) la actividad turística no es por si misma, ni buena ni mala. Tradicionalmente los acercamientos teóricos al fenómeno turístico, al menos desde las ciencias sociales, se han movido entre la conceptualización optimista (años 60), en la que se consideraba que el turismo era la "industria" salvadora que generaría el empleo y las divisas necesarias para impulsar las deprimidas economías de los países receptores. Garantía de un camino directo hacia el desarrollo. En la década siguiente (años 70) bajo la denominada conceptualización pesimista el turismo se convierte en todo lo contrario. Es analizado como una nueva forma de colonialismo que perpetúa e incluso agrava las diferencias económicas (LA ROSA, 2003, p. 106).*

Em face disso, as localidades turísticas enfrentam hoje a sobrecarga da capacidade das localidades, gerando os conflitos socioculturais; as intervenções urbanas aumentam a tensão dessas localidades e as novas tipologias urbanas se agregam ao desenvolvimento econômico junto a demais setores. Nesse sentido, surgem novos produtos turísticos, novos equipamentos culturais e urbanos. Finalmente, o turismo cultural tem aparecido em um complexo sistema turístico em muitos destinos que sofrem processos de “adaptação” para satisfazerem a nova demanda, ao mesmo tempo diversificando seus produtos (LA ROSA, 2003, p. 107).

Além disso, os investimentos estrangeiros na produção da atividade turística acabam por concentrar suas áreas de atuação, orientando as determinações dos órgãos privado e público, nacionais e estrangeiros, sobre a atividade e o patrimônio cultural, configurando a paisagem da cidade em cenário turístico. Deste modo, as paisagens natural e socialmente construídas tornam-se objetos de consumo turístico, destacando como o “turismo exacerba o valor de troca dos lugares, porque os toma como um produto, uma mercadoria, suplantando o seu valor de uso” (ARAUJO e VARGAS, 2013, p. 26).

A urbanização acelerada das cidades cria uma necessidade de “comunidade estética” (BAUMAN, 2003, p. 63) em função da indústria do entretenimento. Essa tende a fragmentar o espaço urbano e colocar os grupos locais e turistas em seus devidos espaços de uso, até mesmo por meio de construção de barreira de interação entre as pessoas. A formação dessa comunidade estética tende a se sobrepor aos demais grupos sociais existentes na localidade. A produção do entretenimento apoiado nos aparatos tecnológicos exerce uma sedução. Às vezes,

uma comunidade estética se forma em torno de um evento festivo recorrente – festival pop, uma partida de futebol ou uma exibição de moda – que atrai multidões, na visita dos turistas e visitantes (BAUMAN, 2003).

Essa é, então, uma comunidade experimentada, que partilha seu status existencial com a beleza, sempre produzindo objetos de experiência estética para serem comercializados e consumidos. Neste caso, uma comunidade estética “não tece entre seus membros uma rede de *responsabilidades éticas* e, portanto, de *compromissos em longo prazo*” (BAUMAN, 2003). A produção do turismo cultural pela ótica da sustentabilidade pode ser o caminho, diante dos efeitos globais da atividade, para a preservação das comunidades locais, que podem se beneficiar em termos de valorização cultural e benefícios econômicos, desde que haja gestão e planejamento participativos.

Conforme Ruschmann (2012, p. 50) aponta em suas pesquisas, há possíveis impactos favoráveis do turismo cultural sobre as comunidades receptoras, como a valorização do artesanato e da herança cultural, orgulho étnico, e preservação do patrimônio cultural. Em vista disso, a luta por direitos individuais e coletivos resulta, em determinados locais de atuação, em intensa construção comunitária. A garantia dos direitos sociais por parte do Estado, a redistribuição dos resultados e benefícios advindos desta atividade e o reconhecimento da comunidade enquanto atores importantes são aspectos relevantes nesse processo (BAUMAN, 2003, p. 71).

Isso se traduz na produção do turismo cultural evocando elementos como memória, identidade, pertencimentos, continuidade, criação, autenticidade – categorias articuladas que devem ser geridas de forma sustentável, considerando também a conservação integrada como o todo. Portanto, os impactos do turismo devem ser monitorados, para sejam criadas estratégias sustentáveis de gestão de conservação integrada nas ações de planejamento urbano ambiental. Essas iniciativas se mostram vitais para o patrimônio cultural do Sítio Histórico Urbano da Região Portuária e seus bairros tradicionais - em especial, os espaços simbólicos de referência à cultura negra e da comunidade tradicional local. No próximo capítulo, serão abordados marcos da região e a importância da cultura carioca, que ainda carece de estudos sobre a cultura dos bairros e suas comunidades.

## 1.5. Marcos da política de turismo no Brasil e no Rio de Janeiro

Nesta seção, temos como objetivo pontuar marcos do desenvolvimento do turismo no Brasil, em especial seus reflexos na cidade do Rio de Janeiro. Observa-se que as trajetórias das políticas de desenvolvimento do turismo no Brasil têm seus parâmetros baseados na escala global e somente mais tarde começa a se pensar numa política em escala regional e local por meio dos planos e programas. A discussão traz inicialmente um enfoque conceitual do papel do governo no turismo brasileiro ao longo do tempo, cujas ações seguem o modelo europeu de massificação do século XX.

No Brasil, visto que a primeira fração temporal consiste no período ditatorial, percebem-se iniciativas de divulgação da sensualidade latina, com foco no mercado internacional. Um segundo momento acontece no período democrático, se caracterizando pelas novas funções do poder público federal e o enfoque do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) na interiorização da atividade turística. Esse é marcado, ainda, pela ampliação industrial do turismo com uso de ferramentas midiáticas e de massificação voltadas à atração do público estrangeiro.

No livro “Por uma história do turismo no Brasil”, Celso Castro, Valeria Lima Guimarães e Aline Montenegro Magalhães (2013) trazem uma abordagem muito interessante sobre o processo de estruturação da atividade turística no Brasil, paralelamente ao início da atividade no Rio de Janeiro, então capital. O turismo se estrutura durante a modernidade – na Europa, a partir da metade do século XIX, e se expandindo para os Estados Unidos a partir do século XX. Dado o marco histórico-temporal, o Rio de Janeiro é considerado por muitos autores como ícone do turismo nacional e internacional (CASTRO; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2013).

O Rio de Janeiro foi o principal destino indutor do turismo, servindo como modelo de desenvolvimento para outras cidades brasileiras. Nesse período, diante das operações urbanas de Pereira Passos (1903-1906), a Região Portuária cumpriu a função como porta de entrada em direção ao centro da cidade; também há crescimento das atividades balneárias, como na Praia de Copacabana, um destino típico do turismo europeu. A construção da imagem do turismo brasileiro, as formas de operação turística e de publicidade foram resultado de processos que dramatizam as tensões e contradições da sociedade brasileira refletindo no

contexto internacional em diferentes momentos de sua história recente (CASTRO; GUIMARÃES; MAGALHÃES, 2013).

Nesse contexto, percebe-se que o primeiro momento do turismo na América do Sul coincide com o período de efervescência do urbanismo carioca, marcado pela construção do Canal do Mangue, do Porto e das Avenidas Beira Mar e Central – atual Rio Branco (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013, p. 13). Essas atuam em conjunto para a atracação de navios estrangeiros e desembarque de visitantes, principalmente na Estação de Passageiros do Cais do Porto. A localização da estação contribuía para que os turistas, ao desembarcarem, recebessem as primeiras informações sobre a cidade e seus pontos turísticos, orientando-se para as avenidas em direção ao centro e áreas de roteiro turístico (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013, p. 18)

Segundo Motta (1993, p. 1), a primeira Exposição Internacional em Londres (1851) teve como principal atrativo o Palácio de Cristal, “as chamadas vitrines do progresso”; destacavam-se, ainda, as motivações comerciais, com o afluxo de divisas e turistas - que vai refletir no cenário urbano carioca. Tanto a Exposição Nacional de 1908, em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, quanto a participação na Exposição Internacional de Bruxelas (1910) tinham como objetivo apresentar a nova capital saneada e urbanizada diante das transformações da gestão do Prefeito Pereira Passos (MOTTA, 1993, p. 2).

O primeiro momento de desenvolvimento do turismo no Brasil e no Rio de Janeiro foi lento. Só a partir da década de 1920 surgem tentativas do governo de organizar o turismo como atividade rentável, com a construção de empreendimentos hoteleiros turísticos, agências de viagem e órgãos oficiais com o objetivo de atrair o público estrangeiro (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). Através do Decreto nº 4.175, de 11 de novembro de 1920, foi determinada a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário da Independência. A regulamentação oficial das atividades só ocorre um ano depois, com o Decreto nº 15.066, de 24 de outubro de 1921, que incluiu nas atividades a realização de conferências e a publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos (MOTTA, 1993, p. 2).

A Exposição do Centenário da Independência (1922) foi mais que um evento político; ela foi marcada por operações urbanísticas no sentido de organizar a cidade para receber visitantes, além de sua exibição como modelo de cidade por meio da propaganda em forma,

por exemplo, de longas-metragens sobre a cultura carioca. As obras de preparação consistiram na demolição do Morro do Castelo, berço da cidade, para dar lugar à construção de pavilhões para empresas estrangeiras e palácios nacionais, havendo gastos excessivos mesmo diante das dificuldades financeiras. No mesmo ano ocorreram outros eventos relevantes para a história brasileira, como a Semana de Arte Moderna, a Fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Revolta do Forte de Copacabana, que marcam o início do século XX.

A exposição inaugurada, no dia 7 de setembro de 1922, traduziu a vontade de renovação da cidade, na tentativa de acompanhar a tendência mundial, mesmo diante dos problemas sociais e urbanos. No contexto das transformações da cidade, destacam-se alguns monumentos que ficariam marcados no imaginário dos cariocas, como: o lançamento da pedra fundamental do Cristo Redentor, em 04 de abril de 1922, e sua inauguração final em 1933; a inauguração do Hotel Glória (1922); e o Copacabana Palace (1923) – ambos tendo sua arquitetura influenciada pelo famoso Hotel Ritz de Paris, sendo vistos como o primeiro empreendimento hoteleiro na cidade (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013).

A Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, criada pelo Decreto nº 3.267, de 05 de janeiro de 1928, prosseguiu por mais de uma década como uma celebração anual da modernidade. Ela também foi cenário para eventos, tal qual a Exposição de 1922, e teve como foco o turismo, com a exibição de artefatos nos seus interiores, pavilhões e estantes, contribuindo ainda para a atualização arquitetônica e para o interesse em arquitetura como forma de chamar atenção, principalmente, do público estrangeiro (SEGAWA, 2019, p. 4).

Até a metade do século XX, o Rio de Janeiro passa por uma fase de organização do produto turístico a ser ofertado e de construção de uma mentalidade turística. Assim, os primeiros momentos do turismo na cidade vêm acompanhados por processos de (re)urbanização, promoção de eventos nacionais e internacionais, entre outros. Após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), o Brasil vivencia o período da democracia populista entre 1945-1964 (Era Vargas). Essa época representou uma nova fase nas relações internacionais em todo o mundo, afetando diretamente a política econômica brasileira (PIMENTEL, 2014).

Nesse momento, também se inicia a criação de políticas públicas para o desenvolvimento da atividade do turismo como parte do planejamento estratégico de desenvolvimento econômico do país, estreitando relações comerciais e financeiras com o mercado externo. Além disso, há a promoção das características culturais relevantes à época, como também a realização de estudos de novas destinações para a exploração turística

(PIMENTEL, 2014). A partir da criação da Comissão Brasileira de Turismo (Combratur) em 1958, o turismo assume nova posição em sua estrutura organizacional do Estado Brasileiro. Ele se vincula à Presidência da República, tendo essa como principal função coordenar, planejar e supervisionar a execução da Política Nacional de Turismo (PIMENTEL, 2014, p. 28).

Outro momento importante nesse período é a criação da Divisão de Turismo no âmbito do Departamento de Imprensa e Propaganda da Presidência da República (DNIP). A divisão tem, a princípio, o intuito de promover e coordenar o desenvolvimento do turismo nacional por meio das divulgações dos atrativos na intenção de atrair o público estrangeiro (PIMENTEL, 2014). Finalmente, o período é marcado também pela expansão da industrialização e aumento das importações. O turismo é visto como a “indústria do século” e “exportação invisível”, parte do desenvolvimento da economia do país. A divisão é extinta com o fim da Era Vargas e cabe ao Departamento Nacional de Informações dar continuidade às ações (PIMENTEL, 2014, p. 26-27).

A década de 1960 se caracterizou pelas grandes discussões no âmbito internacional sobre o papel do turismo no desenvolvimento das economias ditas periféricas. No Brasil, durante a Ditadura Militar (1964-1985), as ações são direcionadas para a criação da política nacional para o setor (PIMENTEL, 2014). Dentre elas, destaca-se o Decreto-Lei 55/1966, que estabelece a Política Nacional de Turismo cujo objetivo era “coordenação e adaptação de todas as iniciativas públicas ou privadas isoladas ou coordenadas, para as reais necessidades de desenvolvimento econômico e cultural”. O Decreto criou o Conselho Nacional de Turismo (CNT), a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), o Sistema Nacional de Turismo (SNT) e o Fundo Geral do Turismo (Fungetur) (PIMENTEL, 2014, p. 29).

O Ministério da Indústria e do Comércio passou a estudar e estimular o desenvolvimento do turismo interno, principalmente dos municípios e estados com potencial turístico – lançando, posteriormente, o PNMT e o PRT (Plano de Regionalização do Turismo), com base na Política Nacional de Turismo. Ainda na década de 1960, é criada a Flumitur no Rio de Janeiro (atualmente, a Turisrio), com a função de promover o turismo e as atividades correlatas ao setor, em consonância com a política de desenvolvimento econômico e social do estado e o Plano Diretor de Turismo, além de prestar assistência técnica aos municípios e empresários (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013).

A Embratur é criada em 1966, também no Rio de Janeiro (sua sede é transferida para Brasília em 1992). O órgão é vinculado ao Ministério da Indústria e Comércio, passando a cuidar exclusivamente da promoção do Brasil no exterior, além de regulamentar o setor turístico brasileiro com base na Política Nacional de Turismo (FREIRE-MEDEIROS; CASTRO, 2013). A Embratur promove, assim a imagem turística do Rio de Janeiro ao exterior por meio da divulgação dos principais ícones de atração turística, como Pão de Açúcar e Corcovado, as praias de Copacabana e de Ipanema, o carnaval e os desfiles das escolas de samba.

Destacam-se como efeitos positivos do período: maior organização institucional do setor em âmbito estadual; maior distribuição do turismo pelo território nacional e investimento em projetos de desenvolvimento turístico, principalmente no Amazonas e no Nordeste; maior rigidez no controle da atividade; a abertura de escolas de nível superior em turismo, a partir da década de 1970; e abertura e concessões de exploração do turismo por empresas estrangeiras (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). Por outro lado, as principais atrações são vinculadas à figura da mulher brasileira, criando a marca do erotismo carioca como meio de atração turística – o que pode ser percebido até hoje, por exemplo, durante os desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro e de São Paulo (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013).

Os anos 1970 são marcados pelas significativas mudanças trazidas pelas experiências do Programa de Cidades Históricas (PHC) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), criados inicialmente à parte da estrutura do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (FREITAS, 1994). O PHC é um programa interministerial, criado em 1973, composto pelos ministérios do Planejamento e Coordenação-Geral, da Educação e Cultura, do Interior e da Indústria e Comércio. O CNRC era vinculado ao Ministério da Indústria e do Comércio, como um grupo de trabalho coordenado por Aloísio Magalhães, com o apoio do ministro Severo Gomes.

Criado em 1975, o Centro foi constituído como resultado da assinatura de um convênio entre o MIC e o governo do Distrito Federal (FREITAS, 1994, p. 72). Em decorrência disso,

Em 1979, a liderança do CNRC Aloísio Magalhães assumiu a direção do IPHAN, nomeado pelo ministro da Educação e Cultura Eduardo Portella, tendo o IPHAN absorvido o CNRC e o PCH. Pouco depois, foi criada a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), por

transformação do IPHAN, através do Decreto n. 84.198, e foi aprovada pelo Congresso Nacional a Lei n. 6.757, que autorizava o poder executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória (Pró-Memória ou FNPM), entidade incumbida de executar a política da SPHAN. A Pró-Memória incorporou o PCH, o CNRC e um pequeno grupo da Secretaria de Modernização e Reforma Administrativa do Ministério do Planejamento (SEMOR), que trabalhava na área de modernização do sistema de preservação. Aloísio Magalhães assumiu a direção da SPHAN e da Pró-Memória (FREITAS, 1994, p. 72).

Diante desse quadro, novos conceitos surgiram relacionados ao patrimônio, refletindo sobre os mapeamentos de bens culturais, na adoção de metodologias e técnicas de pesquisa, e realização de levantamentos socioculturais e documentação sobre o Brasil. Deste modo, ao final dos anos 70 já estava estabelecido o novo modelo de sistema de preservação do patrimônio cultural no âmbito federal, que mais tarde seria replicado na promulgação da Constituição de 1988, sendo o patrimônio visto como conceito interdisciplinar, tal como no pensamento internacional. Vale lembrar que o reconhecimento dos bens culturais fazia com que esses fossem elementos principais para o promocionismo do marketing urbano nas cidades históricas.

Nesse cenário, são firmados o Compromisso de Brasília (1970) e o Compromisso de Salvador (1971). O primeiro foi resultado do encontro promovido pelo Ministério da Educação e Cultura junto aos atores municipais e federais em defesa do patrimônio histórico e artístico local, regional e nacional, gerando a criação de serviços de articulação entre as esferas de governo (SAIA, 1970). O segundo, promovido pelo mesmo Ministério, chama atenção para a proteção de bens naturais e de valor cultural, como paisagens, parques, praias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis e documentos. Ademais, suas recomendações estabelecem que os planos diretores e urbanos e os projetos de obras públicas e particulares que afetem as áreas de interesse natural e de valor cultural, protegidos por lei, devem seguir orientação dos órgãos responsáveis (IPHAN, 1970).

O documento também recomenda que os órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo devem atentar para os problemas gerados pela utilização e divulgação dos bens culturais, até mesmo na inserção de empreendimentos turísticos, cabendo aos estados e municípios, com apoio do governo federal, a responsabilidade de salvaguardar seus bens (IPHAN, 1970). O Compromisso de Salvador define, ainda, a criação do Ministério da Cultura, de secretarias e fundações de cultura, planos diretores e urbanos, do Banco Nacional de Habitação (para custeio das obras em edifícios tombados) e determina que órgãos do

turismo elaborem medidas para manutenção do equilíbrio diante dos bens tombados (CORRÊA, 2012, p. 119).

Os anos 1980 foram um período de muitos impasses econômicos, com lento crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e uma inflação desenfreada, além de mudanças de moedas e certo descontrole do Estado de governar. Em relação ao turismo, nota-se que o Estado buscou intensificar a democratização da atividade (PIMENTEL, 2014). Por outro lado, vale observar que suas iniciativas, mesmo que resultantes em melhorias no setor, ficaram restritas a Embratur, sendo essa responsável pela gestão do turismo e das questões sociais a ele relacionadas. Somente em 1992 é criada a Comissão Especial de Turismo Social, vinculada à Presidência da República (PIMENTEL, 2014).

Nesse contexto, destaca-se a atuação do Programa Cidades Históricas (PCH), implementado no início da década de 1970. O programa visa à recuperação das cidades históricas e de seus monumentos tombados, agregando função econômica ao seu uso e gerando renda para financiar a conservação dos monumentos. Dentre as prioridades exigidas para a implementação do programa nas cidades, citam-se “possuir infraestrutura turística adequada; monumentos em vias de destruição e infraestrutura turística inadequada, mas em razoável estado de conservação” (CORRÊA, 2015, p. 2). Esse é reconhecidamente o primeiro programa federal que investiu na recuperação de monumentos e edifícios tombados, entendendo o turismo associado aos bens culturais como principal agente para captação de divisas e desenvolvimento econômico do país (CORRÊA, 2015).

Em 15 de março de 1985 é criado o Ministério da Cultura pelo Decreto nº 91.144. O órgão se volta para o desenvolvimento do turismo nas localidades ao perceber a sua relevância na geração de receita e para a preservação do patrimônio cultural, além da necessidade de inserção da comunidade local na atividade. No entanto, em primeiro momento, não são definidas de forma clara as estratégias para alcançar os objetivos (NASCIMENTO e TRENTIN, 2011, p. 165). As ações pontuais com relação às políticas públicas implantadas pelo Ministério para o setor do turismo ao longo deste período ocorreram por meio de construção de hotéis, aeroportos, divulgação no exterior dos atrativos considerados como ícones do turismo nacional, agências de viagens e outras atividades (NASCIMENTO e TRENTIN, 2011, p. 165).

Considera-se que esse é um período de transição democrática, com mínima intervenção estatal e de ingovernabilidade do setor do turismo, com nítido aumento dos

investimentos do setor privado, além dos efeitos de questões econômicas e sociais que se agravam nas regiões brasileiras. No Rio de Janeiro, ocorre na década de 1990 um aumento da violência e da criminalidade, além dos altos índices de desmatamento, pobreza e desemprego. O governo federal, na tentativa de melhorar a imagem da cidade e do país no exterior, realiza na cidade a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, mais conhecida como Eco-92 (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013, p. 27).

As ações empreendidas para a realização da conferência são alvo de críticas de agências de notícia nacionais e internacionais. Essas salientam a maquiagem das ruas para o evento, as barreiras físicas e a intervenção nas avenidas e ruas resultando na segregação das favelas e a comercialização das favelas pelos agentes de mercado (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). Neste caso, algumas agências de turismo se apropriam desse momento e surge mais tarde o “turismo de favela” como uma nova modalidade de turismo, onde as primeiras atividades turísticas começam nas comunidades da Rocinha, Santa Marta, Cantagalo e Mangueira (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013, p. 27).

Os reflexos dos desdobramentos desse evento também resultaram em ações positivas como: democratização do acesso ao turismo com a inserção dos diferentes segmentos populacionais; a redução de disparidades sociais e econômicas de ordem regional, resultando na geração de empregos e distribuição de renda; e a valorização e preservação dos patrimônios natural e cultural (PIMENTEL, 2014, p.31). Ademais, no mesmo ano é criado o Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo (Lei nº 8.490/92), dando relevância ao setor do turismo em termos de estrutura organizacional do Estado Brasileiro, principalmente na interiorização do turismo nacional (PIMENTEL, 2014).

Em 1993, a partir desse mesmo órgão, inicia-se a implementação do Programa de Municipalização do Turismo (PNMT), concebido para dinamizar o desenvolvimento da atividade turística em âmbito municipal. O objetivo era que os municípios deveriam, por meio do planejamento participativo e estratégico, organizar seus produtos turísticos e fazer parte dos destinos e do roteiro do turismo nacional (PIMENTEL, 2014). O programa se transformou em um movimento nacional de desenvolvimento de um turismo mais integralizado. Tais resultados possibilitaram descentralização, capacitação de recursos humanos e parcerias entre o poder público e privado junto à comunidade local, na busca de ações sustentáveis para o setor e equidade social (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013).

Essas ações tornaram-se o alicerce para avançar em termos de políticas públicas do turismo em nível municipal e regional. Da mesma forma, foi relevante no sentido de que os municípios passam a ter responsabilidade e autonomia em organizar os produtos turísticos potenciais de seus destinos (FREIRE-MEDEIROS e CASTRO, 2013). O programa se mostrou mais eficiente em pequenas cidades; nas grandes cidades, houve a falta de informação devido à ausência de um inventário extensivo da oferta turística e de gestão participativa. Essa tendência também ocorreu em outros países, o que impactou no avanço de seus programas voltados para o turismo (BENI, 2006, *apud* Silveira *et al.* 2014, p. 74).

Por fim, o programa tinha o objetivo de expandir a infraestrutura dos municípios turísticos, fortalecendo relações entre órgãos públicos e a iniciativa privada local. A Embratur era responsável pela seleção dos municípios prioritários que seriam atendidos (OLIVEIRA, 2008, *apud* GOMES e SILVA, 2017, p. 255). Soma-se a esse cenário a criação do Ministério do Esporte e Turismo no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998), cujo objetivo principal é a divulgação do turismo no país e no exterior, estímulo às iniciativas públicas e privadas no setor, além do planejamento, coordenação e avaliação de planos e programas relacionados à atividade turística (GOMES e SILVA, 2017).

Nesse contexto breve, percebe-se que o período é marcado pela forte relação do Estado com o setor privado na ampliação do turismo nas diferentes esferas de governo, adotando mais uma vez como estratégia as concessões de exploração do turismo a empresas estrangeiras (GOMES e SILVA, 2017). Já no governo Lula (2003-2010), o Ministério do Turismo adota como política de planejamento do setor, ações sustentáveis e integradas na formulação de iniciativas para o desenvolvimento da Política Nacional do Turismo por meio de planos e programas (PIMENTEL, 2014).

Com o início do Plano Nacional de Turismo (2003-2007), a cultura ganha foco com relação à conservação do patrimônio cultural. Considera-se a diversidade cultural como uma das bases do turismo nacional e possibilidade de aumentar a oferta turística brasileira (NASCIMENTO e TRENTIN, 2011). Com base na estratégia de divulgação das características locais e regionais brasileiras no exterior, essas ações têm como meta a captação de investimentos privados e a geração de empregos, aumento do número de visitantes no país e voos domésticos, como apontam Nascimento e Trentin (2011).

O Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, lançado em 2004, é uma ação estratégica política adotada no Plano Nacional de Turismo (2003-2007), que

determinou como macroprograma estruturante a “Estruturação e Diversificação da Oferta Turística” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p.17). Seu objetivo é executar uma política pública descentralizada e regionalizada com foco no planejamento coordenado e participativo. A princípio, se iniciou com a participação de representantes dos setores público e privado, instituições de ensino e do terceiro setor, buscando repercutir em todo território brasileiro (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 17).

A ideia de regionalizar é organizar a atividade do turismo para além das características dos municípios, consistindo em uma organização integrada, compartilhada e competitiva entre os municípios e as regiões. Por fim, é olhar a região em conjunto e não mais o município de forma isolada, priorizando o crescimento desses de maneira harmônica e na implantação de políticas públicas e organização dos produtos turísticos de forma integrada entre as regiões (SANTOS *et al.*, 2014). Essas concepções fazem parte de uma política pública estratégica e competitiva, voltada para a implementação de ações efetivas dos destinos a partir da definição das regiões turísticas prioritárias para a estruturação e organização do turismo no Brasil, com foco no turismo regional e na oferta turística diversificada e integrada (MAZARO, 2014).

De modo geral, os destinos e seus roteiros selecionados foram avaliados e utilizados pelo Plano Aquarela (Plano de Marketing Turístico Internacional) e o Plano Cores do Brasil (Plano de Marketing Turístico Nacional), além dos investimentos do governo federal na avaliação do setor turístico nacional (MAZARO, 2014). A escolha dos destinos indutores para o desenvolvimento regional e nacional foi feita a partir das 200 regiões turísticas identificadas entre os estados do país; por meio do trabalho articulado com órgãos e fóruns estaduais de turismo, foram selecionados roteiros e regiões com condições para alcançarem rapidamente padrões de qualidade internacional – nesse cenário, o Rio de Janeiro desponta dentre os principais destinos (MAZARO, 2014).

A formação de um “território-rede” proposta pelo programa de regionalização do turismo cumpre a função de articular os destinos emissores e receptores, ampliando a diversificação de atrativos a serem explorados turisticamente (CRUZ, 2007, *apud* ARAUJO e VARGAS, 2013, p. 30). Nesse sentido, o Plano Aquarela (2003-2006), elaborado pelo Ministério do Turismo (MTur) e pela Embratur, consiste no instrumento técnico para promover e impulsionar o turismo nacional e internacional e seus produtos turísticos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015).

Dentre as metas estabelecidas, podem-se citar: “criação e colocação no mercado turístico mundial da primeira marca turística do Brasil”; “estabelecimento de uma imagem global do turismo do Brasil no mundo”; “estabelecimento de posicionamento frente aos principais destinos líderes do turismo mundial”; “orientações e diretrizes claras para as ações promocionais do Brasil no exterior”; “compartilhamento das estratégias sobre mercados, oferta e demanda” e “criação e operação profissional dos escritórios brasileiros no exterior” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015, p. 6-7). Essas buscam posicionar frente ao mercado a visão de um país competitivo, com base em seus recursos presentes e oferta diferenciada para o mercado externo, dentre elas o patrimônio natural e o patrimônio cultural como produtos a serem comercializados.

O Plano Cores do Brasil, divulgado em 2005, consiste no instrumento de diagnóstico do marketing interno do turismo brasileiro, a partir de uma análise sobre a situação e a oferta turística para o público interno, dos produtos e do perfil dos diferentes públicos e atrativos turísticos, além da avaliação do desenvolvimento dos roteiros por região. O segundo momento do Plano Aquarela (2007-2010) permite um novo modelo de marketing e ações promocionais pautado nos resultados obtidos no primeiro plano, concretizando-se como novo instrumento orientador das ações promocionais da Embratur voltadas para o mercado turístico.

A segunda fase do Plano Nacional de Turismo (2007-2010), denominada “Uma viagem de inclusão”, apresenta as metas apontadas anteriormente de maneira refinada, com mudanças significativas. O novo plano adota, por exemplo, como estratégia setorial a integração entre os ministérios da Cultura e do Turismo (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2015). Nesse quadro, há um fortalecimento das ações de conservação do patrimônio cultural e a criação de equipamentos para melhor acesso e atendimento aos turistas. Ademais, o plano ganha um enfoque social e tende à internacionalização da atividade visando uma economia de escala, binômio típico do turismo de massa (SILVEIRA *et al.*, 2014, p. 79).

As propostas feitas por esse buscam: a redução de desigualdades; ampliar o fluxo interno e o externo de turistas; a criação de novos produtos e destinos; educação ambiental; preservação da identidade cultural das comunidades; aumento e diversificação do financiamento para os diferentes tipos e níveis de empresa; e formação e qualificação profissional. (PIMENTEL, 2014, p.33). O Plano Nacional de Turismo (2011-2013) traz uma série de propostas em relação ao planejamento e gestão da atividade turística.

Valem ser destacadas: a proteção do patrimônio histórico e cultural; a participação social na definição das políticas públicas; a incorporação ao planejamento de princípios que promovam a sustentabilidade ambiental e maior responsabilidade social; e a redução dos impactos do turismo no clima e no meio ambiente. Em contrapartida, o próprio plano sugere a criação de um modelo público-privado de governança das ações propostas para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.

Em se tratando das ações de monitoramento e avaliação, o plano menciona o estabelecimento de parcerias no monitoramento e controle dos impactos ambientais, sociais e culturais ocasionados pela atividade turística (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014, p. 137). Além disso, frisa a ampliação do mercado de trabalho (com a geração de emprego e renda), o fortalecimento do mercado interno (com aumento dos fluxos turísticos domésticos), a abertura para o mercado externo (por meio da entrada de divisas estrangeiras e prestadores de serviços turísticos), a parceria com a iniciativa privada e questões relacionadas a orçamento, crédito e investimentos (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

O quarto momento do Plano Nacional de Turismo (2013-2016) leva em consideração a preparação das cidades-sede – em especial, do Rio de Janeiro – para a Copa do Mundo FIFA 2014 e para os Jogos Olímpicos de 2016. Nesse sentido, dentre seus objetivos estratégicos, o plano visa: “estabelecer mecanismos que garantam estabilidade e a confiança para a obtenção de licenças, autorizações, concessões e demais exigências do Estado para a instalação e operação de empreendimentos turísticos no país” e “incentivar o brasileiro a viajar pelo país; incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros; melhorar a qualidade e preparar o turismo brasileiro para os megaeventos” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 8).

Neste caso, nota-se que o compromisso dos investimentos direcionados é especificamente em mobilidade urbana, arenas, portos e aeroportos, formalizados na parceria entre a União, os estados e os municípios (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 46). No que tange ao fomento do Turismo de Base Comunitária, com representatividade da cultura local, o plano apresenta como finalidade: “promover a qualificação e a diversificação da oferta turística, com a geração de trabalho e renda, e a valorização da cultura e do modo de vida local” (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2013, p. 99).

Finalmente, o Plano Nacional de Turismo (2018-2022), com o slogan “Mais emprego e renda para o Brasil”, tem como meta aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros e as

receitas geradas pelos turistas internacionais e o dos brasileiros em viagens internas (turismo doméstico). Dos possíveis caminhos para tal, busca o fortalecimento da regionalização; a melhoria da qualidade e competitividade; e o incentivo à inovação e promoção da sustentabilidade (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2018, p.9). O plano tem como iniciativa aprimorar a oferta turística nacional por meio das seguintes estratégias: promover a valorização do patrimônio cultural e natural para visitação turística; estimular o desenvolvimento de destinos turísticos inteligentes; e estimular o desenvolvimento segmentado dos produtos turísticos brasileiros (MINISTÉRIO DO TURISMO, p.9-10).

Com relação à promoção e a integração de produção local por meio do turismo e o desenvolvimento do Turismo de Base Local, apresenta como estratégias: o estímulo ao desenvolvimento de novas estratégias turísticas que incorporem aspectos da produção local, da cultura e da culinária regional; o apoio e articulação de ações para promover e ampliar os canais de comercialização dos produtos associados ao turismo e da iniciativa de Turismo de Base Local (MINISTÉRIO DO TURISMO, p. 10).

Diante desse quadro, é possível perceber que todos os planos apresentados e as considerações tratadas sobre marcos da política de turismo no Brasil, têm como perspectiva fortalecer o turismo nacional por meio da regionalização dos estados e municípios, promovendo o turismo diversificado e explorando os recursos naturais, sociais, festivos e culturais. Com um início lento, o turismo no Brasil seguiu uma lógica de mercado por meio da adoção de políticas estratégicas de exploração dos lugares. A política de interiorização do turismo e o interesse por um setor mais competitivo se tornam mais consistentes a partir da criação da Embratur; assim, nota-se que o “turismo brasileiro acompanha a tendência mundial de conversão de um puro promocionismo em desenvolvimento de produtos diversificados” (PIMENTEL, 2014, p. 37).

## **1.6. Reflexões sobre as diretrizes turísticas do Rio de Janeiro previstas no Plano Diretor 2011**

A promulgação da Constituição Federal de 1988 representou um marco na história política brasileira, em especial para o turismo nas cidades. O Artigo 180 expõe que a promoção e o incentivo ao turismo “é dever da União, dos Estados e Municípios no fomento

da atividade turística, como fator de desenvolvimento social e econômico”<sup>6</sup>. Com a Constituição em vigor, os municípios brasileiros e os entes federativos passam a ter maior autonomia de competências próprias e determinadas de elaboração de instrumentos básicos da política de organização urbana municipal de acordo com os parâmetros constitucionais (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 14).

Nesse sentido, em 1992, foi criado o primeiro Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Definia-se como prioridade a preservação do ambiente cultural urbano, em especial a valorização do patrimônio cultural, referindo-se a conceituações já existentes, como as APA (Área de Proteção Ambiental), e estabelecendo novas, como as APAC (Área de Proteção do Ambiente Cultural). Foi também a partir da publicação do plano que se iniciaram os estudos e a decretação das Áreas Especiais de Interesse, para as quais se deve garantir a participação popular na sua delimitação por meio de audiências públicas<sup>7</sup>.

Em 1993, um ano após a criação do primeiro plano, a Prefeitura do Rio de Janeiro firmava com a Associação Comercial (ACRJ) e a Federação das Indústrias (FIRJAN) um acordo para a promoção do Plano Estratégico da Cidade (PEC). Em 1994, empresas e associações empresariais instauraram o Consórcio Mantenedor deste plano estratégico, garantindo recursos financeiros para futuras atividades e, principalmente, para contratação da empresa consultora catalã que iria assumir a Direção Executiva, junto a outros consultores privados, para estruturação dos espaços públicos cariocas, em especial na Região Portuária (VAINER, 2014, p. 1).

O plano somente foi implementado de fato em 1995. No diagnóstico do PEC, a cidade é apresentada como “laboratório de experimentação e aperfeiçoamento democrático, baixa intolerância racial”. Do mesmo modo, o plano demonstra preocupação com a imagem da cidade devido a questões, entendendo a “forte visibilidade da população de rua, a miséria estrategicamente redefinida como problema paisagístico e (ou ambiental)”. Esses elementos poderiam, assim, colocar em risco a atratividade da cidade (VAINER, 2002, p. 82).

É importante notar, conforme aponta Pimentel (2012, *apud* PIMENTEL, 2014, p. 326), que a trajetória política do país até o início dos anos 2000 é marcada por uma “recorrente inconsistência institucional”. No que tange ao turismo, a criação do Ministério do

---

<sup>6</sup>Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 11 fev. 2020.

<sup>7</sup> Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro. Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992. Disponível em: [http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/plano\\_diretor\\_edicao\\_reduzida\\_comentada.pdf](http://www0.rio.rj.gov.br/patrimonio/pastas/legislacao/plano_diretor_edicao_reduzida_comentada.pdf). Acesso em: 25 set. 2020.

Turismo em 2003 contribui para que o setor tenha sua pasta própria, além de estrutura e orçamentos específicos. Os planos municipais e regionais de turismo, como os do Rio de Janeiro, e a distribuição do território em regiões turísticas foram iniciativas relevantes para que os estados pudessem pensar na estruturação da atividade turística em diversos níveis (PIMENTEL, 2014).

Nesse contexto, destaca-se a adoção de planos diretores por parte dos municípios. Contudo, mesmo sendo a adesão a esses uma obrigatoriedade constitucional, muitos são os que não cumprem com essas diretrizes, ficando sujeitos a sanções. Somente com o início da vigência do Estatuto da Cidade, em 2011, que esses passam a adotar os planos diretores como principal instrumento estratégico e político de organização do território (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 14). Com relação ao setor turístico, a Constituição Estadual do Estado do Rio de Janeiro (2001) determinar em seu Artigo 227 que:

(...) o Estado promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social bem como de divulgação, valor cultural e natural, cuidando para que sejam respeitadas as peculiaridades locais, não permitindo efeitos desagregadores sobre a vida das comunidades envolvidas assegurando sempre o respeito ao meio ambiente e à cultura das localidades onde vier a ser explorado (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2001, p. 61).

Em face disso, também “(...) deverá estabelecer, com base no inventário do potencial turístico das diferentes regiões e com a participação dos municípios envolvidos, as ações de planejamento, promoção e execução da política da atividade” (TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO/CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2012, p. 61).

Em relação ao Estatuto da Cidade, no seu Capítulo 3, Artigo 4º, determina a revisão do Plano Diretor a cada dez anos. No caso do Rio de Janeiro, o novo plano estabelecido em 2001 não rompeu com os princípios e diretrizes adotados no plano anterior, de 1991 (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, 2011, p. 98). Dentre as diretrizes abordadas no Plano Diretor de Turismo (2001), esse menciona em relação ao setor:

(...) identificação, características e extensão dos recursos turísticos, tendo em atenção aspectos relacionados, por exemplo, do valor apelativo dos atrativos em relação aos segmentos de mercado identificados ou à necessidade de intervenção em certas áreas com problemas de ordenamento e ocupação do solo (SECRETARIA DE

Ademais, o Plano Diretor (2001) aponta que “(...) as regiões turísticas têm objetivo primordial a organização territorial e a gestão da atividade turística, constituindo uma estância intermediária de articulação entre o Estado e os municípios” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO - SEPDET, 2011, p. 98).

Em 2003, foi criado o Ministério das Cidades, essencial para a reflexão e a prática jurídica do planejamento urbanístico no Brasil, com o objetivo de combater as desigualdades sociais, buscar espaços urbanos mais humanizados, e ampliar o acesso da população a moradia, saneamento básico e transporte. Em 2006, foi iniciado um processo de revisão do plano, voltada especialmente para questões ligadas à articulação intersetorial e à participação social. Dentre os destaques da revisão, pode-se citar a Área de Especial Interesse Turístico (AEIT), entendida como um dos instrumentos de gestão do uso e da ocupação do solo urbano. Essas áreas são definidas como “aquela com potencial turístico e para qual se façam necessário controle de usos e atividades, investimentos e intervenções visando ao desenvolvimento da atividade turística” (RELATÓRIO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2008, p. 29).

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro, aprovado pela Lei Complementar nº 111/2011 tem como base o desenvolvimento sustentável e o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, orientando as ações dos agentes públicos e privados, e determinando as prioridades para aplicação tanto dos recursos orçamentários, quanto dos investimentos (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO). Dentre elas, está a Região Portuária e seus bairros, para os quais foi mantido o índice de aproveitamento da área estabelecido no Plano Diretor de 1992; esse foi também previsto nos projetos realizados para a Área de Especial Interesse Urbanístico do Porto – AEIU (RELATÓRIO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2008). Desde então, o Plano Diretor representou avanços em termos de políticas públicas na ordenação da atividade urbana e norteamo das ações voltadas para o turismo.

Outras iniciativas estavam em jogo no Plano Diretor 2011, tendo em vista a preparação da cidade para a Copa do Mundo FIFA 2014 e sua eleição como sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Essas ações se constituem como marcos políticos

adotados nos planos nacionais como estratégias de consolidação do setor turístico (BASSERES, 2011). Segundo Basseres (2011, p. 19), o Plano Diretor 2011 é resultado das revisões feitas e se insere no contexto da entrada em vigor do Estatuto da Cidade; esse cenário faz com que o setor privado tenha expectativas positivas, voltadas à parceria com o setor público e possíveis benefícios, assim como a população, que demanda uma série de outros direitos no momento.

Das ações vinculadas ao novo plano, no âmbito da política urbana, destacam-se o incentivo ao desenvolvimento das funções sociais da cidade e à garantia do funcionamento e o melhor aproveitamento das condições locais presentes, assim como do bem estar da população. Em seu Artigo 3º, o documento afirma que “a política urbana do município tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana mediante as seguintes diretrizes” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LEI COMPLEMENTAR, 2011, p. 2). Em vista disso, seu Inciso III busca também:

(...) a inclusão do contexto metropolitano ao planejamento da cidade, articulando as ações de todas as esferas governamentais e promoção de iniciativas de interesse comum relativas às políticas de turismo, transporte, meio ambiente, saneamento ambiental, zona costeira, equipamentos urbanos, serviços públicos e desenvolvimento econômico e sustentável; V- (...) aproveitamento de todo o potencial turístico, visando à sua integração às áreas formais da cidade, ressalvadas as situações de risco e de proteção ambiental (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LEI COMPLEMENTAR, 2011, p. 2).

Sobre a relação com a política de turismo, no seu Artigo 250, o plano apresenta ações para o desenvolvimento do setor turístico, sendo seus objetivos:

I- Promover a atividade turística para o desenvolvimento econômico do município; II – Monitorar, proteger e valorizar o Patrimônio Turístico da cidade; III – Compatibilizar as atividades turísticas com a proteção do meio ambiente; IV – Qualificar e expandir a força de trabalho alocada no turismo; VI – Ordenar as atividades nas áreas relevantes para o turismo evitando aquelas incompatíveis com este uso; VII – Aumentar a participação da Cidade no movimento turístico brasileiro, promovendo e estimulando a divulgação de eventos e projetos de interesse turístico; VIII – Elevar a cidade à posição de principal pólo brasileiro de eventos; e IX – Definir e divulgar o calendário oficial de eventos da cidade para o ano seguinte, até o final de agosto de cada ano (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO-LEI COMPLEMENTAR, 2011, p. 123).

Decorrente dos objetivos citados acima, a política de turismo apresenta os possíveis caminhos na dinamização da atividade, como:

I- Somar iniciativas do poder público e do setor privado no desenvolvimento das atividades turísticas; II- Estimular o turismo, com a definição de áreas relevante interesse turístico e estabelecer critérios para sua utilização e controle, melhoria das condições de segurança, de limpeza urbana de acessibilidade e de informação turística; III- Incentivar atividades compatíveis com a proteção do patrimônio cultural e paisagístico nas áreas turísticas; IV- Apoiar as iniciativas de revitalização da Região do Porto do Rio de Janeiro; V- Rever a legislação urbanística visando à sua ampliação e diversificação do Parque Hoteleiro; VI – Facilitar utilização de edificações preservadas, tombadas ou ociosas para o uso residencial conjugado à hospedagem; VII- Reforçar a infraestrutura e equipamentos de apoio ao turismo, melhorando as condições de transporte, segurança e manutenção dos locais de visitação; VIII- Disponibilizar informações turísticas atualizadas para o mercado operador e para o turista, visando subsidiar o processo de tomada de decisão e facilitar o máximo proveito da infraestrutura, serviços e atrações da cidade; IX- Promover ações claras, coordenadas e contínuas de divulgação do Rio de Janeiro como destino turístico, no Brasil e no Exterior; X- Promover política pública coordenada visando garantir acessibilidade aos pontos turísticos de nossa cidade; e XI- Realizar campanhas internas para a conscientização da população sobre os benefícios da atividade turística (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO - LEI COMPLEMENTAR, 2011, p. 124).

Com relação aos “Vetores de Crescimento da Cidade”, o documento visiona a ocupação de áreas classificadas como “vazios urbanos”, considerado as macrozonas em direção à Avenida Brasil e Estrada de Ferro, na Zona Oeste, e a Região Portuária limítrofe ao Centro. Ademais, objetiva promover o desenvolvimento urbano social e ambiental equilibrado, integrado aos diferentes espaços urbanos, além de “regular a propriedade urbana, visando combater a exclusão territorial e a segregação social” (PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2013 - LEI COMPLEMENTAR, 2011, p. 10-12).

Portanto, diante das diretrizes e dos objetivos acima citados, as ações consistem em desenvolver a cidade e promover a atividade turística como um dos setores econômicos do estado, buscando a geração de renda, valorização e elevação da qualidade de vida das populações locais, e incremento e captação de recursos. Com relação à cultura, as ações apresentadas devem garantir a sustentabilidade do patrimônio cultural e equilíbrio dessas diante das intervenções urbanas, compatíveis com as características dos lugares ambiental e cultural. Logo, esses são possíveis caminhos que o estado deve seguir com responsabilidade no desenvolvimento do setor.

## CAPÍTULO II

### MEMÓRIA SOCIAL E URBANA DA REGIÃO PORTUÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Para circunscrevermos da melhor forma possível esse capítulo, procuramos o referencial teórico de diferentes estudos sobre a evolução da cidade do Rio de Janeiro. Especificamente, abordamos autores que retratam a expansão da cidade carioca e a influência e conformação do porto, que é o nosso objeto de análise.

A Região Portuária é formada pelos bairros tradicionais da Saúde, Gamboa e Santo Cristo. A área portuária é de significativa importância para o desenvolvimento da cidade, tendo em vista que o Rio de Janeiro se torna um importante Porto Negro a partir do século XVIII – quando cerca de dois milhões de cativos aportaram durante o processo histórico da Diáspora Atlântica Africana (MOURA, 1995, p. 60). Além disso, é a partir dela que se inicia a ocupação da cidade, predominantemente do século XIX (núcleo urbano) e a formação de áreas aterradas no início do século XX (áreas longínquas ao centro). Vale notar que durante esse processo histórico, tentou-se encontrar soluções viáveis para as áreas aterradas até o século XX (LIMA, 2001).

Devido à sua configuração espacial de muito difícil acesso, entrecortada por mangues e o mar, a cidade necessitou cada vez mais de mão de obra imigrante e escrava para sua expansão e construção - sendo esses grupos as “mãos e os pés do senhor” (PEREIRA, 2007, p. 35). Considera-se que cultura e habitação foram o binômio imbricado no processo de expansão do território carioca, de uso dos espaços urbanizados e reurbanizados, além de novos usos em função dos novos planos e projetos.

Segundo o geógrafo Mauricio de Abreu (1987), a evolução urbana do espaço carioca do Rio de Janeiro e sua estruturação espacial refletiram nos sistemas de divisão do poder político e das decorrentes formas de distribuição de renda no país e da preocupação do Estado de produzir e garantir, sobretudo a reprodução do capital. A partir do século XX, com as transformações urbanas conduzidas por Pereira Passos (1902-1906), é necessário considerar dois importantes pontos: o primeiro, em termos de aparência (alteração da morfologia urbana) e o segundo, em termos de separação de usos e de classes sociais no espaço (ABREU, 1987, p. 144).

Esses reflexos nos conduzem a (re)analisar e refletir a divisão da cidade e sua estratificação em bairros para burgueses e bairros para proletários. Nesse sentido, no decorrer do capítulo nota-se que o estado acelerou o processo de segregação espacial; esse já era característico desde o século XIX e tais mudanças contribuíram na consolidação de uma estrutura núcleo *versus* periferia. Em se tratando de áreas longínquas ao núcleo central, a Região Portuária está localizada ao norte do centro da cidade do Rio de Janeiro, sendo banhada pela Baía de Guanabara e cercada pelos Morros da Conceição, do Livramento e da Providência, que separam a região do núcleo urbano, e pelas avenidas – nomeadamente, Francisco Bicalho, Rodrigues Alves, Rio Branco e Presidente Vargas.

Essa é categorizada como a primeira região administrativa da cidade, formada pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Caju - sendo os três primeiros considerados como bairros tradicionais devido aos seus processos históricos de formação, das atividades sociais e culturais e pelas atividades econômicas, inclusive portuárias, neles exercidas (BENTES *et al.*, 2011, p. 4). A figura a seguir representa o território delimitado do porto e seus bairros, ilustrando assim o espaço a ser analisado.

**Figura 1.** Representação da Região Portuária, bairros tradicionais e seus morros limítrofes ao centro da cidade.



**Fonte:** PINHEIRO & COSTA. Conhecendo a proposta da divisão dos núcleos. Disponível em: <http://www.centrodacidade.com.br/acontece/portom.htm>. Acesso em: 24 ago. 2020.

A formação desses núcleos urbanos da região é fruto de um projeto modernizador republicano, cujo ponto alto foi a reforma empreendida pelo então prefeito Francisco Franco Pereira Passos (1902-1906). Essa se caracteriza na junção de pedra e obra, engenharia, natureza e cultura, passado e futuro, fazendo com que esses elementos se mostrem

indissociáveis da trajetória e formação do espaço urbano da cidade, especialmente ao se considerar que os planos, os projetos e as ações advindas da área central contribuíram para a configuração urbana do porto.

Todos os processos ocorridos na região em termos de atividades econômicas e portuárias e apropriações por diferentes grupos sociais marcam a região e seus bairros como espaços ou lugar de memória. Da mesma forma, os bairros são lugares de cultura viva de populações identitárias - em especial, da população afro-brasileira. Nesse sentido, é importante levar em conta sua relação histórica decorrente do projeto político e processo de Diáspora Atlântica Africana, onde essa população teve que (re)existir e reinventar suas tradições e práticas culturais, além de ter sido segregada e marginalizada socialmente com as transformações urbanísticas empreendidas.

Os bairros apresentam rico patrimônio cultural, desde as obras arquitetônicas do Rio Antigo, dos espaços de memória da cultura afro-brasileira como o Cais do Valongo, a Pedra do Sal, e o Sítio Arqueológico Pretos Novos, das comunidades tradicionais, como a população quilombola da Pedra do Sal, além de expressões culturais como o samba e as celebrações religiosas do grupo carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi. Para Magaldi (1992, p. 21), os lugares guardam em si marcos de vários momentos históricos de luta; ao mesmo tempo, as marcas de uma memória e os rastros de um passado muitas vezes são ocultados na trajetória da formação da cidade e no decorrer dos projetos urbanos, sendo maquiados os resultados das políticas urbanas ao longo do processo.

O presente capítulo irá considerar a luta pela construção de uma memória social do espaço ao longo da história; tal construção passa por uma tentativa de inferiorização do passado em relação ao presente, sendo essa fisicamente concretizada com procedimentos de destruição e edificação. A Região Portuária é marcada por sua proximidade com o centro histórico e empresarial da cidade, possuindo uma tipologia peculiar em seus sobrados e galpões do início da industrialização brasileira. Logo, esse capítulo tem como objetivo propor um olhar sobre a região a partir da memória social-urbana e cultural, fundamentando-se teoricamente em estudos sobre a formação urbana da cidade do Rio de Janeiro.

## 2.1. Atividades econômicas e apropriações de espaço características da Região Portuária até o século XIX

A conformação do território carioca durante o período colonial demonstrou uma intensa disputa de ordem política, ideológica e social e, ao mesmo tempo, para fins econômicos. Em análise histórica, as primeiras ocupações no Rio de Janeiro ocorrem em 1565, por meio das sesmarias – distribuição de terras destinadas à produção agrícola e para ocupação –, essas sob o domínio português e, em menor parte, da Ordem dos Jesuítas. No mesmo ano, o governo de Mem de Sá as legaliza e as amplia por meio de uma parcela de terras adicionais. Destaca-se que o primeiro núcleo de povoamento da cidade se localizava entre os Morros do Pão de Açúcar e Cara de Cão, onde hoje se localiza hoje o bairro da Urca (PINTO, 2007).

Essas sesmarias, na análise de Fridman 1999 (*apud* PINTO, 2007, p. 36), ocupavam a área geográfica atualmente compreendida entre a orla do Atlântico até a Barra da Tijuca, passando pelos bairros do Catete, Carioca, Saúde, Gamboa, Morro de São Diogo até as proximidades do Rio Comprido. Autores como Abreu (1987) e Goes; Florentino e Machado Monteiro (2003), citados por Pereira<sup>8</sup> (2007, p. 32-33), destacam que por volta de 1660, estima-se que o território possuía uma população de 3.850 pessoas (sendo 3.000 índios, 750 portugueses e 100 negros).

Em 1821, a população da corte chegaria a 333 mil e os escravos representariam a metade dessa. Entre os séculos XVI e XVII, a cidade se encontra espremida entre os Morros do Castelo e Santo Antônio. Próximo ao porto, as habitações eram limitadas pelos Morros de São Bento e o da Conceição, situando-se entre eles a região do Valongo – que no século XVIII abriga um grande mercado de comercialização de cativos africanos (PEREIRA, 2007). Inicialmente, as atividades comerciais e portuárias se consolidaram entre os Morros do Castelo e de São Bento, onde as condições de sobrevivência eram mais propícias. A conformação *intramorros* foi o resultado da primeira fase de expansão da cidade, compreendida entre sua fundação e o final do século XVII, apesar do núcleo no Morro do Castelo ser urbanizado (MELO, 2003).

A princípio, as áreas do porto eram pantanosas e de difícil acesso, sendo consideradas como os fundos da cidade. Ainda assim, cumpriam com a função de escoamento de matéria-

---

<sup>8</sup> Autor do Livro “**A flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**” primeira edição 2007.

prima, além de ser centro comercial e de trocas (de escravos e ouro das Minas Gerais), se caracterizando como ponto estratégico para exportação (DINIZ e VICTORINO, 2019, p. 2). Desde o início do século XVII, a expansão da cidade estava condicionada a acontecer em direção à várzea, motivada pelo acesso fácil e rápido ao litoral - principal forma de comunicação com o exterior -, seguindo aos poucos com a implantação de malha viária mais regular e menos orgânica (PINTO, 2007).

No século XVIII, a influência das instituições eclesiásticas na paisagem colonial e a relação de disputa entre Estado e Igreja acabaram definindo certa espacialização de atividades em função da expansão territorial, resultando no jogo de forças com relação ao uso do solo carioca. O clero impunha as normas para a estruturação urbana, na locação dos edifícios e das propriedades religiosas, além de interferir na distribuição das áreas não urbanas e sociais dos agentes e das construções – ou seja, controlando o território da cidade (PINTO, 2007, p.46).

De acordo com Pinto (2007), as irmandades se organizavam baseadas na etnia (negros e pardos), na profissão (carpinteiros e militares) e na posição social pela distinção racial e econômica. Neste caso, as irmandades para os pobres e negros se localizavam longe do contexto do núcleo urbano e social da cidade, o que resultou na construção de igrejas para essa população nessas áreas mais afastadas. Nas palavras do autor:

(...) aos pobres e negros restavam as irmandades mais longínquas, nos arredores destituídos de melhorias urbanas ou de equipamentos coletivos. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, a mais popular e numerosa; de Nossa Senhora da Imaculada Conceição; de Nossa Senhora da Lampadosa, que abrigava negros libertos e portugueses; de São Elesbão e Santa Efigênia, composta por negros libertos e escravos vindos de Cabo Verde, na África; instituíram-se nessas áreas não consolidadas, distantes do núcleo central (PINTO, 2007, p. 47).

Segundo o autor, o Campo de Santana – também conhecido como Campo da Cidade e, posteriormente, Campo de São Domingos –, localizado atualmente nas proximidades da Avenida Presidente Vargas, era uma área pantanosa voltada para atividades destinadas ao abastecimento do núcleo central urbano, materiais de construção e, principalmente, comercialização de escravos. Nessas localidades próximas ao núcleo urbano já existiam quilombos organizados por negros fugidos das fazendas e por grupos de ciganos, especialmente em terras alagadiças e pantanosas, consistindo no lugar dos excluídos. Essa área estava, assim, próxima à região portuária da capital (PINTO, 2007). Ainda no século XVIII, nas proximidades dessa região,

(...) o Cais do Valongo transformou-se no polo central do comércio de escravos a partir da transferência do mercado da área central da cidade. O tráfico gerou várias externalidades no que se refere às atividades econômicas, tais como um sistema de transporte marítimo entre o Valongo e outros bairros, a fabricação de objetos de ferro destinados a prisão e tortura dos escravos, armazéns depósitos para os negros recém chegados da África, e até um cemitério. A lucratividade dessa empreitada gerou também várias obras de melhoramentos urbanos como o aterro de mangues para a ampliação das áreas secas, a abertura de ruas para facilitação das condições de tráfego no entorno ao mercado e principalmente, a Rua do Livramento, que ligava a Saúde a Gamboa, possibilitando a ocupação dessa nova área (MELLO, 2003, p. 30-31).

Desde o século XVIII, o trecho da Prainha próximo ao Morro da Conceição era tido como área valorizada visto como ponto estratégico, próximo ao ancoradouro de desembarque de cargas nobres da antiga região portuária (ALMEIDA, 2004, p. 115). Essa área teve relevante funcionalidade para o sistema colonial e escravista, compreendendo o espaço do bairro da Saúde – desde a antiga Prainha (atualmente, Praça Mauá) até quase o bairro da Gamboa. A região também foi ampliada em função da exportação de café e posteriormente com a chegada da Família Real em 1808 (BRASIL, 1965, p. 145).

Segundo Melo (2003, p. 29), o que hoje conhecemos como Região Portuária, a princípio, durante a primeira metade do século XVIII, não foi adensado devido, principalmente, à sua ocupação por chácaras próximas ao centro e aos amplos terrenos explorados como atividade agrícola de abastecimento do núcleo urbano colonial. O centro da cidade era ocupado por brancos pobres, escravos de santo e negros libertos que não tinham condição de se deslocarem para outras regiões, ocupando a área do Centro para que ficassem próximos à sua fonte de renda – visto que muitos se mantinham por meio de trabalhos esporádicos no porto (PEREIRA, 2007, p. 34).

Em meado do século XVIII, não havia de forma clara uma hierarquização social na maioria dos espaços urbanos e a elite se diferenciava pela aparência das casas, vestimentas e pelas normas de conduta. Sendo assim, a estrutura espacial da cidade não estava dissociada das práticas sociais e dos conflitos existentes entre as classes urbanas (ABREU, 1987). Até então, com relação aos aspectos da paisagem material e social, o Rio de Janeiro era descrito pelos europeus, comparado a uma cidade árabe – com comércio ruidoso, casas baixas, e ruas estreitas e sujas, destituídas de simetria – ou a uma cidade africana – devido ao grande número de negros que por ela circulava, responsáveis por movimentar as engrenagens do universo do trabalho urbano (BENCHIMOL, 1956, p.29).

Nesse cenário, as ruas constituíam o domínio e o espaço de circulação por excelência dos escravos – homens, mulheres e crianças – estigmatizados como “os animais de trabalho” que movimentam a economia, e a existência social e urbana da cidade. Eles constituem a força produtiva básica da economia urbana, indispensável à manutenção da moradia no espaço, lidando com serviços relacionados à água, esgoto, víveres, etc. (BENCHIMOL, 1956, p. 29) No período de transferência da capital da colônia em 1759, de Salvador para o Rio de Janeiro, a Câmara do Senado já detinha o controle do território carioca. Esse momento é também marcado por um processo de “laicização”, com a Igreja perdendo gradativamente seu papel de provedor dos serviços urbanos, rompendo sua relação com o Estado e cedendo ao poder público (PEREIRA, 2001, *apud* PINTO, 2007, p. 46).

Com a chegada da família real portuguesa e o Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, em 1808, a área do Campo de Santana, até o momento, caracterizada como região de abastecimento do núcleo central e que abrigava irmandades de negros escravos e pobres, tornou-se de interesse da família real (PINTO, 2007). Em 1816, com a chegada da Missão Artística Francesa ao Rio de Janeiro, foram implantados os primeiros projetos urbanísticos para cidade. Faziam parte da equipe artistas como os pintores Jean-Baptiste Debret e Nicolas Antoine Taunay, o escultor Auguste, o gravador Charles Pradier e o arquiteto Grandjean de Montigny. O grupo tinha como objetivo organizar a cidade e conferir à Corte tropical da família Bragança, a dignidade e a monumentalidade do neoclássico (BENCHIMOL, 1956, p. 36)

As primeiras décadas do século XIX, em meio à efervescência artística, vivenciaram um aumento no número de cativos africanos, muitos provenientes da África Central e Atlântica – principalmente da região com predomínio da cultura banto –, e o crescimento do Cemitério dos Pretos Novos (1772-1830), no Valongo (na faixa do litoral da Prainha à Gamboa) (PEREIRA, 2007, p. 2). A administração do cemitério era de responsabilidade da Paróquia de Santa Rita – uma entidade católica que cobrava do Estado pelo serviço de enterro dos cativos falecidos. Os atos eram feitos em covas rasas, os corpos enterrados nus, envoltos em esteiras, e sem qualquer ritual religioso – mesmo que tivessem sido batizados e fossem considerados católicos em seus lugares de origem. Esse mesmo tratamento era dado aos pretos novos baianos (batizados ou não) no século XVIII (PEREIRA, 2007, p.14).

A área foi marcada pelos impasses entre os traficantes de escravos, que exigiam das autoridades um espaço mais favorável aos seus negócios, e os moradores da região, que

exigiam a retirada do cemitério. As autoridades se mostravam preocupadas com as precárias condições sanitárias e de higiene do lugar dada sua proximidade ao centro da cidade. Soma-se ao cenário a Resolução 13 de setembro de 1820 da Câmara do Senado, que concedeu áreas de chão subutilizadas e longínquas ao centro, resultando na construção de trapiches (armazéns onde são estocadas mercadorias destinadas à importação e exportação) nas praias da Gamboa e do Saco dos Alferes (PINTO, 2007, p. 43).

Desse modo, durante todo o século XIX diversos cais e trapiches foram construídos como: Trapiche Ferreirinha na Gamboa e Trapiche Gamboa (1831), Cais de Desembarque da Prainha da Câmara Municipal (1844), Cais da Fábrica Nacional de Vidros de São Roque na Gamboa (1860), Cais da Cia. De Navegação Vapor União do Largo da Prainha (1867), Cais do Moinho Fluminense (1888) e o Cais Pharoux (atual Praça XV), conforme mencionam Cardoso et. Al. (1987, p.58-62, *apud* DINIZ e VICTORINO, 2019, p. 9). Em 1830, o tráfico negreiro é proibido por meio do tratado imposto pela Inglaterra. Isso se soma às reclamações e abaixo-assinado feito pelos moradores próximos ao Cemitério acerca da necessidade de melhorias no local, considerado insalubre e hostil (PEREIRA, 2007); todavia, territorialmente, a forma clandestina desse comércio ainda acontecia em outros pontos estratégicos do litoral (VASSALLO e CICALO, 2015).

A primeira ação urbana proposta pela Corte foi a transformação do Cais do Valongo para Cais da Imperatriz (1856), com o intuito de receber a princesa Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, que desembarcava da Europa recém-casada com o imperador D. Pedro II. A área foi posteriormente aterrada na primeira década do século XX, nas reformas urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), segundo Vassallo e Cicalo (2015, p. 247). A segunda metade do século XIX (1840-1870) marca o apogeu da segunda revolução industrial, se caracterizando pela expansão da economia e dos transportes mais rápidos (inclusive o trem), e intensificação do comércio internacional. Ela marca a consolidação política do Império, expansão demográfica da cidade, da economia do café, da urbanização, do desenvolvimento das comunicações e principalmente do trabalho livre (BENCHIMOL, 1956, p. 36).

Em 1850, destacam-se a abolição do tráfico negreiro e a promulgação da Lei de Terras (adotando um novo regime que legalizava o monopólio das terras por uma minoria – nomeadamente, a elite). Contrários a essa medida, abolicionistas e alguns radicais republicanos propunham ações para uma reforma agrária, contemplando a população e ex-

escravos, com pagamento de indenização aos senhores (MOURA, 1995, p. 16). Nesse período, nota-se gradativa conformação da cidade e seus bairros com aplicação dos raros recursos em bens urbanísticos. Inicia-se o processo de urbanização nas áreas da Saúde, Gamboa, Saco do Alferes e da praia Formosa; ademais, durante o século XIX, as chácaras vão sendo divididas em lotes urbanos e vários logradouros públicos são criados, principalmente na Gamboa (ABREU, 1987).

Aos poucos a configuração centro-porto é estruturada. O Cais do Porto recebia as mercadorias importadas da Europa e sua ligação com o entorno do Largo do Paço (atual Praça XV) por meio da Rua da Prainha (atual Rua Acre) facilitava o escoamento das mercadorias para a região comercial da cidade; no sentido oeste, o bairro da Gamboa se desenvolvia – o que aconteceria também mais tarde no bairro do Santo Cristo (DINIZ e VICTORINO, 2019, p. 5). As mercadorias recebidas eram manufaturas de algodão, ouro, prata, platina, sumos de sucos, vegetais, carnes, peixes, lã, legumes, farináceos, pedras, terras, ferro e aço, peles e couros, linho, entre outros produtos. Essa era, portanto, uma região de grande importância para as finanças do Estado monárquico, considerando seus melhoramentos urbanos e intenso movimento comercial (BENCHIMOL, 1956, p. 49).

Devido ao intenso movimento de mercadorias (como açúcar e ouro das Minas Gerais e até mesmo o sal do litoral entre a Prainha e a Saúde), o crescimento de edificações e a instalação de depósitos e armazéns de produtos agrícolas e industriais importados (MELO, 2003) faziam com que a área concentrasse também assentamentos de trabalhadores, constituídos por afro-brasileiros e imigrantes (SILVA, 2013, p. 2). Logo, o melhoramento portuário torna-se necessária dada à defasagem entre a expansão do movimento comercial do porto, com crescimento do mercado mundial, sua abertura em 1808 e a expansão econômica do café, e o fato de que a velha estrutura portuária colonial era acionada por engrenagem movida à energia braçal do trabalhador escravo, cada vez mais escasso desde o fim do tráfico negreiro e da transferência dos cativos africanos para as fazendas de café (BENCHIMOL, 1956).

Os Morros da Conceição e da Saúde eram as alternativas de apropriação para determinados grupos menos nobres, em especial negros, fixarem suas residências, resultando na abertura de pequenos becos e travessias em suas encostas. Em 1845, o Morro da Conceição recebeu alguns melhoramentos urbanos e ocorreu a abertura da ladeira da Pedra do Sal; também ocorreram ações de melhoria no Morro do Livramento, com a construção de suas

primeiras casas urbanas e também de apropriação de grupos populares como os capoeiras (CARDOSO et. Al., 1987, p.54-55, *apud* DINIZ & VICTORINO, 2019, p. 6).

Segundo Cardoso *et al.* (1987), a instalação da linha férrea a partir de 1840 impulsionou o desenvolvimento dos bairros portuários. Somada às instalações de fábricas, ocorre o aumento de trabalhadores e, conseqüentemente, ampliação do número de casas para aluguel. Nesse mesmo momento, os cortiços e estalagens passam a constituir a paisagem urbana da região, sendo esses tipos de habitações coletivas ainda frequentes também no centro da cidade. A região portuária comporta, assim, usos mais periféricos e industriais por pessoas menos nobres, estando principalmente vinculada à memória da escravidão e marcada como espaço de moradia de uma população marginalizada – e, ao mesmo tempo, essencial para a manutenção e crescimento da cidade (MELO, 2003, p. 32).

Em relação ao núcleo urbano, os escravos alforriados dominavam a produção que ocupava um lugar subordinado na economia urbana por meio de alguns ofícios de base artesanal, como vendedores de quitutes e ambulantes, além de outras funções, como carpinteiros, pedreiros, calceteiros, impressores, pintores de tabuleta e ornamentação, construtores de móveis, carruagens e lampiões, artífices em prata, joalheiros e litógrafos – ou seja, o trabalho de escravos alforriados era dominante. Muitos deles eram escravos de ganho, embora fossem de propriedade de um senhor ou uma camada de “pequenos senhores”, dispendo de relativa autonomia, mesmo que sua produção tivesse que inteirar a renda exigida por seus proprietários, além de seu próprio sustento (BENCHIMOL, 1956, p. 31).

Com a finalização do Cais do Porto em 1872 e os Armazéns da Companhia das Docas de D. Pedro II construídos na orla da Saúde e Gamboa, conduzidas por André Rebouças<sup>9</sup>, ocorrem disputas entre os grupos capitalistas pelo controle dos serviços e produtos do porto, em especial o café. Neste caso, esse período é marcado também por inúmeras construções portuárias das cidades litorâneas do país – como Bahia, Recife e Maranhão (BENCHIMOL, 1956). Após a abolição da escravatura (1888), não foi dado nenhum apoio aos ex-escravos, além de não ter sido previsto um rearranjo populacional da região. Isso resultou no inchaço dos cortiços – antigos casarões apropriados pelos cativos e por diversas famílias de

---

<sup>9</sup> André Pinto Rebouças nasceu na cidade de Cachoeira – Bahia em 1838. Advogado mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro em 1854. Atou como engenheiro militar na Guerra do Paraguai, dentre as obras no rio – abastecimento de água, as Docas D. Pedro II e das Docas da Alfândega. Também participação nos movimentos abolicionistas – ajudou a criar a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, redigiu o Estatuto da Associação Central Emancipadora e participou da Sociedade Central de Emigração, com visão progressista e liberal contrapôs firmemente a indenização dos senhores de escravos e o assalariamento do trabalho do afro-brasileiro, o direito a terra para os ex-escravos.

imigrantes, no qual muitos trabalhavam na área do porto – e outros tipos de acomodações, como as casas de cômodos, que mesmo com sérios problemas de insalubridades eram melhores opções por serem localizadas na área central (DINIZ e VICTORINO, 2019, p.15).

Muitos grupos e famílias que residiam nessas acomodações eram cativos africanos, originários da Bahia, que se instalaram, inicialmente, nos arredores da Pedra do Sal e no Morro da Conceição (ALBUQUERQUE, 1985). Foi nessa região que surgiu mais tarde o cortiço Cabeça de Porco, considerado o maior da história da cidade e que posteriormente foi destruído pelo poder público (CHALHOUB, 1996). Leva-se em consideração também que outros grupos sociais estabeleceram suas práticas sociais nos bairros portuários e proximidades como italianos, espanhóis e russos (IRPH, 2012), além de judeus e portugueses ligados ao comércio varejista (LIMA CARLOS, 2017).

No que tange ao poder público, desde 1856 o Estado impôs a obrigatoriedade de licença para a construção, além de normas relacionadas aos aspectos sanitários devido ao alto grau de insalubridade das casas. Ademais, por conta da questão sanitária, proibiu a construção de estalagens no Centro e nas proximidades, gerando assim uma ampliação de áreas longínquas ao centro, e fechou algumas habitações coletivas insalubres a partir da década de 1880 – com destaque para a demolição do Cabeça de Porco em 1893 (VAZ, 2002, p. 32-33).

Segundo MELLO (2003, p. 21) menciona, a crise habitacional entre 1850 e 1870 devido à crescente regulação urbanística esteve radicada nos limites da cidade velha e suas imediações, e na área central da cidade nova, onde habitava e residia grande parte da classe trabalhadora. Nesse período, sendo o Rio de Janeiro considerado como cidade escravista, a habitação destinada aos ex-escravos é um dos meios necessários de sua permanência na cidade e de sua manutenção. Esses fatores se impunham sobre a condição dessa população na área central, e se somavam a um cenário caracterizado pelas pressões política e econômica internacionais para uma ruptura do contexto colonial para modernidade e pela estigmatização causada pela medicina social à população negra no contexto das precárias condições habitacionais (BENCHIMOL, 1956).

Na análise de Jardim Freire Costa citado por Benchimol (1956, p. 121), diante disso “(...) o escravo era um empecilho a esse projeto submetido a uma relação coercitiva e disciplinar privada” e, no olhar dos médicos sanitaristas, “animal nocivo à saúde”. Esse pretexto da versão médica-política sobre a população pobre e negra está imbricado no movimento econômico e capitalista que tendia a suprimi-lo da cena social urbana. As

intencionalidades do poder público diante da evolução urbana da capital desde sua fundação era construir um polo geopolítico e uma cidade portuária (SILVA, 2013, p. 2). A crescente atividade portuária, assim, dinamizou a ocupação de morros e planícies de toda a área e contribuiu para a formação de três bairros vinculados a ela (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) (MELO, 2003).

Desde 1870, com os primeiros planos de melhoramento para a cidade do Rio de Janeiro, a cidade conviveu com a escassez e o aumento do valor da distribuição da água e as doenças (como febre amarela e varíola), estando o maior número de doentes concentrados nas praias da Gamboa, Saco do Alferes e Saúde (BENCHIMOL, 1956, p. 137). Esses elementos se mostravam como agravantes e incentivavam as ações de remoção da grande massa proletária do Centro para as zonas periféricas – o que só ocorre no final do século XIX, com o começo do período republicano (1889) e início do século XX. Esse período é também marcado por outras manifestações, como a difusão da energia elétrica, a consolidação da indústria capitalista e a expansão da região do porto e dos subúrbios.

A região portuária se caracterizava como sendo formada pelos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Saco do Alferes, carregando assim estigmas como um lugar insalubre, com costumes pouco agradáveis e áreas alagadiças. Nela, foram abertas ruas que desembocavam na grande avenida que margearia todo o litoral, desde a Rua de São Cristóvão até o Largo da Prainha – a Avenida Central –, cuja finalidade era ligar o porto ao centro da cidade (BENCHIMOL, 1956, p. 226). Diante todo esse contexto, Gennari (2019) aponta que:

(...) algumas mudanças sociais, políticas e culturais em curso na virada para o século XX já vinham sendo enunciadas nas décadas anteriores. Isso se deve, em parte, à influência de movimentos internacionais, cujos ideais aportaram no Rio de Janeiro, trazidos por notícias, literatura ou mesmo por nossas elites que tinham na Europa um paradigma, quase uma aspiração, e aqui encontraram eco nos movimentos liberais de fins do século XIX. O resultado foi um período de grande transformação nas bases conceituais que reverberaram nos aspectos da vida comum, seja na busca de ruptura com o passado recente, seja na adaptação aos novos tempos de antigas práticas culturais (GENNARI, 2019, p. 305).

A imagem da região do porto estava associada à escravidão, pobreza, doenças, usos sujos e atividades comerciais menos nobres. Com as atividades portuárias, concentrava-se na região uma mistura de cativos africanos (negros, mulatos e caboclos), migrantes de outras regiões brasileiras e portuguesas menos abastados. Ela também concentrou profundas manifestações culturais cariocas como o samba, o jongo e as religiões de matrizes africanas

(umbanda e o candomblé). Ademais, se caracterizou por uma visível delimitação física entre os morros do núcleo urbano e o acesso direto à Baía de Guanabara (BENTES *et al.*, 2011, p. 4).

A imensa carga de valores e de ideologias nacionalistas e a pressão do comércio capitalista internacional que a obra do Porto do Rio despertava auxiliaram para a ruptura de um sistema colonial baseado na exportação e importação de produtos e mercadorias. Contudo, ainda estariam por vir sucessivas operações urbanísticas em prol da modernidade, que resultariam em mais segregação e marginalização das populações residentes nas áreas consideradas periféricas, além da definição dos bairros da Região Portuária, como apontam Moura (1995) e Rabha (2006).

## **2.2. A Reforma Passos, seus reflexos na região e o estigma da segregação social**

O século XX é marcado por sucessivas transformações urbanas que resultaram em medidas normativas de regulação urbana, estratégias, políticas segregacionistas e tentativas de organização dos diferentes espaços, além da instalação de novos equipamentos urbanos e seleção e conservação de monumentos históricos. A reforma empreendida pelo então prefeito Francisco Pereira Passos (1904–1906) o tornou conhecido como o “Hausmann Carioca” (BENCHIMOL, 1956; ABREU, 1987). Essa se baseia em uma visão de cidade mecanicista, organicista (vista como um *corpus*), além da ideia de integração urbana; a reforma busca propiciar à elite brasileira republicana sentir-se mais próxima da civilização, imbricada na noção de progresso – tudo isso dentro de padrões culturais estabelecidos.

Nesse período, ocorrem duas ações de intervenção urbana. A primeira projetada e com investimento do governo federal, operou-se na modernização do porto; a segunda, planejada pela prefeitura, partiu de uma perspectiva de organização dos espaços urbanos e desenvolvimento da cidade moderna, essa vista como lugar privilegiado da difusão da civilização e atração de pessoas (AZEVEDO, 2007, p. 39). A primeira foi conduzida pelo governo federal e projetada pelo Ministro Lauro Muller e o engenheiro Francisco Bicalho; a segunda foi realizada pela Prefeitura e projetada por Francisco Pereira Passos. Ambas as ações de renovação do porto e da cidade resultaram da iniciativa do presidente da República, Rodrigues Alves.

Seu grande objetivo foi melhorar a imagem da capital federal, em termos sanitários e econômicos, em prol do progresso. A ideia de melhoramento do espaço urbano tinha outra função: a de “facilitar a imigração de estrangeiros ao Brasil, causa momentosa da lavoura cafeeira paulista, em crise de mão de obra desde a abolição da escravidão” (AZEVEDO, 2003, p. 41). Isso mostra, durante as primeiras décadas do século XX, a associação do grande capital privado com o Estado brasileiro a fim de favorecer o espaço urbano para a burguesia e em detrimento de outras camadas populares. Diversas são as tentativas do Estado no intuito de excluir as camadas populares pobres da área central e arredores de interesse do capital estatal.

A urbanização da cidade do Rio de Janeiro veio acompanhada pelo fenômeno conhecido como *Belle Époque*, entre 1871 e 1914, sendo caracterizado como um período de cultura cosmopolita durante o qual a França se tornou o centro global de toda influência educacional, científica, médica e artística, e as principais políticas de saneamento público e urbanização do prefeito Georges-Eugène Haussmann renovaram a cidade de Paris drasticamente. Como citado no capítulo anterior, esse fenômeno vem acompanhado da expansão da atividade do turismo pela Europa.

Conhecido como o “Haussmann<sup>10</sup> carioca”, as ações de Pereira Passos marcam as primeiras intervenções urbanas no espaço carioca no século XX (ABREU, 1987); essas intervenções têm como foco atingir principalmente a estrutura viária da cidade. Curiosamente, percebe-se que hoje a demarcação territorial da Região Portuária e seus bairros é feita por vias e avenidas com os respectivos nomes dos ideais projetistas urbanos da época. Ademais, ela também tem como meta um encargo maior: dar uma imagem à capital do Brasil. O cenário da cidade à época era palco de uma proliferação de cortiços, o que preocupava as autoridades – que partiam de um discurso sanitarista e tratavam essas moradias como epidemicamente perigosas.

A guerra aos cortiços, iniciada pelo prefeito Barata Ribeiro em 1893, conseqüentemente resultou no aparecimento das primeiras favelas (1897), ao provocar um aumento dos fluxos migratórios e ampliação territorial dessas comunidades (ABREU, 1987). Tratado como velho dilema urbano, Passos impôs na política urbana a proibição da

---

<sup>10</sup> O processo histórico de urbanização e higienização ocorrida na área central de Paris na França em 1853-1882, chefiada pelo prefeito Georges Eugène Haussmann, cujo processo de intervenção urbanística seguiu a lógica da burguesia, que até então se tornara a classe dominante que condicionou o urbanismo no início da Terceira República (Andrade, Larry A. S. de *et al.*, 2018).

construção de novos cortiços – mesmo dentro de quintais e chácaras. Para aqueles que já estavam construídos, eram feitas uma série de exigências urbanísticas – que, todavia, não se mostraram suficientes para solucionar as questões (BENCHIMOL, 1956, p. 133).

Em 1903, o prefeito planeja então um conjunto de obras públicas que redefiniriam a estrutura urbana da capital federal, buscando de maneira radical a derrubada de várias construções insalubres. Essa medida ficou conhecida como “Bota-Abaixo”, expressão criada tendo como referência o romance escrito por José Vieira, e que deu substância às sucessivas ações de demolições dos cortiços na época (BENCHIMOL, 1956, p. 205). Nesse contexto, intensificou-se a expulsão das pessoas e a desapropriação e destruição dessas habitações, consideradas precárias e hostis pela elite republicana (ABREU, 1987). Para essa, “os cortiços supostamente geravam e nutriam o veneno causador do vômito preto” e a intervenção era necessária para eliminar tais habitações coletivas e afastar do centro da capital “as classes perigosas” (CHALHOUB, 1995, p. 8).

Como aponta Chalhoub (1995, p. 29), essa iniciativa levou à destruição de diversos cortiços, inclusive do famoso Cabeça de Porco. Os pobres, residentes nesses espaços, ofereciam perigo de contágio, além do próprio perigo social na sociabilidade urbana, presente no imaginário político brasileiro nos fins do século XIX, onde o negro era comparativo de “doença contagiosa”. Isso alimentou os discursos higienistas sobre as habitações coletivas precárias e a população pobre, em especial ex-escravos. Por outro lado, a destruição dessas moradias era interessante aos grupos empresariais, atentos às oportunidades de investimentos nos usos dos espaços urbanos e na expansão e transformação da malha urbana (CHALHOUB, 1995, p. 52).

Conforme Chalhoub (1995) ressalta, via-se na área central da cidade uma multidão de ambulantes e pequenos artesãos, traço característico da paisagem social da cidade colonial que ainda persistia nesse cenário. Essa população, todavia, não era mais de escravos de ganho, mas de negros e mulatos livres e imigrantes estrangeiros, inclusive portugueses. Os decretos promulgados à época tinham, assim, a função de radicar os velhos usos da cidade colonial e transformá-la em uma cidade moderna, digna de ser uma capital.

O Decreto nº 394, de 20 de fevereiro de 1903, obriga a licença de vendedor ambulante e de veículos para comercialização de mercadorias, sendo cobrada cada renovação da licença. Já o Decreto nº 421, 14 de maio de 1903, proibia a exposição de artigos nos vãos das portas que abriam para a via pública, exceto quando ocupados por vitrines, afetando, por exemplo, as

baianas e a oferta de seus produtos (BENCHIMOL, 1956, p. 281). Esse pequeno setor mercantil e artesanal urbano acabou expulso, pois entrava em choque com as normas e exigências de reprodução do capital ou da força de trabalho, além das razões de saneamento, de circulação e abastecimento.

Dentre os atores excluídos desse contexto econômico-social, além das baianas, encontram-se os meninos vendedores de jornais, o preto fabricando cestas numa calçada, o vendedor de carvão, o português e o comércio varejista, o vendedor de abacaxi, o italiano do peixe, o turco do fósforo, o vassoureiro, a negra da canjica e outros personagens urbanos (BENCHIMOL, 1956). Segundo Motta (2016), no início do século XX, o Rio de Janeiro era a maior cidade do país, com crescente expansão dos fluxos migratórios e imigratórios (favorecendo o intenso processo de urbanização), sendo também vista como cartão-postal para atração do turismo de sol e praia.

Nesse contexto, a política higienista de Pereira Passos consistia em sanear, higienizar, ordenar, demolir, civilizar. Com relação ao saneamento e a higienização, além da destruição das habitações precárias, a reforma tem como um dos objetivos principais livrar a capital das mazelas que o assolam desde a colônia, como as epidemias de febre amarela, varíola e malária, o que refletia em sérios prejuízos para a atividade econômica da cidade e do país. Associada a essas medidas, eclode a Revolta da Vacina em 1904, motim popular que perdurou por vários dias na cidade caracterizado pela resistência da população à coerção das autoridades policiais e dos médicos sanitaristas para vacinação compulsória da população (GUIMARÃES, 2013, p. 49). O epicentro da revolta foi o Centro, sendo o Largo de São Francisco, a Praça Tiradentes, a Praça da República e o bairro da Saúde palco de intensos conflitos (BENCHIMOL, 1956, p. 308).

Segundo Abreu (1987) e Benchimol (1956), a Avenida Central (atual Rio Branco) foi a principal reforma urbana de Pereira Passos, unindo a cidade de mar a mar – do porto, na Prainha, até a Avenida Beira Mar. Outras iniciativas relacionadas, feitas com investimento do governo federal, são a ampliação do porto e a abertura das avenidas Rodrigues Alves e Francisco Bicalho. Segundo os autores, essas ações resultaram na destruição de quarteirões de hospedagens, cortiços, casas de cômodos e estalagens, trapiches de áreas junto ao mar e armazéns, forçando a população que trabalhava e vivia na região a se deslocar para os subúrbios ou a subir os morros nos arredores, como Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros poucos habitados.

A política de (re)ordenamento urbano também emerge em ações de planificação do espaço urbano carioca consistindo em um modelo de *tabula rasa*, termo em latim usado para referir-se ao desejo de destruição ou abandono e de abertura de espaço para “novas criações”, de preservação e conservação, consistindo na (re)organização do espaço urbano e o surgimento de novas urbanidades (MOREIRA, 2005). Assim, as ações de planificação da Reforma Passos consistiram na derrubada de velhos imóveis, alargamento e prolongamento de vias urbanas como a Rua do Sacramento (futura Avenida Passos), da Prainha (atual Rua Acre) e a Uruguaiana. Além disso, as avenidas cortadas em sentido radiais e diagonais, por meio da construção das avenidas Mem de Sá, Salvador de Sá e Marechal Floriano, exigiram o arrasamento do Morro do Senado e outros, além da destruição de moradias e casas de comércio onde as intervenções eram necessárias (ABREU, 1987).

Com isso, o novo Cais do Porto moderno transformou o Saco de São Diogo na Avenida Francisco Bicalho; a Praia Formosa na Rua Pedro Alves; o Saco do Alferes na Rua do Santo Cristo; o Saco da Gamboa na Rua da Gamboa; o Valongo na Rua Sacadura Cabral; e a Prainha na Praça Mauá (GASPAR, 2004, p. 135). O cinturão de isolamento, marcado pela construção da Avenida Central, tem as avenidas Rodrigues Alves e Francisco como grandes artérias, viabilizando a carga, a descarga e a distribuição das mercadorias do novo porto sem “incomodar” o novo centro da cidade. Essas ações viárias configuram estrategicamente a paisagem urbana e marca territorialmente a Região Portuária, ao mesmo tempo em que separa a área central e as áreas periféricas do porto. O arco de segregação do porto é completo pela construção da Avenida Brasil (porta de saída e entrada da cidade) e da Avenida Presidente Vargas, fechando o cinturão imposto aos bairros (LIMA CARLOS, 2017, p. 9), como ilustrado a seguir.

**Figura 2.** Bairros tradicionais e cinturão de isolamento pelas avenidas de acesso à região portuária.



**Fonte:** SELDIN, C. Fabricando Resistências: Primeiras Notas para a Compreensão de Territórios Culturais no Mundo Contemporâneo. Cadernos PPG-AU/FAUFBA: Cidade e Cultura 2 – Estética e Política, Salvador: PPG-AU/FAUFBA, ano 10, nº 2, p. 39-53, 2012.

Os bairros da Saúde e da Gamboa encontravam-se isolados por uma cadeia de morro, resultado do alargamento da Rua da Prainha até a Rua Uruguaiana, com a demolição de prédios e seu prolongamento até a Rua do Sacramento (atual Avenida Passos) (Prefeitura Distrito Federal, 1903-1906). A região do Valongo foi soterrada, dando lugar à Praça do Comércio (CARNEIRO e PINHEIRO, 2015, p. 385). Outras áreas costeiras entre a Praça Mauá e a Ponta do Caju foram aterradas, em substituição às áreas pantanosas e alagadiças da costa, levando ao desaparecimento de algumas praias, permanecendo somente as da Saúde, Prainha, Gamboa, Chichorra, Valongo, Formosa, Palmeira, Lázarus, São Cristóvão e Caju (GASPAR, 2014, p. 128).

Na análise de Abreu (1997), a construção das avenidas em seu núcleo urbano concentrou todos os recursos, com aplicação de obras suntuosas e de prestígio digno de modelo de cidade. A separação entre o centro e o porto é projetada com base em uma noção de progresso e de funcionalismo econômico; a ordenação viária é feita de maneira casual, impedindo a solução de uma demanda urbana da cidade como um todo (AZEVEDO, 2003, p. 54). O isolamento decorrente da abertura da Avenida Presidente Vargas (1944), o início da construção da Perimetral (1950) e a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília em 1960, fez com que a região do porto ficasse em situação de abandono; a

diminuição das atividades portuárias faz com que a região passe a ser denominada “zona periférica”, como aponta Silva (2013, p. 2).

Na análise de Gennari (2019, p. 305), as ideias que davam suporte às novas construções balizavam as maneiras de ocupar e de utilizar os espaços públicos e privados em diferentes níveis sociais. As ordens como forças ativas em prol dos “progressos” eram muitas vezes contraditórias e estruturavam as áreas urbanas da cidade ditando os usos dos espaços e das camadas sociais que poderiam se apropriar desses espaços. De acordo com Rabha (2006, p. 108), o contexto social, os usos e as classes sociais presentes no espaço estavam determinados pelos atos administrativos impostos pela prefeitura, que incluíam um rígido esquema de novas “posturas urbanas”, como a proibição do trânsito de animais de carga, da circulação de pessoas descalças e sem camisa, além de venda de ambulantes, os batuques, o entrudo e os quiosques.

Para a autora, esse período marca a apartação social e urbana, havendo por trás das ações urbanas uma objetividade de separar as classes sociais referente ao uso dos espaços, consistindo como propósito no plano ideal perseguido estrategicamente pela “inteligência administrativa” da cidade (RABHA, 2006, p. 336). Neste caso, “quanto mais instrumentos de controle, mais urbano e, portanto, mais cidade seria” (GENNARI, 2019, p. 311-315) – ou até mesmo civilizada. O discurso higienista dos espaços da cidade, a construção de novas habitações e os regulamentos urbanísticos são características de ordenamento da cidade. O próprio arranjo do território carioca e suas áreas delimitadas serviam como norma de uso e ocupação, sendo, por fim, determinante para o tipo de público e atividades que certas áreas poderiam comportar.

Na análise de Azevedo (2003, p.55), o processo tem suas bases marcadas pelo culturalismo urbano – que consiste em uma escola de urbanismo que busca operar um processo de modernização conservadora, no sentido de urbanizar, mas não perdendo a tradição daquele espaço, mantendo sua organicidade. Sendo assim, as ações urbanas deste período marcam a busca pelo progresso e necessidade de expansão do capital, entendendo que os valores culturais da época, simbolicamente concretizados no espaço urbano carioca, se vinculam ao culturalismo urbano europeu. Essas se associam também à modernização por meio da abertura viária, com destaque para a Avenida Central, e às normas administrativas e sociais impostas (BENTES *et. al.* 2011).

Durante a construção do porto moderno, inaugurado em 1910, “a retórica elaborada para legitimar a política estatal destacava a importância do empreendedorismo para o progresso da civilização e a modernização da cidade”, na análise de Monié e Silvia (2015, p. 118). As mudanças do passado colonial e o ingresso na era do capitalismo industrial possibilitaram uma transformação do tecido urbano, em sua morfologia urbana, resultando no ordenamento do espaço urbano carioca e seu oferecimento para determinado grupo social de condições de circulação, de higiene coletiva, padrões estéticos e redes técnicas, segundo Abreu (1987) e Monié (2015).

A política urbana de Passos, a princípio, tem propósito de cunho nacionalista na inserção de novos equipamentos urbanos e culturais no intuito de tornar o Rio de Janeiro na “Paris dos Trópicos”, eliminando os traços da cidade colonial e construindo um modelo de cidade moderna (MOLINA, 2014). Nota-se, portanto, o papel crescente da regulação urbanística norteada por princípios higienistas, passando pelo zoneamento funcionalista pautado em normas locais, que impactou diretamente nos diferentes espaços urbanos da cidade, inclusive nas habitações sociais (MOLINA, 2014, p.3).

Diante dos arranjos espaciais e estratificação social da cidade do Rio de Janeiro, emana uma contingência derivada de embates travados em torno de diferentes temas ligados ao meio urbano. A “habitação urbana, em particular a casa dos mais pobres, foi um dos principais assuntos que mobilizou desde meados do século XIX, debates calorosos entre técnicos e administradores públicos, capitalistas e a população em geral”, segundo Gennari (2019, p. 305). Para a elite republicana, a Região Portuária era considerada área suja e inóspita. A ideia de que pelo porto chegavam as principais epidemias foi usada como justificativa para a implementação de medidas de saneamento e higienização da área, continuando com a tendência observada desde os primeiros movimentos urbanos na região e sua articulação com o núcleo como sendo uma área destinada a comportar usos mais periféricos (MELLO, 2003, p. 32).

Localizada em um litoral cheio de irregularidades, tal ordenamento conquistado ao mar expressa a visão mecanicista de urbanização dos seus mentores. A disposição geográfica dos morros da Conceição, do Livramento, da Providência e da Saúde deixava o porto isolado do centro comercial, sendo as únicas possibilidades de escoamento das mercadorias do porto a Rua da Prinha e o antigo caminho do Valongo (atual Rua Camerino) (AZEVEDO, 2003). As intervenções urbanísticas desse período já traduziriam uma intenção integradora do centro

urbano com todas as direções da cidade. Essa reforma urbana revelou-se culturalista em sua concepção ao transformar a infraestrutura da cidade, ao mesmo tempo em que valorizou a tradição daquele espaço – no caso, o centro e o porto (AZEVEDO, 2003).

A noção de civilização da Reforma Passos remete à ideia de quem deve estar ou viver a vida da urbe, se apresentando como exemplo de culturalismo urbano ao demonstrar grande apreço à “tradição” – “o ponto capital ideológico desse modelo não é mais o conceito de progresso, mas o de cultura” (CHOAY, 1992, p. 17, *apud* AZEVEDO, 2003). Conforme já bem explorado por outros autores, outros planos e projetos durante todo o século XIX afetaram os bairros da Região Portuária como o Plano Agache (1930), Doxiadis (1965), o Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro (1977) e o primeiro Plano Diretor Decenal da Cidade (1992). Tudo isso contribuiu para que a Região Portuária e seus bairros fossem considerados como atrasada e balcão de pobreza. As intervenções urbanas que sucederam à construção do Cais do Porto (1904-1911) destruíram residências habitacionais e pioraram as condições de vida para população da “Pequena África” (SOARES, 2014).

Em sua análise, Rabha (2006) caracteriza o Rio como “cidade contida”, onde a incidência das atividades e funções de significado social, político, econômico ou gestão se mostra restrita à geografia do Centro, sendo esse descentralizado pelas vias que desafogaram o intenso fluxo do seu núcleo e provocaram a marginalização de grupos sociais. Considera-se que durante todo o século XIX se permeou nos projetos urbanos uma espécie de negligência urbanística, com omissão dos aspectos sociais e culturais nos processos urbanos. Privilegiaram-se os aspectos técnicos em todos os seus domínios, como autorizações para fazê-lo sobre a população minoritária.

Todo esse contexto mostrou que o “espaço tenderá tanto mais a se tornar um espaço racional quanto mais alto for nele o nível de artifício” (SANTOS, 2001, p. 296), não devendo esse ser pensado apenas desta forma. Mesmo que as intervenções urbanas não tenham sido plenamente concretizadas, seus impactos morfológicos urbanos e sociais marcam a Região Portuária do Rio de Janeiro. O que também significa dizer que as áreas marginalizadas constituíram ao longo do tempo lugares de grande significação cultural, em especial para a população negra – o que será abordado no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO III

### O PROJETO PORTO MARAVILHA SOB O ATUAL CONTEXTO SOCIAL

#### 3.1. Antecedentes históricos e considerações preliminares

As determinações do passado de adequação do espaço urbano da cidade para o futuro é o pano de fundo que nos conduz no sentido de compreendermos as intenções e intervenções do poder público com relação à cidade e suas justificativas dos projetos urbanos atuais, além da segregação social e cultural de comunidades urbanas tradicionais ainda em processo. De modo geral, ainda são notáveis nas cidades brasileiras as ideias de progresso e modernidade – até mesmo de uma pós-modernidade – que têm levado à destruição das “marcas do passado” emergindo na profunda problemática entre o “antigo” e o “novo” (MAGALDI, 1992, p. 21).

Nessa linha de argumentação, no espaço antigo há uma parcela da memória social e da identidade cultural dos moradores da localidade. O espaço novo ou revitalizado, requalificado ou urbanizado, apresenta a instalação de equipamentos ditos culturais e modernizadores. A junção desses espaços é o que está em jogo no contexto urbano carioca. No entanto, a perda do patrimônio ambiental cultural pode colocar em risco a exclusão definitiva ou não de grupos sociais marginalizados e comunidades tradicionais que cultuam o bem. Como aponta Magaldi (1992, p. 21), é necessário que haja, então, um equilíbrio entre o antigo e novo.

A preservação do patrimônio ambiental como materialização das relações sociais funciona como elemento de identidade. A preservação é o ato político de uma luta pela apropriação da cidade no sentido de “resguardar” seus significados culturais que testemunham modos de vida e experiências (MAGALDI, 1992, p. 22). Sob esse ponto de vista, o próprio órgão de preservação do patrimônio, ao garantir a preservação dos espaços públicos, tende a reagir de forma negativa diante da iniciativa privada que financia planos e projetos urbanísticos que convergem no contexto urbano e não considera no ato de preservação a associação entre identidade e qualidade de vida (MAGALDI, 1992, p. 22) Como aponta a Declaração de Amsterdã (CONSELHO DA EUROPA, 1975, p. 4):

(...) a reabilitação dos bairros antigos deve ser concebida e realizada, tanto quanto possível, sem modificações importantes da composição social dos habitantes, e de uma maneira tal que todas as camadas da sociedade devam beneficiar de uma operação financiada por fundos públicos.

A cidade histórica é como o suporte da memória, constituída por uma sequência estética, com fachadas e espaços públicos, atualmente interpretada de maneira superficial. Diante disso, a inserção de novos equipamentos arquitetônicos deve estar em sintonia com métodos e processos de modificação e de construção da cidade antiga, como ressalta Lombardi (1992, p.82). A preservação do patrimônio cultural, as políticas urbanas e o turismo são elementos-chave e importantes no desenvolvimento das cidades. As ações que nortearam novos modelos de preservação e requalificação implantados na área do porto a partir de 1980 marcam o processo de patrimonialização do centro da cidade e da Região Portuária do Rio de Janeiro.

Destaca-se a elaboração e regulamentação do Projeto Corredor Cultural (1979), que alterou o status legal de cerca de 1.300 bens localizados na área central da cidade, contrapondo-se ao urbanismo da década de 1960 que destruiu diversas lojas comerciais e populares. O objetivo do corredor cultural foi preservar os imóveis e as pessoas que os habitam, assim como a materialidade do passado histórico da cidade, onde diferentes bens foram preservados e tombados (GUIMARÃES, 2019, p. 282), constituindo-se como as primeiras iniciativas de preservação urbana da cidade do Rio. Segundo Guimarães (2019, p. 283) essa nova forma de gestão dos espaços imbricados em um novo modelo urbano unia “os ideais humanistas do patrimônio”, “o (re)ordenamento urbano autoritário”, os “interesses imobiliários e turísticos”, modernizando os espaços, mas não perdendo a tradição da cidade.

É importante considerar que muitos bens se perderam, uma vez que, até a década de 1980, somente os bens culturais de valor excepcional eram protegidos por atos de tombamento, de acordo com o Decreto-Lei nº 25/1937. Esse decreto comungava a noção brasileira de patrimônio em acordo com a doutrina modernista estabelecida na Carta de Atenas (1933), que consistia “na erradicação do tecido urbano denso e insalubre e a preservação dos monumentos excepcionais como testemunhos do passado, desde que não gerassem obstáculos para o progresso” (SAMPAIO, 2016, p. 205). A lógica dos planejadores e urbanistas prioriza o desenvolvimento econômico e a regeneração urbana, mantendo assim a monumentalidade considerada de valor excepcional, reflexo da vida cultural cosmopolita (BIANCHINI, 1999 *apud* TEXEIRA, 2005, p. 540).

O projeto SAGAS foi um dos primeiros projetos urbanos adotados a partir da década de 1980 e seguiu o modelo do Corredor Cultural implementado na Região Portuária do Rio de

Janeiro. O nome faz alusão aos três bairros tradicionais da região (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) (PINTO, 2012). Ele propôs uma nova legislação que preserva o uso residencial e o patrimônio arquitetônico e cultural dos bairros; seus imóveis e edificações sendo tombados definitivamente em 1986. Dentre os bens preservados, incluem-se imóveis coloniais, cortiços da época do Império, igrejas católicas e murais de botecos (GUIMARÃES, 2019, p. 283).

Segundo Pinto (2012), esse projeto partiu da iniciativa da associação de moradores, preocupados com as intensas intervenções urbanas na região e a perda da identidade local. Essa ação resultou na Lei nº 971 de maio de 1987, transformando a região em Área de Proteção Ambiental (APA). Nesse sentido, o projeto prevê e estabelece três formas de proteção: os “bens tombados”, que não poderiam ser demolidos e nem sofrer alterações que os descaracterizassem; os “preservados”, que não poderiam ser demolidos nem sofrer alteração nas características originais de fachada, telhado ou volumetria; e os “tutelados”, que poderiam ser modificados ou demolidos, mas sujeitos à restrição do órgão patrimonial (GUIMARÃES, 2019, p. 284).

Neste caso, o projeto SAGAS se concentrou mais na definição de parâmetros para a ocupação, do que na conservação do ambiente construído. Sua iniciativa também resultou no Decreto nº 7.351, de 14 de janeiro de 1988, que regulamentou normas de uso do solo e identificou os imóveis que deveriam ser preservados, proibindo a descaracterização de suas fachadas e telhados (PINTO, 2012). No contexto dos bairros portuários, alguns morros como, da Conceição, da Saúde, do Livramento e da Gamboa, foram considerados como tutelados, com ações de preservação e tombamento. Já os Morros da Providência, do Pinto e de São Diogo ficaram com suas partes médias e altas excluídas do processo, mesmo tendo sido tuteladas, conforme indica Guimarães (2019).

Os efeitos do SAGAS, a princípio, não se limitaram à proteção do patrimônio cultural, mas também alteraram parâmetros urbanísticos e usos existentes com vistas a estimular a ocupação residencial. Nos Morros da Conceição, da Saúde, do Livramento e do Pinto considerados de valor histórico, paisagístico e cultural, nos espaços onde ficaram localizados todos os bens protegidos pelo projeto foram incentivadas atividades voltadas para o turismo e a atração residencial da classe média (GUIMARÃES, 2016, p. 52).

Apesar de ter resultado na proteção legal da área, essa não foi suficiente para reversão do quadro de deterioração. Os bairros tradicionais portuários vivenciaram o agravamento da degradação urbana, que inclui o aumento das favelas, o aumento de degradação das

edificações urbanas históricas preservadas, criminalidade etc. (LIMA CARLOS, 2010, p. 41). Ainda assim, o projeto contribuiu para a proteção de imóveis de arquitetura colonial, considerados com valor excepcional diante de seu conjunto arquitetônico histórico. Além disso, os espaços considerados “vazios” ou “zonas degradadas” foram trazidos para o debate público, tendo em vista a possibilidade de serem ocupados por outras atividades.

Não obstante, a paisagem era considerada degradada com relação à composição social local dos bairros e os usos precários, na visão conduzida das autoridades públicas, planejadores, comerciantes, representantes da Igreja Católica e os agentes de segurança pública, que ressaltavam haver “aspectos sociais negativos na região e maus usos dos espaços” (GUIMARÃES, 2016, p. 54). Diante disso, nota-se que há um dilema urbano no contexto do patrimônio cultural na definição do que seria “cultural”, no sentido do que deveria ser descartado, preservado e vendido, e quais práticas passariam a ser consideradas “legais” ou “ilegais” pelos agentes públicos e demais atores de produção do espaço urbano.

A relação que existe entre ambos os projetos (SAGAS e Corredor Cultural) são as intencionalidades dos planejadores e autoridades públicas de tornar as áreas delimitadas na produção de “Zonas de Interesse Turístico”, direcionando a atuação do mercado global e imobiliário e impulsionando a interdependência entre diferentes regiões da cidade (GUIMARÃES, 2016, p. 151). Nesse sentido, o início dos anos 80 marca uma série de ações voltadas ao tema – em especial, na patrimonialização dos bens históricos e a “revalorização do passado”. Esse passado seria selecionado a partir do que fosse visto como “cultural” e do que seria “não cultural”, baseado nas políticas de conservação vinculado ao tradicionalismo dos documentos internacionais.

A patrimonialização dos espaços da cidade e os avanços na política e do órgão municipal de tutela do patrimônio cultural se inserem em um movimento nacional de descentralização das ações, resultando no interesse de se preservar os bens de representatividade locais menos notáveis e conjuntos urbanos tradicionais. Assim, como indica Sampaio (2016, p. 197), o “predatório modelo de urbanização pautado na verticalização e na segregação de usos, é freado com a proteção de relevantes conjuntos urbanísticos, por meio da delimitação das recém-instituídas áreas de preservação urbana”.

Conforme Sarue (2018) aponta, o tombamento assegurou a permanência do uso, mas não gerou subsídios para manutenção. Por outro lado, não impediu as ações dos planejadores urbanos para demarcar e programar suas atuações nos espaços da cidade dos projetos urbanos.

A partir da década de 1990, o Plano Diretor da Cidade, estabelecido pela Lei Complementar nº 16, de 04 de junho de 1992, institui a criação da Área de Especial Interesse Urbanístico da Zona Portuária. Como citado, também estabelece medidas no fomento da atividade turística e demais atividades sociais, residências e comerciais. O protejo catalão implementado devido à preparação para os Jogos Olímpicos (Barcelona, 1992) norteou o modelo carioca de revitalização da Região portuária.

Essa influência é percebida, por exemplo, pela decisão do então prefeito Cesar Maia (1993-1996), em solicitar a um grupo de consultores catalães a formulação do plano estratégico da cidade (SARUE, 2018, p. 592). Assim, o primeiro Plano Estratégico chamado “Rio sempre Rio”, lançado em 1995, tinha como intuito promover a oferta cultural e os megaeventos esportivos – que viriam a acontecer posteriormente (MOLINA, 2014, p. 11). O objetivo do governo por meio deste plano consistia em adaptar a experiência catalã na formação de parcerias com grupos privados, na elaboração de planos estratégicos na finalidade de promoção de grandes projetos urbanos e eventos culturais visando o desenvolvimento econômico da cidade carioca, segundo indica Camargo (2011, p. 44).

O plano empenhou-se para a internacionalização das atividades por meio do marketing urbano, além de buscar a competição entre cidades, afirmando a “globalização da economia” da cidade caracterizada pela parceria público-privada e mínima participação de representantes da comunidade local (CAMARGO, 2011). Os resultados foram obtidos por meio de obras de revitalização e inserção de novos equipamentos urbanos objetivando uma reversão no quadro de decadência da cidade. Tais iniciativas, segundo Camargo (2011, p. 47), tinham como meta principal tornar a cidade atraente e competitiva sob o ponto de vista dos interesses do Estado e investimentos do privado. O segundo plano, intitulado “As cidades da cidade”, lançado em 2004 no segundo mandato de Maia (2001-2004), é um desdobramento do primeiro plano.

Tendo em vista as perspectivas de revitalização da Região Portuária, o setor privado ganha mais força com o plano. Outro fato de impacto é a candidatura da cidade aos Jogos Pan-americanos de 2007. Em vista disso, suas propostas direcionam e fomentam algumas ações que “privilegiam” as diferentes identidades e potencialidades locais, operando um conjunto de obras consideradas necessárias na organização do cenário turístico da cidade (MOLINA, 2014). Seu caráter inovador consistiu na relevância dada às características locais e articulação com planos regionais, contando com participação popular mais efetiva do que o

plano anterior; ainda assim, Camargo (2011) ressalta que o plano segue as estratégias de competitividade urbana do anterior.

O terceiro plano estratégico denominado “Pós-2016 – o Rio mais integrado e competitivo” é lançado na gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2012). Teve como foco reforçar o ambicioso empreendedorismo urbano de maneira a tornar a cidade do Rio de Janeiro como porta de entrada do turismo brasileiro e buscar investimentos privados na organização dos megaeventos esportivos, como a Copa do Mundo FIFA 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, trazendo em sua narrativa o discurso da sustentabilidade (MOLINA, 2014, p. 12).

De modo geral, é possível perceber que a Região Portuária do Rio de Janeiro vem tendo suas características urbanas gradualmente alteradas desde a década de 1980. Essa se mostra como a região que mais recebeu projetos de urbanização e revitalização das áreas degradadas. Todavia, é relevante observar que os efeitos dessas intervenções, além de alterar as relações patrimoniais vigentes na região, se estendem ao conjunto de suas relações urbanísticas, econômicas, morais, sociais e estéticas (GUIMARÃES, 2013, p. 49-50).

O Estado, em parceria com o setor privado, busca se apropriar dos diferentes espaços da cidade e de suas características locais, aproveitando dos investimentos estrangeiros para o financiamento de projetos de revitalização urbana. Suas ações baseiam-se em modelos que dão continuidade à lógica do empreendedorismo urbano – produzindo novos cenários urbanos, culturais, lazer e entretenimento; intensificando a expansão do setor imobiliário; gerando novas fontes de emprego; além dos monopólios sobre os comércios locais e rentabilidade econômica, criando assim uma ideia de “espaço público” que reflete nas questões sociais.

### **3.2. O Projeto Porto Maravilha e a construção de uma nova imagem para a região**

A partir de 1980 surgem diferentes especulações e propostas de revitalização da Região Portuária da cidade do Rio de Janeiro; poucos foram concretizados, mas se manteve a tentativa de construção de uma imagem empreendedora para a cidade através de mecanismos de parcerias entre o público-privado e o capital estrangeiro. O vigente projeto Porto Maravilha é o processo mais amplo empreendido na região; pautado em um modelo urbano de requalificação do capital, consiste na modernização dos diferentes espaços urbanos no sentido

de impor nova lógica hegemônica na organização dos lugares com condição promissora para manutenção de rentabilidade.

O objetivo desse subcapítulo é apresentar o projeto, seus objetivos, estratégias, operações (como a introdução de equipamentos urbanos) e fazer uma análise após sua implementação e de seus possíveis impactos – dentre esses, destaca-se o fomento ao turismo cultural sobre a comunidade urbana tradicional. O projeto foi criado oficialmente por meio do Projeto de Lei Complementar nº 25/2009, que modifica o Plano Diretor e autoriza a instituição da Operação Urbana Consorciada (OUC) da região do porto e as ações de intervenção nas áreas da Região Portuária com base na noção de Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) (GIANNELLA, 2013).

A Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) é a responsável pela elaboração do projeto e articulação com os agentes do setor público e privado. Também é o órgão que tem a responsabilidade de disponibilizar parte dos terrenos para o mercado, visando à formação de uma por meio de suas ações no porto<sup>i</sup>. A Área de Especial Interesse Urbanístico de implementação do projeto é delimitada por três bairros limítrofes (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) e três setores de bairros (São Cristóvão, Centro e Cidade Nova), chegando a uma área total de cinco milhões de metros quadrados, com população de aproximadamente 22 mil habitantes<sup>ii</sup>.

A abrangência da Região Portuária engloba diferentes pontos estratégicos e considerados essenciais em termos de mobilidade, ligando-se aos dois aeroportos da cidade (Aeroporto Santos Dumont e Aeroporto Internacional Tom Jobim) e aos principais pontos turísticos da cidade, conectando-se a ícones como o Corcovado, a praia de Copacabana, o Pão de Açúcar e o Maracanã. Além disso, é nela que se localiza a Estação Marítima de Passageiros do Porto do Rio de Janeiro, ponto de embarque e desembarque de turistas – configurando-se, assim, como um local estratégico para o desenvolvimento da região. Alguns espaços e arquiteturas históricas ganham notoriedade como o Morro do Castelo, de São Bento, da Conceição e do Livramento, a Prainha, Mosteiro de São Bento, Palácio do Bispo, Capela São Francisco, Largo de São Francisco, Arsenal da Marinha, Edifício “A Noite”, Praça Mauá e o Cais da Gamboa<sup>iii</sup>.

Segundo o editorial da empresa consorciada (CDURP), o modelo previsto para a Região Portuária possui parâmetros baseados nos modelos internacionais de revitalização, tendo como exemplos os Portos de São Francisco, Buenos Aires, e principalmente de

Barcelona. <sup>iv</sup> O projeto apresenta quatro eixos e objetivos (nas áreas de infraestrutura; habitação; cultura e entretenimento; e comércio e indústria). O primeiro eixo visa a “Recuperação completa da infraestrutura urbana, de transportes e do meio ambiente da região, de acordo com os novos usos do solo previstos”. O segundo, a “Melhoria das condições habitacionais da população existente e atração de novos moradores para a região”.

O terceiro eixo tem como meta a “Criação de um novo Polo Turístico para o Rio de Janeiro, com a recuperação do patrimônio histórico e cultural já existente e a implantação de novos equipamentos culturais e de entretenimento”; o quarto, por fim, a “Atração de sedes de grandes empresas, empresas de tecnologia e inovação, modernização e incremento da atividade portuária de carga e do turismo marítimo”<sup>v</sup>. Suas áreas de vocação estratégicas, em grande parte, serão compostas por usos comerciais, residenciais (com habitação de interesse social) e entretenimento. Uma se localiza na parte do litoral, na área do terminal marítimo e onde se encontram os novos equipamentos urbanos como o Museu do Amanhã, o AquaRio e a Roda Gigante Rio Star, enquanto a área do turismo cultural abrange os bairros da Saúde e da Gamboa, conforme a imagem a seguir.

**Figura 3.** Representação da região portuária e formação de núcleos urbanos revitalizados e funcionais.



**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP).

O propósito desse mapa é mostrar que os bairros tradicionais (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) serão revitalizados e terão novas funções econômicas, sociais e turísticas. Nota-se que grande parte das ocupações dos espaços dos três bairros terá como função áreas de interesse de uso comercial e residencial. O que chama atenção é que a maioria das áreas da Região Portuária é de habitação de interesse social. Percebe-se, nesse contexto, que a região está

voltada mais para o interesse comercial do que social. No entanto, a ideia deste planejamento estratégico para a região pode criar certo conflito em relação às autoconstruções (habitações próprias dos moradores locais).

Ressalta-se o analisado por Gutiérrez (1992, p. 125) de que “a habitação executada por autoconstrução tem superado em quantidade de unidades e em metros quadrados construídos, as realizações de governos que se caracterizam por uma preocupação com a questão (...)”. Outro ponto é que as cidades históricas têm passado por uma “especulação selvagem” (GUTIÉRREZ, 1992, p. 127) e têm derrubado o patrimônio construído pelas populações locais. Segundo o autor, os agentes imobiliários têm preferido demolir bens que tinham potencial de vida útil para manter “um terreno baldio para engorda lucrativa, ou destinado a estabelecimento para obter isenção de impostos, que são áreas que apresentam habitações alugadas e pensões, muitas vezes ‘encortiçadas’ e carentes de mínimos serviços”.

Um exemplo disso são os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPAC), criada pela mesma lei de Operação Urbana Porto Maravilha. O primeiro ponto desse plano visa que as obras do porto não serão pagas com o dinheiro do município, mas sim de investidores que queiram construir nas áreas. O segundo ponto objetiva estimular a ocupação da região em usos residenciais e comerciais. A princípio, o terceiro ponto entende que as áreas preservadas de morro não podem sofrer alterações e oferecem incentivos fiscais para sua manutenção e restauro (CDURP, 2012).

As primeiras fases de implementação do projeto ocorrem em 2010, inicialmente na Saúde e no Morro da Conceição, com investimento da prefeitura e do Ministério do Turismo. Elas também preveem a recuperação do Jardim do Valongo (extensão do Cais do Valongo), da Casa da Guarda, o Sanitário Público (a ser transformado em ponto de informação ao turista), o monumento Pedra do Sal e restauração da Igreja de São Francisco da Prainha (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010, p. 3-7), além das primeiras intervenções propostas de requalificação, os estudos de impactos de vizinhança e de viabilidade econômica, além da construção de equipamentos culturais como o Museu de Arte do Rio (MAR) e o Museu do Amanhã no Píer da Praça Mauá, e reuniões com associações de moradores, principalmente com moradores do Morro da Conceição (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010).

Após a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência, a segunda fase consistiu no projeto “UPP Social”, desenvolvido pela Secretaria Estadual de Assistência Social com o objetivo de produzir e coordenar as iniciativas privadas,

governamental e da sociedade civil, além de patrulhamento comunitário nos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo por estarem próximos aos aeroportos e da rodoviária. O Plano Municipal de Integração de Assentamentos Precários Informais, denominado Morar Carioca, faz parte do Plano de Legado Urbano das Olimpíadas de 2016, que tem como objetivo garantir a qualidade de vida das populações portuárias, em especial sua habitação (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010).

União, Estado e Município firmaram um compromisso de cooperação entre elas na elaboração do projeto visando “(...) promover a requalificação urbana da área portuária do município do Rio de Janeiro e os partícipes se comprometem a atuar de forma conjunta e harmônica no monitoramento e na execução de quaisquer ações e intervenções na área”<sup>vi</sup>. Dois programas são criados: o Porto Cidadão e Porto Cultural. Ambos têm como função “articular ações do poder público e parceria com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico” e “por meio da valorização do patrimônio cultural e artístico contribui para o aumento da atratividade da região” (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2011, p.5).

Os objetivos que norteiam os programas Porto Cidadão e Porto Cultural segundo a CDURP são:

Linhas de Ação do <b>Programa Porto Cidadão</b>	Linhas de Ação do <b>Programa Porto Cultural</b>
Apoio a programas de habitação de interesse social	Recuperação e restauração material do patrimônio artístico e/ou arquitetônico
Formação profissional, principalmente para população jovem	Valorização do Patrimônio Cultural Imaterial
Ações de requalificação profissional para moradores	Preservação, valorização da memória e das manifestações culturais
Absorção/integração da população ao mercado de trabalho	Exploração econômica do patrimônio material e imaterial, respeitados os princípios de integridade e sustentabilidade do patrimônio, e inclusão e desenvolvimento social
Ações de empreendedorismo	Produção de Conhecimento sobre a memória da região e inovação na sua exploração sustentável
Educação para a cidadania, Educação Ambiental, Educação para o Trânsito	Formação e pesquisa, incluindo a produção de publicações sobre o patrimônio material e imaterial da Região Portuária
Produção de conhecimento sobre o processo de transformação social da Região Portuária	
Incentivo à inovação tecnológica para sustentabilidade, integração e inclusão social	

**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP) Revista Porto Maravilha (2011, p. 5).

O Programa Porto Cultural tem como ações a restauração dos Galpões da Gamboa e do Centro Cultural José Bonifácio, as obras de construção do prédio do Museu do Amanhã, a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e as obras de restauro, com apoio de representantes do movimento negro (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2012). Diante dos investimentos, prevê a reurbanização das 27 vias dos bairros tradicionais da Saúde e Gamboa e do Morro da Conceição, além da previsão de construção do Porto Atlântico – Complexo Empresarial com lojas comerciais e empresariais (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2012).

Em 2013 é inaugurado o Museu de Arte do Rio (MAR), além da criação do projeto residencial Porto Vida, visando ao incentivo à moradia a novos atores na área que integra o complexo do Porto Olímpico, como vila de mídia e de árbitros durante as Olimpíadas de 2016, sendo sua prioridade de uso dada aos servidores municipais (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2013). O Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), com apoio da CDURP, visa estimular proprietários de casarões tombados e preservados a acompanhar o processo de revitalização dos bairros. Também é inaugurado o Teleférico que liga a Praça Américo Brum, no alto do morro da Providência, à Central do Brasil e à Gamboa (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2014).

Alguns prédios nas avenidas Rio Branco e Marechal Floriano, nas ruas Acre, São Francisco da Prainha, Sacadura Cabral e Camerino, e na Praça Mauá foram restaurados como parte do Porto Cultural. A Prefeitura regulamentou por meio da Lei nº 5.780, de julho de 2014, a isenção de pagamento de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbano (IPTU) e da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo (TOL) de 4.896 imóveis residenciais existentes na área do porto (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2015, p. 4). A lei também concede benefícios à população de novas moradias, tendo como meta principalmente transformar antigos imóveis comerciais em residências. A medida visa incentivar a recuperação e uso dos muitos prédios e casarões abandonados ou subutilizados na Área de Proteção ao Ambiente Cultural que abrange os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Em julho do mesmo ano foi assinado o contrato para a construção de outro projeto residencial denominado Quilombo da Gamboa, composto por 117 unidades em quatro terrenos na via Binário do Porto - dois deles cedidos pela União e dois desapropriados e cedidos pela Prefeitura do Rio (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2015). Destaca-se, ainda, Plano de Habitação de Interesse Social do Porto Maravilha (PHIS-Porto), elaborado pela

CDURP com apoio do Instituto Pereira Passos (IPP), do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH), da Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), que firmam pacto social e estabelecem metas ao longo dos próximos dez anos com introdução de novos equipamentos urbanos e locação social com o objetivo de manter a “permanência dos atuais moradores” e a “oferta de habitação de interesse social para o adensamento populacional da região” (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2015, p. 3).

De modo geral, todo o investimento nos bairros portuários vem principalmente da venda das CEPACs. Dentre seus resultados esperados, listam-se: “o aumento da população de 32 mil para 100 mil habitantes em 10 anos”; “aumento da área verde”; “aumento da capacidade de fluxo de tráfego”; “redução da poluição do ar e sonora”; “implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)”; e “transformação da região em referência para a cidade” (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2012, p. 3). As iniciativas preveem a reurbanização das principais vias, ruas e avenidas, como as avenidas Rodrigues Alves, Venezuela, Barão de Tefé, as ruas Sacadura Cabral, Camerino, a Praça Mauá e o Pier e o Morro da Conceição, além da demolição da Perimetral e a construção de novos caminhos, como o Túnel da Saúde, visando maior facilidade de acesso às áreas revitalizadas.

**Figura 4.** Localização estratégica com relação à mobilidade urbana e fluxo de pessoas para as áreas revitalizadas e turistificadas.



**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)

Em face disso, a intenção do projeto é criar uma área de centralidade econômica, conectando alguns pontos da cidade de confluência da região, por suas vias e avenidas, e ligando ambos os aeroportos e a rodoviária aos principais atrativos turísticos do ponto de vista

comercial e turístico. A mobilidade urbana está entre as principais ações deste programa. Nota-se no mapa que a Região Portuária, vista como epicentro, se conecta com dois aeroportos da cidade (Santos Dumont e Internacional Tom Jobim), os principais ícones do turismo da cidade do Rio (Maracanã, Corcovado, Copacabana e Pão de Açúcar) e principais destinos de grande atração de turistas, tanto nacional quanto mundial (Petrópolis, Angra dos Reis, Paraty e Búzios).

Tudo isso consiste em um plano ainda maior que visa, além de captar grandes fluxos de visitantes para as áreas revitalizadas, regionalizar a atividade turística, ou seja, de agregar um conjunto de atrativos formando um produto turístico a ser comercializado. Essa intenção não é novidade na trajetória de formação da política de desenvolvimento do setor do turismo no país diante dos planos, e programa as cidades para oferecerem melhor produto ao mercado global. Conforme mencionado, o programa segue estratégias do modelo de intervenção urbana aplicado à Barcelona, demonstrando que:

(...) um elemento da internacionalização atrai outro, impõe outro, contém e é contido pelo outro. Esse sistema de forças pode levar a pensar que o mundo se encaminha para algo como uma homogeneização, uma vocação a um padrão único, o que seria devido, de um lado, à mundialização da técnica e do outro, a mundialização da mais valia (SANTOS, 2004, p. 30).

As ações apresentadas no programa também remetem a ideia de marketing territorial ou urbano, que consiste na:

(...) análise, planificação, execução e controle de processos concebidos pelos atores de um território, de modo mais ou menos institucionalizados, que visa, por um lado, responder às necessidades e expectativas das pessoas e das entidades e, por outro, melhorar a qualidade e a competitividade global de uma cidade (e do território adjacente) no seu ambiente concorrencial (CIDRAS, 2001, p. 1).

O programa está imbricado também na ideia de *city marketing* – esse consiste na “orientação da política urbana à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor, seja empresário, turista ou próprio cidadão” (SANCHEZ, 1999, p. 115). Essa é feita, sobretudo, acompanhada pelos planos estratégicos que são:

atuações integradas ao longo prazo, dirigidas à execução de grandes projetos que combinam objetivos de crescimento econômico e desenvolvimento urbano, com um sistema de tomada de decisões que comporta riscos, com a identificação de cursos

de ação específicos, formulação de indicadores de seguimento e envolvimento de agentes sociais e econômicos ao longo do processo (SANCHEZ, 1999, p. 115).

O objetivo é construir e modificar as imagens da cidade para projetá-la no cenário global. A utilização do marketing visa, assim, promover seus principais “produtos” - o turismo, cultura e patrimônio, paisagem, serviços de ponta, e até mesmo esconder os problemas sociais e urbanos locais (TEXEIRA, 2005, p. 540). Diante dos objetivos e as operações apresentadas no programa, nota-se que as atividades desenvolvidas na região estão voltadas para o lazer, entretenimento, uso dos espaços residenciais e comerciais, habitação social e principalmente na produção do turismo cultural. Em relação a esse, os bairros da Saúde e da Gamboa apresentam-se como áreas importantes para a atividade cultural dada sua história e o valor patrimonial.

No entanto, a forma como as ações estão sendo conduzidas na parceria público-privada, com altos investimentos na busca de lucratividade, impulsiona um tipo de “cidade-empresa”, com base em um modelo empreendedor que a apresenta como mercadoria que tem que ser vendida e que compete com outras cidades (SANCHEZ, 1999, p.118). Nesse sentido, o projeto cria uma nova área de centralidade e oportunidade de valorização do patrimônio cultural, da oferta das atividades comerciais e dos equipamentos urbanos, da intensificação do turismo marítimo e dinamização do turismo cultural. Por ser uma região histórica, a produção do novo cenário urbano gera implicações na paisagem (social, cultural e urbana).

### **3.3. O marketing turístico e as novas atividades relacionadas à região**

Desde 1992, com os primeiros planos de revitalização da Região Portuária, há uma tentativa de criar um cenário urbano e turístico competitivo no mercado global. Essa acontece a partir de 2009, com a Lei Complementar nº 25/2009, que modifica o Plano Diretor e autoriza a instituição da Operação Urbana Consorciada (OUC) a transformar as áreas degradadas em usos econômicos imediatos. Em vista do novo cenário urbano após as primeiras fases do Projeto Porto Maravilha, a UOC introduziu novos equipamentos culturais, financeiros, sociais, educativos, festivos e entretenimento e lazer. As ações dos programas Porto Cultural e Porto Cidadão mostram elos de consolidação dos programas com a restauração de monumentos históricos e imóveis antigos, a preservação do patrimônio

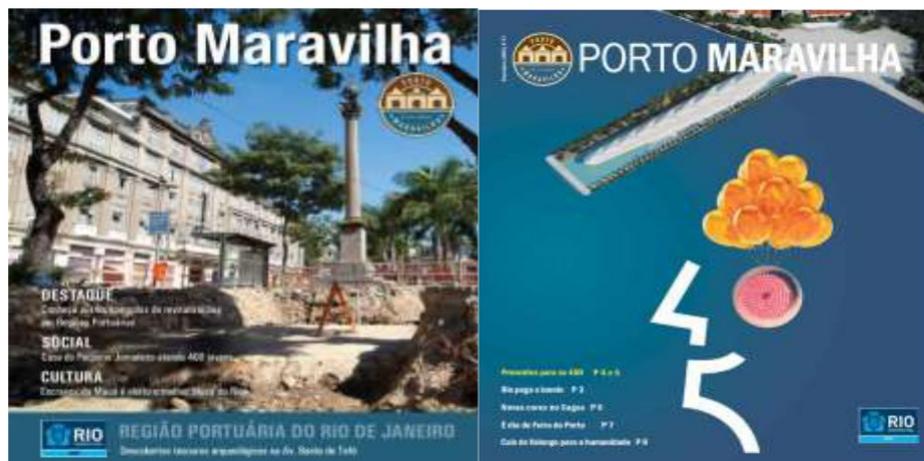
cultural, promoção das atividades educacionais, artísticas, habitacionais, e empreendedorismo por meio do apoio do SEBRAE (CDURP, 2012).

O programa Porto Cultural investe em locais do Circuito de Herança Africana, com forte propósito de promover e fortalecer a educação patrimonial de seus participantes, com visitação em localidades que remetem a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes. Dos equipamentos culturais implantados, incluem-se o Museu Light da Energia (2012), no Centro Cultural Light na Avenida Marechal Floriano; o MAR – Museu de Arte do Rio (2013) e do Museu do Amanhã (2015) ambos localizados na Praça Mauá; o AquaRio (2016); e a Rio Star (2019), maior roda gigante da América Latina.

Para os Jogos Olímpicos (2016), foi inaugurado o Boulevard Olímpico (Orla Conde) no calçadão às margens da Baía de Guanabara. A Praça Mauá se tornou um polo cultural da cidade, concentrando quase todos os aparatos tecnológicos, logísticos, empresariais, comerciais, festivos, hoteleiros e turísticos. Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo concentraram as atividades logística e hoteleira, significativos bens culturais; os morros da Conceição e da Providência foram escolhidos pela visão panorâmica para exploração do turismo – que gradativamente altera os lugares.

Os megaeventos esportivos têm sido uma das formas de promover a cidade, dando visibilidade em escala global, conservando o discurso das melhorias de infraestruturas urbanas, do aumento de emprego e da distribuição de renda, do próprio crescimento do turismo (OLIVEIRA, 2014, p. 86). É relevante observar que os veículos informativos ajudaram a construir uma imagem para a imprensa e para o mercado, atraindo novos investimentos e parcerias. Além disso, eles tiveram importante papel para transmitir ações positivas para o público em geral acerca dos benefícios e oportunidades que o projeto pode proporcionar.

**Figura 5.** Marketing estratégico do editorial da empresa CDURP de divulgação da revitalização da região portuária



**Fonte:** Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP)

O Píer Mauá foi escolhido como sede do tradicional evento representativo do Comércio Exterior do Brasil – o Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX), realizado pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB) reunindo várias empresas nacionais e internacionais (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010). Como ação filantrópica de promoção de ação social no bairro da Saúde, a Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência (VOT), com apoio da Prefeitura e da Companhia Consorciada, oferece educação para jovens carentes no Morro da Conceição com o objetivo de aumentar suas possibilidades profissionais (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010, p. 8).

Organizações não governamentais, como a Spetaculu, o Instituto Galpão Gamboa, e o Grupo Nós no Morro, receberam apoio midiático da CDURP e da Prefeitura, além de também terem feito parcerias com o SEBRAE para estimular o empreendedorismo na região (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010). Dentre as ações de restauro, destacam-se aquelas feitas no Museu José Bonifácio, nos casarios e prédios antigos do projeto SAGAS, a recuperação do Jardim do Valongo, além de iniciativas de valorização do Cais do Valongo, dos Galpões da Gamboa, dentre outros (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010).

Como parte das ações do Programa Porto Cidadão, pode-se salientar a implantação da Unidade de Polícia Pacificadora e do programa UPP Social, visando promover a segurança dos bairros e dos visitantes, a instalação do Teleférico na Providência, e as construções de residências populares e hoteleiras nos bairros portuários através do projeto Morar Carioca (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010). Todas as ações consistiram em estratégias de

relações públicas durante a incursão do projeto, também voltado para o setor do turismo e a produção de um cenário turístico e cultural na tentativa de manter relações de intercâmbio com público e clientes-consumidores, por meios dos serviços de transportes, atração turística, lazer e entretenimento, além de serviços bancários e comerciais – todo localizado em áreas próximas umas às outras.

A Prefeitura criou a Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, conhecida como a Orla Conde. Essa área de 3,5 km que se estende por toda a orla marítima, do Armazém 08 à Praça da Misericórdia, abrangendo 27 centros culturais da região central da cidade (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010). Sua criação ilustra o objetivo do programa em termos de desenvolvimento de toda a orla para o turismo. Nota-se que os novos equipamentos culturais se constituem como eixos em torno do qual se ordenarão as atividades e a aparência visual da cidade. Enquanto isso, os bairros tradicionais já vêm sendo (re)urbanizados e preparados para os investimentos privados e imobiliários.

**Figura 6.** Novas arquiteturas urbanas e culturais no entorno da Praça Mauá: a, b, c e d.

(a) Museu de Arte do Rio



(b) Museu do Amanhã



(c) Aquário



(d) Roda gigante – Rio Star



**Fonte:** Google Imagens

Esses ícones do empreendedorismo urbano voltados para o lazer e entretenimento se constituem em uma espécie de âncora cultural de promoção da cidade ao cenário global e desenvolvimento da atividade turística na região, formando áreas funcionais na captação de novos públicos. A promoção da cidade no exterior tem como foco a procura de um bom produto que possa ser ofertado aos investidores estrangeiros e que atenda a exigências sofisticadas (COMPANS, 1999). Com base nas imagens (a), (b), (c) e (d) podemos dizer que esse cenário está relacionado:

[à] construção de uma “marca” para a cidade consiste então no diagnóstico das potencialidades econômicas e sociais, face uma avaliação da demanda das empresas ou setores-alvo, seguido da definição dos aspectos positivos e negativos que deverão ser ressaltados ou modificados na divulgação da imagem da cidade. Invariavelmente, a imagem que se tenta construir é a de uma cidade empreendedora, socialmente integrada, que oferece qualidade de vida e um “clima” favorável aos negócios (COMPANS, 1999, p. 109).

Em face disso, essas ações estão relacionadas ao marketing turístico, sendo esse entendido como um conjunto de ações empreendidas para manter relações de intercâmbio com o público-objetivo, atraindo turistas e visitantes, e ofertando o que têm de melhor a ser oferecido (KOTLER *et al.*, 2011). Essas ações também funcionam buscando por aspectos como: “(...) compreensão do mercado e das necessidades e desejos dos clientes”; “elaboração de uma estratégia orientada do cliente”; “construção de um programa de marketing que proporciona um valor superior”; “criação de relações rentáveis e agrado do cliente”; e, por fim, “captura de valor dos clientes para gerar benefícios e capital em forma de clientes” (KOTLER *et al.*, 2011, p. 12-17).

Analisando o projeto Porto Maravilha, percebe-se que suas ações foram baseadas em relações públicas. Para Kotler (2011, p. 516), as relações públicas se constituem como profissionais eficientes que identificam com cautela os tipos de público que querem alcançar, depois estudam e selecionam aqueles para consumir seus produtos, usando esses como veículos de captação de novos clientes. A demanda é também definida pelo poder aquisitivo. A necessidade e desejo dos turistas se satisfazem mediante uma oferta de mercado composta de certa combinação de elementos tangíveis, serviços, informação e experiência. No caso dos destinos turísticos, os turistas querem viver experiências que geram recordações agradáveis (KOTLER, 2011).

As empresas tendem a assegurar que uma região tenha ambientes propícios para estabelecer um hotel ou um restaurante e oportunidades de bons negócios. É preciso, portanto, encontrar uma “zona” em expansão com uma base econômica diversa e bastante atrativa, que seja capaz de atrair novos clientes e gerar transações. Sendo assim, o objetivo consiste em conservar os clientes e fazer aumentar seus negócios com as empresas (KOTLER, 2011, p. 446). Segundo o autor, as empresas utilizam de forma extensiva os materiais de comunicação para alcançar e influir em seu mercado-objetivo como folhetos, artigos, materiais audiovisuais, boletins de notícias, revistas, entre outros meios de comunicação, criando todo um cenário para captação de investidores.

Como forma de divulgação e fortalecimentos das ações durante o processo de implementação do porto, foram publicadas semestralmente exemplares das ações, reuniões, propostas, planos e programas e negócios a serem executados, bem como as ações sociais nos espaços urbanos de comunidades tradicionais. Na análise de Kotler (2012, p. 143), as empresas adotam ainda medidas filantrópicas, como doação de parte de seus lucros a instituições de caridade ou uma causa social específica, sendo normalmente o alvo favorito da filantropia. Embora as doações ajudem uma boa causa, é importante observar também que essas ajudam a melhorar sua reputação ou obter redução dos impostos.

A filantropia funciona, assim, como estratégia de marketing e gera um impacto sociocultural notável nas localidades. Uma delas é o “marketing de causa”, a forma mais avançada de lidar com os desafios sociais. Neste caso, as empresas – turísticas com não - direcionam dinheiro e ações a uma causa específica – associando seus produtos a essa (KOTLER, 2012, p. 162). Ainda no que diz respeito às ações de marketing, os serviços de marketing do poder local são mobilizados por meio da ação estatal para elaborar uma política estratégica de comunicação universal. Isso faz com que todos se sintam privilegiados no meio construído e tenham experiência única, alimentando assim uma ideia de “consenso-cidadão” (SANCHEZ, 2001, p. 44).

Por meio do marketing urbano, os lugares se tornam populares; no entanto, sendo esses muitas das vezes carregados de significados, faz com que frequentemente sua transformação em áreas turísticas, por parte de planejadores locais e do turismo, centre-se apenas no desenvolvimento de destinos sem prestar atenção à manutenção dos locais (KOTLER, 2011). Sobre isso, o autor Carlos Vainer (2002, p. 75-77) aponta uma questão importante para nossa compreensão atual de cidade como mercadoria: de que os modelos de

planejamento urbano que concorrem para substituir o modelo tradicional cunhado no padrão “tecnocrático-centralizado-autoritário” está no chamado *planejamento estratégico*.

Segundo os seus defensores, esse modelo é adotado nos “governos locais em razão de estarem as cidades submetidas às mesmas condições e desafios que as empresas”. Nesse sentido, a cidade é entendida como produto para o consumo cultural, onde o patrimônio cultural e as tradições locais são os principais atrativos (VAINER, 2002, p. 77). As ações de marketing urbano criam áreas enobrecidas e seguem duas lógicas: “a espetacularização da cultura e a formação de socioespacialidades com a construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado” (LEITE, 2010, p. 74).

Essas ações influenciam na (re)estruturação urbana em larga escala e criam áreas de alto valor atribuídas a diferentes funções e interesses políticos e econômicos, seja para abrigar empresas multinacionais nos chamados “mega edifícios inteligentes” (LEITE, 2010, p. 75), seja para erguer condomínios residenciais de luxo para classes médias. De modo geral, a partir do exposto anteriormente, fica nítido que a intencionalidade das autoridades públicas é atrair novos atores para as áreas previstas a serem requalificadas ou revitalizadas, atrair para o turismo marítimo e cultural, com alguns novos equipamentos – o que se contrapõe à verdadeira história do porto, considerada por muitos autores de referência da cultura negra e afro-brasileira.

Diante desse contexto, nota-se que o projeto consistiu em uma pesquisa de mercado para formular as imagens que venderão o novo espaço construído. As ações de marketing urbano produziram um cenário voltado para captação de investimentos e novos públicos. Contudo, as mudanças decorridas de suas iniciativas gradualmente alteraram a paisagem urbana da Região Portuária e aos poucos alteram a morfologia dos bairros. Nota-se uma espécie de barreira social-espacial imposta ao cenário recentemente construído, e que os bairros e a população local ainda resistem às pressões dessa política urbana.

### **3.4. Ganhos e perdas socioculturais da Região Portuária perante as estratégias de marketing turístico**

O marketing urbano e turístico cria um cenário direcionado a determinados públicos, para os investimentos imobiliários e uso residencial, além daqueles voltados para visitantes e turistas, e atividades de lazer, entretenimento e experiência cultural - ou seja, direcionado para

o consumo do lugar. O marketing turístico em relação à paisagem pode ter várias abordagens analíticas e desdobramentos práticos, sendo duas delas de significativa importância. O primeiro efeito é no aspecto visual, na percepção sobre a organização do espaço que pode trazer uma imagem contrastante com relação à paisagem construída, fazendo surgir assim diferentes percepções e experiências por parte dos visitantes (CRUZ, 2002).

O segundo é o aspecto social como elemento diferenciador de espaço, a partir do qual o contraste socioespacial é imediatamente visível na paisagem, sendo essa mesma reveladora das contradições do lugar, muitas das vezes velada pelas construções urbanas (CRUZ, 2002). No entanto, a construção do cenário urbano e turístico da Região Portuária contrapõe-se ao contexto histórico e cultural e sua relação com os bens materiais e os lugares de memória da região, em especial da cultura negra e afro-brasileira.

**Figura 7.** Entrada da Rua Sacadura Cabral em direção ao bairro da Saúde.



**Fonte:** Google Imagens

No início da Rua Sacadura Cabral, próximo ao Largo de São Francisco da Prainha, também se localiza a Igreja de São Francisco da Prainha, construída em estilo barroco jesuíta; a edificação se situa no bairro da Saúde, ao pé do Morro da Conceição (ao fundo). Dentre as medidas apontadas no programa Porto Cultural, está a restauração da igreja, tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Segundo as informações

apresentadas na revista de divulgação do programa, o desenvolvimento da região e de seus espaços urbanos também visa atrair um “novo perfil de visitante” (REVISTA PORTO MARAVILHA (2013, p. 6).

Nesse cenário urbano é possível encontrar novas construções, como prédios comerciais, residências, bancos e novos equipamentos culturais, bem como um conjunto arquitetônico antigo, com becos, ruas e vielas constituídas de significados e memórias dos grupos sociais tradicionais. De acordo com Marujo e Santos (2012, p. 39), “este conjunto de relações materializadas no contexto espacial – programado, interescalar, heterogêneo é um diferenciador social. Encontra na expressão estética e funcional da paisagem o alicerce, o espaço de representação e a representação do espaço”. Isso pode resultar em experiências distintas, tanto por parte do visitante, quanto da própria comunidade local. As vivências experimentadas por esses grupos se tornam, também, expressão posterior ao retratá-las a partir da oralidade e da descrição, escrita ou por imagens capturadas (MARUJO e SANTOS, 2012).

Segundo Fernandes (2019, p. 10), a inserção de novos equipamentos culturais resultou em uma imagem contrastante da região, com a pobreza e as favelas, mas revelando intencionalmente que a cidade é para os investidores e turistas, e não para os moradores. O cenário foi produzido para o consumidor-turista. Há uma pacificação e domesticação da cultura local e domesticada, além da construção de uma imagem-síntese sobre a verdadeira paisagem cultural da Região Portuária (FERNANDES, 2019). A composição socioespacial da região abriga fortes conteúdos históricos e comunidades urbanas tradicionais que se mostram como elementos constituintes dessa imagem.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal, emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, confirma e aponta os conflitos sociais e territoriais com a Venerável Ordem Terceira (VOT) (INCRA, 2010). Pode-se dizer que o marketing urbano impulsionou os investimentos nos bairros portuários, inclusive no setor imobiliário; em vista disso, conflitos de terra como esse tendem a se agravar, sendo essa uma questão que precisa ser levada em conta ao se observar o contexto da região. Rodrigues (2013, p. 39) chama atenção, ainda, que a VOT está se desfazendo dos imóveis que possuía no Morro da Conceição; esse é um local no qual ao qual a CDURP intenciona apropriar-se, mas não se sabe para qual finalidade.

Diante das intencionalidades do programa, as ações de reurbanização dos bairros vieram acompanhadas por uma política de repressão e controle sob o argumento de expulsar o tráfico de drogas e garantir a segurança e cidadania dos moradores. Nos locais vistos como “favelizados” ou “perigosos” foram implantados Unidades de Polícia Pacificadora, com destaque para o programa UPP Social no Morro da Providência (GUIMARÃES, 2016). Demais ações resultaram na demolição do elevado da Perimetral em 2014 e expulsão dos moradores próximos; a construção do Túnel da Saúde; a inauguração da Via Binário; e a construção do Sistema de Veículos Leve sobre Trilhos (VLT) atravessando os bairros (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2010) – gradativamente configurando a paisagem da região e a dinâmica social local.

A Praça Mauá se tornou referência dos eventos culturais, concentrando diferentes eventos de moda, gastronômicos e carnavalescos. A praça teve seu espaço quase totalmente reestruturado, além da inserção de obras arquitetônicas, como o Museu do Amanhã, o Museu de Arte do Rio, o AquaRio e a roda gigante – que receberam recursos vultosos durante todo o projeto, inserindo-se no planejamento estratégico da parceria público-privada (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2012). Já no bairro da Saúde, o Samba da Pedra do Sal ganhou mais popularidade. Na Gamboa, com a recente (re)descoberta do Cais do Valongo, os eventos de celebração e lavagem do Cais pelos grupos tradicionais, como baianas e comunidade quilombola, se tornam populares.

O bairro do Santo Cristo está destinado a ser tornar um complexo empresarial – chamado de “Porto Atlântico” - englobando também empreendimentos imobiliários. Integram esse projeto quatro empreendimentos corporativos e dois grandes hotéis na Avenida Professor Pereira Reis, no coração do bairro (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2009, p. 6). O novo complexo empresarial na Avenida Francisco Bicalho é considerado um empreendimento de alto padrão e como “polo de irradiação de desenvolvimento”, com o objetivo de tornar a região centro econômico e turístico da cidade (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2009, p. 6). Sobretudo, esse complexo é mais uma comprovação de que as intenções do programa é tornar todo o porto do Rio um lugar de empreendimentos rentáveis.

Figura 8. Iniciativa futura da Parceria Público-Privada da criação do Complexo empresarial Trump Torre Rio.



Fonte: CDURP (2015)

Segundo Fernandes (2016, p. 12), os aluguéis e a compra e venda de imóveis tiveram valores inflacionados, provocando uma remoção forçada de moradores. Ademais, os planos estratégicos não discutiram meios para lidar com o crescente fluxo de visitantes e turistas, tão pouco as desigualdades geradas pelas novas demandas sociais, empresariais e políticas (FERNANDES, 2016, p. 12). Ainda assim, nos bairros portuários ainda se encontram e guardam nas ruas a ambiência da sua ocupação, consolidada no início do século XX, com inúmeros sobrados, galpões ecléticos, vilas operárias remanescentes do período industrial, edificações em Art Déco e modernistas, que se misturam com os conjuntos habitacionais populares e as favelas (SOARES e MOREIRA, 2007, p. 106)

A redescoberta do Cais do Valongo (2011), localizado entre as atuais ruas Coelho e Castro e Sacadura Cabral, durante as escavações realizadas como parte das obras de revitalização da Região Portuária ganhou notoriedade e chamou atenção dos órgãos internacionais do patrimônio, fazendo com esse fosse titulado em 2017 como Patrimônio da Humanidade da UNESCO. Em contrapartida, houve certa negligência por parte dos agentes públicos sobre o sítio e os objetos encontrados. Segundo Carneiro e Pinheiro (2015) ressaltam,

(...) Giovanni Harvey, Diretor da Incubadora Afro-Brasileira e componente do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos do Negro (Comdedine), órgão de assessoramento da prefeitura no combate ao racismo, comenta que o Cais do Valongo, de fato, não era objeto do processo revitalização da Zona Portuária. Todavia, logo que foi descoberto, o governo municipal começou a pensar em transformar o Cais em um monumento urbano, um Memorial. Esta era pelo menos a reivindicação do Movimento Negro que integrava essa assessoria da prefeitura. Mas, para o representante do Comdedine, a relevância do Cais do Valongo estaria principalmente na ligação que teria com pontos de aportagem e embarque localizados em Dakar e Cabo Verde” (CARNEIRO E PINHEIRO, 2015, p. 389).

Na sexta edição do editorial da CDURP, publicada em dezembro de 2011 sob o título “Encontro de História, Memória, Ousadia e Orgulho”, o então prefeito Eduardo Paes comenta sobre a criação do Circuito de Celebração Africana, dizendo que: “(...) o Porto tem história, a história do nascimento da cidade. Guarda a nossa memória. Ela precisa e será resgatada”. Além disso, ressalta que: “(...) as obras do Porto Maravilha revelaram sítios arqueológicos que retratam a Diáspora Africana, verdadeiros marcos da cultura afro-brasileira que serão preservados” (REVISTA PORTO MARAVILHA, 2011, p. 2).

Não se sabe até que ponto esse discurso apresentado pelo prefeito foi uma manobra para minimizar as tensões que ocorriam em torno desse espaço simbólico. A ideia de “resgatar” na fala da autoridade nos traz certa preocupação quando se trata da gestão desse espaço. O termo pode exprimir diversas conotações, como retomar ou reassumir, atender, desempenhar ou executar, cumprir, recuperar e outros. Essas podem ser entendidas e aplicadas mediante o contexto da região e de acordo com as diferentes intencionalidades para essa por parte do Estado.

Diante desse fato, foi criado no dia 29 de novembro de 2011, por meio do Decreto Municipal nº 34.803, o Circuito de Herança Negra e Afro-Brasileira. Hoje o circuito é ofertado pelo Instituto e Museu Pretos Novos, localizado no bairro da Gamboa na Rua Pedro Ernesto. Seu objetivo é promover e fortalecer a educação patrimonial dos participantes durante o circuito (INSTITUTO PRETOS NOVOS), sendo considerado um ganho na história da cultura negra carioca.

Durante as operações urbanas, os agentes públicos questionaram-se a inclusão do Jardim do Valongo no circuito que segundo eles “simboliza a história oficial” (CARNEIRO e PINHEIRO, 2015, p. 391). Segundo os autores, o próprio jardim é um marco na história da formação urbana carioca pautada em apagar os testemunhos do tráfico negreiro. De modo geral, a Região Portuária ganhou em termos de construções arquitetônicas e viárias, transformando a paisagem urbana de quase toda orla marítima. Somam-se, também, os atrativos de lazer e entretenimento e cultural com a promoção de locais históricos como o bairro da Saúde e o Monumento da Pedra do Sal, a vista panorâmica do Morro da Conceição e da Providência, a redescoberta do Cais do Valongo, o Museu Pretos Novos e o circuito da história afro-brasileira, e o uso comercial e residencial do bairro do Santo Cristo.

Já em termos de perda, com os avanços das ações do programa ainda vigente na região, dependendo do grau dos impactos decorridos das atividades econômicas e sociais

impostas, suas características simbólicas locais podem ser colocadas em risco, além da perda da tradição de bairros tradicionais. Segundo Cruz (2002), com a velocidade de transformação dos espaços urbanos, planejadores urbanos e operadores do turismo tendem a criar mecanismos capazes de atrair e oferecer respostas mais rápidas à competição global e acompanhar o novo ritmo imposto pelo setor do turismo diante do processo de globalização, levando em conta que o turismo vende paisagem, cenários, cultura e tradições.

O marketing urbano se tornou um dos principais agentes de transformação dos lugares. Neste caso, a paisagem urbana é a “tradução no espaço das expectativas espaciais de consumidores-turistas, onde os gostos já foram devidamente trabalhados pelos agentes de mercado e de marketing” (CRUZ, 2002, p. 11). O problema nesse contexto é que os governos e empresas utilizam o patrimônio cultural como meio estratégico do planejamento turístico, resultando em algumas mudanças no seu valor original de uso, assim como uma nova utilização que priorize o aumento da demanda turística (TEXEIRA, 2005).

As perdas e ganhos aqui apresentados foram resultado de observações *in loco* e do levantamento por documentos oficiais de pesquisadores atuantes sobre essas questões. É relevante ter em mente que outros impactos podem estar ocorrendo nos bairros, visto que alguns ocorrem de forma imediata e outros ao longo da vigência dos projetos urbanos. Certamente “há uma gradual apropriação e incorporação dos ritos, tradições, culturas e histórias locais como parte do discurso da revitalização do lugar”, e ao mesmo tempo, “a transformação de sítios históricos em locais turísticos evidencia o consumo destes lugares como commodities culturais”, como apontam Rocha e Reis (2016, p. 10).

Neste caso, “a cultura surge como uma espécie de isca, capaz de atrair o investimento privado, subordinando, mesmo, o interesse público e promovendo a especulação, nomeadamente imobiliária” (ARANTES, 2007, p. 143). Nesse cenário, a comunidade local resiste à “homogeneização cultural” (MONIÉ e SILVA, 2015, p. 121). Segundo os autores, a apropriação do carnaval é um exemplo de apropriação pelos circuitos superiores da economia que participam da inserção de objetos como a Cidade do Samba, localizada no Santo Cristo, os blocos tradicionais da região, parte das redes do turismo nacional e internacional, e, ao mesmo tempo, “produzindo territorialidades efêmeras de cunho mercadológico” (MONIÉ e SILVA, 2015, p. 121). O que também nos leva a refletir tais dimensões:

(...) cultural, porque somos nós, homens, no exercício da cultura, que elegemos o que deve ser preservado, imprimindo uma dimensão valorativa aos bens materiais ou

intangíveis. Técnica, pois devemos desenvolver saberes, instrumentos e normas para levar a termo o processo de preservação. Política, porque esta seleção e normatização dos bens que devem ser patrimonializados envolvem ações e decisões, resultantes de conflitos de interesses, que devem ser normatizadas – o tombamento é, assim, uma ação cultural, técnica e política (PAES, 2009, p. 2).

Em face disso, a redescoberta do Cais do Valongo e sua patrimonialização pela UNESCO como Patrimônio Mundial da Humanidade trouxeram ganhos em termos cultural, social e econômico para o local, fazendo parte de outros atrativos culturais no desenvolvimento do turismo na região. Já a revitalização dos espaços tende a limitar e criar barreiras, resultante na segregação social e na marginalização de referências culturais dos diferentes grupos. Esse processo consiste na dialética do capital cultural *versus* capital econômico, sendo também fruto das relações sociais na dinâmica de produção do espaço (SERPA, 2013, p. 53).

Considerando todo esse contexto, o marketing urbano e turístico adotado na operação do projeto Porto Maravilha se pautou em modelo urbano denominado *empreendedorismo urbano*, que “enfoca muito mais a economia política do lugar do que a do território” e ainda “contribui para aumentar as diferenças de riqueza e renda, assim como para ampliar o empobrecimento urbano” (HARVEY, 2005, p. 171-180). Por outro lado, as características históricas da Região Portuária fazem com que essa seja caracterizada como Sítio Urbano Histórico porque “compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento” (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2).

Exemplos disso são os bairros tradicionais, cujos ritos e tradições culturais locais resistem e se fazem visíveis por meio de manifestações espontâneas, como os blocos de carnaval Escravos de Mauá e Fala Meu Louro, os desfiles do grupo carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi, as reuniões musicais de choro e samba na Pedra do Sal e no Largo São Francisco da Prainha, e a perpetuação de recentes ativistas sociais e empreendedores culturais, constituindo a efervescência cultural da região. Esses elementos se tornam contrastantes quando se trata da paisagem cultural urbana diante dos aspectos sociais e visuais atuais. Conforme Monié e Silva (2015, p. 121) afirmam, a operação urbana do Projeto Porto Maravilha “não apresenta inovações marcantes limitando-se a replicar os ingredientes presentes em projetos internacionais já concluídos”.

O argumento é que as barreiras, limitações e a valorização dos espaços públicos mostram que se criou na cultura urbana carioca um mecanismo de compensação no sentido de

investir no espaço público para os anseios do privado. Os espaços e equipamentos aparentemente “públicos” e culturais são apropriados por determinados grupos/classes sociais, na busca de status social e em função da renda. Desde então, os lugares são escolhidos quando há uma expectativa envolvida, sendo a identificação de alguns problemas sociais e culturais locais importantes para pensar sobre as perspectivas futuras na região. Dessa forma, as perdas e ganhos brevemente apresentadas ainda precisam ser monitoradas devido às ações contínuas estabelecidas no projeto.

### **3.5. Perspectivas futuras da região e seus aspectos socioculturais**

Desde 1980, os discursos dos planejadores urbanos promoviam a Região Portuária do Rio de Janeiro como área estratégica no desenvolvimento da cidade e os pesquisadores a viam como importante “sítio histórico” a ser estudado. A ideia de sítio só foi concretizada em 1988, com o projeto SAGAS e a formação da APAC; ainda assim, houve certa negligência no sentido de considerar o que é de “valor histórico e não histórico” (CARNEIRO e PINHEIRO, 2015, p. 386). De acordo com Barandier (2016, p. 25), a negligência urbanística está relacionada aos projetos urbanos de desenvolvimento da cidade. Ela consiste em diferentes formas, sendo duas delas aplicáveis nesse estudo que são “segregação socioespacial” e “reprodução de padrões insustentáveis de urbanização” do território.

Essas ações trazem certa contraposição na cidade, em grande parte autoconstruída, incluindo áreas inadequadas à ocupação urbana, e locais padronizados e revitalizados. Elas também são um reflexo das políticas urbanas e históricas locais em seus sucessivos planos estratégicos de mudança urbanística e da parceria público-privada, grande parte produzida pelo mercado imobiliário formal, que nem sempre condiz com as normas urbanísticas e dirigidas às classes sociais. Outra forma dessa negligência urbana é a omissão do Estado com certos ambientes públicos da cidade – neste caso, a insensibilidade e a indiferença são principais características nas ações públicas.

A irresponsabilidade dos atores públicos na gestão resulta em consequências para os demais atores sociais, principalmente grupos minoritários e marginalizados. Cabe ao Estado garantir o equilíbrio nas obras públicas de desenvolvimento nos diferentes ambientes urbanos e atender aos interesses da coletividade (BARANDIER, 2015). Em face disso, a reprodução de padrões insustentáveis de urbanização pode gerar vazios urbanos em áreas consolidadas

“combinada com a ocupação de áreas ambientalmente frágeis, certa particularidade, insuficiência de infraestrutura e serviços urbanos, habitações precárias e autoconstruídas e informalidade crescente” (BARANDIER, 2015, p. 27), como observados no contexto dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo.

Podemos dizer que a negligência urbanística nos leva a uma reflexão sobre a identidade local, uma vez que a “identidade é um lugar” constituído por pessoas distintas (HALL, 2003, p. 15); remete-se também à ideia de racismo no ambiente urbano. Essa questão envolve um guarda-chuva de interpretações frente aos grupos sociais presentes na cidade e o jogo de relações de poder existentes. Do mesmo modo, as implicações culturais desse processo envolvem fatores sociais, políticos e econômicos fortemente imbricados. Nos espaços marginalizados da cidade existem grupos sociais, constituídos por suas práticas culturais e tradição. A tradição desses ambientes está articulada através do gesto retórico que assevera a legitimação de um grupo social; no caso da cultura negra, além disso, funciona como ato político e como forma de resistência e enfrentamento contra os poderes injustos da supremacia branca (HALL, 2003).

De modo geral, toda a forma de negligência urbanística depende de como e em que o Estado fundamenta suas ações no contexto dos espaços e ambientes da cidade. Devem-se considerar quais são os tipos de instrumentos que o poder público adota como forma de controle urbanístico e sua relação com o papel dos projetos urbanos na revitalização das cidades e dos interesses envolvidos. A negligência urbanística permeia as estruturas dos projetos de desenvolvimento da cidade, os modelos de zoneamento funcional vinculado à legislação urbanística, além de estar presente nos processos históricos de formação, nas idealizações tecnocráticas de organização e criação de ambientes fragmentados, vazios urbanos e funcionais para atender determinado público, e a seleção de espaços culturais e revitalizados para serem comercializados.

A partir disso, os planos estratégicos têm sido a ferramenta de organização da cidade e imposição de uma lógica de cidade cosmopolita, capitalista e contemporânea aos grandes centros urbanos na tentativa de se consolidar como plano ideal e promoção da cidade. Os planos estratégicos são políticas de governo para garantir o êxito das administrações depois de implantado. Tal instrumento tem sido usado como ação de desenvolvimento social e urbano das cidades brasileiras por meio de modelos de intervenção urbanísticos (CARNEIRO e PINHEIRO, 2015). No caso do projeto Porto Maravilha, cria-se uma área de centralidade

adjacente aos seus bairros tradicionais, dando continuidade à sua expansão econômica. No entanto, após os megaeventos esportivos, vivem-se momentos de incerteza com relação à continuidade dos investimentos público-privados e aos resultados desse processo vigente.

As novas construções deveriam pautar-se nos parâmetros e recomendações nacionais e internacionais com relação ao patrimônio cultural no sentido de alcançar uma harmonia com conjunto de edifícios e monumentos históricos existentes, e com a memória da região. Contudo, o que se percebe no cotidiano da Região Portuária e seus bairros é uma (des)contextualização referente a história local e os bens preservados. A conservação integrada pensando na gestão do patrimônio cultural é entendida como um processo e inclui as dinâmicas da paisagem urbana. Essa envolve um conjunto de edificações históricas e paisagens urbanas, além de zoneamento urbano nas áreas de conservação. O Estado, nesse sentido, deve atuar no controle e regulamentação e as ações de planejamento urbano devem incluir instrumentos financeiros, jurídicos e regulamentos (CASTRIOTA, 2009, *apud* STARLING, 2012, p. 17-18).

Para Zancheti (2004), a gestão da conservação integrada deve envolver a participação de todos. Os projetos devem ser desenhados de acordo com a ambiência cultural local, levando em consideração que a recuperação das áreas urbanas degradadas deve acontecer sem modificar de forma substancial a composição social dos residentes das áreas revitalizadas ou reabilitadas. Nesse sentido, a Carta de Veneza (1964) aponta em seus artigos sobre os aspectos da conservação e restauração algumas recomendações sobre esses:

No **artigo 3º** a conservação e restauração dos monumentos visam a salvaguarda tanto a obra de arte quanto o testemunho histórico. **Artigo 4º** a conservação dos monumentos exige, antes de tudo manutenção permanente. **Artigo 5º** a conservação dos monumentos é sempre favorecida por sua destinação a uma função útil à sociedade; tal destinação é portanto, desejável, mas não pode e nem deve alterar a disposição ou a decoração dos edifícios. É somente dentro destes limites que se deve conceber e se pode autorizar as modificações exigidas pela educação dos usos e costumes. **Artigo 6º** a conservação de um monumento implica a preservação de um esquema e sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas. **Artigo 9º** a restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. **Artigo 13º** os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, sem esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente (CARTA DE VENEZA, 1964, p. 2-3).

As Recomendações de Nairóbi (1976) chamam atenção para o perigo da destruição direta dos conjuntos históricos ou tradicionais aos novos conjuntos arquitetônicos que destruam indiretamente a ambiência e o caráter dos bens históricos adjacentes (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1976). Um bom plano estratégico deve integrar todos os ambientes da cidade, pensando em uma forma sustentável do espaço urbano. No entanto, as ações estratégicas esbarram em diferentes aspectos socioculturais mais profundos, principalmente nas áreas consideradas “degradadas” ou de aspecto “não nobre” que precisam, na concepção dos planejadores urbanos e turísticos, serem revitalizadas ou requalificadas.

Com relação aos aspectos socioculturais, os documentos mencionados no primeiro capítulo sobre a dimensão simbólica do patrimônio têm alertado para as ações humanas provocadoras de impactos socioculturais e as políticas de preservação nos espaços urbanos. O reencontro com o passado coloca-nos três questões: a prática da intervenção (restauração, reabilitação, conservação e etc.); a divulgação (responsabilidade de organismos e entidades gestoras públicas ou privadas); e sua dinamização (praticadas pelas entidades gestoras e empresas ligadas ao turismo). Essas ações recaem sobre o patrimônio cultural e levantam a questão: “O que preserva, como e para quem?” (PHIBEL, 2015, p. 14).

No caso dos bairros tradicionais da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, as ocupações de população pobre, de maioria negra, têm adotado uma política de resistência ao se apropriarem dos locais e promoverem a territorialização de espaços considerados estratégicos pelo poder público e agentes do setor imobiliário. Do mesmo modo, as ocupações nos imóveis vagos são tentativas de soluções de moradia popular e que resistiram longos períodos frente ao crescimento urbano excludente dessas populações e de suas tradições, segundo Sant’ Anna & Ximenes (2018, p. 483).

Das ocupações envolvidas, dentre aquelas cuja formação e grupos que ainda precisam de mais estudos encontram-se: Zumbi dos Palmares (2005), localizado na Avenida Venezuela; Quilombo das Guerreiras (2006), situado na Avenida Francisco Bicalho, perto da rodoviária Novo Rio; e Flor do Asfalto (2006), na Avenida Rodrigues Alves (SANT’ANNA e XIMENES, 2018). Segundo os autores, com a implementação do projeto Porto Maravilha as pressões sobre essas comunidades urbanas e demais áreas e o despejo das ocupações se intensificaram. Eles apontam também que a moradia é uma das múltiplas lutas urbanas das

cidades brasileiras, o que reforça ainda mais a noção de negligência urbanística (SANT'ANNA e XIMENES, 2018).

Esse projeto consistiu em um projeto político para atender à demanda por moradia popular, que são estratégias de novos domínios no território carioca e que disputam a cidade com seus novos atores capitalistas e globais com os diferentes grupos sociais. No contexto dos bairros tradicionais da Região Portuária, formados por diversos elementos simbólicos, a intensificação das ações compromete a vida da população local, o que tudo indica que pode colocar em risco a memória dos bairros e sua referência como espaços tradicionais. Guimarães (2013), em sua análise sobre “a construção social de um patrimônio do urbanismo carioca”, considera o projeto Porto Maravilha e o contexto da Região Portuária da seguinte forma:

(...) há uma continuidade dos ideais de progresso e civilidade visto que as memórias e formas de habitar concebidas pelo planejadores se distinguiam de outras tantas, e cada pedra ou sobrado por eles modificado era capaz de mobilizar diferentes subjetividades contranarrativas e conflitos (GUIMARÃES, 2013, p. 49-50).

Em face disso, as lutas simbólicas, a própria representação do mundo social, e a cultura são questões que estão em jogo – esse, representado com base em princípios de diferenciação e de distribuição de poderes nas relações sociais e de classe (BOURDIEU, 1989, p. 139). Por outro lado, é válido notar que tais estudos apontam que “as áreas de interesse histórico, paisagístico e cultural ou de sítios históricos, a criação desses espaços destinados à exibição da alteridade incentiva sua mercantilização turística, valorização imobiliária e/ou *gentrificação*” (GUIMARÃES, 2013, p. 49). Destaca-se, nesse sentido, que os conflitos sociais enfrentados por diferentes grupos nos espaços da Região Portuária no que tange às questões de habitação social, direito ao espaço público, e reconhecimento de grupos étnicos e tradicionais são fruto de uma relação social e de classe histórica na cidade carioca.

Considerando todos os modelos de intervenção urbana na Região Portuária desde os anos 80, poucos foram os que deram atenção para a patrimonialização de bens culturais e registro dos aspectos imateriais da cultura afro-brasileira, que é mais uma problemática no cenário urbano carioca. Conforme Ortiz (1985, p. 19) indica, falar de cultura brasileira é falar em relações de poder. Neste caso, o período escravocrata é um longo silêncio sobre as etnias negras que povoam o Brasil; após a Abolição, o negro deixa de ser mão de obra escrava para se transformar em trabalhador livre, sendo evidentemente considerado pela sociedade como

cidadão de segunda categoria. Isso nos leva a refletir sobre outra afirmação do autor a respeito das teorias raciais no Brasil e o conceito de cultura:

(...) os estudos de Denicker - *Les races de l' Europe* – vêm reforçar a crítica às antigas teorias raciais, uma vez que se considera o próprio conceito de raça como aplicável ao reino da zoologia, mas não às sociedades humanas. É interessante observar que durante os anos 1990 já se desenvolvem os trabalhos de Boas (que terão influência posterior em Gilberto Freyre), onde a noção de raça cede lugar à noção de cultura (ORTIZ, 1985, p. 29).

As relações entre cultura e Estado são antigas no Brasil. A partir dos anos 30 e advento do Estado Novo, o aparelho estatal encontra-se associado à expansão da rede das instituições culturais; o domínio da cultura passa a ser elemento de transformação socioeconômica (ORTIZ, 1985, p. 41-80). Segundo Ortiz (1985, p. 7), “existe uma cultura alienada, importada dos países centrais, em que toda a identidade se define em relação a algo que lhe é exterior”. Por fim, aos poucos, categorias como “aculturação” são gradativamente substituídas por outras como “transplantação cultural”, “cultura alienada” e outros modelos.

A patrimonialização e o registro de referências da cultura negra e afro-brasileira no Brasil são recentes. Isso é resultado de um processo histórico de formação e políticas que seguiram uma tendência conservadora, limitado e excludente voltado a conduzir Estado-nação através de valores civilizatórios compartilhados pelas elites intelectuais e políticas, o que refletiu na eleição dos bens culturais como representação da nação (NOGUEIRA, 2008). Nos avanços das políticas culturais, o termo “referência cultural” surge em contraposição ao elitismo e à lógica da exclusão que marcam a trajetória das políticas de preservação centradas no tombamento, considerando a pluralidade e a descentralização de critérios objetivos e os sujeitos detentores.

O tombamento é o mais antigo instrumento jurídico (e até pouco tempo, o único) de conservação. Criado pelo Sphan, por meio do Decreto-Lei nº 25/1937, consiste em um conjunto de procedimentos específicos a serem respeitados pelos órgãos públicos responsáveis pela política de preservação nos três níveis de governo – Federal, Estadual e Municipal (OLIVEIRA *et al.*, 2014). A criação do registro busca cumprir o estabelecido pela Constituição Federal (1988), que em seus artigos 205 e 206 adota uma concepção de patrimônio cultural mais ampla, definindo o patrimônio cultural brasileiro como os bens de natureza material e imaterial, individuais ou coletivos, portadores de referência à identidade, à

ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (OLIVEIRA *et al.*, 2014).

Na análise dos instrumentos de proteção do patrimônio cultural, observa-se que o inventário auxilia o registro ao tornar-se um instrumento fundamental (legal e institucional) no reconhecimento e na preservação dos patrimônios que representam e simbolizam a diversidade étnica e cultural. Trata-se, por fim, de um processo, envolvendo todos no ato do bem a ser registrado, os seus sujeitos-detentores (OLIVEIRA *et al.*, 2014). Esses instrumentos possibilitaram a inserção de novos bens, de natureza imaterial, e contribuíram de forma decisiva no reconhecimento étnico-racial, nos cuidados na conservação integrada e na política de planejamento ambiental urbano. Entre 2000 e 2017, o Iphan reconheceu como patrimônio cultural, por meio do registro, um total de 41 bens; destes, apenas 13 bens tombados estão relacionados ao universo cultural ou simbólico dos afro-brasileiros, o que é um número pequeno, mesmo somado aos terreiros tombados.

Conforme Starling (2012) também menciona, a partir dos anos 2000 no Brasil houve uma ampliação das demandas na área da memória coletiva, dos fazeres e das manifestações populares no contexto do patrimônio e cidade, do reconhecimento de comunidades urbanas tradicionais. Houve casos excepcionais, como o tombamento do monumento histórico da Pedra do Sal (1984) e do Cais do Valongo (2018), dos registros do Museu da Magia Negra (Centro), do Ofício de Baiana de Acarajé (2005), Jongo do Sudeste (2005) e Matrizes do Samba no Rio de Janeiro (2007) (partido alto, samba de terreiro e samba-enredo, todos de abrangência na cidade do Rio de Janeiro), e finalmente da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira (2008).

O ato mobilizador por meio do movimento negro e da comunidade quilombola local é exemplo importante a considerar nessa conjuntura da luta pelo reconhecimento da cultura afro-brasileira. Inserem-se nesse contexto os casos das comunidades Quilombo da Pedra do Sal, o Grupo Carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi, os blocos tradicionais etc. Outra questão é a propriedade como bem cultural de interesse do coletivo, crucial nas implicações práticas do instituto do tombamento, visto que se convertem em propriedade da nação, embora não percam seu caráter de mercadorias apropriáveis individualmente. Sendo assim, esse duplo exercício de propriedade sobre um mesmo bem gera, obviamente, uma série de problemas, pois o exercício de um tipo de propriedade limita necessariamente o exercício do outro (FONSECA, 2005).

Em sua análise, Fonseca (2005) ressalta que o patrimônio está associado à ideia de “valor” e o que traz para pessoas, grupo e coletivo. Também é o valor cultural do bem e seu valor econômico que justificam seu reconhecimento como patrimônio e, conseqüentemente, sua proteção pelo Estado. É evidente que os conflitos de interesses – sobretudo entre o interesse público e o privado – ficam, nesse caso, mais agudos, mesmo porque o chamado valor cultural de um bem não é regulado por um mercado específico, mas se define no nível da “economia das trocas simbólicas”, segundo Fonseca (2005, p. 42).

Nesse sentido, podem-se tomar como exemplo os conflitos fundiários entre a Venerável Ordem Terceira e a comunidade Quilombo da Pedra do Sal. O primeiro grupo exige a devolução das terras ocupadas por diferentes grupos identitários, inclusive negra, e a comunidade quilombola exige a legalização das terras e o reconhecimento de suas práticas tradicionais históricas e culturais. A reportagem publicada no Jornal O Globo<sup>11</sup>, Caderno Rio, em 04 de maio de 2018, com o título “Abandono no porto – memória dos escravos em risco” sobre o Instituto Pretos Novos (onde está localizado parte do cemitério e sítio arqueológico) alerta sobre os investimentos da prefeitura associado à CDURP.

Desde março de 2017 o instituto está sem receber ajuda da Prefeitura para custeio do local devido à suspensão dos contratos não renovados pela CDURP. O que mantém a instituição são doações e convênio com uma faculdade particular; ela também oferece cursos sobre orixás, no Museu de Arte do Rio, em troca de material de limpeza (CANDIDA, 2018, p. 1). Segundo Candida (2018, p. 1), “Por nota, a Secretaria de Cultura informou que está em andamento a criação do Museu da Escravidão e da Liberdade (nome provisório), que segue o conceito de ‘museu território’, o que beneficiaria outras iniciativas no entorno, como o IPN”.

Conforme Gonçalves (2007, p. 18) aponta, os museus mais modernos são geridos com um enfoque empresarial e se constituem como elementos principais de atração de turismo cultural refletindo no desenvolvimento econômico, local e regional, o que tem contribuído para disputa que se vive entre as cidades. Essa disputa envolve, ainda, a busca pela construção de um museu emblemático, com projeto de assinatura de um arquiteto de renome. O momento atual dos projetos relativos à preservação histórica, reconstituição e definição dos perfis dos bairros, a preocupação com o design urbano, e o compromisso vital da cidade hoje como o espaço que deve suprir uma possível perda e/ou desgaste das “memórias nacionais” vão neste sentido, segundo Holland (1994, p. 17-18).

---

<sup>11</sup> Este documento se encontra no site do Instituto Pretos Novos no arquivo de imprensa da instituição. Disponível: [www.pretosnovos.com.br](http://www.pretosnovos.com.br). Acesso em: 20 maio 2020.

Nessa mesma argumentação, a cidade passa a ser, sobretudo, uma questão cultural; exemplo disso é a proliferação de centros e espaços culturais e novo perfil do museu, que de “guardião da tradição e da memória”, transforma-se em um espaço múltiplo ou, como nos mostra Andreas Huyssen, ”num espaço [de] **comunicação de massa**” (HOLLAND, 1994, p. 18). Ocorre ainda uma progressiva culturalização, não só dos bens simbólicos, mas também das práticas sociais. O novo perfil dos museus aumenta suas atribuições e seu raio de ação, fazendo com que a cidade corra o risco dela mesmo se tornar um grande museu, visto que é o “design da cidade quem preserva a memória” em associação à história (HOLLAND, 1994, p. 18).

Nesse viés urbano, também está em jogo o reconhecimento de grupos considerados minoritários étnicos, onde os modos de mobilização destes segmentos e suas linguagens específicas, relacionados aos lugares de memória e de representação da cultura, devem fazer parte da identidade cultural da cidade. Sobre essa questão nota-se que há novas preocupações com a história, com o fato e com o discurso da cidade no quadro geral do (re)mapeamento da produção cultural. Essa configuração resulta, por exemplo, em um aumento nos discursos sobre a cidade do que sobre a nação, segundo Holland (1994). Posto isso, a cidade é e tem se constituído em espaço para identificações culturais emergentes e para articulações das diversas representações sociais.

Dentre os patrimônios culturais selecionados, nem todos são naturalmente produtos da cidade. Ao longo dos tempos, “os encontros e desencontros da cidade com patrimônio cultural passam por relações de construção e desconstrução que denotam interesses e mentalidades dominantes” (CAMPOFIORITO, 1994, p. 215). Campello (1994), em sua análise sobre algumas cidades históricas brasileiras como Ouro Preto, Olinda e Salvador, conclui que essas cidades, durante o período pós-industrial e em decorrência do processo de urbanização vertiginosa e de infraestrutura de comunicações e serviços amplos, vivem um processo de mecanização dos meios para executá-la.

Essas cidades brasileiras têm passado por acelerado processo de transformação urbana, que levou a cabo grandes intervenções sem qualquer tipo de planejamento muito menos das questões sociais e culturais, inclusive de grupos identitários e tradicionais minoritários (CAMPELLO, 1994, p. 118). Da mesma forma, o planejamento urbano tem sido historicamente marcado por uma mentalidade de engenharia social autoritária no sentido de

controlar, homogeneizar, e de estabelecer fronteiras e limites claros – refletindo em um espaço heterogêneo, da mistura e da entropia, segundo Campofiorito (1994, p. 226).

Em vista disso, percebe-se a descontinuidade do tecido das velhas cidades como consequência, na tentativa de resolver um problema do passado urbano que ainda persiste - a não compreensão sobre como ajustá-la à vida que se passa na cidade (CAMPELLO, 1994). Os lugares históricos se encontram em risco iminente, visto que a preservação do patrimônio arquitetônico é um empecilho ao lucro imobiliário (AZEVEDO, 1994, p. 131). As intervenções urbanas, as alterações e a própria restauração de determinados edifícios e prédios antigos destoam na ambiência cultural local, segundo Azevedo (1994).

Os bairros tradicionais da Região Portuária são um exemplo de espaços urbanos constituídos de ruas, praças e monumentos de suportes físicos de significados compartilhados e onde os lugares se entrecruzam socialmente – o que podemos caracterizar como “zonas simbólicas de transição” (ARANTES, 1994, p. 191). No entanto, notam-se as desigualdades nas áreas urbanizadas, principalmente nas grandes metrópoles. Nessa direção, a cidade é produzida pelo mercado imobiliário que sempre condiz com normas urbanísticas e dirigida às classes sociais mais favorecidas (BARANDIER, 2016, p. 26). Da mesma forma, diferentes práticas ou maneiras de negligência urbanística são vigentes nas ações de gestão nas cidades brasileiras, resultando em desigualdades territoriais muitas vezes induzidas pelo setor público e omissão do Estado (BARANDIER, 2016).

Como citado por Holland (1994), o espaço da cidade se tornou uma arena cultural e um imenso laboratório. Diante dessa análise, nota-se também que as gestões das cidades locais estão mais preocupadas com o design urbano do que as questões sociais e culturais. As cidades contemporâneas seguem nova lógica de organização, reflexo da nova ordem global de cidades. Os grupos sociais locais têm adotado como política a resistência, visando enfrentar as ações dominantes impostas pelo Estado e demais setores privados (CASTELLS, 2000). A partir de tais observações, é possível se voltar para a preparação dos bairros portuários do Rio de Janeiro para desenvolvimento do turismo cultural; esses apresentam grande potencial para esse tipo de atividade e a implantação de novos equipamentos culturais nas suas proximidades pode aumentar o fluxo de visitantes nessas localidades.

Outro ponto a se considerar nesse contexto é que a revitalização dos bairros é uma continuidade das estratégias econômicas do projeto Porto Maravilha. As transformações tendem a serem graduais e os conflitos sociais locais tendem a agravar o que já está

acontecendo. Em março de 2016, a Prefeitura lançou seu mais recente Plano Estratégico (2017-2020) no Museu do Amanhã, símbolo máximo da nova imagem da cidade. O novo plano contempla 59 iniciativas estratégicas e apresenta 70 aspirações para o município até 2065, ano que o Rio completará 500 anos (FERNANDES, 2016, p. 13).

Segundo a autora, uma das aspirações é o Rio tornar-se a cidade com maior fluxo de turistas internacionais da América Latina - o que comprova que a orientação para o posicionamento competitivo continuará, aumentando ainda mais o risco de degradação dos espaços e lugares de memória a homogeneização da cultura local. Nesse sentido, o turismo cultural considerado como modelo de desenvolvimento tende a criar nas pessoas determinados hábitos de consumo e o patrimônio cultural dessas localidades é alvo desse processo e suas consequências. O desafio é promover uma gestão dos bens culturais e planejar a cidade diante dos aspectos antigos e novos de forma sustentável.

Conforme indica Campello (1994), para entendermos o patrimônio cultural urbano teríamos de conhecer a cidade, visto que a história, a memória social e coletiva e a vida social dos moradores locais são fatores que precisam ser considerados no planejamento ambiental urbano visando estabelecer uma harmonia com a inserção de novos aparatos culturais - caso contrário, podem-se desqualificar as características simbólicas locais o que implica as questões de autenticidade. A (re)descoberta do Cais do Valongo em 2011 e do Cemitério Pretos Novos revelaram muito além dos achados arqueológicos das escavações, contribuindo para uma nova interpretação do cenário urbano frente às questões urbanísticas atuais, sendo essas pertinentes diante da conservação dos espaços de memória e o risco da perda.

Nesse contexto, a valorização desses bens culturais e a reivindicação do movimento negro pelo reconhecimento desses lugares de memória e apropriação das celebrações se apresentam como iniciativas diante da preocupação de “apagamento” de traços e espaços de memória. Para Borja (2006), o momento atual que vivemos nas cidades brasileiras é de um urbanismo excludente, que valoriza determinada parcela da sociedade e privilegia as intervenções e criações de cenários voltados para o turismo. O patrimônio cultural é visto como o principal meio de atração de visitantes e turistas e as políticas de planejamento estão voltadas para atender as necessidades do mercado.

No contexto carioca, a tentativa de definição da existência de uma “outra” memória foi conduzida por diferentes forças e avanços durante a história do urbanismo carioca. No âmbito da recente transformação da Região Portuária, observamos a existência de disputas entre

diversos discursos na (re)constituição da memória de grupos particulares (BARRE e DE LIMA, 2019, p. 22). A análise de Guimarães (2014) sobre “A utopia da Pequena África” aponta que a valorização da contribuição africana para a região e sua história foi significativamente acelerada pelo empreendimento do projeto Porto Maravilha. Broudehoux e Monteiro (2017) mencionam que se percebe que a Região Portuária passou também por uma reinvenção da sua tradição, por exemplo, com a criação do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (GUIMARÃES, 2014).

No entanto, uma observação a ser feita é que é notável no cotidiano da cidade e nesses circuitos um número expressivo de visitantes, turistas e de operadoras e agências de turismo que visitam os espaços de memória negra. A preocupação é como esses lugares de memória estão sendo apropriados pelos agentes do turismo e a produção das narrativas sobre a cultura negra e afro-brasileira. Nesse caso, a mercantilização da cidade é a forma menos sutil de privatização do seu interesse cultural; ou seja, este ciclo determina a incessante continuidade do empresariado em impor sua lógica capitalista e tornar a cidade um verdadeiro produto, pondo em risco a desvalorização e destruição do patrimônio, além da perda dos espaços de representação social (MENESES, 2006).

Diante das considerações tratadas aqui, os modelos de intervenção urbana têm o turismo como uma das estratégias de desenvolvimento local e captação do capital estrangeiro por meio das estratégias de marketing. Os novos planos estratégicos que possam surgir parecem garantir a continuidade desse empreendedorismo urbano de fragmentação dos espaços da cidade, valorização de lugares para o capital e expulsão de moradores locais. Assim, as tendências contemporâneas das políticas para o setor turístico se dividem entre uma intensificação dos usos econômicos dos bens patrimoniais, que reforça a exploração do turismo e do consumo cultural nas cidades, e a participação deliberativa de novos atores nos processos decisórios de políticas públicas (STARLING, 2012) e dos rumos da cidade.

## CAPÍTULO IV

### TURISMO CULTURAL E OS BAIRROS PORTUÁRIOS: REFLEXO NA COMUNIDADE URBANA TRADICIONAL

As análises do presente capítulo terão como base o conceito de “identidade territorial” (CASTELLS, 1999, p. 17) que consiste nas características que o território apresenta - físicas, ambientais, arquitetônicas, sociais e culturais - como referenciais do território. Os bairros portuários do Rio de Janeiro apresentam características históricas e simbólicas do Rio antigo, sendo marcados pela forte influência da cultura negra de diáspora, além da relação entre habitação e cultura na trajetória de evolução da cidade.

A Comunidade Quilombola da Pedra do Sal, na Saúde, é um grupo típico dessa localidade e exemplo de identidade territorial. Outros atributos dessa população como as práticas religiosas (candomblé), os aspectos culinários e festivos e as formas arquitetônicas, fazem parte dessa identidade local. Conforme apontado por Sant’Anna e Ximenes (2018), ocupações como Zumbi dos Palmares (2005), Quilombo das Guerreiras (2006) e Flor do Asfalto (2006), e suas conseqüentes desapropriações são estratégias dos atores públicos e privados visando à abertura do espaço para expansão imobiliária.

No primeiro capítulo, no subcapítulo 1.4, apresentamos alguns indicadores que se configuram como ambientes propícios para o processo de turistificação, caracterizando-se no contexto de apropriação de lugares históricos, de memória coletiva e cultura viva para o incremento da atividade do turismo cultural, cujo elemento fundamentador é o patrimônio cultural (material e imaterial). A existência desses indicadores não significa que outras áreas dos bairros citados não sejam gradativamente alteradas e tornadas em espaços funcionais e turísticos. A análise de alguns impactos do processo de turistificação indica que os bairros correm o risco de uma possível gentrificação.

Dentre as formas de monitoramento desses indicadores foi adotada a avaliação dos objetivos do projeto Porto Maravilha, sua efetiva aplicação nos espaços citados, e as estratégias adotadas pelos atores públicos diante desses locais, bem como uma avaliação dos resultados pós a implementação do projeto, a partir de dados estatísticos em relação à atividade turística, e resultados correlatos recentes sobre a área de estudo. Diante disso, foram selecionados três lugares simbólicos no sentido de relacionar os conceitos como território, territorialidade, memória e lugares de memória, identidade e representação. Este capítulo tem

como objetivo destacar os impactos que incidem sobre a comunidade urbana tradicional local. Por fim, refletir sobre os cenários futuros da região e os desafios em termos de conservação dos locais em relação à qualidade urbana.

#### **4.1. Marcos sociais e históricos da Região Portuária**

A “identidade territorial” (CASTELLS, 1999, p.17) consiste nas características físicas, ambientais, arquitetônicas, sociais e culturais como referenciais do território. A Região Portuária do Rio de Janeiro, compreendida como importante Sítio Urbano Histórico, e seus bairros tradicionais (Saúde, Gamboa e Santo Cristo) são espaços de pertencimento de grupos sociais, em especial de identidade da cultura negra. Segundo Lamarão ([1952] 2006, p.107-108), com o fim do tráfico de escravos, os trapiches negreiros do Valongo e da Gamboa adquiriram outras funções comerciais, como a exportação de matéria-prima, em especial o açúcar branco ou mascavo; os trapiches do Cleto, Pedra do Sal e outros também se voltaram para a atividade comercial, formando assim o mercado carioca.

As intensas atividades portuárias atraíram firmas comerciais e de companhias de navegação, logo caracterizando a região de porto. A Rua da Saúde, principal artéria de toda a área, concentrava boa parte dos estabelecimentos. A formação da comunidade quilombola da Pedra do Sal é fruto do processo histórico da Diáspora Atlântica Africana. Com base nisso, é possível dizermos que a região de fato se caracteriza pelo o que o sambista Heitor dos Prazeres definiu como “Pequena África” (MOURA, 1995, p. 140-152). De acordo com Castells (1999, p. 17), “uma aldeia não é abandonada; ela é transplantada com seus laços comunitários. Então, novas aldeias são construídas”.

Isso significa dizer que a população de cativos negros que se abrigaram na Região Portuária teve que (re)existir em suas práticas culturais, simbólicas, os fazeres e saberes diante do novo território. A região pode ser considerada também como uma “mancha urbana” – expressão usada por Bauman (2003, p. 108) para caracterizar um espaço segregado da cidade, formado (ou não) por fatores de raça, além de um controle das representações e identidade coletivas em uma privação simbólica. Sendo o Rio de Janeiro considerado o maior porto negreiro das Américas, a partir do século XVIII cerca de dois milhões de cativos africanos aportaram na região e pelos pontos da cidade – em especial no Valongo, ponto de comercialização dessa população (MOURA, 1995, p. 60).

Isso resultou no estigma social e cultural dessa população. Após a Lei de Terras (1850) e a Abolição dos Escravos (1888), a situação do negro na sociedade brasileira se agrava, principalmente com o acesso limitado a terra. No caso do Rio de Janeiro, a destruição dos cortiços sociais populares, as restrições do uso do espaço público no centro da cidade diante dos atos administrativos da época e as intervenções urbanas e a expulsão dessa população para as áreas ditas periféricas são marcos que agravam a situação da Pequena África. O Cemitério dos Pretos Novos, construído em 1722 no Largo de Santa Rita e transferido para o Valongo em 1769, funcionou de 1772 a 1830 quando foi extinto. A faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa é considerada por muitos historiadores como local de horrores; estima-se que mais de seis mil escravos foram ali enterrados (PEREIRA, 2007, p. 9).

O local foi administrado por muito tempo pela Igreja Santa Rita, entendendo ser ali um “solo sagrado”, possuindo até livro de óbitos para os cativos enterrados. Diante de uma sociedade hierarquizada, a representação da sociedade colonial não se limitava às vestimentas e casas: pessoas de melhores classes eram enterradas no interior da igreja e os negros no cemitério dos escravos (PEREIRA, 2007, p. 51-53). A denominação “pretos novos” refere-se aos cativos bem condicionados e recém-chegados da África, de onde partiam principalmente dos portos da Guiné e Costa da África.

Como ordenado pelo Marquês de Lavradio, esses cativos, antes de entrarem na cidade pela porta do bairro da Saúde, eram conduzidos ainda nas embarcações até o Valongo em tratamento; estando em bom estado eram comercializados e, caso contrário, eram enterrados no cemitério, próximo ao mercado de escravos. Essa estrutura fazia parte das intenções do marquês em transferir o mercado do centro da cidade para o Valongo em 1769 (PEREIRA, 2007, p. 53-55). Percebe-se, portanto, que o Cemitério dos Pretos Novos funcionava em função das necessidades da sociedade escravista, alimentado pelo tráfico negreiro. Ademais, simbolizava a presença da Igreja em todo o contexto da cidade, em todas as camadas da população e do convívio social colonial (PEREIRA, 2007).

Após a Abolição (1888), há um aumento do fluxo de baianos na região, trazendo consigo suas tradições culturais, como ofícios culinários e práticas religiosas (candomblé) e se (re)organizando nos arredores do Cais do Porto, nas velhas casas no Centro, principalmente nos arredores da Pedra do Sal. O grupo chega na região à procura de trabalho e a marca socialmente (MOURA, 1995, p. 61). O bairro da Saúde foi o local onde esses grupos de

baianos se situaram, visto que suas habitações eram próximas ao porto e mais baratas; em termos de trabalho, a estiva (embarque e desembarque de mercadorias) era o que despontava como oportunidade (MOURA, 1995).

O bairro também é tido como a área mais antiga da cidade, frequentada por pescadores e marinheiros aproximados pelo porto, e a área marginal mais funcional ao centro administrativo. No local foi instalado o “Aljube”, e depois cadeia comum e extensão ao Cemitério dos Pretos Novos (MOURA, 1995, p. 77-78). Ele também foi local das primeiras docas na metade do século XIX, com grande concentração de estivadores que moravam e transitavam nas ruas tortuosas e becos nos arredores da Pedra do Sal – vizinhança onde se concentravam os negros vindos da Bahia e africanos ex-escravos (Ibid., 1995).

Segundo Chalhoub (1995, p. 142), os adeptos do Candomblé se multiplicaram na segunda metade do século XIX com as imigrações baianas, cujos grupos se concentravam nos cortiços nos arredores da Pedra do Sal e nos bairros da Saúde e Gamboa, redutos tradicionais da prática dessa religião. A Casa de João Alabá de Omulu é reconhecida como a primeira casa de candomblé nagô no bairro da Saúde. Essa religião de matrizes africanas era praticada até mesmo no lendário cortiço Cabeça de Porco, sendo esses lugares espaços de resistência popular diante às forças de repressão das autoridades públicas (CHALHOUB, 1995).

Segundo Corrêa (2016), a comunidade quilombola que reside no entorno da Pedra do Sal, entre o Largo João da Baiana e da Rua São Francisco da Prainha, é considerada símbolo central de (re)existência no território da Pequena África – residência secular de escravos, ex-escravos, negros libertos e livres e, agora, de seus descendentes. Os conflitos de terra na região com a Venerável Ordem Terceira ocorrem desde 1830, visto que essa tem o controle das terras e habitações antigas onde residem a população da Pequena África. Somente nas primeiras décadas do século XX que as reivindicações da Ordem são atendidas (CORRÊA, 2016).

A Prefeitura doou o território pleiteado pela Venerável Ordem Terceira (VOT), incluindo os prédios, mas isso não pôs fim às disputas. Em 2002, os conflitos se intensificaram quando a irmandade lançou o projeto social intitulado “Humanização do Bairro”, com o objetivo de recuperar as últimas casas ocupadas por moradores tradicionais na região; após a implantação do projeto, foi acelerado o processo de despejo judicial de trinta famílias dos imóveis (CORRÊA, 2016, p. 11). A autoconstrução das comunidades urbanas dos bairros portuários vistos no Morro da Conceição (Saúde), da Providência (Gamboa) e do

Pinto (Santo Cristo), dentre outros, são marcos resultantes da formação histórica, social e urbana da cidade.

Após a construção do “porto moderno”, os morros teriam se configurado como espaços fisicamente “cristalizados” e “foco de resistência residencial”. Durante o século XX, “a área aterrada teria se mantido em constante mudança e os morros, em constante permanência” (GUIMARÃES, 2013, p. 58). A favela, de certo modo, resultou em uma solução temporária diante às transformações urbanísticas e higienistas do Centro; mais tarde, essas aglomerações nos morros se tornariam uma problemática urbana na reforma Passos (1904-1906) e demais ações (GUIMARÃES, 1995).

Na Gamboa, o Morro da Providência foi a primeira “favela” carioca – ocupado por soldados após a Guerra de Canudos, resultado da cessão de terras aos ex-combatentes de forma informal, muito deles negros. O bairro do Santo Cristo, no contexto histórico da região, é um bairro recente. É marcado pela presença de portugueses, mas também da população negra; o comércio e tortura de escravos marcam a memória e a narrativa histórica desse lugar e seu traçado urbano e formas de uso residencial se mostram como representação histórica do Rio Antigo no cenário atual.

É no Santo Cristo que surge a Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, conhecida como Companhia de Pretos, visto ter sido formado por negros, muitos trabalhadores da estiva. O grupo busca reivindicar melhores condições de trabalho e é o embrião histórico do que mais tarde viria a ser o Sindicato dos Arrumadores do Município do Rio de Janeiro. O Jardim Suspenso do Valongo é o exemplo claro de apagamento dos traços do tráfico negreiro, além de outros espaços de referência. Ao seu redor havia casas de engorda dos recém-chegados cativos vindos da África e a conformação de um vasto comércio de itens relacionados à escravidão (VASSALO, 2015).

Segundo Benchimol (1956), esses bairros emergem no contexto de tradições de uma sociedade de formação colonial, cujo traço fundamental era a escravidão. Os bairros também são marcados por concentrar trabalhadores de mão de obra escrava e imigrantes, além de abrigarem aqueles trabalhadores que exerciam seus ofícios no centro administrativo da cidade. Desse modo, entre as funções exercidas por seus residentes destaca-se haver um exército proletário de segunda linha, padeiros, construtores de obras públicas. Outros ofícios tinham como referência as mães de santo da Pequena África, com destaque para Tia Ciata e seu comércio de doces e aluguel de roupas (MOURA, 1995, p. 91-95).

De forma geral, os bairros da Região Portuária são marcados na tradição da cidade como lugares de moradia para imigrantes operários e forte presença de mão de obra escrava, dos trapiches de sal e dos armazéns e seus diversificados produtos. Eles são vistos como área de residência de classes perigosas e de tradições culturais festivas e religiosas – como o samba, os ranchos e o carnaval carioca e o candomblé. Nesse cenário, destaca-se a memória do samba como tradição negra do bairro da Saúde. No dia 02 de dezembro, Dia Nacional do Samba, os quilombolas se reúnem para celebrar; é feito o ritual de lavagem da Pedra do Sal por praticantes do candomblé, com participação do Afoxé Filhos de Gandhi, além da oferta de comida de santo para os falecidos e notórios sambistas, portuários e filhos de santo que frequentavam o lugar (GUIMARÃES, 2013).

O Afoxé Filhos de Gandhi é um grupo carnavalesco fundado no Rio de Janeiro em 1951, considerado o mais antigo da Região Portuária. O grupo tem como referência para sua criação o Ijexá Filhos de Gandhy, criado dois anos antes por estivadores de Salvador, em homenagem ao líder indiano Mahatma Gandhi. A prática religiosa deste grupo consiste aos cortejos santos do candomblé, visto como um carnaval ritualístico. Sua sede está localizada, desde 1997, na área do Valongo; mesmo diante dos conflitos internos do grupo, o bloco tenta por meio legais o direito a uma sede própria (CORRÊA, 2016).

De acordo com Guimarães (2013), os integrantes do Afoxé Filhos de Gandhi e da Comunidade Remanescente de Quilombo da Pedra do Sal se posicionaram então como “herdeiros” diante dos espaços de memória coletiva, usando dessa memória como forma de discurso. Considerando-se, nesse sentido, que:

a categoria nativa de Pequena África foi uma das narrativas de passado que mobilizou diferentes interpretações e demandas em torno do que seria no presente a memória da ocupação pelos “negros” e pelo “povo do santo” de diversos espaços não só do morro, mas de toda a Zona Portuária. Alguns movimentos sociais de “moradores sem teto”, por exemplo, acionaram símbolos da escravidão para reivindicar uma política habitacional popular (GUIMARÃES, 2013, p. 68).

Em face disso, a relação entre o patrimônio e cidadania é uma discussão necessária, onde a cidadania se apresenta ancorada em uma memória capaz de afirmar a diversidade de grupos identitários e o (re)conhecimento de bens materiais e imateriais constitutiva da história (CUNHA, 1992). Nesse caso, marcos históricos de referência da cultura negra e a apropriação de grupos que se identificam com a cultura de memória coletiva, considerando os vestígios do passado que ainda permaneceram para serem cultuados, reforçam o valor desse patrimônio cultural.

A partir dos anos 80, com a patrimonialização por meio do Projeto SAGAS, alguns bens referentes à cultura negra foram tombados, com destaque para o tombamento do monumento da Pedra do Sal pelo governo do Estado do Rio de Janeiro em 1987, do Centro Cultural José Bonifácio (1983) e mais tarde do Cais do Valongo. De forma geral, as consequências do passado histórico marcado por conflitos sociais e pelo culturalismo urbano vinculado a ideia de progresso e civilidade, marginalizando e estratificando grupos sociais das áreas centrais e periféricas, mostra que a política urbana criou um estigma negativo sobre essas populações minoritárias e de sua cultura, restringindo seu acesso à moradia e ao uso do espaço e provocando um esquecimento de suas referências culturais.

Esse subcapítulo teve como objetivo apontar importantes marcos dos bairros citados como constituídos de significados de sua cultura local e como elementos integrantes da cultura carioca. A escolha desses marcos de análise se justifica pela sua relação histórica com a diáspora africana e presença de população negra na Região Portuária. Essa, tendo em vista o atual modelo de gestão estratégica da cidade, é de interesse urbanístico e turístico – fazendo com que a região, historicamente considerada periférica, volte a ser valorizada. Contudo, novos impactos podem surgir no decorrer das atividades desenvolvidas na região, como o agravamento dos conflitos sociais e da situação de sua população devido à intensificação da segregação sócio-residencial e sociocultural, podendo descaracterizar ou perder os lugares de memória.

## **4.2. Cais do Valongo**

O Cais do Valongo está localizado atualmente na Avenida Barão de Tefé, na área que compreende o bairro da Saúde, próximo à Praça Jornal do Comércio. Considerado o maior porto negreiro das Américas, também é principal marco de memória da Diáspora Atlântica Africana fora do continente africano (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014). Construído a partir de 1811, era o principal porto de desembarque de africanos escravizados no Rio de Janeiro. Após o processo de tratamento, os cativos partiam para as plantações de café, fumo e açúcar do interior do estado e para outras regiões do Brasil; os que ficavam na cidade eram escravos domésticos e como força de trabalho nas obras públicas (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 2014, p.2).

**Figura 9.** Representação do cenário do Cais da Imperatriz 1843, antes conhecido como Cais do Valongo.



**Fonte:** INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL (INEPAC). **Cais do Valongo Patrimônio Mundial.** Disponível em:  
[http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/arquivos/pdfs/Cais\\_do\\_Valongo\\_UNESCO\\_1499804347.97.pdf](http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/arquivos/pdfs/Cais_do_Valongo_UNESCO_1499804347.97.pdf).  
Acesso em: 21 ago. 2020.

A área do cais foi construída para receber a princesa napolitana Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, esposa do Imperador Dom Pedro II, em 1843. O cenário é marcado pela cultura da escravidão; sucessivas intervenções transformaram a região a partir das intervenções urbanas do prefeito Pereira Passos (1902-1906), representadas principalmente pela mudança do nome do local, que passa a se chamar Praça do Comércio. Carneiro e Pinheiro (2015) fazem uma consideração importante sobre a localização geográfica do cais, onde ressaltam que:

(...) quando se observa o conjunto de pedras que restou do Cais do Valongo, situado no meio de ruas e avenidas movimentadas e distante do mar, fica difícil imaginá-lo em uma outra configuração geográfica, social, econômica e política no século XIX, sem mencionar períodos históricos anteriores. Com efeito, em 1843, no mesmo local tinha sido reconstruído o Cais da Imperatriz que, por sua vez, foi soterrado pela Reforma Pereira Passos, dando lugar à Praça do Comércio. Cem anos depois, em 1983, um movimento popular em prol da preservação da Zona Portuária foi articulado logo após a Associação Comercial do Rio de Janeiro divulgar um conjunto de propostas urbanísticas que contrariava os interesses da população local (CARNEIRO & PINHEIRO, 2015, p. 385).

Esse testemunho histórico é marcado de histórias, muitas delas traumáticas e associadas à violência, marginalização e perda de laços familiares durante o processo da diáspora. As intervenções urbanas da cidade nas últimas décadas contribuíram para esquecimento da história até certo momento da região.

**Figura 10.** Retrato do Cais do Valongo e Cais da Imperatriz na década de 1899.



**Fonte:** Jornal O Dia. **A Região do Cais do Valongo.** Disponível em: <https://odia.ig.com.br/o-dia-de-hoje/memoria-do-dia/2018/09/5575177-mem-ria-do-dia.html>. Acesso em: 22 ago. 2020.

O processo de evolução da cidade também veio acompanhado da tentativa de apagar os vestígios de diáspora frente uma aceleração do processo de modernização. Em face disso, o lugar pode ser compreendido como “resultado do processo histórico quanto à base material e social e das novas ações humanas” (SANTOS, 2000, p. 104-105, *apud* NETO e MALANSKI, 2016, p. 92). Ele pode ser também entendido como “constituído de relações de poder, do poder material das relações econômico-políticas ao poder simbólico das relações de ordem, especificamente cultural e conflitante” (HAESBAERT, 2011, *apud* NETO e MALANSKI, 2016, p. 93). Nesse sentido os autores afirmam que:

(...) a referência aos territórios africanos e aos espaços na América que sustentaram a dinâmica territorial europeia é fundamental para uma compreensão mais apurada das questões contemporâneas relativas às populações e aos territórios. Compreender o fenômeno da diáspora possibilita compreender o mundo globalizado contemporâneo permeado por conflitos territoriais e culturais, cuja referência básica está na dinâmica desses deslocamentos seculares. A interpretação das estratégias de dominação dos territórios, a criação de fronteiras artificiais e a desfiguração forçada dos espaços tradicionais testificam os jogos e as trocas de interesses e prestígios de espaços geográficos dominados (NETO e MALANSKI, 2016, p. 117-118).

Diante desse quadro, esses ambientes podem ser vistos como meio de construção da história. Por outro lado, a continuidade das tradições dos grupos tem o lugar como apoio. Neste caso, é importante ressaltar que: “(...) há locais de memória porque não há mais meios

de memória” (NORA, 1981, p.7). Isso nos leva a refletir que a perda de elementos simbólicos ao longo do tempo fez com que os espaços de celebração, constituídos de monumentos históricos e arqueológicos, ganhassem ainda mais notoriedade, até mesmo para reforço da memória coletiva de determinadas grupos, como testemunhos e meios de vivência e recordações passadas das pessoas.

**Figura 11.** Representação do Cais do Valongo após sua “(re)descoberta” durante as obras de revitalização do Projeto Porto Maravilha em 2011.



**Fonte:** INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **Cais do Valongo.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 21 jul. 2020.

Esses vestígios arqueológicos são constituídos dos calçamentos de pedra. Para o antropólogo Milton Guran<sup>12</sup>, esse é o único resquício material que trata da chegada de africanos nas Américas. Assim, assume o “valor simbólico de testemunho material das raízes africanas nas Américas, sendo um desses espaços em que a materialidade se condensa em memória viva” (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2014, p. 4). Todas essas questões contribuíram também para sua declaração como patrimônio cultural municipal em 2013, quando a UNESCO considerou o local parte da chamada Rota do Escravo, isto é, como local de trajetória dessa população, tornando-se o 21º sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da organização.

---

<sup>12</sup> Coordenador da indicação do Cais do Valongo ao título de Patrimônio da Humanidade. Informação disponibilizado no site: <https://nacoesunidas.org/>. Acesso: 21 jun. 2020.

Em vista disso, ocorrem também a inscrição e o reconhecimento do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade em 2017, pela UNESCO, considerando-o como bem de natureza sensível. A área ganhou visibilidade no cenário urbano da região como atrativo turístico por meio do processo de patrimonialização e o reconhecimento do seu valor histórico e simbólico. Os diferentes meios de apropriação desse ambiente simbólico com as celebrações como o ritual de lavagem do Cais do Valongo, feita desde 2012 e organizada pela Ialorixá Edelzuita de Oxalá, além da contribuição do movimento negro e seguidores de religiões de matrizes africanas, o tornaram símbolo da tradição e ancestralidade da cultura negra e afro-brasileira<sup>13</sup>.

O grupo Tambor de Cumba promove uma variedade de danças no local por meio da realização do evento intitulado Tambor no Valongo, que existe desde 2013. O objetivo do grupo é “promover as tradições culturais de matriz africana, a fim de conscientizar a respeito da importância da representação da cultura negra como ferramenta de empoderamento e integração social através das artes negras”. Além disso, o grupo celebra através da dança outros referenciais da cultura negra, como o Jongo, o Coco, o Samba de Roda, a Ciranda, o Maculelê, a Capoeira, o Afoxé, o Maracatu e a dança afro-contemporânea (CORRÊA & FILHO, 2020, p. 8).

Diante desse quadro, podemos dizer que a memória coletiva da cultura negra e afro-brasileira sempre estará em jogo quando se trata de seu passado histórico, sendo uma preocupação dessas comunidades afetadas. Conforme Le Goff (1923, p.422) aponta “(...) os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva”. É importante considerar que a territorialidade também pode ser definida como as diferentes formas de apropriação do território onde o grupo social define seu espaço. Assim, quando o grupo social se apropria de determinado ambiente, decorre um processo de enraizamento e formação da identidade cultural com o lugar.

O Decreto nº 44.706, de 05 de julho de 2018, determinou a inclusão da data comemorativa de celebração do reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio cultural da humanidade pela Unesco no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da cidade<sup>14</sup>. Outro fator é a lavagem do cais que acontece no Dia Nacional do Samba (02/dez) onde movimento negro e de religiões de matrizes africanas realizam a

---

<sup>13</sup> Agência Brasil. **Lavagem marca um ano do Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade.** Disponível em: [www.agenciabrasil.ebc.com.br](http://www.agenciabrasil.ebc.com.br). Acesso 28 junho 2020.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/>. Acesso em: 22 ago. 2020.

lavagem do cais na celebração à ancestralidade dos afro-brasileiros. Em face disso, esses movimentos de resistência da região articulam ações na busca de legitimar a sua permanência, através do discurso voltado para ancestralidade, com a ideia de tradição e perpetuação de grupos no local. Esse ato de resistência é uma forma de reconhecimento do grupo ao patrimônio.

Em termos de conservação, essa carece de gestão pelo fato de não haver uma integração entre os locais históricos. Três pontos de referência da área são importantes para se considerar: o Cais do Valongo; o prédio da antiga Docas Pedro II, do século XIX; e o Jardim Suspenso do Valongo. No que diz respeito à antiga Docas, não há ações que a integrem à história do Cais, hoje ocupado pela “Ação da Cidadania”, havendo também uma disputa pelo espaço.

**Figura 12.** Prédio da antiga Docas Pedro II (ao fundo, na primeira imagem).



**Fonte:** Docas Pedro II. Disponível em: <https://blog.galeriadaarquitectura.com.br/post/docas-pedro-ii-serao-restauradas-pelo-iphan>. Acesso em: 21 ago. 2020.

A Declaração de Amsterdã (1975) reúne os princípios da conservação na íntegra, sendo o mais importante a noção de que o patrimônio arquitetônico contribui para tomada de consciência da comunhão entre a história e destino. A declaração indica, ainda, que sua manutenção deve acontecer de forma coletiva e que para tanto as municipalidades devem trabalhar em cooperação. As iniciativas de conservação devem envolver os edifícios, os monumentos de interesse histórico e culturais, além de serem baseadas em medidas legislativas e administrativas responsáveis.

O Jardim Suspenso distorce totalmente a historicidade da região por estar próximo ao cais. Observa-se no local uma construção paisagística na encosta do Morro da Conceição para

abrigar as Estátuas do Cais da Imperatriz, fazendo parte do Valongo até 1831, quando o tráfico de escravos foi proibido. O Jardim foi criado na Reforma Passos (1902-1906) e restaurado pelo projeto Porto Maravilha. Seus monumentos gregos distorcem e se destoam da história local marcada por forte presença da cultura negra; além disso, sua presença contrapõe toda a lógica quando se trata dos critérios de conservação integrada dos espaços urbanos simbólicos. Após a revitalização, hoje a área se encontra em estado de abandono.

**Figura 13.** Jardim Suspenso do Valongo e Morro da Conceição.



**Fonte:** Os deuses gregos e o Valongo: um caso exemplar de estátuas fora do lugar. Disponível em: <https://conversadehistoriadoras.com/2020/06/21/os-deuses-gregos-e-o-valongo-um-caso-exemplar-de-estatuas-fora-do-lugar/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

De modo geral, a turistificação desse espaço vem ocorrendo por meio da demanda de visitante no local, além da apropriação dos agentes públicos e operadoras de turismo na narrativa sobre a história desses ambientes. A participação da comunidade acontece de forma atípica, mas percebe-se que essa se intensifica nas celebrações e datas comemorativas. A retórica do poder público sobre a área do porto ainda mantém o agenciamento urbanístico e turístico, onde o Cais do Valongo e da Imperatriz se tornou mais um ponto turístico na política municipal de turismo. Mesmo o local sendo reconhecido como patrimônio da humanidade, ainda carece de gestão participativa dos atores sociais envolvidos e não são suficientes os benefícios.

### 4.3. Museu Pretos Novos

O Cemitério dos Pretos Novos é um sítio arqueológico localizado na Rua Pedro Ernesto nº 36, no bairro da Gamboa. É considerado um testemunho histórico da cultura negra e afro-brasileira por ser o lugar onde os cativos negros eram enterrados - muitos já chegavam quase mortos vindos da África. O local se destinava, assim, ao sepultamento dos recém-chegados na Baía de Guanabara. O cemitério funcionava antes no Largo de Santa Rita, em plena cidade, próxima ao mercado de escravos. Nesse contexto histórico é importante saber que:

(...) o cemitério dos Pretos Novos estava cravado no Valongo desde 1769, quando o marquês do Lavradio, insatisfeito com modo precário pelo qual os escravos eram expostos no mercado que funcionava próximo ao Paço Imperial, mandou que o mesmo fosse transferido para o Valongo que hoje compreende a atual Zona portuária, formada pelos bairros da Gamboa e Santo Cristo. Essa mudança do mercado da Praça XV para o Valongo fez com que o cemitério dos Pretos Novos fosse transportado do largo de Santa Rita para a rua que ficou conhecida como a antiga rua do Cemitério, depois rua da Harmonia e, hoje, rua Pedro Ernesto pertencente ainda à jurisdição da freguesia de Santa Rita. Foi nesse período que o cemitério vivenciou a maior concentração de corpos (PEREIRA, 2014, p. 336-337).

Segundo Machado (2006, p. 12), a maior parte dos africanos trazidos teria entre 10 a 25 anos de idade, sendo a maioria homens, e pertenciam a diferentes grupos étnicos; a cremação dos corpos ocorria para evitar os odores emanados da putrefação dos cadáveres expostos. Essa breve consideração sobre o cemitério revela e afirma que as tensões sociais e conflitos de interesses existentes, além de levar a repensar uma das formas de construção do tecido social escravagista, em que a noção de lucro, associado à religião e cultura, estava cristalizada em uma política segregacionista voltada a essa população marginalizada (GINZBURG, 1992, *apud* PEREIRA, 2014, p. 333-334).

Esquecido por mais de 150 anos, a descoberta fortuita do sítio em 1996 ocorreu diante das reformas na residência do casal Mercedes e Petruccio dos Anjos. Durante as escavações e das pesquisas arqueológicas foram encontrados milhares de fragmentos e ossos humanos, além de outras classes de vestígios como cerâmica neobrasileira e colonial, louça, objetos de adorno e de metal - sendo, assim, confirmado o potencial arqueológico do local (CARVALHO *et al.*, 2001, *apud* MACHADO, 2006, p. 1).

**Figura 14.** Área da (re)descoberta do Cemitério Pretos Novos no bairro da Gamboa em 1996 e pesquisa arqueológica em camadas mais profundas do terreno em 2017.



**Fonte:** INSTITUTO PRETOS NOVOS. *As investigações Arqueológicas*. Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>. Acesso em: 21 ago.2020.

A (re)descoberta em 1996 iniciou uma fase de análise biocultural de reconhecimento da área; o segundo estágio (2010-2012) consistiu na pesquisa de delimitação espacial do cemitério; e o terceiro (2014), na pesquisa arqueológica na Rua Pedro Ernesto durante as obras do VLT. O quarto momento mais recente compreende uma pesquisa arqueológica em camadas mais profundas no terreno, o que resultou no achado da estrutura óssea e comprovação da existência do cemitério (INSTITUTO PRETOS NOVOS, 2014).

Todo esse processo demorou 22 anos de pesquisa arqueológica para comprovar a veracidade dos fatos históricos e a redescoberta de um lugar que de fato existiu. O lugar é um testemunho histórico, é simbólico e representativo para a população local e os grupos que se identificam e se apropriam desse espaço. A delimitação da área do que restou foi uma forma de bloqueio diante aos avanços das intervenções urbanas, das construções irregulares e principalmente da atual revitalização urbana em processo. Considerando o fato, as pesquisas constataram que:

(...) após a separação, limpeza preliminar, numeração e acondicionamento do material arqueológico, em suas principais classes de evidências, os remanescentes ósseos humanos foram encaminhados ao Laboratório de Antropologia Biológica do Instituto de Arqueologia Brasileira. Através do resgate emergencial e das pesquisas históricas efetuadas foi possível identificar o local como o antigo Cemitério dos Pretos Novos (1770 a 1830), lugar destinado aos enterramentos de escravos recém-chegados que morriam logo após o desembarque no Rio de Janeiro (VARGAS et. all. *apud* MACHADO, 2006, p. 1).

**Figura 15.** Área interna do memorial e vestígio arqueológico.



**Fonte:** INSTITUTO PRETOS NOVOS. **Museu Memorial.** Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>. Acesso em: 21 ago.2020.

A imagem do vestígio arqueológico é de uma mulher negra, batizada pela equipe de arqueologia de Josefina Bakhita – que significa “bem-aventurada”, em dialeto núbio falado no Sudão, além de ser também homenagem à padroeira dos sequestradores e escravizados, Santa Josefina Bakhita. Essa foi sendo a primeira santa africana canonizada em 2000 pelo Papa João Paulo II (INSTITUTO PRETOS NOVOS, 2014). Segundo a antropóloga Lília Cheuiche Machado (2006), a descoberta é inédita na arqueologia brasileira e revelou a importância do local para a memória e a identidade cultural da população afro-brasileira e da história do estado e da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo Le Goff (1923, p. 467), os museus, os lugares monumentais como os cemitérios históricos, os lugares simbólicos, os conjuntos arquitetônicos, as comemorações e as peregrinações fazem parte dos estudos dos lugares da memória coletiva. O autor afirma que estes memoriais têm a sua história. Nessa mesma linha de argumentação,

(...) não podemos esquecer os verdadeiros lugares da história, aqueles onde se devem procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva: Estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem a memória (LE GOFF, 1923, p. 467).

Nesse sentido, a “reconstrução do passado via patrimônio faz com que frequentemente os grupos sociais incorram em erros históricos, construindo mitologias necessárias para manter a valorização do bem selecionado” na construção da memória social coletiva, segundo

Junior (2015, p. 263). É válido considerar as reflexões de Nora (1981, p. 13), que entende que os espaços simbólicos também são espaços de poder, de Guimarães (2016, p. 56), que ressalta que a disputa pelo território também é pelo patrimônio cultural enquanto produto comercializável.

É preciso, assim, considerar dois pontos: que “(...) nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros” e que “nossa cultura e nossos gostos aparentes na escolha e na disposição desses objetos se explicam em larga medida pelos elos que nos prendem sempre a um grande número de sociedades, sensíveis ou invisíveis”, conforme indica Halbwachs (1968, p. 131-132). As considerações desse estudo mostram mais um fato histórico de negligência urbanística na evolução da cidade do Rio de Janeiro. A fortuita (re)descoberta não só foi importante para a arqueologia brasileira, mas abriu novas discussões e debates sobre a história da cultura negra e novas formas de gestão e conservação integrada dos bens culturais da Região Portuária.

Portanto, a ideia de patrimonialização desses espaços pode vir acompanhada de certas intenções. As ações podem excluir grupos que se identificam nesses espaços simbólicos e de poder. Também esses ambientes estão condicionados à mercantilização e à turistificação, tornando-se áreas funcionais de produção do turismo cultural.

#### **4.4. Pedra do Sal e a comunidade quilombola do entorno**

O monumento histórico Pedra do Sal localiza-se na Rua Argemiro Bulcão, no bairro da Saúde, perto do Largo da Prainha e do acesso ao Morro da Conceição, sendo esse o local do início da colonização portuguesa. O nome é referente ao fato de que o sal era descarregado do porto na rocha por negros escravizados; esse monumento foi, assim, esculpido pela mão de obra escrava para aumentar a facilidade de subida e escoamento da mercadoria. Ele também é conhecido como “quebra bunda” porque as pessoas escorregavam com facilidade no local (VENTURA, 2016, p. 21). O Quilombo Pedra do Sal possui uma vocação caracterizada pela transmissão e convivência únicas com o meio ambiente; pela autonomia, memória de lutas passadas e histórias atuais de resistências e experiências partilhadas de viver em territórios cercados e ameaçados pelas atuais formas de uso, ocupação e organização social.

**Figura 16.** Monumento histórico da Pedra do Sal, no bairro da Saúde.



**Fonte: Monumento Histórico Pedra do Sal.** Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

No local considerado como “Pequena África”, a população desenvolveu expressões culturais próprias e modos de sobrevivência, por meio de sua própria organização cultural que se manifestou através dos antigos ranchos carnavalescos, da religião de matrizes africanas como o candomblé, das festas, das comidas, da roda de capoeira ao samba, além de ser considerado um lugar de luta e resistência (VENTURA, 2016). É considerado o berço do samba urbano carioca e de alguns personagens de expressão nacional como Donga, João da Baiana, Heitor dos Prazeres e Pixinguinha, e as tias baianas, em especial Tia Ciata. As baianas vendiam em tabuleiros acarajés, doces e outras comidas; elas também eram responsáveis pelo aluguel de casarões onde viviam para os recém-chegados segundo Tinhorão (1998, p. 34, *apud* VENTURA, 2016, p. 30).

Todos esses referenciais simbólicos de representatividade são “marcadores territoriais” que cumprem a função de “testificar” a presença dos indivíduos, ou seja, demarcam suas territorialidades materiais e imateriais simbólicas no local (SARDE NETO, 2013, p. 27). O processo de patrimonialização do monumento ocorre na década de 1980, período no qual está em curso os projetos de seleção e conservação dos bens culturais no centro da cidade do Rio de Janeiro com o projeto Corredor Cultural e, mais tarde, na região do porto com o projeto SAGAS. O processo de tombamento provisório da Pedra do Sal ocorre por meio do processo E-18/300.048/84, no dia 23 de novembro de 1984, sendo definitivamente tombado no dia 11 de maio de 1987 (INEPAC, 2015). A princípio, a patrimonialização foi um passo importante

no reconhecimento de um bem histórico, mas ainda faltava o reconhecimento da comunidade local e suas práticas culturais.

A Comunidade Quilombo da Pedra do Sal possui uma história de resistência que remonta ao período do tráfico negreiro, quando o quilombo reivindicava o território formado por residências tradicionalmente ocupadas desde a época dos seus antepassados, segundo Corrêa (2016). Considerando esse quadro histórico, destaca-se que o entorno do monumento era constituído por diferentes grupos:

(...) o entorno da Pedra do Sal continuava a oferecer boas oportunidades de trabalho na região do porto – nas casas comerciais de café, trapiches e estaleiros –, atraindo novos trabalhadores e moradores. Muitos deles eram imigrantes pobres ou negros oriundos da Bahia e do Vale do Paraíba escravista, que passavam por um período de decadência econômica após a Abolição. Outros eram soldados negros com família, desmobilizados depois do fim da Guerra do Paraguai. Surgiram, então, as quitandas, os galinheiros e as baiucas dos herbários, minas e mandingueiros, dando um ar característico e fornecendo condições econômicas, sociais e religiosas para a sobrevivência desses trabalhadores (CORRÊA, 2016, p. 7).

Como resultado, foi formada na base do Morro da Conceição a primeira colônia de migrantes negros – o que conseqüentemente resultou também na formação de outros espaços da cidade carioca, como os redutos suburbanos do samba, do santo e de trabalhadores da estiva (CORRÊA, 2016). Esses são elementos que reforçam o espaço como importante território e lugar simbólico e de memória, além de espaço cultural negro – todavia, ainda marcado pela segregação socioespacial. Percebe-se, portanto, que a história da Região Portuária e dos seus bairros com relação à história dessa população é um exemplo de identidade territorial.

Guimarães (2008) observa que desde 1980 vem pesquisando e contribuindo com sua análise sobre as mudanças dos aspectos físicos e nas relações sociais de seus moradores na região. Em vista disso, ela faz uma consideração muito interessante, que amplia a discussão das partes envolvidas nesse processo. Conforme ela aponta,

(...) a partir da reação de seus integrantes e das diversas informações que fui coletando com outros moradores ou frequentadores da região, percebi que aquela comunidade quilombola era bastante atípica dentro do contexto mais amplo de reivindicações territoriais hoje em andamento no país. Pois, além do quilombo ser urbano e de seus integrantes se encontrarem territorialmente pulverizados, morando em várias partes do Morro da Conceição, o seu entendimento como grupo parece girar exclusivamente em torno do atual conflito habitacional com a VOT, não sendo conhecido na região o desenvolvimento de suas relações sociais mais cotidianas nem sua ocupação tradicional do território pleiteado (GUIMARÃES, 2008, p. 7).

Diante desse quadro, a autora destaca outro dado importante nessa análise:

(...) as narrativas dos dois principais envolvidos na disputa territorial se reencontram ao apontarem que foi durante a implantação desses novos usos dos imóveis pela entidade católica durante a década de 2000 que teria se formado a comunidade de remanescentes de quilombo da Pedra do Sal. Logo no início do conflito, a mídia “alternativa”, organizada por entidades ligadas a movimentos sociais, foi utilizada como espaço público pelos integrantes do movimento quilombola para divulgar suas opiniões e suas versões do fato. A grande mídia, voltada para a comunicação de massa, só começaria a cobrir o conflito em meados de 2007, mais de um ano após o reconhecimento da comunidade pela certidão emitida pela FCP. E o Quilombo da Pedra do Sal seria então utilizado como um “caso exemplar” de como o conjunto dos processos de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombos não possui base legal, histórica ou antropológica, dentro de um conjunto mais amplo de reportagens que visava questionar tais reconhecimentos pelo governo brasileiro (GUIMARÃES, 2008, p. 10).

A partir desses dois fatos apresentados, ressalta-se que ambos os grupos buscam o direito à propriedade; vale notar, ainda, no que tange à discussão sobre a formação dessa população, que a comunidade Quilombo Pedra do Sal é um grupo atípico, constituído por diferentes indivíduos remanescentes distintos, e outro ponto importante sobre a discussão na formação dessa população. A busca dessa comunidade em se assumir como grupo pertencente desse território simbólico e de memória se apresenta como um movimento de “incorporação ao território mais do que de exclusão dele”, ou seja, de afirmação da identidade local (CORRÊA, 2008, p. 28).

Não é possível entender a comunidade quilombola sem seu território e seu lugar de memória, pois as identidades das pessoas estão conectadas aos atributos do espaço concreto. Isso também significa dizer que “qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos” e parte da formação de identidade individual e coletiva. (CASIMIR, 1992; LITTLE, 2002, *apud* NETO e MALANSKI, 2016, p. 94). Os lugares são assim constituídos de significados e desempenham diferentes funções para os diferentes grupos locais. A comunidade urbana tradicional Quilombo Pedra do Sal é um exemplo de territorialidade *étnica*; conforme apontado por Neto e Malanski (2016, p. 91-92), esse território é formado por sujeitos e fronteiras que limitam e definem o espaço.

Nesse caso, a “conduta territorial” quer dizer o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar como uma parcela específica daquele território, convertendo em seu território e lugar de memória do grupo (NETO e MALANSKI, 2016, p. 92). Logo, a identidade territorial na relação da comunidade quilombola com o monumento

histórico da Pedra do Sal é o que também torna esse bairro em tradicional. As práticas tradicionais culturais como a religião, a dança, a musicalidade fazem parte do significado desse território. O que reforça a dizer que uma comunidade não pode ser compreendida sem seu território, ou seja, “a identidade sociocultural das pessoas está ligada aos atributos do espaço concreto” (NETO e MALANSKI, 2016, p. 94). Nessa direção, os autores ainda ressaltam que:

(...) “a existência de outros territórios dentro de um Estado-nação, sejam eles as autoproclamadas ‘nações’ ou ‘nacionalidades’, ou territórios sociais [...], representa um desafio para a ideologia territorial do Estado, particularmente para sua noção de soberania” (Little, 2002, p.6). Esse ponto de vista representa uma das razões pela qual o Estado brasileiro teve e ainda tem dificuldade em reconhecer os territórios sociais dos povos tradicionais e indígenas como parte de sua problemática fundiária (NETO & MALANSKI, 2016, p. 95).

Observa-se que o conflito entre a Venerável Ordem Terceira e a comunidade remanescente Quilombo da Pedra do Sal é histórico, cultural e político; a problemática da formação no interior dessa comunidade é outra discussão que precisa ser mapeada diante das mudanças que estão ocorrendo de forma gradual com as intervenções urbanísticas nos bairros.

O grupo Carnavalesco Afoxé Filhos de Gandhi, considerado o grupo mais antigo da Região Portuária, busca uma sede para execução de suas atividades culturais. Situados próximos aos sobrados antigos em frente ao Cais do Valongo, os conflitos também têm se agravado. Segundo Guimarães (2016) ressalta,

(...) como a sede do Gandhi estava deteriorada e não tinha uma situação habitacional considerada regular, houve por parte das instâncias governamentais uma persistente negação de seu direito de memória. O sobrado foi classificado como “ruína” por estudos de planejadores urbanos da Prefeitura (Sigaud & Pinho, 2000) e argumentos técnico-administrativos também afirmavam a impossibilidade de investir em imóveis “invadidos”. Assim, mesmo localizada sobre o antigo local de comércio dos escravos africanos e obrigando uma expressiva manifestação cultural negra, a sede não foi incluída nos roteiros turísticos que exibiam os lugares de memória da Pequena África, nem considerada apta a receber projetos de conservação, reabilitação ou patrimonialização. Em abril de 2016, após toda a visibilidade do sítio arqueológico do Cais do Valongo, o bloco ainda utilizava redes sociais para pedir doações de material de obra e organizar mutirões para melhoria das condições físicas e de limpeza da sede (GUIMARÃES, 2016, p. 320).

Nesse sentido, todo esse cenário conflituoso recai em uma noção de que a apropriação do território a partir da qual,

os grupos étnicos em seus territórios tradicionais vivem o resultado da produção espacial histórica refletida na complexidade das suas territorialidades e as formas da cosmogonia são um requisito importante para prevenir-se dos riscos de perda de identidade cultural, em escala individual e coletiva. As pessoas organizam seu espaço de ação, de acordo com interesses de sobrevivência, as representações são criadas para manter a ordem e assimilar a visão de mundo (SARDE NETO, 2013, p. 27-28, *apud* NETO & MALANSKI, 2016, p. 99).

Os grupos inseridos numa parte do espaço (o lugar) transformam sua paisagem, ao mesmo tempo em que se sujeitam e se adaptam ou não aos meios materiais presentes. As imagens espaciais ou a paisagem desempenham, assim, um papel importante na memória coletiva, segundo Halbwachs (1968, p. 133). Da mesma forma, o lugar ocupado por grupos sociais não é como um “quadro negro” onde é possível escrever e depois apagar, porque aquele lugar recebeu a marca de um grupo (HALBWACHS, 1968, p. 133), e suas práticas culturais criam uma espécie de “enraizamento”, estabelecendo uma identidade com o local (NETO e MALANSKI, 2016, p. 120).

Para Halbwachs (1968, p. 86), “toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo”. Nesse sentido, determinado grupo ocupa determinado lugar, do mesmo modo em que exerce seu papel social em certo momento da história. Considerando todo esse contexto, “os hábitos locais resistem às forças que tendem a transformá-los, e essa resistência permite perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais” (HALBWACHS, 1968, p. 136). Para o autor, para a resistência surtir efeito é preciso que emane de um grupo. É inevitável que as transformações de uma cidade e a demolição de casas e prédios, entre outras intervenções, incomodem alguns indivíduos em seus hábitos, os perturbem e os desconcertem (HALBWACHS, 1968, p. 137).

A resistência das comunidades urbanas tradicionais nos bairros citados frente a uma possível expulsão de suas habitações e o risco iminente da perda do patrimônio cultural pode alterar todo o significado de cada bairro, além de uma possível perda da memória coletiva. Nesse ponto, podemos dizer que:

(...) não há com efeito, grupo, nem gênero de atividade coletiva, que não tenha qualquer relação com um lugar, isto é, como uma parte do espaço, porém isto está longe de ser suficiente para explicar que, representando-nos a imagem do lugar, sejamos conduzidos a pensar em tal atuação do grupo que a ela e esteve associada (HALBWACHS, 1968, p. 143).

Em face disso, a memória coletiva se desenvolve em diferentes espaços sociais, principalmente na dimensão material que nos cerca - o que mostra que a identidade “é o efeito que se manifesta em regime de diferença e em um jogo de referências” em diferentes meios (NETO e MALANSKI, 2016, p. 120). Diante desse contexto, é importante considerar que os diferentes espaços simbólicos e de lembrança dos antepassados são ambientes criados em determinado período histórico e que tiveram (e têm) importância para determinado grupo social – logo, é relevante observar que:

(...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, atas, porque essas operações não são naturais. É isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória (NORA, 1981, p.13).

Adicionalmente, os agrupamentos humanos constantemente relembram suas origens por meio da “tradição oral”, em que as histórias antigas são contadas e recontadas (NETO e MALANSKI, 2016, p. 98). Portanto, esses espaços simbólicos, além do elo com os indivíduos e grupos passados e presente, se conectam a outros ambientes simbólicos e que “não devem ser compreendidos como algo alheio distante e desprovido de significado”, conforme ressalta Gevehr (2016, p. 949). A representação do grupo tem o objetivo de “comunicar algo a alguém”, buscando assim “como fazer presente alguém ou alguma coisa ausente por meio de um objeto ou de um signo” – que pode ser representado por certo tipo de tradição, cerimônia, culto, dança, etc. (NETO e MALANSKI, 2016, p.1 45).

Essa envolve diferentes meios desde idealização, performance e dramatização, referindo-se “a toda a atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença continua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 1985, p. 29). Ela é também “socializada, moldada e modificada para ajustar à compreensão e as expectativas da sociedade em que é apresentada” (GOFFMAN, 1985, p. 40). No caso dos grupos Afoxé Filhos de Gandhi e Tambor de Cumba, eles representam suas práticas culturais tendo como referência a tradição de seus antepassados – idealizando o cenário apropriado e a performance por meio das vestimentas, dos gestos, da cantoria, das danças, da religião, etc.

A representação torna-se uma atividade social. Nossas “experiências e ideias passadas são representadas como forma de memória social, mas que continuam a ser ativas, e ato

simbólico de reinterpretação da nossa formação e identidade”, segundo Moscovici (2003, p. 38). Os grupos sociais, por meio de suas representações, trazem consigo uma história, costumes e conteúdo cumulativo; “nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não criassem representações sociais” baseadas nas histórias, nas tradições, nos monumentos, nos símbolos e outros que são compartilhados e interagidos com as pessoas, como afirma Moscovici (2003, p. 40-49).

O autor ainda ressalta que estamos condicionados, tanto individualmente e coletivamente, por palavras, ideias e imagens em nosso dia-a-dia em diferentes meios e lugares, até mesmo midiáticos. Segundo Lewin (1948, p. 57, *apud* MOSCOVICI, 2003, p. 36), “a realidade é, para a pessoa, em grande parte, determinada por aquilo que é socialmente aceito como realidade”. Diante disso, a representação social tem o objetivo de informar, de passar o valor, de identificar as pessoas enquanto grupo social e suas diferentes manifestações. Dessa maneira, ela se apresenta como uma das formas de compreender o processo de construção social da realidade local e legitimidade da cultura dos grupos – também passíveis de mudança (SANTOS, 2005).

O patrimônio cultural desses bairros tradicionais funciona como “*el soporte transmisible de la identidad y la historia en la experiencia colectiva*” (DORMAELS, 2011, p. 8). Através dele podemos interpretar, reconstruir nossas memórias ou até mesmo formar uma significação simbólica por meio dos objetos artísticos, etnológicos, arquitetônicos e das tradições vivas dos grupos. Assim, se constituindo como um valioso elemento de construção social (PRATA, 1994; DROUIN, 2005; DAVALLON, 2006; MORISSET, 2009, *apud* DORMAELS, 2011, p. 7). De modo geral, os três lugares de memória coletiva citados são testemunhos históricos e de representação da cultura negra e afro-brasileira. Diversas foram as tentativas de esquecimento e silêncio da história dessa população, de suas tradições, práticas religiosas, atores sociais e de representatividade – que são marcadores territoriais da memória coletiva importantes na reconstrução da história (LE GOFF, 1923, p. 470).

Nesse sentido, a memória social se encontra em permanente evolução, consistindo em uma reinterpretação constante para a qual o futuro é parte integrante e significativa da história (LE GOFF, 1923). Essas considerações chamam atenção considerando que:

(...) a memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram as

sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva (LE GOFF, 1923, p. 422).

O que reforça esses lugares de memória é seu sentido material caracterizado como um “depósito de arquivo”, de atributos, monumentos, prédios antigos ou casas, entre outros, constituindo um conjunto de elementos materiais e conteúdo demográfico (pessoas e grupos de determinado lugar) (NORA, 1981, p. 21). Seu sentido simbólico é caracterizado por acontecimentos ou por experiências vividas pelos indivíduos em suas práticas festivas e tradicionais, religiosas, de representação, lembranças. Assim, é uma espécie de “manual de aula, um testemunho” da cristalização da lembrança e de sua transmissão (NORA, 1981, p. 21-22).

Autores com Maurice Halbwachs (1968) e Pierre Nora (1981) vêm discutindo a problemática dos lugares de memória a partir da relação entre história e memória. Esse é um campo epistemológico difuso, ambíguo e conflituoso, o qual o presente estudo não busca aprofundar. Todavia, é importante tratar alguns pontos dessa relação e que é crucial para nossa compreensão diante dos estudos do caso apresentado. A história deve ser vista como uma “reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” e também como “uma representação do passado”, além de ser “uma operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico”, que “pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal”. Acrescenta-se, por fim, que “a história só se liga às continuidades temporais às evoluções e às relações das coisas” (NORA, 1981, p. 9).

A memória social pode ser igualmente atribuída por vários sentidos. Ela está relacionada à vida sempre carregada por grupos vivos e em constante evolução; está “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações”, além de ser também “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente” que ao mesmo tempo “instala a lembrança no sagrado” e “emerge de um grupo que ela une”. Ela pode ser, assim, coletiva, múltipla, plural e individualizada; desse modo, ela “se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto”, sendo esses os atributos que a caracterizam (NORA, 1981, p. 9).

Entende-se que a memória social e história não são sinônimas e que ambas se complementam na construção da identidade do lugar. Elas podem ser entendidas como instrumento de reconstrução e valoração memorial local de grupos e de suas tradições e

patrimônio, podendo nos aproximar da verdadeira história e desconstrução da que foi criada e dos estereótipos sobre as comunidades minoritárias. Nesse sentido, a ambiência dos bairros portuários se torna peculiar devido suas características ainda preservadas. Mesmo destacando aqui apenas três espaços simbólicos, as considerações tratadas no decorrer desse estudo abrangem outros aspectos culturais. Todavia, é preciso pensar que a conservação integrada deve ir além de apenas integrar-se aos conjuntos de bens, garantindo-lhes também uma função social para todos. Segundo Guimarães (2012),

(...) não parece mais distante e monumentalizado apenas em lugares especialmente pensados para ele, mas próximo e integrado por objetos do cotidiano acessível a qualquer pessoa vivendo num tempo e em uma sociedade. Tudo, em princípio, pode agora integrar esse patrimônio, como todos podem ser autores dessa nova história universal (GUIMARÃES, 2012, p. 94).

Diante disso, o patrimônio cultural “só pode ser compreendido a partir de sua vinculação com as problemáticas atuais que definem interesses específicos com relação ao passado” (GUIMARÃES, 2012, p. 97). Podemos dizer, portanto, que a forma como sucedeu a patrimonialização dos bairros portuários é uma das problemáticas urbanas em questão em vista do reconhecimento dos grupos sociais e tradicionais e gestão dos bens culturais locais. No contexto em que se encontra a Região Portuária, perante um processo de revitalização, nota-se que:

(...) a patrimonialização massiva por meio da prática do tombamento de bens materiais apoiada na atribuição de valor estético-arquitetônico – mais até do que histórico – é a evidência histórica do papel exercido, desde sempre, pelos arquitetos como agentes por excelência dos serviços de tombamento e preservação, muito além do caso brasileiro (DAER, 2012, p. 121).

As relações entre cultura e Estado são alteradas em relação ao passado, tornando-se uma problemática cultural a partir da década de 1930. Dela decorre o processo histórico da temática da mestiçagem, das três raças, da cultura; percebe-se a construção de uma identidade nacional com base na cultura da classe dominante e, ao mesmo tempo, com a seleção dos monumentos históricos de valor estético e arquitetônico (ORTIZ, 1980). Esse contexto leva à formação e expansão da rede das instituições culturais, principalmente dos órgãos de proteção do patrimônio cultural, como reflexo da formação e estreitamento da relação entre cultura e

Estado no Brasil – essa, contudo, não considerou outras culturas como parte da identidade nacional, inclusive a cultura negra (ORTIZ, 1994, p.80).

O reconhecimento da cultura negra e afro-brasileira e seus bens culturais e imateriais acontece de forma tardia, ainda sendo preciso avançar em termos de ações de preservação e registro e estudos mais específicos nas comunidades urbanas tradicionais no entorno do patrimônio, além de também pensar em sua conservação integrada como o todo. Portanto, sabemos que “a prática preservacionista seria um dos processos de reprodução e de conservação”; ademais, é uma despesa a ser feita cabendo (ou não) o interesse do Estado e demais setores envolvidos em mantê-los – o que é outra problemática no cenário atual das cidades (CONDURU, 2012, p. 135).

#### **4.5. Notáveis e possíveis impactos socioculturais e econômicos dos bairros tradicionais portuários e a atividade do turismo.**

A categoria de território tratada aqui se refere à escala local. Os estudos de caso apresentados são territórios simbólicos e de memória coletiva. Os bairros estão condicionados à intensificação dos processos de revitalização e turistificação impulsionados pelo projeto Porto Maravilha a partir de um modelo típico de empreendedorismo urbano. Considerando a memória um conjunto de funções psíquicas e que o ser humano atualiza impressões e informações passadas (LE GOFF, 1923, p. 419), a memória coletiva pode ser vista como memória de diferentes grupos sociais, além da sua relação com o patrimônio cultural (que são marcadores territoriais) e as experiências cotidianas vividas.

No entanto, essa representação do que nos cerca se contradiz quando são alteradas e introduzidas novas formas urbanas, sociais e culturais. Tais modificações do lugar conseqüentemente alteram as formas, símbolos e práticas sociais de determinado ambiente, colocando em risco a perda da identidade local, a invisibilidade de representação social de grupos, e até certo enfraquecimento da memória coletiva. Após a implementação do projeto Porto Maravilha, as ações de revitalização resultaram no processo de patrimonialização de alguns lugares históricos. No caso do Cais do Valongo, o local ganhou certo exotismo e foi inserido na rota dos destinos turísticos; nota-se um aumento considerável da demanda turística local alimentada pelas agências e operadoras turísticas e realização de visitas guiadas, como aquela do Circuito de Herança Africana promovido pelo Instituto Pretos Novos, desde 2016.

Na análise de Oliveira (2018, p.72) sobre a realidade da Região Portuária, é afirmado que: “a memória não é apropriada pelo turismo e sim, que turismo é uma forma de narrar uma memória selecionada para ser visibilizada”. Percebe-se uma massificação da atividade turística no circuito afro-brasileiro da região em certas épocas do ano e feriados prolongados, com intensa circulação de turistas nos becos e vielas da comunidade, mas certo esvaziamento durante a baixa temporada do turismo nos bairros portuários.

Em 2018, ocorre uma intensificação da revitalização na área. Uma das problemáticas atuais é a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) em um dos supostos cemitérios redescobertos, que funcionou aproximadamente entre os anos de 1722 e 1774 em frente à Igreja Santa Rita, hoje localizado na Avenida Marechal Floriano (MANENTI, 2019)<sup>15</sup>. Com investimento do Ministério das Cidades e da Prefeitura, em uma parceria público-privada, a empresa responsável pelas obras do VLT foi obrigada a contratar uma equipe de arqueólogos para realizar as escavações. Um ponto crítico, nesse sentido, e importante para as considerações desse estudo, é ressaltado por Manenti (2009):

(...) fato é que a prefeitura não se dedicou em dar visibilidade à existência do cemitério. Nenhum release, nenhuma postagem, nenhum debate, nenhum pronunciamento, nada foi feito para chamar a atenção de que a cidade tinha, à frente dela, com a avenida aberta para obras, um Cemitério de Pretos Novos ali. O segundo ponto é que: [...] enquanto Iphan, VLT e movimento negro discutiam, a prefeitura do bispo Marcelo Crivella lavava as mãos. Os representantes do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade fizeram questão de dizer que a polêmica não era deles, mas do Iphan. O prefeito Crivella estava muito mais preocupado com o Memorial do Holocausto (MANENTI, 2019).

---

<sup>15</sup> THE INTERCEPT BRASIL. **Está aqui, sob o VLT, o cemitério de escravos que a prefeitura do Rio dizia ser ‘especulação’**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/23/vlt-cemiterio-escravos-prefeitura-especulacao/>. Acesso em: 21 Ago. 2020.

**Figura 17.** Extensão da Avenida Marechal Floriano (Rio de Janeiro)



**Fonte:** MANETI, C. **Está aqui, sob o VLT, o cemitério de escravos que a prefeitura do Rio dizia ser ‘especulação’.** Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/23/vlt-cemiterio-escravos-prefeitura-especulacao/>. Acesso em: 21 ago. 2020.

Toda essa insensibilidade diante dos fatos apontados comprova certa negligência urbanística por parte dos atores públicos e planejadores urbanos. Do mesmo modo, fica clara mais uma vez a tentativa de silenciamento e apagamento dos vestígios que servem como testemunho e meios de memória social e coletiva da população negra. Diante da falta de recursos financeiros, o Instituto Pretos Novos está em funcionamento com apoio de doações e de voluntários para execução das atividades culturais locais, além da oferta de cursos de pós-graduação em História da África e Diáspora Africana; eventos internos e exposições das obras do museu são ações de mobilização.

**Figura 18.** Protesto de mobilização em prol da valorização do Instituto.



**Fonte:** INSTITUTO PRETOS NOVOS. **Museu Memorial.** Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/cemiterio-dos-pretos-novos/>. Acesso em: 21 ago.2020.

Em contrapartida, as intenções do atual prefeito Marcello Crivella (2020) de criar o Museu da Escravidão e da Liberdade (MEL) na Região Portuária, principalmente no prédio Docas Pedro II, tendem a memorizar o passado do Rio de Janeiro como maior porto de escravos na história mundial. Até então, a discussão é de ordem financeira, devido os ostentosos museus construídos para os Jogos Olímpicos (2016). Caso seja construído, os valores dos investimentos serão altos, o que abre uma discussão sobre os investimentos de outras instituições comunitárias, como o Museu Pretos Novos, que tiveram suas verbas cortadas e que mesmo assim mantêm ativas suas atividades culturais (RIO ON WATCH, 2017).

A criação do novo museu diante da falta de investimento nos espaços culturais minoritários deixa claras as intenções de parcerias pública e privada. A ideia também é criar um museu turístico o que reforça o processo de turistificação. A implementação desse novo empreendimento cultural implica dizer que a retórica do poder público de revitalização dos espaços urbanos não mudou e que há uma tentativa estratégica de vender uma narrativa branqueada. A historiadora norte-americana Sadakne Baroudi, moradora do Rio de Janeiro e organizadora do *Afro-Rio Walking Tour*, faz uma consideração relevante sobre o cenário atual da Região Portuária no que diz respeito à turistificação:

(...) os “projetos de gentrificação” como os que estão ocorrendo em todo o Porto do Rio “são projetos de branqueamento. São projetos anti-negros... Então, é uma maneira de cercar e controlar a história do negro africano” pela prefeitura em grande parte branca. De fato, dois temas dominantes, entre os críticos do projeto do museu, são a sua falta de transparência e uma aparente falta de participação dos negros. Sob muitos aspectos, o plano para o MEL é lamentavelmente inadequado para abordar uma parte especialmente dolorosa da história brasileira, tudo isso enquanto os moradores da histórica Zona Portuária enfrentam crescente pressão de gentrificação e as instituições já existentes recebem pouco ou nenhum apoio (RIO ON WATCH, 2017).

Diante dessas considerações, observa-se que as instituições voltadas para cultura negra convivem com uma realidade de falta de investimentos para manutenção de suas atividades culturais, o que reflete na conservação da unidade cultural; logo, percebe-se que a participação da comunidade negra é atípica. O bairro da Saúde, conforme apresentado no mapa ilustrativo do projeto Porto Maravilha, é um dos locais propícios para incremento das atividades do turismo cultural. As apropriações pelo turismo acontecem de forma esporádica e a intensificação da atividade acontece por meio do circuito afro-brasileiro. Com a

operacionalização dos passeios guiados pelos diferentes tipos de profissionais do setor, o lugar vem sendo (re)significado e traduzido, tornando-o produto turístico a ser comercializado. Portanto, há uma forte tensão entre as forças estruturais do mercado e o lugar apropriado, caracterizando indícios da turistificação.

O conflito entre a comunidade remanescente do Quilombo Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira tem se intensificado. A revitalização da região revelou outros grupos sociais que também se consideram pertencentes ao território e que foram expulsos diante das pressões do setor imobiliário e das ações da prefeitura. Observa-se também o envolvimento atípico da população local, com apropriação por alguns grupos como o Filhos de Gandhi e demais grupos que integram e ocupam os espaços simbólicos citados (GUIMARÃES, 2016, p.311). O projeto Porto Maravilha criou uma espécie de fronteira artificial com implementação de equipamentos urbanos e culturais nas proximidades dos bairros; a (re)urbanização dos bairros é um exemplo de desfiguração forçada dos espaços tradicionais, aos poucos configurando uma espacialização dominada.

É interessante olhar, por exemplo, para a pesquisa sobre a percepção turística da Região Portuária realizada pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas no Estado do Rio de Janeiro (SEBRAE/RJ) em 2016 com relação à alta temporada da atividade do setor do turismo na região. A pesquisa se concentrou nos aspectos sobre a mobilidade urbana, infraestrutura, comércio e equipamentos de apoio durante a visita dos turistas, visitantes e cruzeiristas nas áreas do porto, tendo como área de abrangência a Praça Mauá e seu entorno. Seus apontamentos revelam o impacto turístico causado pela grande revitalização urbana ocorrida na região (SEBRAE, 2016).

De acordo com seus resultados, 71,7% dos visitantes da região não moram na cidade do Rio de Janeiro; 41,5% moram no bairro do Santo Cristo; 34,1%, na Gamboa; e 12,2%, na Saúde. Foram observados três tipos de visitantes: turistas (51,7%), cruzeiristas (40,1%) e visitantes (8,2%) (SEBRAE, 2016). Os percentuais citados ilustram que o número de visitantes e turistas que não moram na cidade é maior que o dos próprios moradores da cidade. Com relação à percepção dos turistas diante dos atrativos da região, o Museu do Amanhã, o Museu de Arte e o Pier foram destaque em relação à beleza e os que mais agradaram. Dentre os que não podem deixar de ser visitados, a pesquisa apontou: Museu do Amanhã (70,7%); MAR (11,4%); Praça Mauá (8,0%); Pedra do Sal (6,8%); e Cais do Valongo (1,9%). Sobre os aspectos midiáticos: a televisão foi apontada como o principal meio

de divulgação sobre a região do porto, seguida pela internet, e jornais e revistas (SEBRAE, 2016, p. 39-40).

Desde 2016, o projeto do SEABRE “Tour da Experiência no Porto: 3x4 da Brasilidade” é um roteiro turístico na Região Portuária do Rio de Janeiro – que abrange, ainda, as cidades de Petrópolis, Teresópolis, Paraty, Visconde de Mauá e região do Vale do Café com objetivo de promover o turismo de experiência, contando sobre a história da identidade cultural das cidades (SEBRAE, 2016). Portanto, a intenção da pesquisa tem como objetivo criar “subsídios estratégicos” para parceiros e empresas atendidos pelo projeto de atuarem neste setor na região, tornando-se uma “nova opção urbana para o turismo” (SEBRAE, 2016, p.12). Em seu boletim semestral do porto (2013), diante das pesquisas de alguns atores, ressalta que:

(...) o carnaval é visto como uma vocação local no Porto segundo Prestes Filho *et al* (2011), que chama atenção para o volume de recursos gerados por esta cadeia produtiva. Soares (2011) informa que no Porto estão localizados 64 barracões de escola de samba, além de diversos grupos culturais. As possibilidades da indústria do entretenimento a partir desta perspectiva aliam as tradições da área (berço do samba) com a atividade de negócios que podem beneficiar a população local e gerar empregos. A criação da Escola do Carnaval e o Projeto Barracão Escola do Carnaval são citados por Soares (2011) como ações que buscam promover capacitação e inclusão social na realidade do Porto (SEBRAE, 2013, p. 26).

Esses indicadores são importantes para análise do turismo e para entender que a apropriação por meio do processo de turistificação pode acontecer de forma sazonal, como é o exemplo dos festejos de carnaval, que alteram de forma momentânea toda a lógica de organização da cidade no sentido de oferecer lazer e entretenimento aos visitantes e turistas durante esse megaevento. Outro fator desse processo consiste nas ações de restauração de patrimônios como o Jardim Suspenso do Valongo (atualmente em situação de abandono), do monumento histórico do Cais do Valongo (que ganhou certo grau de exotismo) e da Pedra do Sal, tendo partido do setor privado grande parte dos investimentos (SEBRAE, 2013).

Diversas tentativas das autoridades públicas procuram impedir as manifestações culturais que ocorrem na Saúde; por exemplo, em 2018 chegaram a proibir as rodas de samba da Pedra do Sal, por meio de medida administrativa imposta pela prefeitura. Além disso, notam-se conflitos com o movimento negro, e cortes dos patrocínios a blocos e escolas de

samba, um dos principais eventos turísticos da cidade<sup>16</sup>. De modo geral, os impactos específicos da turistificação ocorrem em alguns pontos, como citados; a (re)urbanização dos bairros, a implementação do VLT, a renovação da infraestrutura urbana e a expansão do setor imobiliário são vetores de intensificação dessa atividade, sendo possível perceber que este processo está aos poucos transformando a dinâmica social da região.

O monitoramento desses fatores partiu das observações *in loco* e de pesquisas sobre a realidade atual pós-implementação das ações de revitalização. A apropriação do turismo ocorreu de forma específica no entorno da Praça Mauá e em alguns pontos dos bairros por meio do circuito afro-brasileiro, mas tudo indica que o avanço da desfiguração forçada dos bairros tradicionais tende a transformá-los em áreas funcionais e turísticas, concretizando o processo de turistificação. É possível observar uma espécie de museificação do território, a partir da qual a herança vem sendo explorada por meio do roteiro cultural afro-brasileiro que pode ser identificado pelos fluxos existentes de pessoas durante o dia e inexistentes à noite nos espaços simbólicos – como o Valongo e a Pedra do Sal, preparados para serem contemplados e admirados, causando assim um congelamento, uma petrificação dos locais.

Conforme Jacques (2008 p. 33, *apud* RUY, 2017, p. 17) afirma, o patrimônio cultural urbano visto como espetáculo contemporâneo tem “essa preocupação, exacerbada, preconizaria a petrificação da cidade, especificamente os seus centros históricos, provocando tanto uma museificação e patrimonialização quanto o surgimento da cidade-parque-temático e da disneylandização urbana”. Esses fatores podem também levar ao processo de gentrificação desses bairros, como apontado, notando-se uma transformação da região em espetáculos urbanos estáticos e não participativos por parte da população minoritária. O segundo impacto é a contaminação arquitetônica, com a construção das infraestruturas turísticas – como os museus contemporâneos no entorno da Praça Mauá, o aquário e a roda gigante – contrastantes a todo envolvimento histórico da região apresenta diante da paisagem urbana.

Por que, então, Região Portuária se caracteriza como área funcional turística? A princípio, sua revitalização começa no entorno da Praça Mauá, com a instalação de novos atrativos culturais, como o Museu de Arte do Rio, o Museu do Amanhã, o AquaRio e a Rio Star. Nesse quadro, estão em risco as perdas a que esses bairros estão sujeitos, além da qualidade de vida da população local, uma vez que os terrenos e os diferentes edifícios

---

<sup>16</sup> DIÁRIO DO PORTO. **Quilombo da Pedra do Sal protesta contra veto do prefeito Crivella**. Disponível em: <https://diariodoporto.com.br/quilombo-pedra-do-sal-protesta-contra-veto-do-prefeito-crivella/>. Acesso em: 28 Set. 2020.

históricos estão inseridos dentro do balcão de negócios em que se transformou o projeto. O patrimônio e a identidade são vistos como oferta de produto cultural; a descoberta de um patrimônio pode significar a morte de uma identidade, dado que a patrimonialização descaracteriza a identidade cultural local de acordo com os interesses envolvidos (GONÇALVES, 2007, p. 7).

Nesse cenário, as modificações desses ambientes urbanos podem torná-los territórios provisórios – “são aqueles que se modificam de acordo com a realidade político-social ou com a movimentação de grupos específicos, dependendo da circunstância, e podem variar de tamanho e com tempo determinado” (NETO e MALANSKI, 2016, p. 91). O marketing urbano contribui ao tornar determinados espaços em áreas com finalidade comercial, residencial e turística. A ideia de “área funcional” entende-se como espaços particulares na cidade que formam parte do tecido urbano cotidiano, onde turistas e residentes compartilham locais para diferentes experiências, caracterizando-os assim como “espaço experimental” – ou seja, onde o espaço é usado, vivido e experimentado e o significado a ele aplicado provém da nossa experiência com ele (HAYLLAR *et al.*, 2011, p. 6-7).

Segundo Nora (1981), fenômenos como a mundialização, a massificação e a midiática sobre esses locais contribuem para o afastamento dessa percepção de lugar simbólico. Nessa linha de argumentação, esses fenômenos de aceleração da sociedade têm contribuído de forma que:

(...) toda a distância entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representam o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança (NORA, 1981, p. 8).

A midiática é um dos fatores que leva à espetacularização do lugar turístico, intensificando as mudanças dos espaços de cultura viva, e podendo homogeneizá-los e resultar no distanciamento da memória verdadeira do lugar. Esse é um fator que pode avançar com o processo de turistificação dos ambientes simbólicos. No contexto de uma economia pós-industrial, torna-se uma preocupação a gestão dos espaços culturais diante das transformações dos ambientes em áreas funcionais turísticas voltados para o lazer e o entretenimento (HAYLLAR, GRIFFIN & EDWARDS, 2011, p. 9-10).

Os estudos das áreas funcionais têm sido abordados sob uma perspectiva geográfica, do planejamento urbano e sociológico sobre a mudança de determinado aspecto ou elemento

(cultural, simbólico ou de memória) e que pode levar a transformações no comportamento das pessoas, dos grupos sociais que ali se encontram (HAYLLAR et. Al. 2011). Os estudos dos autores Eduardo Sanovicz, Bruce Hayllar, Deborah Edwards, Tony Griffin, Marina Aldrigui (2011) analisam o turismo em cidades e apontam que a transformação do lugar existente para o turismo agrega novas funções e objetivos em função da visão econômica das cidades. Eles chamam de “área funcional turística” aquela dedicada aos turistas e visitantes. Essa, conforme os autores, compreende-se como:

(...) uma área geográfica distinta dentro de uma área urbana mais ampla, caracterizada por uma concentração de usos do solo dedicados ao turista, atividades e visitação, com fronteiras bastante definidas. Estas áreas funcionais geralmente possuem um caráter distinto em virtude de sua mistura de atividades e do uso da terra, tais como restaurantes, atrações e vida noturna, seu tecido físico ou arquitetônico, especialmente o domínio de edifícios históricos, ou sua conexão a um grupo cultural ou étnico particular dentro da cidade. Essas características também existem em combinação (HAYLLAR & GRIFFIN, 2005, p.517, *apud* HAYLLAR, GRIFFIN & EDWARDS, 2011, p. 5).

Posto isso, a revitalização local com a finalidade de desenvolver o turismo geralmente exige grande investimento financeiro e que uma parte desse capital político seja gasto para assegurar a sua realização. Todo o cenário urbano estético apresentado durante a implementação do projeto Porto Maravilha mostra claramente essa espacialização, ao mesmo tempo em que cria pontos de lazer e entretenimento como os museus na Praça Mauá, o AquaRio e a roda gigante Rio Star. Com fronteiras definidas pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, a própria paisagem urbana também estabelece uma limitação. Vale notar que existe uma combinação, por meio das atividades culturais presentes e do roteiro cultural, entre a história dos bairros e as áreas revitalizadas.

Todos os fatores apontam que os bairros portuários estão prestes a se tornarem a extensão desse processo de espacialização econômica. Um exemplo são os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), a partir dos quais a Prefeitura “vendeu todo o potencial construtivo do local não para investidores imobiliários, mas para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)”, segundo Rabello (2015). Todo dinheiro arrecadado pela Caixa Econômica Federal (cerca de R\$ 3,5 bilhões) do FGTS para compra dos certificados foi oferecido aos investidores que quisessem comprar e construir. Já o dinheiro que a Prefeitura obteve junto ao Fundo de Investimento Imobiliário criado pela Caixa (cerca de R\$ 8 bilhões) foi repassado ao Consórcio Porto Novo (Odebrecht, OAS, Carioca Nielsen)

para obras de reurbanização e de manutenção de serviços públicos ordinários na área (RABELLO, 2015).<sup>17</sup>

Vimos que o projeto Porto Maravilha pode ser considerado uma grande parceria público-privada, que estabeleceu estratégias amplas de desenvolvimento dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo com a construção de grandes prédios comerciais, restaurantes, áreas de lazer e entretenimento; contudo, poucos foram as ações de conservação do patrimônio cultural, em especial de grupos específicos e tradicionais locais. A introdução de estratégias de *marketing* urbano é um reflexo disso, voltando o projeto para a criação de paisagens poderosas no objetivo de captar investimentos privados e externos para construção de empreendimentos rentáveis, tanto para as empresas, quanto para arrecadação do Estado.

Nesse contexto, a venda das áreas para o setor privado vai contra toda a lei urbanística, principalmente do Estatuto da Cidade. Além disso, a região é considerada histórica e apresenta um valioso patrimônio, que faz parte da história da cidade ainda não protegida. Especificamente, o próprio Plano Diretor, instrumento de política urbana que comanda todas as demais regras urbanísticas, em seu Artigo 14 que trata sobre a Ocupação Urbana diz que:

(...) o uso e ocupação do solo das áreas ocupadas ou comprometidas com a ocupação serão regulados pela limitação das densidades, da intensidade de construção e das atividades econômicas, em função da capacidade da infraestrutura, da rede de transportes e acessibilidade da proteção ao meio ambiente natural, da memória urbana, do direito de fruição à paisagem natural da Cidade e da qualidade da ambiência urbana. **Parágrafo único.** A regulação da densidade e da intensidade da ocupação e do uso do solo considerará, sempre: I- as restrições de natureza ambiental; II- os elementos de relevante interesse da paisagem e do ambiente urbano; III- as densidades populacionais e construtivas existentes e projetadas; (...) IX- a capacidade de suporte da região para a garantia da qualidade do ambiente natural da ambiência urbana (PLANO DIRETOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2011, p. 9)<sup>18</sup>

Os índices construtivos públicos serão mercadorias monopolizadas, pois com a venda das CEPACs para um agente financeiro-imobiliário, “a prefeitura está, concretamente, transferindo para um particular, o poder de decidir quem irá construir grandes projetos na Região Portuária” (RABELLO, 2019). Consequentemente haverá o aumento contundente da construção de imóveis e da concorrência de empresas na compra dos espaços mais propícios – o que já pode ser percebido. Tendo em vista esse cenário, “a prefeitura, no futuro, não terá nenhuma disponibilidade desta ‘mercadoria’ (índices construtivos públicos) o que fará com

<sup>17</sup>Na íntegra e disponível no site: <https://www.soniarabello.com.br/>. Acesso em: 25 de jul. 2020.

<sup>18</sup>Lei Complementar n.º 111 de 1º de fevereiro de 2011.

que as empresas ao comprar as áreas de interesse possam vender para terceiros” (RABELLO, 2019, p. 1).

A habitação social sempre foi um problema na cidade do Rio de Janeiro, em especial dos bairros do porto. Sobre esse fato, Rabello (2015, p. 2) em suas discussões sobre a região, indaga: “Porto do Rio sem Habitação de Interesse Social? Ganância ou Ignorância?”<sup>19</sup>. De fato, questiona-se a implementação de medidas relacionadas à habitação, mesmo o projeto Porto Maravilha propondo em seu programa Porto Cidadão a criação de espaços habitacionais – o que se soma aos problemas de habitação urbanos citados aqui por alguns pesquisadores. Rabello (2015, p. 2) afirma que “(...) a total falta de plano de habitação social na área do porto do Rio é o maior exemplo do descaso com a implantação de habitação social do Rio”.

Outra crítica feita pela pesquisadora é que as medidas da Prefeitura estão fomentando as condições necessárias para criação de um monopólio econômico privado, supostamente amparado por regras públicas, que resultará na possibilidade de as empresas fazerem o que quiserem com as áreas da região. Isso contra a lei urbanística da cidade, que estabelece no Artigo 16 que “(...) os usos não residenciais serão localizados em áreas destinadas para este fim ou em áreas de uso diversificado, podendo ser aceito em zonas residenciais desde que seu funcionamento não represente incômodo ou perigo”. Em seu Inciso 4º, prevê que a legislação urbanística contemplará:

(...) V- revisão da legislação urbanística e edilícia para permitir a reconversão de construções tombadas e preservadas em edifícios multifamiliares ou comerciais; VI- fortalecimento da diversidade de usos, assim como de padrões de urbanização e de edificação, compatíveis com as condições socioeconômicas da população (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO - LEI COMPLEMENTAR N.º 111 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011).

A partir disso, de acordo com o observado e apontado por alguns autores sobre as intervenções da região do porto, podemos perceber que o projeto Porto Maravilha foi uma maquiagem urbana – como questiona Rabello (2019): “Porto do Rio sem Habitação: ‘revitalização’ para inglês ver?”. O projeto serviu como isca no balcão de negócios da Prefeitura para captação de empresas nacionais e empresas estrangeiras na venda das áreas públicas. Por fim, as CEPACs que são títulos que permitem a construção acima do gabarito oficial na região, agravam ainda mais os problemas de habitação social dos bairros e a

---

<sup>19</sup>Disponível em: [www.soniarabello.com.br](http://www.soniarabello.com.br).

conservação das residências antigas, da cultura local e das comunidades tradicionais em torno dos bens culturais.

Esse processo acontece junto aos investimentos em infraestrutura e melhoria da mobilidade urbana, além da implantação de empresas hoteleiras e comércios. Esses fatores contribuem para a localização e distribuição das áreas funcionais turísticas urbanas e cria um polo de crescimento em torno do qual as atividades turísticas podem se reunir (KELLY, 2011, p. 54). Essas estratégias são comuns em projetos de revitalização dos espaços urbanos à medida que elas passam também a diferenciá-las pela inserção de novas construções arquitetônicas, com base no entretenimento que oferecem aos visitantes e residentes, gerando competição entre cidades, (HAYLLAR *et al.*, 2011).

A maioria dessas áreas funcionais voltadas para as atividades sociais e econômicas, principalmente a atividade turística, direciona seu foco para determinado público (turistas e demais visitantes “se deve ir”); logo, as estratégias são formuladas para que o lazer, o entretenimento, o espetáculo, o divertimento, as experiências locais possam ser produzidos, divulgados e consumidos (STEVENSON, 2003, *apud* HAYLLAR *et al.*, 2011, p. 43). A urbanização, assim, vem associada às mudanças para o incremento do turismo. Considerando o processo de urbanização, Beaujeu-Garnier (1997, p.16-17, *apud* LEITE, 2008, p. 53) indica que esse acontece no:

movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em dimensão, isto é, o desenvolvimento número e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, frequentemente, uma e outras (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p.16-17, *apud* LEITE, 2008, p. 53) .

Com isso, houve o crescimento das cidades decorrente também do fluxo migratório, do aumento da população e concentração dessa. O turismo, como um dos principais fatores de desenvolvimento urbano, contribui para essas mudanças dos diferentes ambientes (LEITE, 2008). Segundo Leite (2008, p. 56), “a urbanização gera turismo e o turismo induz a urbanização” – ou seja, um influencia o outro. Neste caso, o primeiro envolve o grau de organização do espaço, intervenções urbanas e implementação de equipamentos, constituindo-se em variável determinante na geração da procura turística. Já a segunda ideia envolve o surgimento de “novas formas de urbanismo” associadas aos territórios e caracterizadas pelos

processos de turistificação, revitalização, (re)ordenamento e uma possível gentrificação característicos na organização do espaço urbano.

Conforme Edwards, Griffin & Hayllar (2011, p. 46), os espaços urbanos projetados para acomodar atividades econômicas, principalmente para turistas, de fato, não enfrentam as consequências das atividades, o que acaba refletindo na vida social e cultural dos moradores permanentes. Essa projeção urbana geralmente vem acompanhada por desalojamento da população residencial existente, assim como aumento simultâneo na distância a ser percorrida pelos moradores em suas atividades diárias – sendo esses um exemplo evidente de impacto espacial (LAW, 2002, *apud* KELLY, 2011, p. 59).

Sobre os possíveis custos, destacam-se a distribuição desigual de benefícios para áreas dos bairros e os custos inflacionários à medida que novos consumidores demandam recursos imobiliários; ademais, remodelação provoca o desalojamento de pequenos negócios e moradores e uma dependência crescente de produtos ou serviços importados caso a economia local não seja autossuficiente (RITCHIE, 2011, p. 83). Em contrapartida, ações do turismo trazem alguns benefícios como geração de renda, aumento da economia, criação de novas oportunidades de emprego, expansão dos bairros que cercam a área turística, melhoria na estrutura, valorização da população local, etc. (RITCHIE, 2011, p. 83).

Desse modo, considerando os estudos de caso, podemos dizer que os bairros portuários se encontram em uma região turística. A concentração de recursos (culturais materiais e imateriais, urbanos, pessoas etc.) são elementos importantes para a atividade do turismo. No entanto, o deslocamento parcial ou total dos diferentes grupos sociais e o surgimento de novas áreas sugeridas pelos atores públicos tendem a encontrar barreiras e focos de resistência (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 14). No caso dos bairros tradicionais da Região Portuária, essas resistências se estabelecem tanto no âmbito social, quanto no físico. Pode-se citar, por exemplo, a disputa entre o Quilombo Pedra do Sal e a Venerável Ordem Terceira; aquele enfrenta pressões dos atos administrativos municipais, mas se mantém na luta para reconhecimento de sua moradia e tradição.

Por ser considerado importante Sítio Histórico Urbano, a preservação dos edifícios antigos e dos elementos simbólicos de cultura viva que ali se encontram pode ser caracterizada como uma espécie de resistência física do lugar; a resistência se torna, assim, uma forma de representação política diante das pressões do Estado e do setor privado (BRANDÃO e BORGES, 2014). Nesse quadro, a identificação de grupos tradicionais ou

remanescentes, símbolo de uma identidade local e testemunho vivo, mostra que existe uma relação com o local. A ideia de remanescente está relacionada ao “pertencimento” a um espaço físico e simbólico. Nesse sentido, o termo entende-se como:

(...) cuja ancestral origem é atribuída a um gesto pacífico: a doação das terras a uma ou algumas famílias de ex-escravos. Em outros casos o quilombo origina-se de um ato de resistência: a fuga de escravos ou o abandono ostensivo de uma fazenda e a criação de um lugar de refúgio e luta (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 12).

Posto isso, o avanço do conceito de patrimônio cultural ao longo do tempo “englobou as diversas modalidades de bens culturais pelos quais os grupos sociais podem explorar seu capital simbólico como estratégia cultural”, mas muitas das vezes não condiz com a realidade turística das cidades (JUNIOR, 2015, p. 263). O reconhecimento da cultura negra e afro-brasileira no quadro de outros bens culturais de formação da sociedade ainda é recente (ARRUTI, 2006, p. 73), sendo um dos principais fatores de questionamento nas políticas de patrimonialização e até mesmo na produção cultural das destinações voltadas para o turismo.

Por fim, a patrimonialização dos espaços simbólicos de representação da cultura negra pelas agências nacionais e internacionais do patrimônio é alvo de apropriação dos agentes do mercado turístico e cultural, enquanto que as produções locais são controladas por outros grupos, sem que a população local usufrua dos recursos econômicos advindos da atividade (PERUZZO e VOLPATO, 2009, p.140). Tanto a produção quanto a recepção desses lugares de memória devem ser conduzidas por meio de projetos de gestão dos espaços culturais de forma integrada e sustentável. A perda de alguma característica do ambiente simbólico compromete a compreensão da ambiência cultural e até mesmo a reconstrução das histórias passadas.

Ao mesmo tempo, “(...) esta memória do passado continua numa vivida história de presente”; as formas, textura, cor, simbolismo, signos, tradições e outros elementos são utilizados como base de discurso nos atos de resistência e forma de representação política dessas comunidades tradicionais diante das pressões políticas e econômicas (BRANDÃO e BORGES, 2014, p. 12-13). As áreas ricas de significados, considerados relíquias do passado ou testemunho histórico, fornecem ao turista uma experiência pautada na autenticidade. Na análise de Urry (1990, *apud* BROWN e KROLIKOWSKI, 2011, p. 69) as áreas tradicionais e com função para o turismo tendem a provocar um “olhar romântico”, “olhar coletivo” e

“nostalgia pelo patrimônio histórico”, que pode envolver certa privacidade por parte da comunidade local e ao mesmo tempo certa lembrança ou recordação dos visitantes.

A análise de Kenneth Frampton (1984, *apud* SCHULZ, 2006, p. 443) aponta que “a celebração de determinados atributos do lugar também é fundamental no regionalismo”. Segundo SCHULZ (2006, p. 445), os atos e acontecimentos ocorrem no lugar e esse meio deve ser compreendido além de uma simples localização, consideram-se os elementos materiais (forma, textura e cor) e imateriais (celebrações, as danças, as práticas tradicionais, signos, festejos etc.).

**Figura 19.** Largo de São Francisco da Prainha, localizado no bairro da Saúde (Rio de Janeiro).



Fonte: Google Imagem

A imagem acima é o Largo de São Francisco da Prainha, popularmente conhecido como Largo da Prainha, situado no bairro da Saúde, na zona central da cidade próxima ao sopé do Morro da Conceição e às áreas revitalizadas no entorno da Praça Mauá. Observa-se no local um conjunto de antigas edificações e suas características (formas, texturas e cor); alguns edifícios cumprem a função de bares e restaurantes. O restaurante Angu do Gomes e a estátua de Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, são algumas das referências desse local que fazem parte do circuito afro-brasileiro. As ações de restauração desses empreendimentos históricos são objetivos do projeto Porto

Maravilha; contudo, até então poucos foram os edifícios restaurados e muitos ainda se encontram em estado de abandono.

**Figura 20.** Prédios Listados como preservados na Rua Sacadura Cabral, no sopé do Morro da Conceição.



Fonte: Google Imagem

O próprio lugar é plural, peculiar e tem significado; os ambientes criados pelo homem incluem artefatos ou “coisas” que têm função e história. Cabe compreender que “(...) o caráter do lugar depende de como as coisas são feitas”, ou seja, como são construídas e mantidas (SCHULZ, 2006, p. 452). A preservação desses antigos espaços se torna um diferencial do lugar. Nesse sentido, esses exemplos mostram “uma espécie de contramedida para frear a tendência de homogeneização que aparece na arquitetura e no *design* das áreas funcionais turísticas” vistos nas áreas revitalizadas, como aponta Kelly (2011, p. 62).

No entanto, os turistas que se deslocam para tais áreas da cidade podem influenciar nos preços de bens e serviços localizados, afetando os moradores locais e forçando empreendedores locais a sair das áreas turísticas, devido ao aumento dos aluguéis e outros custos e o aumento da concorrência (RITCHIE, 2011). De modo geral, toda projeção do cenário urbano e estético da cidade reflete na experiência vivenciada no ambiente. Embora existam diferentes tipos de imagens, parece que as expectativas são formadas não somente por

intermédio de comunicações oficiais de *marketing*, mas também de imagens impactantes e que ficam na memória, do que é formado e aparece nos jornais, programas de TV, arte, música, literatura e afins (HAYLLAR; SELBY e GRIFFIN, 2011, p. 104).

O reflexo do turismo cultural é condicionado pelos aspectos físicos, sociais, simbólicos e representativos do lugar, mas parcialmente estruturado pelas representações produzidas pelo setor turístico como guias e mapas turísticos, materiais promocionais, e por meio da propaganda. Essa, portanto, orienta e influencia expectativas, fornecendo um cenário preconcebido para os turistas e visitantes (HAYLLAR; SELBY e GRIFFIN, 2011). Esses fatores que podem custar “a autenticidade e a precisão histórica do lugar”; a criação de espaços para o turismo criam certas expectativas para os turistas e em alguns casos não condiz com a realidade esperada (SARTRE, 1969, *apud* HAYLLAR *et al.*, 2011, p. 111). Sobre essa questão é importante considerar que:

(...) assim que entra nesse novo ambiente, o visitante é “suspenso” nessa nova realidade pela natureza da experiência histórica que está sendo vivenciada. A manutenção da experiência nesse mundo não principal depende da capacidade que a área turística tem de sustentar seu caráter não principal durante a visita. Um conflito arquitetônico, cacofonias de ruídos externos, ou mesmo uma intrusão social “descontextualizada” podem servir para contestar (em termos fenomenológicos) a experiência que está sendo vivenciada (HAYLLAR *et al.*, 2011, p. 112-113).

Essas ações correlatas ao turismo cultural sobre as comunidades urbanas podem levar à destruição de prédios históricos e paisagens urbanas, reconfiguração das paisagens de rua e dos fluxos de pedestres, degradação dos encantos visuais, perda da integridade e identidade arquitetônica e desenvolvimento inapropriado de locais específicos (HAYLLAR; SELBY e GRIFFIN, 2011, p. 134). Ao mesmo tempo, impactos positivos também poderiam ser gerados pela atividade turística, como a preservação de construções e sítios históricos, criação de espaços públicos inovadores, restauração de prédios abandonados e espaços abertos, aprimoramento dos encantos visuais, exposição de arte contemporânea, etc. (HAYLLAR; SELBY e GRIFFIN, 2011, p. 135).

As constantes mudanças da Região Portuária e de suas “áreas sem uso ou de uso precário” em “áreas utilizadas para lazer”, somadas aos “pontos de visadas panorâmicas” – como o Morro da Conceição e da Providência - e aos “elementos da paisagem natural” e os “perfis das vias”, seriam o foco prioritário de atuação dos projetos de transformação urbana, na visão dos seus planejadores. Essas buscariam ordenar sobre esses espaços, produzindo

formas construtivas consideradas atraentes para a habitação de famílias de classe média e para visitação turística, além de ordenar as noções de público e privado (GUIMARÃES, 2013, p. 62). Guimarães (2013) ressalta que “(...) o memorial então construído pelo Porto Maravilha estaria criando, ou destruindo, um ícone escravista”, pois isso geraria um choque sucessivo entre imagens, ao mesmo modo que a recente monumentalização da memória da escravidão poderia apresentar a destruição, construção, subversão, entretenimento, acomodação.

Nesse ponto de vista, é importante considerar o salientado por Abreu *et al.* (2018, p. 11) de que “(...) a cultura negra possa ser entendida mais como sujeito de interação do que propriamente como objeto de nossas reflexões e pesquisas” e que o patrimônio suporte da memória individual e coletiva é apenas uma forma de compreender parte da realidade. O projeto Porto Maravilha ainda continua a provocar mudanças nas diferentes áreas da cidade. Observa-se que o avanço da revitalização promove uma desfiguração forçada dos bairros através da expansão imobiliária, com agravamento dos problemas sociais e de habitação. A venda das CEPACs representa uma ameaça para a manutenção da conservação integrada dos espaços simbólicos e, ao que tudo indica, o processo de gentrificação está prestes a acontecer.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conduzida mostra que o lugar é o ponto de partida na análise dos efeitos globais e intervenções urbanas, inclusive do turismo sobre as comunidades locais. É o meio onde visitantes, turistas e grupos sociais vivem e compartilham experiências, memórias passadas, apresentam suas representações simbólicas e disputam o território. O projeto Porto Maravilha criou uma área de centralidade na produção das atividades culturais, lazer e entretenimentos voltados para o turismo, mudando a dinâmica espacial da Região Portuária; suas ações de revitalização não pararam e continuam avançando para os bairros tradicionais que correm sério risco de perder suas características simbólicas.

A corrente pandemia do novo coronavírus (SARS-CoV2) impossibilitou maior exploração *in loco*, como já vinha sendo realizado, o que refletiu na compilação dos dados, principalmente sobre a situação dos grupos sociais e tradicionais que residem nos bairros. Diante disso, muitos dos dados obtidos e apresentados no trabalho se basearam em análises correlatas de outras pesquisas recentes sobre a região. Da mesma forma, os dados preestabelecidos serviram de base para o avanço da pesquisa e contextualização da problemática urbana atual, possibilitando uma investigação e apontamentos sobre essa, principalmente com relação aos impactos do turismo cultural sobre as comunidades urbanas tradicionais.

É importante deixar claro que a turistificação não se apropriou de todos os locais, em especial do bairro do Santo Cristo, o que significa que esse fenômeno altera a dinâmica do território de forma gradativa e que esses locais precisam ser monitorados constantemente diante dos efeitos dessa atividade, inclusive do turismo cultural. O processo de revitalização é um dos principais fatores para que os espaços sejam turistificados, podendo resultar em outros processos urbanos, como a gentrificação. A apropriação dos espaços simbólicos, de memória coletiva e de cultura viva traz sérios problemas, como a descaracterização ou a perda dos grupos em relação à identidade local, além da repressão de suas práticas culturais.

Isso mostra que esses processos, além de alterarem as características urbanas dos diferentes espaços públicos da cidade, impõem uma nova lógica de organização espacial e social, estabelecendo um padrão estético de ambiente; nesses ambientes, são estabelecidos também os tipos de pessoas que podem frequentar e usufruir dos novos lugares. Nesse sentido, o estudo de caso apontou que os impactos e efeitos dessas atividades podem ser

diretos e indiretos sobre as comunidades urbanas tradicionais. No caso dos bairros portuários

do Rio de Janeiro, esse processo se apropriou expressivamente do entorno da Praça Mauá, ao mesmo tempo em que avançou para as localidades próximas promovendo uma desfiguração urbana forçada das localidades (no caso, na Saúde e na Gamboa); ao que tudo indica, as ações vão ainda trazer impactos futuros que precisam ser observados criteriosamente.

É interessante notar que a (re)urbanização se associa a diferentes tipologias de desenvolvimento urbano (como a revitalização e a reestruturação), sendo um revelador de testemunhos históricos negligenciados no percurso de modernização da cidade. No caso do Cais do Valongo e do Sítio Arqueológico Pretos Novos, são claras as evidências de apagamento e silenciamento da história da cultura negra carioca. Tal ocorrência retoma a discussão sobre os lugares de memória coletiva e dos conflitos territoriais diante das políticas de planejamento ambiental urbano e de patrimonialização.

Os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo têm se tornado um grande balcão de negócios no jogo de interesses, tanto por parte dos setores público e privado, sendo também pontos estratégicos, dada sua proximidade ao Centro. A mudança da paisagem é perceptível; a alteração gradual da morfologia urbana no entorno dos lugares simbólicos é constante, e a implementação de equipamentos urbanos e culturais é totalmente contrastante diante da narrativa histórica da região.

As principais linhas de ação do projeto Porto Maravilha com relação à habitação não se concretizaram. Dentre as implicações de fato, destaca-se a expulsão de grupos sociais que residem nos bairros. Ademais, falta de investimento em espaços culturais tradicionais, como o Instituto Pretos Novos (responsável pelo Circuito de Herança Africana, diretamente ligado à difusão de conhecimento sobre a memória da população negra e demais atores). O reconhecimento e apropriação dos grupos tradicionais, como o Quilombo Pedra do Sal, o Afoxé Filhos de Gandhi, o Tambor de Cumba, nas celebrações dos lugares de memória reafirmam positivamente seu espaço de direito e representação. Demais grupos reconhecidos nesse processo devem ser mapeados e merecem estudos sobre sua formação.

Percebe-se que esse projeto de intervenção urbana considera mais os aspectos técnicos, sendo mínimos são os aspectos sociais e de pensar a cidade como bem cultural constituído de ambientes de memória social e coletiva levados em conta. No entanto, as questões socioculturais e de moradia ainda são um problema na política urbana e uma barreira na expansão imobiliária. A revitalização de toda a orla da Região Portuária e a reurbanização dos bairros tradicionais mostram que o projeto é mais uma tentativa estratégica de captação de

nova demanda empresarial e turística. A Praça Mauá é um exemplo de área funcional e turística, considerando as transformações urbanas do entorno e implementação de equipamentos culturais e de lazer e entretenimento, além de espaço de realização de eventos.

Observa-se que houve uma integração entre os bairros e o centro da cidade em termos de mobilidade urbana, mas não com relação aos espaços culturais existentes. Marcado pela memória da escravidão, os bairros portuários apresentam referências históricas importantes; todavia, a relação entre memória e patrimonialização (que nem sempre condiz com a realidade) ainda é um desafio e envolve uma ampla abordagem. As políticas de turismo das cidades brasileiras sempre pautaram suas ações no marketing para produção de uma imagem competitiva para o setor, baseando-se nos recursos naturais e culturais. A escolha dos destinos e seus recursos estão voltados para o amplo plano de desenvolvimento do turismo nacional ao mercado exterior. Neste caso, a construção da imagem turística reflete diretamente na escolha dos bens culturais das localidades – resultando na marginalização de grupos, captura de mão de obra barata, além da diferenciação das pessoas nos espaços públicos da cidade.

O que se buscou apresentar no presente trabalho é que as cidades contemporâneas têm adotado ações estratégicas de revitalização urbana, associadas ao turismo, e que têm transformado os espaços históricos em produtos de comercialização do turismo cultural, afetando as comunidades urbanas e tradicionais marginalizadas historicamente. As críticas e reivindicações urbanas deste programa também giram em torno da situação das moradias. A política urbana ainda continua sendo excludente, marginalizada, e negligência por meio dos projetos de organização dos espaços públicos, atos administrativos repressores etc.

A respeito dessa questão, a memória coletiva dos grupos diante dos seus espaços de pertencimento é uma forma de manter laços com a identidade local. Neste caso, os rastros da memória coletiva e os monumentos históricos são uma forma de reinterpretar o percurso da história, revelando saberes das comunidades locais e contribuindo para o conhecimento de diferentes atores e especialistas de interesse nesse campo. O sucesso de projetos urbanos depende da gestão política. Vimos que o modelo de Barcelona adotado no Rio de Janeiro resultou em dívidas públicas, obras não concluídas, impactos ambientais e repressão dos bairros portuários considerados importantes Sítios Históricos Urbanos – contrariando a própria legislação urbanística (Plano Diretor). Esses e outros efeitos comprovam que o modelo é incompatível diante da realidade apropriada, sendo preciso planejar de forma

participativa e em respeito às características simbólicas e peculiares do lugar, em harmonia com novos equipamentos urbanos e culturais.

Esse processo de transformação já está acontecendo no entorno da Praça Mauá, com as atividades culturais, visita aos museus, realização de eventos, atividades de lazer e entretenimento. Aos poucos a inserção dessa cultura urbana vai adentrando nos bairros tradicionais, no qual os impactos podem ser ainda maiores. A recente (re)descoberta dos lugares históricos de diáspora negra, a obtenção do selo de patrimônio mundial concedido pela UNESCO a lugares de memória (como o Cais do Valongo) e a patrimonialização ao mesmo tempo geram o reconhecimento do grupo e valor histórico e influenciam na mercantilização desses patrimônios voltada para o turismo.

Os investimentos em alguns museus e sua ausência para outras instituições culturais minoritárias mostram as intenções do poder público com relação à cultura. Sabemos que os museus, além de divulgarem sua imagem, vendem o próprio território onde estão inseridos. A suposta ideia de construir um novo museu referente à cultura afro-brasileira gera diversos questionamentos sobre o assunto. Ainda é forte o controle do Estado sobre a cultura, principalmente nos órgãos oficiais do patrimônio cultural em suas diferentes esferas de governo. As relações entre cultura e Estado são antigas no Brasil e as discussões sobre o patrimônio negro é uma problemática dentro dessa relação. A atuação dos estados brasileiros e o reconhecimento de grupos sociais, étnicos ou tradicionais ao longo de décadas são, sem dúvida, um dos elementos dinâmicos e definidores da problemática cultural atual.

No entanto, no decorrer das literaturas específicas, alguns exemplos apresentados e observações *in loco* apontam para o risco da perda das características dos bairros, da identidade coletiva dos grupos sociais locais, e massificação de atividades econômicas e sociais. Especificamente, um possível impacto do turismo cultural são as formas de narrativas durante o circuito sobre a herança da cultura negra e afro-brasileira no percurso dos bairros. Questiona-se até que ponto a história é realmente contada ou distorcida por parte desses agentes de mercado. Assim, o que está em jogo é a forma como os espaços simbólicos estão sendo monopolizados e comercializados para atender aos anseios dos turistas e visitantes e de que forma a representação do passado sobre essa cultura está sendo apresentada para esses grupos.

De modo geral, as cartas e recomendações internacionais do patrimônio, ao longo de décadas, vêm tratando acerca dos impactos do turismo cultural sobre comunidades locais; a

forma como esses são produzidos depende dos interesses particulares envolvidos, podendo provocar mudanças consideráveis e efeitos que podem agravar ainda mais a qualidade de vida da população. No caso das transformações e dos impactos na Região Portuária, as considerações tratadas no decorrer dos capítulos chamam atenção para sua relação com a cultura negra e afro-brasileira, resultado de um processo histórico de diáspora na região. Os bairros portuários guardam importantes referências de construções históricas e sociais – com destaque para a existência de comunidade quilombola; ademais, eles são um espaço marcado pela busca dos grupos sociais minoritários pelo reconhecimento sociocultural perante as tentativas de esquecimento e silenciamento historicamente marcadas.

Portanto, conclui-se que são necessários novos debates e estudos sobre a cultura dos bairros, além dos projetos relacionados a essa gestão atual. O patrimônio cultural como categoria de pensamento é sempre uma revisão sobre a história e sobre a posição que ele ocupa em diferentes ambientes da cidade. A comunidade local é o maior influenciador nesse processo. A relação entre turismo e cultura deve ser entendida primeiramente como uma questão social, e que a produção dessa relação deve ser pautada no planejamento participativo, com envolvimento de todos os atores no processo - ou seja, por meio de uma gestão participativa e sustentável.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, R. **Patrimonialização das diferenças e os novos sujeitos de direito coletivo no Brasil**. In: TARDY, Cécile; DODEBEI, Vera. Memória e novos patrimônios. Marseille: OpenEdition Press, 2015.

ARGUEDAS, A. G. **Identidade Étnica, Movimento Social e lutas pelo território em Comunidades Quilombolas: o caso de Acauã (RN)**. GEOgraphia, vol. 19, n. 39, 2017: jan./abr.

ARANTES, Otília. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.

ALMEIDA, Roberto Schmidt de. **Estrutura Espacial dos Bairros Portuários do Rio de Janeiro (Saúde, Gamboa e Santo Cristo)**. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, ano 0, v.13, n.13, p.111-134, 2004.

AZEVEDO, André N. de. **A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Revista Rio de Janeiro, n.10, maio-agosto, 2003.

AZEVEDO, R. M. **Será o novo Pelourinho um engano?** In: HOLLANDA, H. B. (org.). Cidade. – Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 23, 1994.

ANDRADE, Larry Andelmo S. de. et. al. **Do traçado reticular à Paris de Haussmann: o pensamento europeu nas propostas de Adolfo Hebbster para Fortaleza**. XV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo - A Cidade, o Urbano, o Humano Rio de Janeiro, 18 a 21 de setembro de 2018.

ARAÚJO, Rosalma D.; NASCIMENTO, Isabella Ludimilla B.; NÓBREGA, Wilker Ricardo de M. **Antropologia e Turismo: uma viagem na obra de Agustín Santana Talavera**. Anais do Seminário da ANPTUR, 2016.

ARAUJO, C.; VARGAS, H. **Sorria: você está na Bahia. A urbanização e a turistificação do litoral baiano**. Revista de Geografia e Ordenamento do Território, nº 1, junho. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território. p. 23-41.

ASCANIO, Alfredo. **Turismo: la reestructuración cultural**. Revista Pasos, vol.1, nº 1, pág 33-37, 2003.

BAUMAN, Z. **Comunidade: busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BARANDIER, H. **Negligência Urbanística e projeto urbano de cidade do Rio de Janeiro**. Revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, n.11, 2016.

BARDI, L. B. **Ladeira da Misericórdia**. In: HOLLANDA, H. B. (org.). Cidade. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 23, 1994.

BORTOLOTTI, Chiara. **Patrimônio e o futuro da autenticidade**. In: SCHLEE, Andrey R. (org.). Patrimônio: desafios e perspectiva. – Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 36, 2017

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX (1953)**. Rio de Janeiro: Secretária Municipal de Cultura, Turismo e Esportes – Departamento Geral de Documentação e Informação – Divisão de Elaboração, 1992.

BERNARDO, E. **Abordagens Teóricas do Turismo**. Disponível em:<[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9860/1/CIES-WP172\\_Bernardo.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9860/1/CIES-WP172_Bernardo.pdf)>. Acesso em: 15 Maio 2020.

BENTES, Julio C. da G. *et. al.* **Perspectiva de transformação da Região Portuária do Rio de Janeiro e a habitação de interesse social**. XIV Encontro Nacional da ANPUR, maio, Rio de Janeiro, 2011.

BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. São Paulo: SENAC/SP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: planejamento integrado e sustentável do turismo**. Revista Turismo em Análise, São Paulo, v.10, n.1, p.7-17, maio, 1999.

BENI, Mario C.; MOESCH, Marutscka. **Do discurso da ciência do turismo para a ciência do turismo**. Revista Turismo e Desenvolvimento, nº 25, 2016, p.9-30.

BROWN, G.; KROLIKOWSKI, C. **A estrutura e a forma das áreas funcionais turísticas urbanas: montando o palco para a performance turística**. In: HAYLLAR, Bruce et. al. Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

BRASIL, Gerson. **História das Ruas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1965, 350p.

BRANDÃO, C. R.; BORGES, M. C. **O Lugar da Vida: Comunidade e Comunidade Tradicional**. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, jun., 2014.

CARNEIRO, Sandra. de S.; PINHEIRO, Márcia. L. **Cais do Valongo: patrimonialização de locais, objetos e herança africana**. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35 (2): p.384-401, 2015.

CARMAGO, Paula de O. **As Cidades, a cidade: política, arquitetura e cultura na cidade do Rio de Janeiro**. Dissertação (mestrado). – Centro de Pesquisa e Documentação de História, Política e Bens Culturais. – 2011, p.149f.

CAMPELLO, G. **Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio**. In: HOLLANDA, H. B. (org.). Cidade. – Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 23, 1994.

CANDIDA, S. **Abandono no Porto – Memória dos Escravos em risco**. Disponível: [www.pretosnovos.com.br](http://www.pretosnovos.com.br). Acesso em: 22 maio 2020.

CARLOS, A. F. A. **A (re) produção do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1994.

CARVALHO, Karoliny Diniz. **Lugar de Memória e Turismo Cultural**: apontamentos teóricos para o planejamento urbano sustentável. *Cultur*, ano 4, nº1, janeiro, 2010.

CARDOSO et. al. **História dos Bairros do Rio – Saúde, Gamboa e Santo Cristo**. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia e Editora Index Ltda, 1987.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CIDRAIS, A. **O Marketing Territorial Aplicado às cidades média portuguesas**: os casos de Évora e Portalegre. *Revista Bibliográfica y geográfica y ciencias sociales*. Universidad de Barcelona, nº 306, julho de 2001.

CHAGAS, Viktor. **Histórias da Vida e da Saúde**. Disponível em: <[http://www.rioecultura.com.br/coluna\\_patrimonio/coluna\\_patrimonio.asp?patrim\\_cod=44](http://www.rioecultura.com.br/coluna_patrimonio/coluna_patrimonio.asp?patrim_cod=44)>. Acesso em: 18 out. 2018

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: Cortiços e epidemias na Corte Imperial. São Paulo: Companhia de Letras, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. Editora Ática, Série Princípios, 3. ed. n. 174, 1995. p.1-16

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS - ICOMOS. **Declaração de San Antonio (1996)**. Disponível em: <https://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/declaracao-de-san-antonio.pdf>. Acesso em: 25 set. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS. **Declaração de Sofia 1996**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso em: 25 Set. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **Carta de Washington 1987**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>>. Acesso em: 25 Set. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMOS. **Carta de Veneza 1964**. Disponível em: <

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>>. Acesso em: 25 Jun. 2020.

CRUZ, Rita de C. A. da. “**Patrimonialização do Patrimônio**”: Ensaio Sobre a relação entre turismo, “Patrimônio Cultural” e Produção do Espaço. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

CRUZ, R. **As paisagens artificiais criadas pelo turismo**. In: YÁZIGI, E. (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

CORRÊA, Maira L. **Quilombo Pedra do Sal**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

CONSELHO DA EUROPA. **Recomendação Europa 1995**. Disponível em:<  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Europa%201995.pdf>  
>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

CONSELHO DA EUROPA. **Declaração de Amsterdã 1975**. Disponível em:<  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf>>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMS. **Carta de Washington**. Disponível em:<  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Washington%201987.pdf>  
>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMS. **Declaração do México 1985**. Disponível em:<  
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>  
>. Acesso em: 21 Jun. 2020.

CUNHA, M. C. P. **Patrimônio Histórico e Cidadania**: uma discussão necessária. In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

CONSOLO, Cecília. **A Trajetória Simbólica e Cultural**: uma reflexão sobre a linguagem do design. In: ANATOMIA do design: uma análise do design gráfico brasileiro. São Paulo: Blucher, p.14-25, 2009.

CORRÊA, Sandra Rafaela Magalhães. **O Programa de Cidades Históricas (PCH)**. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs). Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CUCHE, Denys. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Tradução de Viviane Ribeiro, -- Bauru: EDUSC, 1999.

DAHHER, A. **Objeto Cultural e Bem Patrimonial: representações e práticas.** In: CHUVA, M. História e Patrimônio. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº34, 2012.

DECRETO Nº 6.040, de 7 FEVEREIRO de 2007. **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT.** Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: 02 abr. 2020.

DINIZ, Clélio Campolina. **A busca de um Projeto de Nação: o papel do Território e das Políticas Regional e Urbana.** Revista Economia, Selecta, Brasília (DF), v.7, n.4, p.1-18, dezembro 2006.

EDWARDS, D.; GRIFFIN, T.; HAYLLAR, B. **Áreas funcionais turísticas urbanas: um panorama dos principais temas e questões.** In: HAYLLAR, Bruce *et. al.* Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FERNANDES, Otair *et al.* **Patrimônio Cultural Imaterial dos Afro-Brasileiros na Baixada Fluminense: contradições e possibilidades.** Disponível:<<http://www.encontro2016.rj.anpuh.org>>. Acesso em: 24 out. 2018

FERNANDES, ANA M. V. **Megaeventos e turismo no Rio de Janeiro: um olhar sobre o planejamento estratégico e a promoção da imagem da cidade.** – Caderno Virtual de Turismo, 2019, 19 (1).

FRATUCCI, Aguinaldo C. **Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores.** Disponível em:<<http://www.ufjf.br/entbl2014/o-entbl/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

FRATUCCI, Aguinaldo C. **A dimensão espacial das políticas públicas do turismo no Brasil.** In: PIMENTEL, Thiago D.; EMMENDOERFER, Magnus L.; TOMAZZONI, Edegar L. Gestão Pública do Turismo no Brasil: Teorias, metodologias e aplicações. Caxias do Sul, RS: Educs, 2014.

FREITAS, M. de B. **Mário de Andrade e Aloísio Magalhães: Dois personagens e a questão do patrimônio cultural brasileiro.** Pós. Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Arquitetura E Urbanismo Da FAUUSP, (7), 71-93, 1993.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CASTRO, Celso. **A cidade e seus souvenirs: o Rio de Janeiro para o turista ter.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v.1, 2007.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – Iphan, 2005.

GASPAR, C. B. **Orla Carioca: história e cultura.** São Paulo: Metalivros, 2004.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1989.

GUIMARÃES, R. S. **A construção social de um patrimônio de urbanismo carioca.** In: GONÇALVES, J. R. S. *et. al.* A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Muad: Faperj, 2013.

GUIMARÃES, R. S. **Patrimônios e conflitos de um Afoxé na reurbanização da região portuária carioca.** Mana 22(2), p. 311-340, 2016.

GUIMARÃES, Roberta S. **O Encontro Mítico de Pereira Passos com a Pequena África:** narrativas de passado e formas de habitar na zona portuária carioca. In: GONÇALVES, José Reginaldo S. *et. al.* A alma das coisas: patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2013.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da Pequena África:** projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2014.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios e conflitos de um Afoxé na reurbanização da Região Portuária Carioca.** Mana (22), 2, p.311-340, 2016.

GUTIÉRREZ, R. **História, Memória e Comunidade:** o direito ao patrimônio construído. In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

GARBOSSA, R. A.; SILVA, R. dos S. **O Processo de produção do espaço urbano:** impactos e desafios de uma nova urbanização. Intersaberes, Curitiba, 2016.

GIANNELLA, Leticia de Carvalho. **Entre o mar e a metrópole:** desenvolvimento, território e identidade da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro, RJ. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. 161 f.

\_\_\_\_\_. **A produção histórica do espaço portuário da cidade do Rio de Janeiro e o projeto Porto Maravilha.** Espaço e Economia. – Revista Brasileira de Geografia Econômica, nº3, v.3, Ano II, 2013.

\_\_\_\_\_. **Patrimônios e conflitos de um Afoxé na reurbanização da Região Portuária carioca.** MANA 22(2): 311-340, 2016.

GONÇALVES, José R. S. **O Patrimônio como categoria do pensamento.** In: ABREU, C.; CHAGAS, M. (orgs.). Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, J. R. S. et. al. **A alma das coisas:** patrimônio, materialidade e ressonância. Rio de Janeiro: Muad: Faperj, 2013.

GONÇALVES, Alexandra R. **As comunidades criativas, o turismo e a cultura.** In: (revista da Algarves).

GONÇALVES, A. **Museus, Turismo e Sociedade: uma reflexão.** Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Volume 7, Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 26-67.

GRZEBIELUKA, Douglas. **Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras**. Revista Geografar, Curitiba, v.7, nº1, p.116-137, jun./2012.

GUIMARÃES, Roberta S. **O Patrimônio Cultural na gestão dos espaços do Rio de Janeiro**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº57, p.149-168, janeiro-abril, 2016.

\_\_\_\_\_. **A produção do ‘patrimônio revitalizado’ pelo Porto Maravilha: categorização e gestões de uso em uma rua comercial**. Revista Antropolítica, nº47, Niterói, p.272-306, 2.sem. 2019.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Ordenamento Territorial**. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, Boletim Goiano de Geografia, v.26, n. 1, jan./jun. 2006.

HAYLLAR, B.; SELBY, M.; GRIFFIN, T. **A experiência do turista nas áreas funcionais turísticas**. In: HAYLLAR, Bruce et. al. Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HOFSTEDE, G.; BOND; M. H. **Hofstede's Culture Dimension: an independent validation using rokeach's value survey**. Journal of Cross-Cultural Psychology, v.15, n.4, december, 1984, p. 417-433.

HOLLAND, Heloisa B. **Cidade ou Cidades?** Uma pergunta a guisa de introdução. In: HOLLANDA, H. B. (org.). Cidade. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 23, 1994.

HUYSSSEN, A. **Escapando da Amnésia – Museu como cultura de massa**. In: HOLLAND, H. B. (org.). Cidade. Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, nº 23, 1994.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMONIO CULTURAL. **Cais do Valongo**. Disponível em: [http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/arquivos/pdfs/Cais\\_do\\_Valongo\\_UNESCO\\_1499804347.97.pdf](http://www.inepac.rj.gov.br/application/assets/arquivos/pdfs/Cais_do_Valongo_UNESCO_1499804347.97.pdf). Acesso em: 21 ago. 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Cultural Imaterial: para saber mais**. 3. ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Compromisso de Salvador 1971**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>>. Acesso em: 21 Set. 2020.

JOKILEHTO J. **Considerations on authenticity and integrity in World Heritage context.**  
In: City & Times, Vol. 2, N. 1, 2006.

KELLY, Ian. **Áreas funcionais turísticas dentro da forma urbana: relações com a cidade.**  
In: HAYLLAR, Bruce *et. al.* Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

KERRIOU, M. A. de. **Museu, Patrimônio e Cultura:** reflexão sobre a experiência mexicana.  
In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

KOHLER, André F. **As Cartas Patrimoniais e sua relação com o turismo cultural:** teóricas, práticas e seus desdobramentos no caso brasileiro. Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, v.9, nº2, dezembro, 2019, p.138-163.

KOTLER, Philip *et. al.* **Marketing 3.0:** as forças que estão definindo o novo marketing centrado no ser humano. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KOTTLER, P. *et. al.* **Marketing Turístico.** – Pearson Educación, S. A., 5. ed. Madrid, 2011.

LAMARÃO, S. T. de N. **Dos Trapiches ao porto:** um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro Secretária Municipal das Culturas, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 2006, 172p.

LIMA, Evelyn F. W. **Cultura e Habitação:** revitalizando a área portuária do Rio de Janeiro. Arquitectos, São Paulo, ano 02, n.019.07, Vitruvius, dez. 2001.

LA BARRE, J. de.; DE LIMA, K. P. R. **Memória portuária em disputa:** (re) leituras do Porto Maravilha. Cadernos de Campo, vol.28, n.1, São Paulo, 2019.

LA ROSA, Beatriz Martín de. **Turismo y gestión cultural en las Islas Canarias:** apuntes para una reflexión. Pasos Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, vol.1, nº 1, pág 1-12, 2003.

LEITE, Nathália Körössy. **Turismo e Território:** um estudo sobre a turistificação de Portimão (Algarve/Portugal) a partir da Geografia do Turismo. Disponível: <<http://hdl.handle.net/10451/1727>>. Acesso em: 15 Dez. 2019.

LEITE, Rogerio P. **A exaustão das cidades:** antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. – RBCS, vol. 25, nº 72, Fevereiro, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1969.

LIFSCHITZ, Javier Alejandro. **Comunidades tradicionais e neocomunidades.** Rio de Janeiro: Contra capa, 2011.

LIMA CARLOS, Claudio Antonio S. et. al. **Renegados pelo legado: a arquitetura modesta da área portuária, antes e pós-olimpíadas.** Encontro Internacional Arquimemória 5 – sobre preservação do patrimônio edificado, Salvador-Bahia, 2017.

\_\_\_\_\_. **Zona Portuária: da marginalização à espetacularização.** In: ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David de. (Org). *Concepções, memórias e patrimônio cultural: História, sociedade e educação em foco.* 1ª Ed. Curitiba: Editora Primas, 2016, v.1, p. 231- 264.

\_\_\_\_\_. **Una mirada crítica a la zona portuaria de Río de Janeiro.** Revista Bitácora Urbano Territorial, vol. 17, núm. 2, julio-diciembre, 2010, pp. 23-54.

LONDRES, Cecília (org.). **Patrimônio Imaterial.** Revista Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº 147, out./dez., 2001.

\_\_\_\_\_. **O Patrimônio em processo.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2005, Pag. 35 - 50.

LOUZADA, N. M. **Diferentes suportes para memória.** In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH.* São Paulo: DPH, 1992.

LOMBARDI, G. **A cidade histórica como suporte da memória.** In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH.* São Paulo: DPH, 1992.

MANENTI, C. **Está aqui, sob o VLT, o cemitério de escravos que a prefeitura do Rio dizia ser ‘especulação’ – em vez de dar visibilidade a sua história, o bispo prefeito preferiu esconder o cemitério dos cariocas.** Disponível em: <https://theintercept.com/2019/01/23/vlt-cemiterio-escravos-prefeitura-especulacao/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MAGALHÃES et. al. **Planos Diretores dos municípios fluminenses: do “ter ou não ter” à avaliação de experiências.** REVISTA CADERNOS DO DESENVOLVIMENTO FLUMINENSE, n.13, 2017.

MAGALDI, C. **O público e o privado: propriedade e interesse cultural.** In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. *O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH.* São Paulo: DPH, 1992.

MARUJO, N.; SANTOS, N. **Turismo, turistas e paisagem.** Investigaciones Turísticas, nº4, Julio, Diciembre, 2012, 35-48

MELLO, Fernando F. de. **A Zona Portuária do Rio de Janeiro: antecedentes e perspectivas.** MSc., IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 2003.

MENDONÇA, J. G. de.; COSTA, H. S. de M. (Orgs). **Estado e Capital imobiliário: convergência atuais na produção do espaço urbano brasileiro.** Disponível em:

<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/estado-e-capital-imobiliario-convergencias-na-producao-do-espaco-urbano/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

MOTTA, M. **Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil**. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1436>. Acesso em: 24 set. 2020.

MONIÉ, Frédéric; SILVA, Vivian S. da. **O Projeto Porto Maravilha de Revitalização da Área Portuária do Rio de Janeiro entre inovações e retrocessos na produção do espaço urbano**. Revista Transporte y Territorio (12), 2015.

MOREIRA, Clarissa da Costa. **A cidade contemporânea entre a tábula rasa e a preservação**. Cenários para o porto do Rio de Janeiro. São Paulo, Editora Unesp, 2005.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro. Secretária Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1995.

MENESES, Ulpiano T. B. de. **A cidade como bem cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano**. In: MORI, V. H. et. alli. (org.). Patrimônio: atualizando o debate. São Paulo: 9ª SR/IPHAN, PP.33-76.

\_\_\_\_\_. **O patrimônio cultural entre o público e o privado**. In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico. O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

MOLINA, Fabio Silveira. **Mega-eventos e reestruturações urbanas no Rio de Janeiro: a “Paris dos Trópicos” e a “Cidade Olímpica”**. In: Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, Rio de Janeiro, 2014.

MOREIRA, E. V.; HESPANHOL, R. A. de M. **O lugar como uma construção social**. Revista Formação, nº 14, Volume 2, p.48-60, 2007.

MOREIRA, F. D.; SOARES, E. M. A. da S. **Preservação do Patrimônio Cultural e Reabilitação Urbana: o caso da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro**. – Da Vinci, Curitiba, v.4, n.1, p.101-120, 2007.

MOREIRA, Clarissa da C. **Cenários para o porto do Rio de Janeiro**. São Paulo: Editora Unesp, 2005

MOLINA, Fabio Silveira. **Mega-eventos e reestruturações urbanas no Rio de Janeiro: a “Paris dos Trópicos” e a “Cidade Olímpica”**. In: Anais da II Conferência Internacional Megaeventos e a Cidade, Rio de Janeiro, 2014.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Diversidade e Sentidos do patrimônio cultural: uma proposta de leitura da trajetória de reconhecimento da cultura afro-brasileira como patrimônio nacional**. Anos 90, Porto Alegre, v. 15, n. 27, p.233-255, jul. 2008.

NAJJAR, Jorge. **Educação Patrimonial e Identidade: algumas questões em debate.** In: CARNEIRO, Waldeck et. al. (Orgs). *Movimentos Instituintes em Educação: políticas e práticas.* Niterói: Intertexto, 2010.

NORA, Pierre. **Entre Memória e História – a problemática dos lugares.** PROJETO HISTÓRIA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, SP – Brasil, 1981.

OLIVERIA, Maria A. S. A. de. **Memória e Identidade em processos de turistificação de lugares: o caso do Cais do Valongo (RJ-Brasil).** São Paulo, Unesp, v. 14, n. 2, p. 49-74, julho-dezembro, 2018.

OLIVEIRA, Otair Fernandes de et. al. **A Cultura Afro-Brasileira como patrimônio cultural: para preservar tem que conhecer.** Disponível em:<file:///C:/Users/sirley/Downloads/ArtigoPublicacaoMorpheuIII\_SIMS\_Otair\_FernandesLuciane.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Normas de Quito 1967.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Recomendação de Nairóbi 1976.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Nairobi%201976.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Recomendação Paris 1989.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO; CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS – ICCROM; CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS – ICOMS. **Conferência de Nara 1994.** Disponível em:<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Conferencia%20de%20Nara%201994.pdf>>. Acesso em: 20 Jun. 2020.

PAES, M. T. Duarte. **Patrimônio cultural, Turismo e Identidades Territoriais – um olhar geográfico.** Rio de Janeiro: Ed. Letra e Imagem, 2009.

PAIVA, João Carlos Neves de. **A influência da aculturação sobre os valores humanos e suas relações com o comportamento do consumidor:** um estudo transcultural com expatriados. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação e Documentação, 2010.

PEREIRA, Júlio C. M. da S. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.

PINTO, F. M. **A intervenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personalidades e planos.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR, 2007.

PINTO, J. L. **O “Porto Maravilha”: antigas repetições e novos desafios na “revitalização” da zona portuária do Rio de Janeiro.** Disponível em: [http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Juliana\\_Lopes\\_Pinto.pdf](http://www.peu.poli.ufrj.br/arquivos/Monografias/Juliana_Lopes_Pinto.pdf). Acesso em: 20 maio 2020.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. **Turismo Cultural. Uma visão antropológica.** El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História, Literatura e Cidades – diferentes narrativas para o campo do patrimônio.** Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 34, 2012.

PINTO, Paulo Moreira. **Políticas de Turismo e Sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, Jan/abr. v.2, n.1, p. 11-22, 2007

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Lei Complementar nº 111/2011.** Disponível em: <<http://rio.gov.br/web/smu/instrumentos-do-plano-diretor>>. Acesso em: 24 Ago. 2020.

POLLAK, M. **“Memória, esquecimento, silêncio”.** Revista Estudos Históricos, Brasil, junho, 1989.

RABELLO, Sonia. **FGTS no Porto: sem habitação social?** Disponível em: [www.soniarabello.com.br](http://www.soniarabello.com.br). Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Porto do Rio sem Habitação de Interesse Social? Ganância ou Ignorância?** Disponível em: [www.soniarabello.com.br](http://www.soniarabello.com.br). Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Porto do Rio sem habitação: “Revitalização” para inglês ver?** Disponível em: [www.soniarabello.com.br](http://www.soniarabello.com.br). Acesso em: 25 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Porto Maravilha: índices construtivos públicos serão mercadorias monopolizadas.** Disponível em: [www.soniarabello.com.br](http://www.soniarabello.com.br). Acesso em: 25 jul. 2020.

RITCHIE, B. W. **Contribuição das áreas funcionais turísticas urbanas para a economia das cidades.** In: HAYLLAR, Bruce et. al. Turismo em Cidades: Espaços Urbanos, Lugares Turísticos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

RIO ON WATCH. **“Museu da Escravidão e da Liberdade” Proposto pelo Prefeito instiga debate e Ceticismo.** Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=28284>. Acesso em: 21 ago. 2020.

RODRIGUES, Lea Carvalho. **Turismo em Espaços Urbanos: processos de turistificação no Nordeste brasileiro e no Caribe Mexicano.** Revista Iberoamericana de turismo – RITUR, Penedo, vol.5, número especial, p.81-104, Abr., 2015.

RUSCHMANM, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: A proteção do meio ambiente.** 16. ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

RUIZ, Thais C. D.; GÂNDARA, José M. G. **A relação entre o planejamento urbano e a competitividade dos destinos turísticos.** Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. São Paulo, 7(2), pp. 260-280, maio/ago. 2013.

RUY, Aline T. **Museificação do Território: experimentação conceitual em roteiro cultural no Espírito Santo.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes. – 2017, 143f.

SAIA, Luis. **Compromisso de Brasília.** Revista de História, v. 41, n.84, 1970.

SAMPAIO, A. da R. **Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação.** – Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, nº10, 2016, p.193-212.

SARUE, Betina. **Quando grandes projetos urbanos acontecem? Uma análise do Porto Maravilha no Rio de Janeiro.** DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 61, nº3, 2018, pp. 581-616.

SANCHEZ, F. **Políticas Urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes.** Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, Campinas, n.1, p.115-132, 1999.

SANT' ANNA, M. J. G.; XIMENES, L. A. **A Luta pela moradia popular na zona portuária do Rio de Janeiro: ocupações, remoções, permanência e novos arranjos pós-megaeventos esportivos.** – Intersecções [Rio de Janeiro], v.20, n.2, p. 473-496, Dez. 2018.

SANTANA, Agustín. **Patrimonios Culturales y Turistas: unos leen lo que otros miran.** PASOS – Revista de Turismo y Patrimonio cultural, vol.1, nº 1, p.1-12.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS; Rafael José dos; BARRETO, Margarita. **Aculturação, Impactos Culturais, Processos de Hibridação: Uma revisão conceitual dos estudos antropológicos do turismo.** Revista Turismo em Análise, v. 17, nº 2, 244-261, novembro, 2006.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2004.

SEGRE, R. **Havana: o resgate social da memória – a amnésia da cidade contemporânea.** In: São Paulo (cidade). Secretária Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio

Histórico. O Direito à Cidade: Patrimônio Histórico e Cidadania/DPH. São Paulo: DPH, 1992.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Sebrae/RJ. **Pesquisa de Percepção Turística da Região Portuária – Alta Temporada**. Rio de Janeiro: Sebrae, 2016.

SEGAWA, H. **Cenário de Modernidades: A Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2020/04/119302.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – Sebrae/RJ. **O porto maravilha e os desafios da reintegração econômica da região na dinâmica da cidade**. - Observatório Sebrae/RJ. Rio de Janeiro: Sebrae, 2013.

SILVA, Caroline R. da. **A dimensão política da revitalização do Porto do Rio de Janeiro: Um estudo do projeto “Porto Maravilha”**. In: BOTELHO, Maurilio Lima; OLIVEIRA, Leandro Dias de.; ROCHA, André Santos da.; RIBEIRO, Guilherme. – Continentes Revista de Geografia – Departamento de Geociências, Ano 1, nº 1, jul./dez. 2012.

SIQUEIRA, Euler David de. **Vale Tudo? Identidade, cultura e patrimônio na pós-modernidade**. Disponível em: [29rba.abant.org.br](http://29rba.abant.org.br). Acesso em: 10 dez. 2019.

SOUTY, J. **Dinâmicas de Patrimonialização em contexto de revitalização e globalização urbana: notas sobre a região portuária do Rio de Janeiro**. Revista Portuária do Rio de Janeiro. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.3, n.9, jul./dez. 2013.

SOBRINHO, Patrícia J.; FORTUNA, Daniele R. **A (re) apropriação da praça Mauá**. In: LIMA, Jacqueline de Cassia P.; OLIVEIRA, Rosane Cristina de.; ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **Identidade e Pertencimento: a cidade como construção de sociabilidades**. – São Paulo: Pontocom, 2018.

STARLING, M. **Entre a lógica de mercado e a cidadania: os modelos de gestão do patrimônio cultural**. Políticas Culturais em Revista, 1 (5), p.91-108, 2012.

STEINKE, Valéria F. S.; SOSSAI, Cesar F.; COELHO, Ilanil. **A Unesco, o patrimônio e o turismo cultural: uma abordagem inicial (1960-1980)**. Fronteiras: Revista Catarinense de História. Dossiê Memória, Patrimônio e Democracia, n.32, 2018.

TELLES, Daniel Hauer Q.; GÂNDARA, José Manoel G. **Impactos socioculturais no processo de turistificação da Villa de Encantadas, Ilha do Mel, Paraná, Brasil**. Turismo e Sociedade, Curitiba, v.5, n.1, p.183-208, abril de 2012.

TEIXEIRA, L. A. A. *et. al.* **Marketing Turístico Urbano e Intervenção Patrimonial em tempos de Globalização**. Tempos, Visão e Ação, vol.7, num. 3, Septiembre-Diciembre, 2005, pp. 539-547.

VAINER, Carlos Bernardo. **Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano.** In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consenso*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. p. 75-104.

\_\_\_\_\_. **Cidade de Exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro.**  
Disponível em: <http://www.observatorioculturaecidade.ufscar.br/>. Acesso em: 24 set. 2020.

VASSALLO, S.; CICALO, A. **Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015

VASSALLO, S. P. **De “objetos da ciência” a “restos mortais ancestrais” – patrimônio, política e religião no cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro.** In: GOMES, E.; OLIVEIRA, P. L. (Orgs.) *Patrimônio Religioso no Rio de Janeiro*. – Rio de Janeiro, Ed. Mar de Idéias, 2016, p. 384-417.

VAZ, Lilian F. **Modernidade e Moradia – Habitação Coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX.** 1ª Edição. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

VASCONCELOS, Daniel A. Lisboa de. **Turistificação do Espaço e Exclusão Social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió – Al, Brasil.** Turismo em Análise, v. 16, n. 1, p.47-67, maio 2005.

VELHO, Gilberto; CASTRO, Eduardo V. de. **O conceito de Cultura e o estudo das sociedades complexas: uma perspectiva antropológica.** Artefato – Jornal de Cultura, 1978.

VOISIN, Jane. **Comunicação turística, memória, identidade: uma proposta de abordagem e dois casos (Ilhéus-Bahia e La Rochelle-França).** In: SIMÕES, M. de L. Neto. *Identidade cultural e expressões regionais: estudos sobre literatura, cultura e turismo*. - Ilhéus: Editus, 2006.

ZANCHETI, S. M.; DOURADO, C.; CAVALCANTI, F.; LIRA, F.; PICCOLO, R. **Da autenticidade nas cartas patrimoniais ao reconhecimento das suas dimensões na cidade.** Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada Olinda, setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. **Conservação integrada e novas estratégias de gestão.** Trabalho apresentado no 4º Encontro do SIRCHAL, Salvador, 2000.

\_\_\_\_\_. **Conservação integrada e planejamento urbano na atualidade.** Espaço & Debates, São Paulo, v. '23, n.43-44, p. 92-105, 2004.

\_\_\_\_\_. **Conservação Integrada e Planejamento Urbano: um revisão.** Cadernos de Estudos Sociais – Recife, vol. 19, nº 1, p.107-124, Jan/Jun, 2013.

## **Notas.**

---

<sup>i</sup> Editorial Projeto Porto Maravilha (2012)

<sup>ii</sup> Editorial Projeto Porto Maravilha (2013)

<sup>iii</sup> Editorial Projeto Porto Maravilha (2014)

<sup>iv</sup> Editorial da CDURP intitulado “O Rio merece um Porto Maravilha” publicado em Março de 2010.

<sup>v</sup> Editorial da CDURP (2015)

<sup>vi</sup> Editorial Projeto Porto Maravilha (2015).